



Juliana Sousa de Araujo Mochel

**O orçamento público de Defesa Nacional e suas
implicações nas relações civis-militares e na democracia**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor em Ciências
Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais, do Departamento de Ciências
Sociais da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a Maria Celina D'Araújo

Rio de Janeiro
Janeiro 2022



Juliana Sousa de Araujo Mochel

**O orçamento público de Defesa Nacional e suas
implicações nas relações civis-militares e na democracia**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Profª Maria Celina D'Araújo

Orientadora

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Prof. João Roberto Lopes Pinto

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Prof. Kai Michael Kenkel

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Juliano da Silva Cortinhas

IREL-UnB

Prof. Octavio Amorim Neto

FGV-Rio

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2022.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, do autor e do orientador.

Juliana Sousa de Araujo Mochel

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão (2010) e em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2014). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (2017).

Ficha Catalográfica

Mochel, Juliana Sousa de Araujo

O orçamento público de defesa nacional e suas implicações nas relações civis-militares e na democracia / Juliana Sousa de Araujo Mochel ; orientadora: Maria Celina D'Araújo. – 2022.

271 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2022.

Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais - Teses. 2. Defesa nacional. 3. Orçamento público. 4. Orçamento de defesa. I. Araújo, Maria Celina Soares d', 1950-. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. III. Título.

CDD: 300

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço à minha querida orientadora, professora Maria Celina D'Araújo. Professora e orientadora dedicada, que me abraçou desde o primeiro ano de doutorado. Inteligente, corajosa, referência na área e carinhosa são algumas de suas inúmeras qualidades. Só tenho a agradecer seu apoio, seu incentivo, por acreditar no meu trabalho, pela sua companhia por ter me ensinado tantas coisas.

Agradeço à minha família, em especial aos meus pais, Joaquim e Silvia, pelo apoio, suporte e por acreditarem no meu sonho de seguir os estudos, rumo ao doutorado. Agradeço por sempre incentivarem a me superar e por, desde pequena, me ensinarem sobre a importância da educação.

Agradeço à minha irmã, pelo companheirismo e incentivo ao longo desses anos.

Agradeço aos meus avós (in memoriam), Maria Olympia, Joaquim, Alina e Alberto, por me mostrarem o quanto estudar é bom, o quanto o conhecimento engrandece, por me mostrarem desde sempre importância do trabalho acadêmico.

Agradeço aos meus colegas de curso André Luís Gomes, Elaine Maria, Joyce Gonçalves, João Gabriel, Gustavo Cravo de Azevedo, Regivaldo Silva do Nascimento, Ana Carolina Santos do Nascimento, Mauro Cordeiro de Oliveira Junior e Vladimir Porfírio Bezerra, pela amizade, por dividirmos momentos tão especiais e por tornarem meu doutorado ainda melhor.

De igual forma, agradeço ao conjunto de professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGCIS da PUC-Rio) e as qualificadas e sempre dispostas integrantes da secretaria do Programa, Ana Roxo, Monica Gomes, e especialmente, Aline Selder, a quem agradeço não somente toda ajuda ao longo do curso, como também a amizade, o carinho e as conversas nos intervalos de almoço.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Por fim, agradeço à PUC-Rio, minha segunda casa por mais de 10 anos, instituição onde me graduei e que agora finalizo mais este ciclo da minha trajetória.

Resumo

MOCHEL, Juliana; D'ARAÚJO, Maria Celina. **O orçamento público de Defesa Nacional e suas implicações nas relações civis-militares e na democracia.** Rio de Janeiro, 2022. 271p. Tese de Doutorado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho trata do orçamento de Defesa no Brasil, analisando o processo de elaboração do orçamento do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, bem como os mecanismos políticos e administrativos utilizados para sua consolidação em âmbito federal, e sua aprovação pelo Congresso Nacional. Nesse sentido, evidencia-se o elevado grau de autonomia das Armas no desenvolvimento de seus orçamentos e na definição de sua agenda financeira. A supremacia do poder civil sobre as Forças Armadas é um dos pilares que constituem um regime democrático. Embora tenha havido avanços significativos nas relações civis-militares nos últimos 30 anos, o elevado nível de autonomia das Forças Armadas em questões como orçamento de Defesa, que deveriam ser amplamente discutidas por instituições civis, é um indicativo de que o Ministério da Defesa não é relevante para o controle civil sobre a caserna. Em sua organização enquanto corporação, as Forças Armadas visam a sua manutenção e garantia de seus interesses. Assim, no âmbito das questões orçamentárias, para assegurarem suas demandas, se utilizam de diversos mecanismos, entre eles, um intenso trabalho de assessoria parlamentar dentro do Congresso Nacional.

Palavras-chave

Defesa Nacional; Orçamento Público; Orçamento de Defesa.

Abstract

MOCHEI, Juliana; D'ARAÚJO, Maria Celina. **The public budget for National Defense and its premises in civil-military relations and democracy**. 271p. Tese de Doutorado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present work deals with the Defense budget in Brazil, analyzing the budget elaboration process of the Ministry of Defense and the Armed Forces, as well as the political and administrative mechanisms used for its consolidation at the federal level, and its approval by the Congress. From that point of view, the high degree of autonomy of the Arms in developing their budgets and defining their financial agenda is evident. The supremacy of civil power over the Armed Forces is one of the pillars that constitute a democratic regime. Although there have been significant advances in civil-military relations over the past 30 years, the high level of autonomy of the Armed Forces on issues such as the Defense budget, which should be widely discussed by civilian institutions, is an indication that the Ministry of Defense is not relevant to civil control over the barracks. In its organization as a corporation, the Armed Forces aim to maintain and guarantee its interests. Thus, in the scope of budgetary issues, to ensure their demands, various mechanisms are used, including an intense work of parliamentary advisory within the Congress.

Keywords

National Defense; Public Budget; Defense Budget.

Sumário

1 Introdução	8
2 Militares e democracia: redefinição de funções e novos arranjos político-institucionais no pós-ditadura	11
2.1 Abertura política, redemocratização e Constituição Federal de 1988: fim da tutela militar?	11
2.2 Os governos Collor e Itamar Franco: a experiência dos primeiros governos civis eleitos no pós-transição	21
2.3 O governo Fernando Henrique Cardoso: criação do Ministério da Defesa e reforma na Defesa Nacional	27
2.4 Os anos Lula: estratégias, inovações, continuidades e ilusões	36
2.5 Governo Dilma: Indústria de Defesa, Livro Branco de Defesa e Comissão Nacional da Verdade	47
2.6 Governo Temer: um prelúdio do que ainda haveria por vir	52
2.7 Os militares na política no governo Bolsonaro	55
3 Processo Legislativo Orçamentário Brasileiro	62
4 O Orçamento de Defesa no Brasil	75
4.1 O Orçamento público de Defesa Nacional	75
4.2 Estrutura do Orçamento de Defesa Nacional	84
5 O processo político de elaboração, discussão e aprovação do orçamento de Defesa Nacional e seus impactos nas relações civil-militares e na democracia brasileira	92
5.1 O papel do Ministério e do ministro da Defesa no processo de elaboração e consolidação da proposta orçamentária da Defesa Nacional	92
5.2 A tramitação do orçamento de Defesa no Congresso Nacional: o lobby das Assessorias Parlamentares Militares e do Ministério da Defesa	98
5.2.1 A participação do Congresso Nacional em assuntos de Defesa Nacional no Brasil	98
5.2.2 O perfil e a atuação das Assessorias Parlamentares das Forças Armadas e do Ministério da Defesa na Aprovação do Orçamento de Defesa	102
5.2.3 As emendas parlamentares no processo orçamentário de Defesa	107
6 Conclusão	112
7 Referências bibliográficas	114
Anexos	120

1

Introdução

O controle civil, essencial para a prática de políticas de Defesa em sociedades democráticas, perpassa a noção de que é da autoridade civil a responsabilidade de formular a política de Defesa, bem como determinar quais as atividades serão realizadas pelas Forças Armadas.

Nesse sentido, existem várias medidas que podem fortalecer o exercício do poder civil, dentre elas o controle sobre o orçamento de Defesa.

A presente tese se debruça sobre essa temática, considerada relevante na medida em que representa um instrumento não só para análise do planejamento governamental para este setor, relacionando-o com a Estratégia Nacional de Defesa (END), a Política Nacional de Defesa (PND), mas também com o tema da autonomia militar em relação ao controle civil.

Analizando a relação entre as Forças Armadas e democracia no Brasil nos últimos 30 anos, observam-se mudanças positivas e negativas no que tange às relações civil-militares.

Dentre as iniciativas mais importantes no sentido de ampliar o controle civil sobre as Forças Armadas, destacam-se: a criação, em 1999, do Ministério da Defesa, que até o governo Michel Temer, foi comandado por civis; a publicação da Estratégia Nacional de Defesa (END), em 2008, que se configura no mais importante documento de política de defesa, elaborado tanto por civis quanto por militares; a promulgação da Lei da Nova Defesa, em 2010, em que se fortalece o papel do ministro da Defesa na condução da política para o setor; o projeto de estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade, em 2011, com início no ano subsequente, responsável por apurar as violações dos direitos humanos ocorridas durante o regime militar; e a publicação, em 2012, do primeiro Livro Branco da Defesa Nacional (AMORIM NETO, 2014).

Em relação aos aspectos negativos, ressaltam-se: a grande resistência das Forças Armadas à criação do Ministério da Defesa; a humilhante demissão do primeiro-ministro da Defesa do governo Lula, José Viegas Filho, após um conflito com militares; a crise dos controladores de tráfego aéreo, em 2007; a dura oposição dos oficiais da reserva à Comissão Nacional da Verdade (AMORIM NETO, 2014) e, por fim, a participação militar no governo Jair Bolsonaro.

A gestão do orçamento de defesa nacional no Brasil, é legalmente, de responsabilidade do Ministério da Defesa (MD) e sua execução se dá de modo

descentralizado para as três Forças, Marinha, Exército e Aeronáutica, e para a chamada Administração Central do Ministério da Defesa.

Além disso, no que diz respeito ao orçamento, a lei determina que a Estratégia Nacional de Defesa (END) conjuntamente com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) nortearão as prioridades do orçamento do Ministério da Defesa, que será elaborado juntamente com a gestão individualizada pelo comando das três Forças (BRASIL, 2019b).

Considera-se que, em geral, os gastos militares são limitados por fatores de ordem econômica, estratégica e política (ALMEIDA, 2007). Quanto aos fatores econômicos que afetam os gastos militares do país, destacam-se o grau de desenvolvimento econômico, a dívida pública, a ajuda financeira e a inércia orçamentária – tendência do orçamento de defesa se limitar a repetir as prioridades já estabelecidas em períodos anteriores.

Em relação às questões estratégicas, há ameaças internas, como narcotráfico, terrorismo, e ameaças externas, a exemplo de possíveis conflitos com outros países. Nesse ponto, há também a discussão acerca do desenvolvimento tecnológico, diretamente vinculado à indústria de defesa (ALMEIDA, 2007).

Consideram-se como fatores políticos as pressões burocráticas, variando conforme a inclinação da nação para comportar ou não expectativa de um comportamento mais ou menos atuante de suas Forças Armadas.

Analisando-se sob o prisma político-corporativo, os militares não estão dispostos a deixar seus recursos orçamentários diminuir e a sua capacidade de pressão política varia de acordo com o grau de autonomia, dos recursos disponíveis e do apoio castrense que requeira o governo constituído (ALMEIDA, 2007).

Essa discussão transcorre da noção da defesa nacional como uma política pública, e, portanto, ao assim se considerá-la, faz-se necessário entender quais são as suas diretrizes, prioridades e estratégias, para alocar melhor os recursos disponíveis.

O modo como um país encara sua política de defesa nacional exerce grande influência no orçamento destinado a essa área. Se considerada como política pública de Estado, com objetivos permanentes e de longo prazo, pressupõe um arranjo acordado por militares, políticos, diplomatas e sociedade civil, acima de quaisquer rivalidades partidárias e/ou mudanças de governo (ALMEIDA, 2010).

Esta tese se destina a entender o que é considerado orçamento de defesa nacional no Brasil, quanto é destinado a ele, onde são alocados esses recursos,

quais os interesses envolvidos no processo de elaboração, consolidação e aprovação desse instrumento de planejamento, quais os atores políticos relevantes nessa engrenagem, e de que forma a discussão desse tema ajuda a compreender o grau de autonomia das Forças Armadas, a evolução das relações civis-militares desde a redemocratização e o nível de transparência praticado no país na área de defesa nos últimos 35 anos.

Por fim, cabe destacar que, mesmo com avanços significativos nos últimos anos, há grande resistência com a transparência dos gastos públicos e, no âmbito militar, principalmente nas Forças Armadas, prevalece uma forte cultura do sigilo, entendida como indevida a extensão das características sigilosas de determinados assuntos ao conhecimento generalizado (ALMEIDA,2007).

Destarte, embora se verifique uma evolução em direção à transparência, a publicidade dos atos de gestão e dos gastos financeiros das Forças Armadas é algo recente e ainda carece de mais estudos que busquem não só entender como funciona essa engrenagem, mas também mostre à sociedade o que de fato, se faz com esses recursos.

Este trabalho se divide em quatro partes: a primeira visa discutir a relação entre os militares, a sociedade e os processos democráticos, após a ditadura militar, abordando as relações civil-militares desde o governo Sarney até o mais recente, de Jair Bolsonaro. A segunda, trata dos principais aspectos que envolvem o processo legislativo orçamentário, enquanto o terceiro está voltado a discutir a estrutura e os valores destinados ao orçamento de Defesa brasileiro. E na última, objetiva explicar como se dá a tramitação do orçamento de Defesa no Congresso Nacional, ressaltando a importância da atuação das Assessorias Parlamentares ligadas à Defesa Nacional, ou seja, do Ministério da Defesa e dos comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

2

Militares e democracia: redefinição de funções e novos arranjos político-institucionais no pós-ditadura

2.1

Abertura política, redemocratização e Constituição Federal de 1988: fim da tutela militar?

A construção da democracia no Brasil, após os anos vividos sob a ditadura militar, é um desafio sempre renovado. A transição de um regime autoritário, protagonizado pelas Forças Armadas, para um dirigido por civis comprometidos, em maior ou menor grau, com a democracia, constituiu-se em fase delicada, na qual a interação entre o aparelho militar, os diversos atores políticos e a sociedade civil deve ser amplamente analisada.

No caso brasileiro, se comparado aos demais países da América Latina, temos o processo mais longo de transição democrática. Iniciada em 1974, no governo do general Ernesto Geisel, só se encerrou, formalmente, em 1990, com a posse de um presidente eleito, Fernando Collor de Mello, sob a égide de uma nova Carta formulada por um Congresso Nacional escolhido pelo voto popular. Formalismo à parte, a construção da democracia ou do liberalismo eram processos inacabados.

Com a ascensão do general Ernesto Geisel à Presidência, em 1974, iniciou-se a chamada distensão política, que consistiu num processo lento, incremental e seguro (para o regime) rumo à normalização do sistema político sem implicar em democratização.

Nesse período, restauram-se gradualmente alguns direitos civis e políticos, como a revogação parcial da censura e a valorização das eleições legislativas, aumentando o clamor dos que conclamavam pela restauração da democracia, ou pelo menos do Estado de direito. Entre eles, associações profissionais, setores do movimento operário de militância recente e vários espectros de movimentos sociais ligados à Igreja Católica (KECK, 2010).

Segundo O'Donnell (1988), os regimes autoritários em que a repressão foi menos brutal e que experimentaram períodos de significativo crescimento econômico, como é o caso brasileiro, permitem que seus dirigentes detenham os recursos necessários para tomar a frente do processo de abertura política e negociar a transição de poder, resguardando algumas de suas prerrogativas e garantindo a sua sobrevivência política. Desta forma, quanto maior o apoio político dado ao regime autoritário no início da transição, mais gradual e controlado seria

esse processo, logo maiores seriam as dificuldades de consolidação democrática por conta dos resquícios autoritários ainda presentes no novo regime.

Em se tratando do caso brasileiro, quando o governo Geisel começa a liberalização política, em 1974, o modelo de modernização conservadora já estava consolidado. As elevadas taxas de crescimento econômico decorrentes do chamado “Milagre Brasileiro” e a dizimação da contestação armada garantiram apoio social e recursos políticos e econômicos a esse governo, permitindo-lhe iniciar uma estratégia de transição política que ainda não tinha apoio majoritário entre a elite dirigente (ARTURI, 2001).

Assim, o início da liberalização política se deu com a aceitação do então presidente Geisel do resultado das eleições de novembro de 1974, quando o MDB saiu como o grande vitorioso, elegendo muitos deputados estaduais, deputados federais e senadores. Entretanto, nas eleições municipais de 1976, o governo restringiu a propaganda eleitoral por meio de mudanças da legislação específica. Em abril do ano seguinte, o governo fechou o Congresso Nacional por alguns dias para promulgar uma série de medidas constitucionais que modificavam significativamente a legislação eleitoral e restringiam a oposição democrática, visando garantir a maioria no Congresso para o partido governista, a ARENA, nas eleições de 1978, e também no Colégio Eleitoral, responsável pela escolha do próximo presidente da República, em 1979, além de adiar para 1982 as eleições diretas para governadores (ARTURI, 2001).

No que tange o processo de transição política no governo Geisel, Arturi (2011) argumenta que:

Em suma, durante a presidência do general Geisel (1974-1979), o processo político foi dominado pelo governo e restrito, de fato, às forças conservadoras e à oposição parlamentar – aglutinadas, respectivamente, na ARENA e no MDB – conforme previa o projeto de ‘distensão’. Durante a presidência Geisel, a existência de um apoio político significativo ao regime, a fragilidade da oposição frente aos recursos coercitivos do governo e a virtú dos dirigentes autoritários permitiram que estes últimos fossem muito bem-sucedidos na implantação e no controle de seu projeto de democratização outorgada. Geisel legou a seu sucessor, por ele escolhido, general João Figueiredo, a tarefa de aprofundar a liberalização do regime e, como parte de sua estratégia de transição, passar o poder ao término de seu mandato, em 1985, a um político civil proveniente do partido do regime. (ARTURI, 2001, p.18)

A liberalização política deu um passo importante, em 1978, com a revogação do Ato Institucional número 5 (AI-5) e no ano seguinte, já no governo João Baptista Figueiredo, o Congresso Nacional aprovou a Lei da Anistia, em 1979. Tal lei, proposta pelo regime, que se fez aprová-la no Congresso, era politicamente inteligente, uma vez que garantia anistia ampla, tanto para os prisioneiros e exilados de esquerda, como também salvaguardava todos aqueles indivíduos

ligados ao regime que cometeram crimes durante as atividades repressivas (ARTURI, 2001).

Uma nova fase neste processo de liberalização se deu a partir das eleições de 1982, nas quais a população pôde escolher seus governadores pelo voto direto. Os resultados dessas eleições deram à oposição uma grande vitória política, quando conquistaram dez governos estaduais entre os mais importantes do país e a maioria das cadeiras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Destarte, observa-se que embora as Forças Armadas fossem as protagonistas desse processo, outros atores emergiam e se tornavam empecilhos ao controle militar do processo político de transição.

Kinzo (2001) argumenta que a sucessão presidencial foi o ponto-chave desse processo, devendo ser analisada sob dois aspectos principais, sendo o primeiro deles a tentativa de o PMDB de modificar as regras das eleições presidenciais, ao propor uma emenda constitucional (PEC) que reestabelecesse o voto direto para Presidente e Vice-Presidente. Tratava-se da PEC nº 05/1983, apresentada pelo Deputado Federal Dante de Oliveira (PMDB-MT). A oposição trabalhou pela mobilização popular, por meio da campanha das “Diretas Já”, obtendo apoio impressionante em todo país.

No entanto, a pressão popular não foi suficientemente capaz de conter as manobras do governo e a chamada Emenda Dante de Oliveira foi derrotada no Congresso Nacional. Evidenciou-se, então, que os militares não estavam dispostos a perder o controle sobre o processo sucessório presidencial, além de demonstrar que a oposição era numericamente mais fraca no Congresso, restando-lhe duas opções: (i) buscar simpatizantes dissidentes dentro do próprio governo; (ii) romper com as regras do jogo via mobilização social (KINZO, 2001).

O segundo aspecto relativo à sucessão presidencial refere-se à decisão dos partidos de oposição ao regime militar de influenciar o processo sucessório de acordo com as regras estabelecidas, ou seja, a partir de uma solução negociada, que gerasse menos riscos e imprevisibilidade (KINZO, 2001).

Sobre essa questão, Keck (2010) afirma:

A duração da transição resultara inicialmente da determinação dos militares de manterem o controle do processo. Entretanto, os líderes políticos da oposição democrática, devido à cautela com que empreenderam em passos sucessivos a negociação das mudanças, contribuíram para a sua indefinição. Uma década inteira, após o início da liberalização do regime, muitos políticos da oposição, inclusive Tancredo Neves, deram apenas um apoio circunstancial ao movimento de massa pelas eleições diretas para a Presidência, que literalmente mobilizou, em 1984, milhões de brasileiros nas capitais estaduais e em cidades menores. Depois da derrota da emenda constitucional em favor da restauração das eleições diretas

proposta pelo PMDB, a possibilidade de uma vitória da oposição (oportunidade que se apresentou graças a uma divisão no partido do governo), mesmo em um pleito não inteiramente democrático, parecia preferível aos líderes do PMDB ao empreendimento muito mais arriscado de confrontar-se com os militares; por isso, continuaram mobilizando a população. (KECK, 2010, p. 46)

Assim, o PMDB desenhou a candidatura de Tancredo Neves para concorrer pela oposição, embora para lograr êxito fosse preciso conquistar apoio de políticos do “outro lado”. A chance apareceu quando parlamentares do PDS se recusaram a apoiar Paulo Maluf, candidato do governo, escolhido na convenção do partido. Iniciaram-se negociações entre o PMDB e esses dissidentes, culminando na formação da Aliança Democrática, cujo intuito era derrotar o candidato do governo. Deste modo, formou-se a chapa composta por Tancredo Neves (PMDB) e José Sarney (PDS) (KINZO, 2001).

Em 1985, derrotando Paulo Maluf, candidato do governo, Tancredo Neves foi eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral, reestabelecendo o governo civil. Todavia, é importante ressaltar que essa derrota do governo não era sinônimo de uma derrota do regime militar (ARCENEUX, 2001).

O ministro do Exército à época, general Walter Pires, já havia conversado com Tancredo Neves em pelo menos duas oportunidades anteriores às eleições, e este lhe prometeu uma transição sem radicalização e que não permitiria nenhuma investigação sobre a repressão durante o regime militar (ZAUERUCHA, 1994). Desta forma, os novos governantes civis assegurariam uma transição moderada, livre de radicalizações e de cobranças acerca dos abusos aos direitos humanos praticados pelo regime que terminava.

No entanto, o recém-eleito presidente faleceu antes de tomar posse, assumindo o cargo o vice-presidente José Sarney, com o aval do general Leônidas Pires Gonçalves (ZAUERUCHA, 1994). O novo presidente, que fora presidente do principal partido de apoio à ditadura, chegou ao poder sem um plano de governo propriamente dito e com imagem diretamente associada ao regime militar. Tudo isso lhe conferia junto à população uma falta de percepção de legitimidade (KINZO, 2001).

Sarney retribuiu o apoio recebido do general Leônidas Pires, tornando-o seu ministro do Exército e apresentando-o como o garantidor da transição política:

A tutela militar caracterizou-se pelas iniciativas, pressões e ameaças dirigidas pelo ministro do Exército- general Leônidas Pires Gonçalves- contra o governo, a sociedade e o Congresso Nacional na Assembleia Constituinte. Esse ministro militar costumava apresentar-se como a garantia da transição política, o *condottiere* que assegurava ao presidente da República e ao sistema político o apoio ao mesmo tempo indispensável e condicional das Forças Armadas. Em raros momentos da

história recente chegou a ser tão nítida a distinção entre o poder político (representado pelo presidente José Sarney e pelo Congresso) e o aparelho militar (representado pelo ministro do Exército a despeito dos conflitos com os demais conflitos militares. O general Leônidas intrometeu-se na política externa quando, durante as primeiras iniciativas para formação do Mercosul, afirmou que o Brasil construiria um armamento nuclear se julgasse que a Argentina o faria. No plano interno, ameaçou os partidos, lideranças e congressistas para que as teses militares fossem acolhidas na nova Constituição e identificou como de *interesse militar* a preservação do regime presidencialista contra a tendência pró-parlamentarista. (OLIVEIRA; SOARES, 2006)

Para além dessa questão, o presidente manteve cinco oficiais da ativa como ministros de Estado, num total de 22 ministérios. Associado a isso, esses militares exerceram um importante papel na redefinição das várias políticas relacionadas à reforma agrária, aos direitos humanos e ao âmbito trabalhista. Nesse contexto, as Forças Armadas conseguiram manter uma larga margem de prerrogativas e de reserva de domínio em áreas não militares tais como: indústria de armas, comunicações, negócios exteriores, tecnologia de defesa e pesquisa, desenvolvimento da Amazônia (OLIVEIRA, 2010).

Assim, é mister ressaltar que todo o processo de redemocratização brasileiro foi capitaneado pelos militares: desde a “distensão política”, passando pela “política de abertura”, até a “transição política”. Isso não significa que outros atores, como a sociedade civil e os partidos políticos não tenham influenciado de modo decisivo no ritmo dos acontecimentos, mas sim que os militares, ou uma de suas diversas correntes ideológicas, determinaram a natureza, o andamento e os objetivos desse processo. Tratou-se de uma “necessidade dos próprios militares de resolverem problemas internos à corporação, e não uma súbita conversão democrática de parte do oficialato” (CODATO, 2005, p. 83).

Nesse sentido, D’Araújo (2010) argumenta que o processo de abertura política transcorrido ao longo dos governos Geisel e Figueiredo tinha como principal objetivo impedir qualquer ruptura nas Forças Armadas. Apesar dos conflitos internos na própria instituição, a imagem que deveria prevalecer para o público externo era a de que as Forças Armadas estavam deixando o poder coesas, sem fissuras ou clivagens. Essa era uma das estratégias utilizadas pelos militares para se resguardarem em relação a possíveis processos judiciais envolvendo questões de direitos humanos e atos discricionários praticados durante a ditadura.

Desta forma, evidencia-se que a atuação dos militares, seja tutelando o processo de transição política, seja atuando em bloco a despeito de seus conflitos internos, foi fundamental para garantir suas imunidades, seus privilégios e suas prerrogativas no pós-ditadura.

Destaca-se aqui a importância da discussão acerca das relações civil-militares nesse contexto de transição política, dado que a consolidação da democracia dependeria, no que tange a essa questão, de um determinado grau de subordinação das Forças Armadas ao poder civil (SOARES, 2006).

Na Nova República, houve falta de controle civil sobre os militares, principalmente por conta da completa acomodação do governo Sarney e pela desinformação de políticos e civis sobre questões militares. No decorrer desse período, o então governo quase não propôs ou especulou publicamente sobre novos mecanismos para os civis aumentarem seu poder sobre os militares, na contramão do que fizeram países como Argentina e Uruguai (STEPAN, 1988).

A autonomia militar na Nova República era patente: desde questões como reforma agrária até os debates na Constituinte, os militares, mesmo aliados do poder, conseguiram preservar todas as suas prerrogativas dando quase sempre a palavra final acerca dos temas polêmicos (STEPAN, 1988).

A força dos militares no governo Sarney estava justamente na utilização das prerrogativas da época da ditadura. Eles usavam e garantiam o domínio e a informação quase que exclusiva em assuntos cruciais como segurança nacional, estratégias de defesa e indústria bélica (STEPAN, 1988). Ainda segundo o mesmo autor, o Brasil foi o último país da América Latina, sob um regime civil, no qual os militares mantiveram praticamente os poderes que tiveram nos 21 anos de ditadura (STEPAN, 1988).

Com tantas prerrogativas, as Forças Armadas acabaram se envolvendo em questões políticas, sempre com o argumento de que era preciso manter a estabilidade do regime (STEPAN, 1988).

Nesse sentido, argumenta Zaverucha, “civis e militares parecem satisfeitos com a democracia tutelada, que é uma situação intermediária, na qual a transição não se completa, mas também não há retrocesso autoritário” (1994, p. 255).

Observa-se que a atuação dos militares no processo Constituinte deixou ainda mais nítido que o papel que deveria ser ocupado pelo poder civil era preenchido pelas Forças Armadas. Estas, por sua vez, demonstravam toda sua capacidade de se preparar de modo adequado para resolver temas de seu interesse. Desta forma, os militares agiram na maior parte das vezes de maneira não reativa, demonstrando o *lobby* e as pressões exercidas sobre o Congresso Constituinte, em 1988, com o intuito de manter inalterada a função constitucional das forças singulares (OLIVEIRA; SOARES, 2006).

Ao longo desse processo, as Forças Armadas permitiram apenas pequenos retoques nas questões que lhes concerniam, contanto que suas prerrogativas e

privilégios mais importantes permanecessem intactos (OLIVEIRA; SOARES, 2006).

Nesse contexto, as relações civis-militares estavam ainda mais desgastadas, pois os militares se sentiam desprestigiados pela classe política e pelas elites, que outrora a eles recorreram e agora queriam manter certo distanciamento, desconsiderando os interesses da instituição. Um ponto nevrálgico nessa relação era a questão orçamentária e a disponibilidade de recursos para manter o aparelho militar (OLIVEIRA; SOARES, 2006).

Assim, as Forças Armadas passaram a estar mais suscetíveis a uma atuação favorável da classe política, uma vez que a Constituição Federal de 1988 (CF/88) aumentou as responsabilidades do Congresso Nacional na definição do Orçamento Geral da União (OLIVEIRA; SOARES, 2006).

Em suma, no processo da Constituinte, tanto a definição quanto as funções atribuídas às Forças Armadas exprimiram uma solução de compromisso entre os vários atores, destacando-se os próprios constituintes e militares. Pela resolução dada, os militares permaneceriam como os guardiões dos valores nacionais e os civis poderiam continuar com o projeto democrático (MATHIAS; GUZZI, 2010).

Os constituintes brasileiros não só transformaram as Forças Armadas em símbolo dos valores permanentes, como também as tornaram um valor, lhes garantindo um lugar superior àquele ocupado por qualquer outro sujeito nacional. Além disso, por atribuir-lhes um caráter nacional, continuam sendo a única instituição profissional que representa a nação brasileira como um todo. “Ao defini-las como ‘nacionais e permanentes’, transformaram-nas legalmente em uma entidade superior aos legítimos representantes do povo na democracia e, quiçá, em algo superior ao próprio povo” (MATHIAS; GUZZI, 2010, p. 50).

Dado que nem o processo de transição democrática e nem a promulgação da CF/88 resultaram numa revisão substantiva das funções e missões das Forças Armadas, comprometeu-se o controle civil sobre o poder militar.

Assim, no que tange o papel constitucional das Forças Armadas, a CF/88, destinou aos militares prerrogativas no que se refere à sua estrutura, organização, controle civil e seu papel constitucional (OLIVEIRA, 2010):

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

Destarte, a principal função das Forças Armadas continuou sendo de duas ordens: a primeira, relacionada à questão externa, como garantir a defesa da pátria; a segunda, interna, ligada à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Stepan (1988) argumenta que, na contramão do que ocorreu na Nova República, em democracia consolidada, o papel constitucional das Forças Armadas é unicamente proteger o Estado das ameaças e dos inimigos externos, não lhes cabendo serem as garantidoras dos papéis constitucionais, da lei e da ordem.

Nota-se que a tradição militar republicana atribui aos militares a missão de serem os guardiões das ações políticas. Por esta razão, não bastam somente mudanças institucionais, mas também na cultura e no comportamento militar nesta fase pós-ditadura (OLIVEIRA, 2010).

Ao longo da Nova República, há de se considerar o significativo papel das Forças Armadas no âmbito das instituições republicanas. Este fato relaciona-se diretamente com o alto grau das prerrogativas militares e com a ampla reserva de domínio por eles impostas na transição para o novo regime na CF/88.

De acordo com Zaverucha (1994 e 2000), em trabalho citado por Castro e D'Araújo (2001), nos governos Sarney, Collor, Itamar e no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso¹ existiu uma “democracia tutelada”, caracterizada pela autonomia institucional e pela política dos militares, que atuariam como “guardiões” da democracia. O autor alega que, nesse período, não houve controle civil democrático sobre as Forças Armadas devido à manutenção das prerrogativas militares, entendidas por ele como um conjunto de áreas sobre as quais a instituição militar pressupôs ter o direito/privilégio formal ou informal de comandá-las, além de apresentarem um papel extramilitar dentro do próprio Estado e da sociedade política e civil.

Nesse sentido, Zaverucha (2000) elenca uma série de prerrogativas militares que, ao longo dos quatro primeiros governos civis pós-ditadura, se mantiveram praticamente inalteradas, tais sejam:

- a) Forças Armadas garantem os poderes constitucionais, a lei e a ordem; b) potencial para os militares se tornarem uma força independente de execução durante intervenção interna; c) militares controlam principais agências de inteligência; parca fiscalização parlamentar; d) Polícia Militar e Bombeiros sob parcial controle das Forças Armadas; e) grande possibilidade de civis serem julgados por tribunais militares mesmo que cometam crimes comuns ou políticos; f) pequena possibilidade de militares federais da ativa serem julgados por tribunais comuns; g) falta de rotina legislativa e de sessões detalhadas sobre assuntos militares

¹ Os governos Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso serão abordados nas próximas seções deste capítulo.

domésticos e de defesa nacional; h) ausência do Congresso na promoção de oficiais-generais; i) Forças Armadas são as principais responsáveis pela segurança do presidente e do vice-presidente da República; j) presença militar em áreas de atividade econômica civil (indústria espacial, navegação, aviação etc.); l) militares da ativa ou da reserva participam do gabinete governamental; m) inexistência do Ministério da Defesa; n) Forças Armadas podem vender propriedade militar sem prestar contas totalmente ao Tesouro; o) política salarial do militar similar à existente durante o regime autoritário; p) militar com direito de prender civil ou militar sem mandado judicial e sem flagrante delito nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar. (ZAUERUCHA, 2000,p. 37).

Verifica-se que, embora o nível de contestação aos governos civis fosse baixo, as prerrogativas militares permaneceram altas, principalmente no que concerne ao seu papel constitucional.

Outro ponto importante a ser ressaltado sobre o artigo 142 da CF/88 é da “defesa interna”. Historicamente, este termo tem significado o emprego da força militar com a finalidade de controlar situações extremas e/ou contrárias à preservação do Estado, reforçando o conceito republicano profundamente arraigado na cultura militar de atuar como uma espécie de “Poder Moderador”, ou seja, a obediência dentro dos limites da lei. Com a promulgação da CF/88, definiu-se que uma das missões das Forças Armadas seria a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer um deles, da lei e da ordem, fazendo com que o preparo militar fosse utilizado para fins de controle social (OLIVEIRA; SOARES, 2006).

Considerando que as políticas de defesa nacional não configuram entre as maiores prioridades do governo brasileiro, pois os riscos e ameaças advindos de outros Estados são mínimos ou praticamente inexistentes, e que não há como sustentar o discurso de um “inimigo interno” que ameace a soberania nacional, como à época do regime militar, uma das precípuas missões dos militares é a defesa da lei e da ordem, a partir da solicitação de um dos três Poderes, levando-os a atuarem como agentes de segurança pública.

Nesse sentido, um dos setores mais problemáticos das relações civil-militares é justamente o setor de defesa. Isto porque na América Latina há um desinteresse por parte dos políticos pelas questões relativas às políticas de defesa que termina por conceder esta prerrogativa aos militares, o que dificulta a implementação do controle civil democrático sobre a corporação (PION-BERLIN; TRINKUNAS, 2007).

Observa-se que após a ditadura militar, apesar da subordinação formal, o que de fato se construiu foi uma autonomia militar. Tal fenômeno acarretou o exercício de um papel tutelar no governo Sarney, fruto da própria atuação desse presidente, visto como fraco do ponto de vista do exercício da autoridade, além de um processo de transição política capitaneado pelos próprios militares.

Segundo argumento de Soares (2006, p. 18), as razões para manutenção de uma relativa autonomia das Forças Armadas no caso brasileiro estão associadas às escolhas, decisões e ações dos atores envolvidos e se devem aos seguintes fatores:

i. Ao modelo de transição ocorrido no país, no período de 1974 a 1999, que manteve o poder militar, mesmo em questões que, em democracias consolidadas, estariam circunscritas ao âmbito civil. No Brasil, houve uma transição pactuada, na qual os atores civis concordaram com os encaminhamentos apresentados pelos próceres do regime militar, ao passo que os prazos e limites da transição foram determinados por estes.

ii. Entre 1974 e 1999, as Forças Armadas eram tidas como última reserva de poder a ser usada no caso de as instituições democráticas demonstrarem incapacidade de reestabelecer a ordem em caso de entropia social e política. Assim, para que essa função fosse preservada, o poder civil abdicaria de adotar decisões que limitassem a autonomia militar em vários campos.

iii. Diante da dimensão política do Brasil no cenário internacional, as questões relativas à defesa nacional não são tratadas como prioridade para o sistema político, e, portanto, a “questão militar” não se constitui capital eleitoral significativo. Em decorrência disso, a indústria bélica ficou extremamente fragilizada, e as questões de defesa e militares contavam com pouca participação do empresariado e do movimento sindical.

iv. As pautas ligadas à segurança pública tinham mais apelo junto ao sistema político e frequentemente as Forças Armadas eram utilizadas para manutenção da ordem pública, e o debate sobre defesa nacional tornava-se ainda mais distante.

v. A forma de atuação dos Poderes Executivo e Legislativo, inclusive nas áreas de Defesa Nacional e correlatas, permitiram a formação de um vácuo de poder, não ocupado por nenhum dos dois, e que, equivocadamente, é ocupado pelas Forças Armadas.

vi. A mentalidade arraigada, pela história política brasileira, principalmente entre os militares, porém não exclusivamente, de que cabe às Forças Armadas o dever de proteger a Nação.

vii. As estruturas necessárias à supremacia civil em relação ao poder militar não se estabeleceram. Destarte, as Forças Armadas, consolidaram-se como instituições possuidoras de poder decisão e de veto nas definições de estratégias políticas características do poder civil e de temáticas relativas à Defesa Nacional

e a outros “assuntos”. Isso indica que o papel militar ganhou maior destaque do que previsto na ordem constitucional.

Todos esses fatores revelam que o controle do poder civil sobre o poder militar no pós-ditadura militar não se estabeleceu num grau suficiente a ponto de se caracterizar uma supremacia civil.

Assim, no bojo do processo descrito ao longo desta seção, nota-se que, na Nova República, as Forças Armadas garantiram suas prerrogativas, seus privilégios e a intocabilidade de sua autonomia.

Entretanto, a relação entre os militares e o governo não foi a mesma nos anos Collor. O então presidente, eleito em 1989, empenhava-se, por meio de visitas e discursos aos órgãos militares, em demonstrar sua autoridade e o compromisso dos militares com a democracia, prestigiando o lado mais profissional das Forças Armadas, como se verá na seção a seguir.

2.2

Os governos Collor e Itamar Franco: a experiência dos primeiros governos civis eleitos no pós-transição

Se o governo Sarney foi caracterizado pela tutela militar, verificou-se que nos anos Collor houve uma modificação da postura do governo em relação às Forças Armadas.

Já no início de seu mandato, Fernando Collor de Mello deixou clara a vontade de exercer sua autoridade sobre o poder militar, e assim o fez por meio de seus discursos e das mudanças na perspectiva político-jurídica, uma vez que seu “argumento central perante os militares era a referência à vontade das urnas e de sua condição de comandante supremo das Forças Armadas” (SOARES, 2006, p.114).

Para demonstrar o exercício de sua autoridade presidencial, adotou uma série de medidas como a extinção do Serviço Nacional de Informações (SNI) e da Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional, substituída pela Secretaria de Assuntos Estratégicos. Além disso, o Gabinete Militar e o Estado-Maior das Forças Armadas sofreram rebaixamento de seu status ministerial, indicando uma atuação mais restrita dos militares no governo. O controle sobre o desenvolvimento de atividades nucleares foi transferido para o Ministério de Ciência e Tecnologia (MARQUES, 2003).

Em uma demonstração midiática, Collor promoveu o fechamento do Campo de testes do Cachimbo, no Pará, administrado pela Aeronáutica, onde se

realizavam testes para o que poderia vir a ser o primeiro artefato nuclear brasileiro (SOARES, 2006).

Nesse contexto, embora o governo tenha avançado do ponto de vista da supremacia civil, não foram raras as manifestações do alto escalão militar sobre o desprestígio que a categoria vinha sofrendo. No bojo dessas discussões, as distorções salariais geraram um quadro de insatisfação entre os militares, que reivindicavam, dentre outras coisas, isonomia com as categorias civis. Esses movimentos não eram desencorajados pelos ministros militares, que, ao contrário, endossavam o crescente descontentamento com a depauperação das estruturas das Forças Armadas (SOARES, 2006).

Com a crise econômica, resultante principalmente da aceleração progressiva da inflação e do fracasso dos chamados Planos Collor I e II, o governo tinha ainda menos condições de fornecer às Forças Armadas os insumos adequados para realizar suas funções, bem como para pagar salários correspondentes ao nível de preparo e de responsabilidades de seus membros. Essas questões soavam nos quartéis como sinais de profundo desprestígio do governo para com os militares, levando ao debate sobre a clara definição da missão e do papel das Forças Armadas no Brasil (SOARES, 2006).

Essas questões levaram à chamada crise de identidade militar brasileira, que se deu em razão de “conjunto de mudanças estruturais no contexto internacional e da quebra do padrão de tutela militar sobre o governo” (MARQUES, 2003, p. 73). Tais transformações relacionavam-se ao modo como o governo, o Congresso Nacional e a sociedade civil enxergavam a instituição militar sobre diversos parâmetros: sua identidade, sua função, sua missão, suas demandas etc. (OLIVEIRA, 1994).

Tratava-se de um problema marcado por questões nacionais e internacionais, no qual incluía-se “a ausência de um projeto da sociedade como um todo, e da classe política em particular, no que se refere ao papel a ser desempenhado pelas Forças Armadas nessa nova conjuntura” (SOARES, 2006, p. 121).

Por um lado, mesmo que com pouca repercussão, havia teses que defendiam a extinção das Forças Armadas, uma vez que o Brasil não tinha inimigos potenciais e que, com o fim da Guerra Fria, o país poderia “prescindir da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, destinando-se para políticas de forte conotação social os recursos antes empregados para defesa” (SOARES; OLIVEIRA, 2006, p.107).

Nesse sentido, as Forças Armadas deveriam ser utilizadas para realização de reforma agrária, na defesa do meio ambiente, na alfabetização de adultos, na prestação de assistência social aos menores infratores etc. Entretanto, observa-se que essa vertente não se concretizou, prevalecendo a concepção de um caráter definitivo das Forças Armadas enquanto instituição permanente do Estado Nacional (SOARES; OLIVEIRA, 2006).

É importante ressaltar que embora tenha prevalecido o tradicionalismo militar, não houve incremento da cultura estratégica, isto é, pouco se atuou na direção do preparo militar em razão de sua dimensão estratégica e de seus interesses nacionais e compromissos internacionais (SOARES; OLIVEIRA, 2006).

Sobre a crise de identidade militar Soares e Oliveira (2006) afirmam:

Trata-se de um círculo vicioso, como se vê: a falta de uma questão perceptível de defesa nacional (inexistência de risco iminente) desobriga o sistema político a pensar mais do que em termos imediatos. Porém, este círculo vicioso simboliza também a percepção que os militares têm de sua própria condição: funcionários públicos dedicados, mas não reconhecidos, cuja missão externa (a defesa do país contra um inimigo estrangeiro) é mal percebida e cuja dimensão da missão interna (a defesa do país contra o inimigo interno) é mal acolhida, embora estimulada em situações de crise política. (SOARES; OLIVEIRA, 2006, p. 109)

Nota-se que a despeito do enfrentamento da tutela militar, no governo Collor não houve o debate necessário sobre o papel das Forças Armadas nesse novo contexto e nem a definição de uma política nacional de defesa que “orientasse a adoção de novas concepções estratégicas de uma preparação militar mais adequada aos cenários nacional e internacional” (MARQUES, 2003, p. 74).

Assim, no Brasil, as questões de Defesa careciam de uma política governamental, e eram formuladas isoladamente pelos respectivos estados-maiores de cada uma das Forças Armadas. Frisa-se que os ministros do Exército Carlos Tinoco, da Marinha Mário César Flores² e da Aeronáutica Sócrates Monteiro, foram consultados sobre a criação de um Ministério da Defesa ainda no governo Collor, mas não consideraram oportuno naquela ocasião (D'ARAÚJO; CASTRO, 2001).

O ponto crítico do governo Collor foi, sem dúvida, o processo de *impeachment* do presidente, conduzido segundo os preceitos constitucionais e sem a interferência militar (SOARES; 2006).

Destarte, a crise político-institucional desse governo foi uma “experiência comprovadora de que os ministérios militares não almejavam naquele momento

² O Ministro Alte. de Esquadra Mário César Flores defendia a criação de um Ministério da Defesa, no entanto essa não era a visão predominante entre o almirantado.

nenhum tipo de intervenção, uma vez que a fragilidade da situação permitiria tal ocorrência e ela não aconteceu (WINAND; SAINT-PIERRE, 2010, p.11).

Nesse sentido, é importante enfatizar que, embora a mentalidade militar seja fortemente marcada por um “organicismo extremado” (SOARES, 2006, p. 126) e que o conturbado momento político enfrentado pelo governo Collor possa ser considerado um estado de entropia social ou uma ruptura da ordem, os militares não se manifestaram oficialmente sobre o momento político.

Nos dois anos de governo Collor, observou-se uma mudança no perfil das relações civil-militares em relação ao governo anterior, pois neste, o presidente visava explicitamente exercer sua autoridade sobre as Forças Armadas. Todavia, essa postura pouco contribuiu para a efetiva institucionalização da supremacia civil, porque além de não se traduzir em uma política de governo, manteve o Poder Legislativo afastado desse processo (SOARES, 2006).

Assim, com o fim do processo de *impeachment*, Collor saiu do governo sem que fossem definidas claramente quais seriam as novas atribuições das Forças Armadas, permitindo um agravamento gradual das tensões nos quartéis e um difícil problema para o seu vice, Itamar Franco, resolver (WINAND; SAINT-PIERRE, 2010).

Na contramão de seu antecessor, Itamar Franco não indicou os ministros militares logo no início da composição de seu governo. Isso acarretou numa acirrada luta política pela definição dos ministros militares, a qual se prolongou do seu governo em direção à revisão constitucional e às eleições de 1994 (OLIVEIRA, 1994).

Em uma situação de incertezas e fragilidades, Franco substituiu o *staff* militar de Collor pelo almirante Ivan Serpa, general Zenildo Lucena e brigadeiro Lélvio Viana Lobo, trocas que lhes foram impostas pelo jogo político e militar organizado pelo ex-presidente José Sarney e seu ex-ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves. Desta forma, o governo de Itamar Franco representou o retorno a um quadro de tutela militar (OLIVEIRA, 1994).

Itamar Franco mostrou-se mais comedido que Fernando Collor de Mello em relação à autonomia dos militares, além de não enfatizar a necessidade de se definir uma política de defesa nacional, com a consequente não reformulação das concepções estratégicas brasileiras (MARQUES, 2003).

Os novos ministros militares emitiram opiniões acerca do processo político e sobre qual seria o papel das Forças Armadas dentro desse sistema,

principalmente durante o ano de 1993, quando o Congresso Nacional se organizava para realizar a revisão constitucional (MARQUES, 2003).

Sobre essa questão, o presidente pouco contribuiu para o debate e se mostrou suscetível a pressões de diversas ordens: algumas foram consideradas negativas, como no caso dos “antigos funcionários do SNI que buscavam reorganizar a ‘comunidade de informações’ na Secretaria de Assuntos Estratégicos” (MARQUES, 2003, p. 75).

Por outro lado, outras demandas tiveram um caráter positivo, a exemplo da proposta de um projeto de lei para indenizar famílias dos desaparecidos políticos durante a ditadura militar. Essa discussão foi reaberta após a descoberta de um cemitério clandestino na região de Perus, em São Paulo (MARQUES, 2003).

Verificou-se, ao longo do “governo-tampão”, uma mudança no comportamento dos ministros militares, e a liderança voltou ao Exército, num contexto em que o presidente parecia estar disposto a conviver com a ameaça de retorno tutelar. Este fato pode ser observado por meio de um documento divulgado pela própria Presidência, mas que, pelas características linguísticas, aparentava ter sido fornecido pelos militares (OLIVEIRA, 1994).

Assim, após uma reunião com seus ministros militares, o presidente divulgou uma nota, em que se destacam:

a) o estilo militar; b) o caráter inusitado, já que não era costume de divulgar comunicados relativos à reuniões dos ministros com o presidente; c) o tom de ameaça, transparecendo que o presidente teria assinado um documento tipicamente castrense; d) uma advertência político militar: “... o Brasil precisa de tropas aguerridas, às quais não falem, para dar eficácia à sua bravura, os indispensáveis instrumentos bélicos”; e) as Forças Armadas não aceitaram o separatismo (que acabou sendo enquadrado na Lei de Segurança Nacional a pedido do ministro da Justiça); f) com referência aos direitos civis (o direito de greve e a liberdade de imprensa): “não pode a democracia suicidar-se”. (OLIVEIRA, 1994, p. 394)

No que tange às missões designadas às Forças Armadas ao longo do governo Itamar Franco, houve duas direções. A primeira diz respeito ao reforço do Projeto Calha Norte e ao Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), como concessões dadas aos militares que se diziam desprestigiados em outras áreas. A segunda, consiste no início do emprego dos militares em questões internas, mas por iniciativas presidenciais. O caso pioneiro foi a intervenção do Exército na greve da Polícia Militar de Rondônia, e, posteriormente, Itamar Franco determinaria que esta mesma Força ocupasse os prédios da Polícia Federal em Brasília e em São Paulo para conter a greve dos agentes federais (SOARES, 2006).

Esse processo ampliou as funções de segurança interna atribuídas às Forças Armadas que, apesar de previstas constitucionalmente, ainda não estavam suficientemente regulamentadas. Além disso, a partir de então, iniciou-se a utilização das Forças Armadas no combate ao narcotráfico nos grandes centros urbanos, como forma de conter a violência social (SOARES; 2006).

Deve-se lembrar que, em 1994, a autoridade presidencial autorizou que as Forças Armadas ocupassem as favelas do Rio de Janeiro com o intuito de coibir o tráfico de drogas, na chamada Operação Rio (MARQUES, 2003).

Sobre essa temática Oliveira (1994, p. 399) argumenta:

O envolvimento militar em questões que não lhes são atribuídas pela Constituição não ocorre sem riscos para as instituições democráticas, na medida em que acarretará a militarização das estruturas de segurança que são civis em sua natureza (polícia civil, polícia federal), ou embora militares na sua estrutura (as Polícias Militares) são dependentes de poder civil dos Estados Federados. (OLIVEIRA, 1994, p.399)

Em relação à criação de um ministério da Defesa, os ministros militares do governo Itamar Franco, embora fossem contra, reconheciam que isso acabaria acontecendo devido à evolução política e administrativa internacional, e que, eventualmente seria adotado (OLIVEIRA, 1994).

Observa-se que, nesse período, o debate acerca do ministério da Defesa continuou girando em torno apenas dos fundamentos político-militares, uma vez que o país ainda não adotara uma clara e efetiva política nacional de defesa (OLIVEIRA, 1994).

Assim, nota-se que desde a década de 1980 as Forças Armadas enfrentavam dificuldades para implantar os projetos autônomos de cada uma das três áreas. Esse quadro foi se agravando durante as presidências de Fernando Collor e Itamar Franco por conta dos cortes orçamentários na área de defesa e devido ao início do processo de privatização das empresas estatais (MARQUES, 2003).

A restrição orçamentária paralisou projetos importantes para os militares, como o Calha Norte, acirrando ainda mais a insatisfação das tropas em relação aos soldos. Os ressentimentos em relação ao governo estenderam-se também ao Congresso Nacional, cuja pouca atenção dada aos assuntos relacionados à defesa nacional reacendeu entre os fardados um sentimento de que os políticos civis não se interessavam pelos temas militares, e, portanto, não se interessavam pelos temas de interesse “nacional” (MARQUES, 2003).

Por fim, conclui-se que no período de 1990 a 1994, não obstante a tensão pelo fim do SNI, os militares se mantiveram quase que intocáveis em suas prerrogativas e que, quando do impeachment do presidente Collor, ausentaram-se do processo, permitindo a cassação do presidente e a posse de Itamar Franco, mais afeito aos interesses da caserna e o que mais contou com ministros militares. Seu relacionamento com as Forças Armadas foi de acomodação das instituições políticas em relação aos militares e não contou com nenhuma crise relevante.

Com o fim do mandato de Itamar Franco, assume, em janeiro de 1995, o novo presidente, Fernando Henrique Cardoso, cujos governos imprimiram mudanças substantivas nas estruturas da Defesa Nacional.

2.3

O governo Fernando Henrique Cardoso: criação do Ministério da Defesa e reforma na Defesa Nacional

Durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1994 a 2002, observou-se uma série de transformações institucionais que representaram profundas mudanças na Defesa Nacional brasileira e no legado do regime militar.

Após um ano de governo, o primeiro grande passo foi dado com a sanção da Lei 9.140 de 4 de dezembro de 1995, mais conhecida como Lei dos Desaparecidos Políticos, instituindo a Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), vinculada ao Ministério da Justiça, para analisar, caso a caso, as denúncias referentes a mortes e desaparecimentos de pessoas, por motivos políticos durante a ditadura (FUCILLE, 2006).

Assim, a referida lei baseava-se no princípio de que são reconhecidas como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas elencadas no Anexo I da Lei nº 9.140³, por terem participado, ou terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, ou seja, no mesmo período previsto pela Lei de Anistia – Lei 6.683/1979 (FUCILLE, 2006).

Tratava-se de um tema sensível aos militares, que visivelmente ficaram insatisfeitos, pois tocava no “tabu da culpa da corporação nos episódios de tortura

³ Lei nº 9.140, Art. 1º: São reconhecidos como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, deste então, desaparecidas, sem que delas haja notícias. (BRASIL, 1995)

e aniquilação de presos políticos, em nome da ideologia da segurança nacional, no período ditatorial do pós-64” (MARTINS FILHO, 2000, p. 2).

A hierarquia militar, que até então se mostrava reticente em aceitar esse tipo de revisão, acatou a decisão política do governo, embora houvesse resistências, explicitadas principalmente pelos militares da reserva e suas entidades representativas. Mesmo que o sentimento geral dos militares fosse de repúdio a esta iniciativa governamental, as manifestações públicas dos militares da ativa foram apenas pontuais, algo bastante significativo para as relações civis-militares no país (SOARES, 2006).

Nesse contexto, é importante ressaltar dois pontos: se por um lado estava implícito o reconhecimento de que durante regime militar foram cometidos atos ilegais contra os direitos humanos, por outro, os arquivos militares continuaram fechados, evitando que a Comissão Especial pudesse empreender esforços para a identificação dos mortos e a localização dos corpos de pessoas desaparecidas, fato que poderia acarretar em pressões sobre a definição da responsabilidade direta por aqueles crimes (SOARES, 2006).

O ponto alto da indignação dos militares com a CEMDP se deu com a decisão de reconhecer a responsabilidade do Estado nas mortes do capitão Carlos Lamarca e Carlos Marighela, e, portanto, de indenizar as duas famílias. O Clube Militar reagiu de modo categórico, guardando luto, em protesto à indenização àqueles que consideravam guerrilheiros e subversivos (SOARES, 2006).

Em um Informativo do Exército, a cúpula ministerial se posicionou diante do público interno, afirmando que considerava que a morte do ex-capitão ocorreu numa situação de guerra interna, numa operação de combate, e que sua figura está atrelada à traição, terrorismo, deserção e quebra de um juramento oficial às Forças Armadas (SOARES, 2006).

No entanto, o modo como o presidente conduziu as negociações da Lei dos Desaparecidos com a caserna e a prática de consultar as Forças Armadas a respeito de assuntos relacionados à segurança e defesa apaziguou os ânimos dos militares. Além disso, FHC foi habilidoso ao buscar um equilíbrio que preservasse a Lei da Anistia: ao mesmo tempo que não gerava descrédito para as autoridades militares, também não comprometia sua legitimidade presidencial (FUCILLE, 2006).

Contudo, após feitas as indenizações, a situação permaneceu praticamente inalterada: as Forças Armadas continuaram mantendo os arquivos do período ditatorial fechados, e muitas vezes os destruíram, impossibilitando o exame

profundo das circunstâncias em que ocorreram violações aos direitos humanos, a identificação e a responsabilização dos agentes causadores dessas violações e a divulgação das informações para a sociedade (MARTINS FILHO, 2000).

Apesar das críticas, sob o prisma estritamente político, este passo dado pelo governo consistiu num avanço na direção do controle civil e da limitação da autonomia militar, ainda que essas medidas ainda sejam insuficientes.

Outro aspecto importante no plano de valorização da Defesa foi a criação, em maio de 1996, da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden), que consiste num:

Colegiado responsável por formular políticas e diretrizes de matérias relacionadas com áreas de relações exteriores de defesa nacional do Governo Federal, e por aprovar e acompanhar a implantação de ações que sejam de competência de mais de um ministério. É uma das câmaras setoriais do Conselho de Governo, órgão de assessoramento do Presidente da República. (Decreto nº 4.801/2003)

Vinculada ao Poder Executivo, a Creden representava uma medida inovadora e dentre suas atribuições estavam: cooperação internacional em assuntos de defesa e segurança, integração fronteiriça, população indígena, direitos humanos, operações de paz, narcotráfico e outros delitos de configuração internacional, imigração, atividades de inteligência (FUCCILLE, 2006).⁴

A Creden reunia à época diferentes atores políticos que, historicamente, dialogavam pouco entre si, como os ministros do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, do Estado-Maior das Forças Armadas, da Justiça, das Relações Exteriores, da Casa Civil e Militar, além da Secretaria de Assuntos Estratégicos.⁵ Percebe-se um avanço significativo no sentido de criar um espaço de articulação dos temas relacionados à Defesa Nacional (FUCCILLE, 2006).

Transcorrido pouco mais de um ano de mandato, as dificuldades em lidar com as demandas corporativas castrenses e o aumento do conflito intraforças eram evidentes. Assim, já na segunda reunião da Creden, em setembro de 1996, o presidente Fernando Henrique Cardoso orientou que os componentes desta Câmara encaminhassem os trabalhos visando elaborar uma Política de Defesa Nacional – o PDN (FUCCILLE, 2006).

⁴ Atualmente, além dessas designações, também se atribui à Creden: segurança para infraestruturas críticas, segurança da informação, segurança cibernética (BRASIL, 2019).

⁵ Atualmente, os componentes da Creden são: Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional; Ministro da Casa Civil; Ministro da Justiça; Ministro da Defesa; Ministro das Relações Exteriores; Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministro do Meio Ambiente; Ministro da Ciência e Tecnologia; Ministro da Fazenda; Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; Ministro da Saúde; Ministro das Comunicações; Ministro da Integração Nacional; Ministro de Minas e Energia; e Ministro dos Transportes. Além disso, tem como convidados permanentes: Comandante da Marinha, Comandante do Exército, Comandante da Aeronáutica e Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Tida como um marco nas relações civis-militares brasileira, pois pela primeira vez, o país, por meio de seu poder político teria um documento de defesa, a PDN fixou diretrizes claras e públicas voltadas para instituição militar, objetivando evidenciar e reafirmar a subordinação dos militares ao poder civil, ao mesmo tempo em que apresentava à sociedade o substrato que nortearia a criação do Ministério da Defesa (FUCCILLE, 2006).

A PDN procurou equacionar “visões não antagônicas, mas não necessariamente coincidentes, entre diplomatas e militares” (SOARES, 2006, p. 155), gerando uma espécie de consenso artificial. Por conseguinte, a PDN não demarca com clareza quais as atribuições de cada componente da Defesa, propiciando que as Forças Armadas pudessem, elas mesmas, estabelecer suas prioridades (SOARES, 2006). O documento de 1996, com apenas 18 páginas, afirmava que:

A Política de Defesa Nacional, voltada para ameaças externas, tem por finalidade fixar os objetivos para a defesa da Nação, bem como orientar o preparo e o emprego da capacitação nacional, em todos os níveis e esferas de poder, e com o envolvimento dos setores civil e militar. (BRASIL, 1996)

Além disso, elencava os seguintes objetivos para Defesa Nacional:

a) a garantia da Soberania, com preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais; b) a garantia do Estado de Direito e das instituições democráticas; c) a preservação da coesão e da unidade da Nação; d) a salvaguarda das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior; e) a consecução e a manutenção dos interesses brasileiros no exterior; f) a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção no processo decisório internacional; e g) a contribuição para manutenção da paz e da segurança internacionais. (BRASIL, 1996)

Assim, a PDN estabeleceu-se em consonância com as bases constitucionais, as quais impedem um posicionamento mais belicoso do estado brasileiro, adotando-se uma política estratégica dissuasória (SOARES, 2006).

No que tange às diretrizes⁶ traçadas pela PDN, estas se referem prioritariamente às ameaças externas, embora apontem para participação das

⁶ “Para a consecução dos objetivos da Política de Defesa Nacional, as seguintes diretrizes deverão ser observadas: a. contribuir ativamente para a construção de uma ordem internacional, baseada no estado de direito, que propicie a paz universal e regional e o desenvolvimento sustentável da humanidade; b. participar crescentemente dos processos internacionais relevantes de tomada de decisão; c. aprimorar e aumentar a capacidade de negociação do Brasil no cenário internacional; d. promover a posição brasileira favorável ao desarmamento global, condicionado ao desmantelamento dos arsenais nucleares e de outras armas de destruição em massa, em processo acordado multilateralmente; e. participar de operações internacionais de manutenção da paz de acordo com os interesses nacionais; f. contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a solidificação da integração regional; g. atuar para a manutenção de um clima de paz e cooperação ao longo das fronteiras nacionais, e para a solidariedade na América Latina e na região do Atlântico Sul; h. intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas; i. manter a

Forças Armadas em ações subsidiárias fomentadoras da integração nacional. Tais questões contribuíram para a futura criação do Ministério da Defesa, uma vez que estabeleciam normas de aprimoramento da capacidade de comando, do controle e da inteligência de todos os órgãos relacionados à Defesa Nacional (SOARES, 2006).

Embora representasse um grande avanço no tocante às relações civis-militares e aos assuntos relativos à Defesa, a PDN tinha insuficiências, como a pouca transparência com que foi conduzida e seu caráter genérico, vago e superficial, “ao gosto do desejado pelos militares participantes do processo em contraposição aos homens da Casa de Rio Branco (sejam os lotados na SAE, sejam os do Itamaraty)” (FUCILLE, 2006, p. 89).

Outro ponto marcante do primeiro governo FHC quanto às Forças Armadas foi a sua utilização para resolução de questões de ordem interna, com o consentimento, sobretudo, do Exército. Exemplo disso ocorreu entre maio e junho de 1995, quando o presidente acionou as Forças Armadas durante a greve dos petroleiros, que reivindicavam a recuperação das perdas salariais, a preservação de direitos e lutavam contra a quebra dos monopólios do petróleo, numa paralisação que durou 32 dias e atingiu refinarias, plataformas, terminais de distribuição e unidades administrativas da Petrobrás (FUCILLE, 2006).

Em relação aos movimentos sociais, embora a PDN, em vigor desde o final de 1996, não contemplasse o conceito de inimigo interno, este pareceu efetivamente orientar as ações do Exército. As Forças Armadas fizeram – e continuaram fazendo – estreito acompanhamento do Movimento dos Sem-Terra (MST) e na ocasião do massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, o presidente,

participação das Forças Armadas em ações subsidiárias que visem à integração nacional, à defesa civil e ao desenvolvimento socioeconômico do País, em harmonia com a destinação constitucional; j. proteger a Amazônia brasileira, com o apoio de toda a sociedade e com a valorização da presença militar; l. priorizar ações para desenvolver e vivificar a faixa de fronteira, em especial nas regiões norte e centro-oeste; m. aprimorar a organização, o aparelhamento, o adestramento e a articulação das Forças Armadas, assegurando-lhes as condições, os meios orgânicos e os recursos humanos capacitados para o cumprimento da sua destinação constitucional; n. aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e inteligência de todos os órgãos envolvidos na defesa nacional, proporcionando-lhes condições que facilitem o processo decisório, na paz e em situações de conflito; o. aprimorar o sistema de vigilância, controle e defesa das fronteiras, das águas jurisdicionais, da plataforma continental e do espaço aéreo brasileiros, bem como dos tráfegos marítimos e aéreos; p. garantir recursos suficientes e contínuos que proporcionem condições eficazes de preparo das Forças Armadas e demais órgãos envolvidos na defesa nacional; q. fortalecer os sistemas nacionais de transporte, energia e comunicações; r. buscar um nível de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de capacidade de produção, de modo a minimizar a dependência externa do País quanto aos recursos de natureza estratégica de interesse para sua defesa; s. promover o conhecimento científico da região Antártica e a participação ativa no processo de decisão de seu destino; t. aprimorar o Sistema de Mobilização para atender às necessidades do País, quando compelido a se envolver em conflito armado; e u. sensibilizar e esclarecer a opinião pública, com vistas a criar e conservar uma mentalidade de Defesa Nacional, por meio do incentivo ao civismo e à dedicação à Pátria.” (BRASIL, 1996)

pessoalmente, convocou o Exército para fazer uma varredura na área do conflito. Além disso, designou ao ministro-chefe da Casa Militar, e não ao ministro da Justiça, a elaboração de um relatório detalhado sobre o episódio. Em outros momentos, o Exército também foi convocado para impedir ações do MST e evitar conflitos entre fazendeiros e trabalhadores rurais sem-terra (FUCILLE, 2003).

Ainda no que tange à utilização das Forças Armadas para resolução de questões internas, o governo FHC ficou marcado pela ocorrência de greves das Polícias Militares de vários estados da federação, como Minas Gerais, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba, Bahia, Pernambuco e Tocantins (FUCILLE, 2005).

Nesse contexto, Zarevucha (2003, p.410) utiliza o exemplo do Tocantins para ilustrar a militarização da gestão da segurança pública:

O pedido do governador de Tocantins, em maio de 2001, ao GSI, do envio de tropas militares federais para debelar a greve da polícia militar. Mais uma vez FHC enviou o general Cardoso, em vez do ministro da Justiça, para representar o governo federal durante a crise. Pela primeira vez na história republicana, o exército atuou como agente político durante uma greve da polícia militar. Quem negociou o fim da greve foi o comandante militar do Planalto em vez do governador Siqueira Campos, que abdicou de sua competência abrindo o precedente. (ZAREVUCHA, 2003, p.410)

O contexto de aceitação tácita da opinião pública para esse emprego foi primordial para sua execução, apenas com reações pontuais e normalmente ligadas a algum excesso cometido por militares durante as mobilizações, mas não contra o emprego em si ou contra as autoridades responsáveis pela determinação de emprego (FERNANDES, 2006).

Por conta desses empregos constantes, foram aguçadas as percepções dos profissionais militares para a necessidade de preparo, por um lado, e de respaldo legal, por outro (FERNANDES, 2006).

Na perspectiva do preparo, dentro daquilo que se define como eficiência, tem-se uma demonstração prática não da autonomia militar, mas da busca, pelos militares, enquanto executantes e responsáveis, em última análise, pelas ações desencadeadas, de uma competência específica e das melhores condições materiais e de recursos humanos para fazer frente, de forma adequada, aos objetivos impostos pelo poder político civil. Assim, justifica-se, por exemplo, que o Exército, em princípios de 1998, estabeleça nova diretiva no sentido de se aumentar, no programa de instrução militar, a carga horária destinada à chamada Defesa Interna – uma herança dos tempos da Guerra Fria (FERNANDES, 2006).

Do ponto de vista legal, durante os governos FHC, apesar de razões fáticas que pudessem justificar a intervenção federal, por razões de natureza política,

essa conduta nunca foi adotada e a participação das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem se deu, normalmente, por meio de acordos de cooperação entre os governos estaduais atingidos e o governo federal (FERNANDES, 2006).

No bojo dessa discussão, um assunto que ainda está em voga mais de 20 anos depois, diz respeito ao envolvimento das Forças Armadas no enfrentamento ao narcotráfico. Os Estados Unidos, maior potência militar da atualidade e maior defensor da “Guerra às Drogas”, argumentavam que este deveria ser o papel fundamental das Forças Armadas em países do Terceiro Mundo, sobretudo na América Latina, na qual se enquadra o Brasil. Ganhava corpo entre alguns grupos militares a ideia de que agora os novos inimigos internos são o narcotráfico e o contrabando de armas; enquanto que por outro lado ressaltava-se a importância da função de defesa externa no país, que se encontrava esmorecida. Dessa forma, no decorrer dos anos FHC, sobre essa pauta, as Forças Armadas se comportaram de maneira pendular: ora abraçavam a questão da interdição de drogas, ora a refutavam (FUCCILLE, 2003).

Em 1998, após vencer as eleições somando 53% dos votos válidos, derrotando Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso tornou-se o primeiro presidente reeleito em dois mandatos consecutivos.

Foi em seu segundo mandato que FHC implementou a maior reforma na história da Defesa Nacional com a criação do Ministério da Defesa. Tal medida gerou um grande impacto sobre as Forças Armadas, pois implicava tratar de pontos sensíveis aos militares como sua submissão ao poder civil, novas formas de participação no governo, questões do passado, promoção de uma nova mentalidade e de novos valores (D'ARAÚJO, 2010).

Em 1994, durante a campanha eleitoral de seu primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso incluiu em seu plano de governo o estudo para criação do Ministério da Defesa, no qual Marinha, Exército e Aeronáutica atuassem de modo coordenado, com objetivos estratégicos e diretrizes comuns. Já no ano seguinte, o EMFA deu início aos estudos preliminares para criação do Ministério da Defesa, e em 1997, após a Diretriz Presidencial que contemplava sua constituição, bem como a extinção dos ministérios militares até então existentes e otimizar o sistema de defesa nacional, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), responsável por sua implementação.

Entretanto, os trabalhos do EMFA não deram um respaldo positivo para criação de um novo ministério. A proposta que emergiu da pesquisa realizada pelo Estado-Maior era de que o Ministério da Defesa coexistisse juntamente aos

ministérios militares, ao invés de ser um órgão agregador das diversas funções de defesa (D'ARAÚJO, 2010).

Nesse sentido, os argumentos centrais do EMFA eram de que nenhum modelo deveria ser “importado”; deveria se respeitar a tradição militar brasileira; as mudanças deveriam ser feitas de modo gradual, moderado e sem rupturas, compreendendo um período de transição; e deveria se rejeitar o artificialismo e valorizar os comandantes das Forças Singulares, principalmente em caso de extinção dos Ministérios Militares. Assim, nota-se a pouca disposição entre os militares em apoiarem ou promoverem alterações significativas na estrutura de defesa vigente até então (FUCILLE, 2006)⁷.

A constituição de um ministério de Defesa gerou resistência entre os militares mesmo porque previa a possibilidade de um ministro civil. Os militares apresentavam diferentes propostas, sempre visando a preservar sua influência política dentro do governo. Exemplo disso foi a proposta de adiar a implantação da direção civil sobre as Forças Armadas. Destarte, somente em médio prazo, tanto o EMFA quanto os ministérios militares deixariam de existir. Outra proposta postergava a decisão, alinhando no mesmo nível os ministérios militares, o EMFA e o Ministério da Defesa, que, na prática, seria criado sem função alguma (OLIVEIRA, 2005).

O presidente Fernando Henrique Cardoso, insatisfeito com os resultados apresentados pelos trabalhos realizados pelo EMFA, optou habilidosamente pela constituição do Grupo de Trabalho Interministerial e chamou para si a decisão de impor a sua diretriz: os ministérios militares seriam extintos e transformados em comandos, subordinados ao Ministério da Defesa (OLIVEIRA, 2005).

O GTI, sob a direção da Casa Civil, na figura do ministro Clóvis Carvalho, foi formado por cinco representantes militares (EMFA, Casa Militar, Marinha, Exército e Aeronáutica); Ministério das Relações Exteriores e Secretaria de Assuntos Estratégicos. A estratégia desenvolvida pelo presidente da República era dissipar a presença castrense, uma vez que os militares jamais confrontariam suas tradições e valores em prol da implantação da supremacia civil sobre o conjunto do aparelho militar (OLIVEIRA, 2005).

Após a definição do formato e da dinâmica mediante as quais se dariam as reuniões do GTI, a sistemática de trabalho foi ditada por dois subgrupos: *Alfa* (coordenado pelo EMFA) e *Bravo* (coordenado pela Casa Militar). Sob responsabilidade do primeiro, ficou a tarefa de reunir por áreas as atividades

⁷ Sobre as tensões e desentendimentos entre as três Forças nos estudos e negociações para a criação do MD, ver *Militares e política na Nova República* (CASTRO; D'ARAÚJO, 2001).

comuns passíveis de integração dos ministérios militares, tais sejam: 1) estratégico-operacional, 2) inteligência, 3) logística de material, 4) mobilização, 5) orçamento e finanças, 6) pessoal, 7) administração, 8) ciência e tecnologia, 9) assuntos internacionais e 10) atividades subsidiárias/complementares (FUCCILLE, 2006).

Já a cargo do subgrupo Bravo estava a missão de designar o nível possível de integração das atividades comuns, “estabelecendo-os como nível mínimo (correspondendo à harmonização), nível intermediário (coordenação) e nível máximo (centralização)” (FUCCILLE, 2006, p.118).

Assim, com a finalização dos trabalhos, em novembro de 1998, foi remetido ao Congresso Nacional, pelo presidente da República, o Projeto de Lei Complementar que versava sobre as normas gerais para organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, além da Proposta de Emenda Constitucional modificando os dispositivos constitucionais adequando-os à criação do Ministério da Defesa e à extinção dos Ministérios Militares (FUCCILLE, 2006).

Em janeiro de 1999 foi instituído o Ministério Extraordinário da Defesa, que ao longo de seis meses coexistiu com os ministérios militares, sendo designado para essa pasta o advogado e político do Espírito Santo, Élcio Álvares (PFL-ES), recém derrotado nas urnas para as eleições ao Senado em seu estado. Nesse período, o governo organizava os trâmites legais para criação do novo órgão, entre eles a aprovação da Lei Complementar nº 97, que criava o Ministério da Defesa e integrava as Forças Armadas à sua estrutura (D'ARAÚJO, 2010).

Por fim, o Ministério da Defesa foi definitivamente implementado, em junho 1999, com o advento de três marcos legais: a Lei Complementar 97, de 9 de junho de 1999, a Medida Provisória 1799-6 e o Decreto 3080, os dois últimos de 10 de junho de 1999. Tal legislação foi complementada pela Emenda Constitucional nº 23, de 2 de setembro de 1999 e pela Portaria nº 2.144/MD, de 29 de outubro de 1999 (OLIVEIRA, 2005).

Enfim, esse marco regulatório tratava de questões relacionadas aos seguintes temas: Política de Defesa Nacional; política e estratégia militares; doutrina e planejamento de emprego das Forças Armadas; inteligência estratégica e operacional no interesse da defesa; operações militares das Forças Armadas; relacionamento internacional das Forças Armadas; orçamento de defesa; legislação militar; atuação das Forças Armadas na preservação da ordem pública, no combate a delitos transfronteiriços ou ambientais, na defesa civil e no desenvolvimento nacional; constituição, organização, efetivos, adestramento e aprestamento das forças navais, terrestres e aéreas etc. (FUCCILLE, 2006).

A inovação institucional representada pela criação do Ministério da Defesa produziu uma série de alterações de caráter político, administrativo, diplomático, estratégico e operacional. Sua constituição foi um avanço democrático, criando expectativas quanto ao aperfeiçoamento das relações civis-militares no Brasil, e oferecendo um importante instrumento para o exercício do controle civil sobre os militares (SOARES, 2006).

Do ponto de vista administrativo, tratava-se de uma possibilidade de conferir maior racionalidade à gestão pública, evitando duplicidade de meios e o “encaminhamento mais adequado das demandas orçamentárias, por meio da integração de planejamentos e coordenação de esforços” (SOARES, 2006, p. 156).

Em relação à questão diplomática, o Brasil se ressentia quanto a uma representação unívoca de defesa nas negociações regionais e internacionais. A ausência de um órgão unificado gerava dificuldades adicionais nas relações interestatais (SOARES, 2006).

No que tange às diretrizes de caráter estratégico, operacional e outras resoluções de natureza técnicas, coube aos próprios militares a sua formulação, garantindo uma autonomia institucional (SOARES, 2006).

Com a criação do Ministério da Defesa, extinguiram-se os ministérios militares, subordinando seus antigos ministros, agora transformados em comandantes, à figura do novo ministro civil. Isso teve uma forte conotação simbólica, na medida em que demonstrou uma intenção de direção política sobre assuntos relacionados à defesa (SOARES, 2006).

Deste modo, a criação do Ministério da Defesa constituiu-se num importante marco nas relações civis-militares no Brasil, que instituiria novos arranjos políticos e institucionais para Defesa Nacional, que se desdobrariam na formulação da institucionalidade militar da década seguinte, com a revisão da Política de Defesa Nacional e a elaboração da Estratégia Nacional de Defesa. Na prática, a predominância militar no ministério continuou hegemônica.

2.4

Os anos Lula: estratégias, inovações, continuidades e ilusões

As ações na área de Defesa Nacional tiveram avanços significativos desde o governo Fernando Henrique Cardoso, com o lançamento do primeiro documento oficial de defesa, a PDN, em 1996, e a criação do Ministério da Defesa em 1999.

Contudo, foi a partir precipuamente do segundo mandato do presidente Lula da Silva que as questões relacionadas à defesa entraram em novo momento. A

PDN foi atualizada, em 2005, com a instituição da Política Nacional de Defesa, (PND) e, em 2008, produziu-se a Estratégia Nacional de Defesa (END). Assim, esta maior institucionalização da defesa nacional acarretou a retomada de projetos estratégicos das Forças Armadas.

A compreensão de que modo o poder militar é visto na política brasileira é fundamental para compreender as razões que levaram o governo Lula a incrementar seus investimentos no setor. Nesse sentido, os documentos de Defesa sinalizam como o Ministério da Defesa lidou com o reaparelhamento das Forças Armadas publicamente para a sociedade civil (VAZ, 2017).

Ressalta-se que, ao longo do governo Lula, os repasses ao Ministério da Defesa foram possíveis graças à conjuntura econômica favorável que o país atravessava e a questões internas, como a condução da pasta durante este período (VAZ, 2017).

A política de defesa, por ser de competência única e exclusiva do Estado, não pode ser executada por atores privados ou coletivos, e, portanto, deve ser reconhecida como uma política pública. Deste modo, a publicação de documentos de defesa oficiais pela pasta, constituindo seu eixo normativo básico, correspondeu a um esforço na direção de transformar a política de defesa em política pública (MILANI; PINHEIRO, 2003).

A partir da criação do Ministério da Defesa, no final dos anos 1990, e da divulgação dos documentos oficiais, observa-se, como vimos, maior preocupação com assuntos relacionados à temática militar, buscando esclarecer melhor os parâmetros da política de defesa nacional. O motivo dessa mudança nos rumos da política de defesa decorre da percepção das autoridades do período sobre a necessidade de expandir a influência brasileira nos fóruns multilaterais em prol do desenvolvimento e do contrabalanceamento do poder das grandes potências (OLIVEIRA, 2005).

Nos anos Lula, houve planos de investimentos para a superação de debilidades internas, tal qual a defasagem das capacidades defensivas do país, com o intuito de alcançar maior autonomia diante das demais potências centrais. Logo, o grande desafio seria justamente ampliar a capacidade de influência brasileira e, ao mesmo tempo, manter os valores caros à política externa (OLIVEIRA, 2005).

As propostas levantadas pelo governo para área correspondem à revitalização da indústria nacional de defesa; à aquisição e desenvolvimento de capacidade científica e tecnológica, mediante produção própria ou de

transferência de tecnologia; e compra de produtos que permitissem suprimir uma parcela das demandas mais urgentes (FUCCILLE, et al., 2015).

O fomento ao setor de defesa nacional tinha entre seus principais objetivos criar condições para que o Brasil recuperasse sua posição de destaque no mercado internacional de produtos bélicos e na política internacional, uma vez que teria condições de superar suas vulnerabilidades internas. Desse modo, no decorrer dos dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva, o processo de reestruturação das Forças Armadas e construção de capacidades foi evidenciado nos documentos oficiais e no planejamento estratégico do setor.

O primeiro documento de defesa no Brasil, a PDN, publicado em 1996, no primeiro governo Fernando Henrique, tinha como objetivo fortalecer o controle civil sobre os militares, buscando aumentar a credibilidade internacional do país, reiterada posteriormente com a instituição do Ministério da Defesa, em 1999. Já a PDN, lançada em 2005, no governo Lula, enfatizou a necessidade de reestruturação do setor de defesa e de superação das debilidades do Brasil, reforçando que para atingir a visibilidade internacional almejada, seria preciso tornar suas capacidades defensivas independentes das grandes potências (FUCCILLE, et al., 2015).

De acordo com o Ministério da Defesa:

A Política de Defesa Nacional voltada, preponderantemente, para ameaças externas, é o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa e tem por finalidade estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional. O Ministério da Defesa coordena as ações necessárias à Defesa Nacional.

Esta publicação é composta por uma parte política, que contempla os conceitos, os ambientes internacional e nacional e os objetivos da defesa. Outra parte, de estratégia, engloba as orientações e diretrizes.

A Política de Defesa Nacional, tema de interesse de todos os segmentos da sociedade brasileira, tem como premissas os fundamentos, objetivos e princípios dispostos na Constituição Federal e encontra-se em consonância com as orientações governamentais e a política externa do País, a qual se fundamenta na busca da solução pacífica das controvérsias e no fortalecimento da paz e da segurança internacionais.

Após um longo período sem que o Brasil participe de conflitos que afetem diretamente o território nacional, a percepção das ameaças está desvanecida para muitos brasileiros. Porém, é imprudente imaginar que um país com o potencial do Brasil não tenha disputas ou antagonismos ao buscar alcançar seus legítimos interesses. Um dos propósitos da Política de Defesa Nacional é conscientizar todos os segmentos da sociedade brasileira de que a defesa da Nação é um dever de todos os brasileiros.

Um dos aspectos mais importantes da PND e que permitiu o alcance de ações mais robustas no sentido de tornar o Brasil mais autônomo em termos de capacidades de militares, foi a presença de Nelson Jobim no comando do

Ministério da Defesa. Após debelar a crise da aviação civil, e consequentemente a crise no setor militar⁸, herança de seu antecessor, o ministro Waldir Pires, Jobim voltou o foco para a reestruturação da defesa nacional, por meio do reaparelhamento e da reorganização das Forças Armadas. A partir de então, a defesa ganhou mais respaldo no campo político (BORELLI; PERON, 2016).

Um exemplo importante da gestão Jobim foi a promulgação da Lei Complementar nº 136/2010, mais conhecida como Lei da Nova Defesa, que trata do desenvolvimento de novas capacidades para o cumprimento das missões e o desempenho das novas funções das Forças Armadas, além de conduzi-las à adoção de um novo modelo de gestão de recursos humanos (plano de carreira, remuneração e sistema previdenciário (OKADO, 2012).

A referida lei promoveu um maior envolvimento do Congresso Nacional nos assuntos relacionados à Defesa Nacional, criou o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) no âmbito do Ministério da Defesa, além de permitir à referida pasta a elaboração de políticas e diretrizes sobre os produtos de defesa, armamentos, munições, meios de transporte, comunicações etc., impulsionando a indústria nacional de defesa (OKADO, 2012).

Dessa forma, reitera-se o previsto na PND, que definia como seus objetivos:

As relações internacionais são pautadas por complexo jogo de atores, interesses e normas que estimulam ou limitam o poder e o prestígio das Nações. Nesse contexto de múltiplas influências e de interdependência, os países buscam realizar seus interesses nacionais, podendo gerar associações ou conflitos de variadas intensidades.

Dessa forma, torna-se essencial estruturar a Defesa Nacional de modo compatível com a estatura político-estratégica para preservar a soberania e os interesses nacionais em compatibilidade com os interesses da nossa região. Assim, da avaliação dos ambientes descritos, emergem objetivos da Defesa Nacional:

- I - a garantia da soberania, do patrimônio nacional e da integridade territorial;
- II - a defesa dos interesses nacionais e das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior;
- III - a contribuição para a preservação da coesão e unidade nacionais;
- IV - a promoção da estabilidade regional;
- V - a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais; e
- VI - a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais. (BRASIL, 2005, p.6)

Ainda que de forma tangencial, a PND aborda a questão do reaparelhamento das Forças Armadas via desenvolvimento da indústria de defesa, pois, se tem o consenso de que há uma conexão entre defesa e desenvolvimento, cujo ponto-chave está na revitalização deste setor. Por isso,

⁸ Para maiores esclarecimentos sobre as crises militares no governo Lula, consultar: MARTINS (2010). Disponível em: https://www.academia.edu/2770289/Tensões_militares_no_governo_Lula_2003-2009_

ainda em 2005, foi aprovada a Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID), entendida como um esforço do governo em incentivar o diálogo e incrementar a interação entre defesa nacional e outros setores envolvidos no objetivo de fortalecer a Base Industrial de Defesa – BID⁹ (BORELLI; PERON, 2016).

A PNID visa a promover a reestruturação da indústria brasileira de materiais de defesa, entre os quais destacam-se: a redução da carga tributária sobre as empresas que compõem a BID; a diminuição progressiva da dependência externa por meio de incentivos à produção local; a melhoria na qualidade dos produtos de Defesa; e a melhoria na capacidade de mobilização da BID (BRASIL, 2005).

Em 2007, o então presidente Lula, quando anunciou a criação de um grupo para formulação da END, reforçou a necessidade da concepção de Programa de Crescimento Acelerado das Forças Armadas, ou PAC da Defesa. Nesse sentido, a indústria nacional é fundamental nessa dinâmica, pois o setor da indústria e os empresários brasileiros passaram a direcionar maior atenção para área da defesa durante o governo do presidente petista, enfatizando os argumentos traçados nos documentos oficiais (MONTEIRO, 2007).

Além disso, outras importantes ações foram implementadas com o intuito de fomentar o setor de defesa brasileiro, como a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), de 2008, que considerou o complexo industrial de defesa como um dos programas mobilizadores em áreas estratégicas e o Plano Brasil Maior (PBM).

No que tange à END, observa-se que os incentivos à reestruturação do setor militar tornam-se ainda mais nítidos, contendo as diretrizes e ações estratégicas destinadas a assegurar que os objetivos traçados na PND possam ser atingidos.

Segundo o documento de 2008, a END se organiza em torno de 4 eixos centrais, a saber:

- a) Como as Forças Armadas devem se organizar e se orientar para melhor desempenharem sua destinação constitucional e suas atribuições na paz e na guerra;
- b) a reorganização da Base Industrial de Defesa, para assegurar o atendimento às necessidades de equipamento das Forças Armadas apoiado em tecnologias sob domínio nacional, preferencialmente as de emprego dual (militar e civil);
- c) a composição dos efetivos das Forças Armadas;
- d) o futuro do Serviço Militar Obrigatório, observando a necessidade das Forças Armadas serem formadas por cidadãos oriundos de todas as classes sociais. (BRASIL, 2008)

⁹ A BID corresponde ao “o conjunto das empresas estatais ou privadas que participam de uma ou mais etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos estratégicos de defesa – bens e serviços que, por suas peculiaridades, possam contribuir para a consecução de objetivos relacionados à segurança ou à defesa do país.” (BRASIL, 2019).

Verifica-se que a END tinha como objetivos centrais a reorganização e reorientação das Forças Armadas no sentido de assegurar autonomia da Marinha, do Exército e da Aeronáutica a fim de que adquirissem capacidade dissuasória para combater as possíveis ameaças à integridade nacional, como presenças hostis nas fronteiras terrestres, nas águas jurisdicionais e no espaço aéreo nacional, baseado na interdependência tecnológica estrangeira. Desta forma, ainda que a probabilidade de o Brasil se envolver num conflito bélico seja mínima, a END defende que o país tenha capacidade de combate para conseguir dissuadir pois, se o país quisesse ocupar um lugar de destaque no cenário mundial, precisaria estar preparado para se defender tanto das agressões quanto das ameaças (BRASIL, 2008).

No documento também é possível observar que há menções sobre outros aspectos, como educação, economia, infraestrutura, ciência e tecnologia, reforçando a importância da articulação entre a defesa e outros setores fundamentais para o desenvolvimento do país (BRASIL, 2008). Destaque especial é dado ao Serviço Militar Obrigatório, destacando um tipo de interface que se pretende construir entre Forças Armadas e sociedade.

Outra contribuição significativa incorporada pela END foi a definição de três setores estratégicos à defesa nacional: o espacial, sob responsabilidade da Força Aérea; o cibernético, a cargo do Exército; e o nuclear, sob os cuidados da Marinha (BRASIL, 2008).

A END também estabeleceu diretrizes visando a interação das mais diversas instituições e empresas em trabalhos integrados, voltados ao fortalecimento da BID, cujo grande objetivo estratégico é a capacitação científica e tecnológica do país no setor militar (BRASIL, 2019).

Assim, a efetiva consolidação da BID depende do trabalho conjunto do setor produtivo, concentrado principalmente na iniciativa privada, com o setor de desenvolvimento sob responsabilidade do Estado. O Ministério da Defesa atua no sentido de promover condições que possibilitem a alavancagem da BID brasileira, capacitando a indústria nacional do setor para que alcance autonomia em tecnologias estratégicas para o país (BRASIL, 2019).

A END, lançada em 2008, foi revista em 2012, 2016 e 2018, e atualmente está em vigor a versão atualizada em 2020.

Assim, os anos Lula foram para a Defesa Nacional um período de continuidades e inovações na direção da construção de um aparato institucional no setor, com a publicação da PDN, da END, e com os trabalhos que culminariam no lançamento do Livro Branco de Defesa no governo seguinte. Além disso, traçou

estratégias para as três Forças, com o desenvolvimento de projetos em diversas áreas. Por outro, o bom desempenho econômico do governo gerou uma falsa ilusão de que a indústria de defesa teria uma grande expansão retomando a importância que teve na década de 1980, quando ocupava a 8ª posição no mercado internacional, levando à criação de programas de investimentos no setor que não geraram os resultados esperados.

Do ponto de vista das relações do governo com os militares, foi um período de vários confrontos ou crises como observado por Martins Filho (2010), evidenciando que a autonomia da corporação não fora abalada.

Trata-se de um período no qual, no âmbito institucional, completaram-se 20 anos da ascensão do regime civil e da promulgação da CF/88, e comemorou-se os 10 anos da criação do Ministério da Defesa. Além disso, no plano externo, o governo apoiou iniciativas como a participação brasileira na missão de paz no Haiti, o acordo de cooperação militar com a França e a proposição de um Conselho Sul-Americano de Defesa (MARTINS FILHO, 2010).

Quanto à questão estratégica, houve, como vimos, a publicação da PND (2005) e da END (2008), dois importantes documentos para o setor de defesa. No campo interno, observa-se que mesmo as Forças Armadas tendo sido mobilizadas pelo presidente a participar de ações de Garantia de Lei e de Ordem (GLO), estas não se destinaram a conter os movimentos sociais (MARTINS FILHO, 2010).

Contudo, observa-se que os anos Lula se caracterizaram por uma sucessão de tensões político-militares e por quatro significativas mudanças na gestão do Ministério da Defesa (MARTINS FILHO, 2010).

Após a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, as primeiras divergências já começaram em torno da escolha do novo ministro da Defesa. No meio castrense, a preferência era pela escolha do então presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa (Credn), o deputado federal Aldo Rebelo, pois de acordo com os comandantes das Três Forças Armadas, era preferível que o Ministério da Defesa fosse comandado por um político de esquerda a ser chefiado por um diplomata, no caso, o embaixador do Brasil na Rússia, José Viegas Filho. As Forças Armadas e o Itamaraty são marcados pelas peculiaridades acerca de suas respectivas autonomias de ações e doutrinas, e pelo distanciamento nos debates sobre temas relativos à defesa e diplomacia. Assim, na concepção da alta cúpula militar, um embaixador à frente do Ministério da Defesa era visto com desconfiança, mas na disputa de interesses, a decisão do presidente prevaleceu (MISSIATO, 2014).

Entretanto, ainda no início do governo, decidiu-se adiar a compra dos caças da Força Aérea e discutir a unificação da previdência civil, fato alardeado pelos chefes militares (MARTINS FILHO, 2010). Nessas circunstâncias, coube a Viegas Filho apaziguar as insatisfações da caserna, mantendo o discurso da importância das Forças Armadas, ao mesmo tempo em que tentava explicar as razões para o adiamento dos investimentos (MISSIATO, 2014).

Desta maneira, na contramão do discurso da campanha, que defendia a aplicação de recursos para modernizar as Forças Armadas, o que se verificou na prática foi o adiamento de investimentos para o setor. Comparado ao ano de 2002, o montante de recursos destinados ao Ministério da Defesa no Orçamento Geral da União, em 2003, foi menor, tendência que se seguiu ao longo do primeiro mandato de Lula (MISSIATO, 2014).

Essa situação foi vista pelos militares como um sinal de desprestígio e serviu de incentivo para suas manifestações políticas. Ainda em 2003, o descontentamento com a questão dos soldos aumentava devido à recusa do Ministério do Planejamento em conceder o aumento de aproximadamente 30% reivindicado pelo setor, levando a declarações dos comandantes da Marinha e da Aeronáutica (MARTINS FILHO, 2010). Em abril do ano seguinte, Viegas Filho aumentou seu desgaste político ao enviar uma mensagem aos comandantes das três Forças proibindo-os de se manifestarem sobre os soldos, pois essa temática era de sua responsabilidade exclusiva (MARTINS FILHO, 2010).

Outros dois aspectos da gestão de Viegas Filho que geraram resistências entre às Forças Armadas foram: críticas à falta de empenho do Exército na busca pelos corpos dos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia; e o projeto de reforma administrativa da Escola Superior de Guerra, incluindo reestruturação curricular e de comando (ZAVERUCHA, 2005 b, p. 144, apud AMORIM NETO, 2014, p. 325).

Além disso, na gestão de Viegas Filho houve dois graves atos de indisciplina militar. O primeiro foi a nomeação de um general para o cargo de assessor do ministro, que comparecia fardado aos eventos, num desvio de função. O segundo correspondeu ao não envio da listagem com os nomes dos generais que comandariam a missão de paz no Haiti (ZAVERUCHA, 2005 b, p. 144, apud AMORIM NETO, 2014, p. 325).

No entanto, a queda do então ministro da Defesa começou a se desenhar quando o Centro de Comunicação Social do Exército emitiu uma nota fazendo apologia ao regime militar, em resposta à divulgação, pelo jornal Correio Braziliense, de fotos do jornalista Vladimir Herzog, posteriormente reconhecidas como falsas, na sede do Doi- Codi, antes de sua morte por tortura. Viegas Filho,

em contrapartida, declarou ser inaceitável a manutenção da concepção da Doutrina de Segurança Nacional na vigência de um regime democrático (MARTINS FILHO, 2010; AMORIM NETO, 2014).

Sem o respaldo do presidente Lula, Viegas Filho entregou sua carta de demissão, que foi prontamente aceita, em novembro de 2004, sendo substituído pelo vice-presidente José Alencar. O substituto do diplomata ocupou o cargo de novembro de 2004 a março de 2006, e ele próprio afirmou não ter o perfil adequado para o estar no ministério da Defesa (MARTINS FILHO, 2010).

Da parte dos comandantes das três Forças, que foram mantidos no cargo após a demissão de Viegas Filho, logo perceberam que se um comando civil ativo poderia ser um entrave à sua autonomia, um substituto inativo acarretava outros problemas. Com um perfil mais voltado para questões políticas, empresariais e eleitorais, José de Alencar estava mais preocupado com articulações em torno desses temas do que em receber os comandantes militares. Com o escândalo do “Mensalão”, a área de defesa ficou ainda mais em segundo plano e assuntos como soldos, reequipamento, abertura dos arquivos da ditadura e problemas na aviação civil ficaram sem solução (MARTINS FILHO, 2010).

Assim, em 2005, o comando das três Forças defendeu junto à Credn do Senado a necessidade de um orçamento mais adequado para o setor de defesa. Por fim, em março de 2006, José Alencar foi substituído por Waldir Pires.

A gestão do novo ministro da Defesa foi marcada por dois graves acidentes aéreos. O primeiro deles, em 29 setembro de 2006, tratou-se da queda Boeing 737-800 da Gol Linhas Aéreas após colidir com um jato executivo, modelo Legacy da Embraer, alugado por norte-americanos, nas proximidades da Serra do Cachimbo, no Sul do Pará, matando 154 pessoas. O segundo, cerca de 10 meses depois, em julho de 2007, se deu quando um Airbus A-320, da empresa brasileira TAM, não conseguiu frear na pista do aeroporto de Congonhas e explodiu ao colidir com um prédio da mesma empresa que se localizava depois de uma avenida, próxima à cabeceira da pista, vitimando 187 pessoas. Além disso, entre essas duas grandes tragédias, houve quatro acidentes em aeroportos, sem vítimas fatais, que foram noticiados na imprensa (D'ARAÚJO, 2010).

Esses episódios culminaram no que ficou conhecido como “caos” ou “apagão” aéreo, iniciado depois que as investigações do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos da Força Aérea Brasileira indicaram a responsabilidade dos controladores de voo no acidente da Gol. Com isso, esses profissionais, na maioria militares, começaram uma mobilização em defesa da

categoria que passou a afetar significativamente o tráfego aéreo no país (MARTINS FILHO, 2010).

O auge da crise ocorreu em março de 2007 na ocasião em que um movimento dos controladores de voo de Brasília e mais quatro capitais paralisou 49 aeroportos brasileiros e todo o tráfego aéreo em território nacional. As autoridades civis e militares foram pegas de surpresa e a ação dos controladores desencadeou a primeira tensão militar grave no governo Lula (MARTINS FILHO, 2010).

Na interpretação de D'Araújo (2010), essa crise pode ser vista sob vários pontos de vista, dentre eles, os principais seriam: “o movimento salarial dos controladores de voo, que na condição de militares, não podiam fazer greves, mas o fizeram (tecnicamente o nome é *motim*); o papel do ministro da Defesa e do Comandante da Aeronáutica e a atuação da Anac no decorrer desses meses de caos” (D'ARAÚJO, 2010, p.199).

No movimento dos controladores de voo, militares aderiram à greve de uma parcela da categoria que é formada por civis, e se amotinaram, o que configura crime militar, e, portanto, deveria ser tratado pela instituição de acordo com suas normas e códigos. Ao longo desse período, militares prenderam civis, enquanto civis, como o presidente da República e ministros de Estado, desautorizavam as decisões tomadas pelos comandantes militares. Em meio à crise, o ministro da Defesa e a Anac foram ausentes, demonstrando não terem autoridade e comando para solucionar o problema, e o quanto as autoridades civis estavam desarticuladas em relação ao tema (D'ARAÚJO, 2010).

É nesse contexto que o ministro da Defesa, Waldir Pires, é retirado do cargo e assume o ex-ministro do governo Fernando Henrique Cardoso, Nelson Jobim. Lula deu carta branca para que o novo ministro resolvesse a crise aérea, que, de pronto, impôs sua autoridade em relação aos comandantes das Forças singulares (MARTINS FILHO, 2010).

Resolvida a questão aérea, durante um período as relações civis-militares pareciam estar mais acomodadas, até que, em junho de 2008, eclodiu uma crise político-militar devido à presença do Exército no Morro da Providência, no Rio de Janeiro, por conta da Operação Cimento Social (MARTINS FILHO, 2010).

Criado pelo então senador e possível candidato à prefeitura do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, já no início das obras, em dezembro de 2007, o Cimento Social, que contava com verbas do governo federal, causava controvérsia, por seu caráter eleitoral. Em junho de 2008, o assassinato de três jovens após serem

entregues a traficantes da facção rival por militares, que deveriam dar garantia à execução do projeto numa área dominada pelo tráfico, desencadeou a crise.

Mesmo o Exército afirmando o contrário, o documento “Procedimentos Operacionais Padrão e Regras de Engajamento à Operação Cimento Social”, de dezembro, assinado pelo então comandante da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada, general de brigada Williams Soares, demonstra que no Morro da Providência, por meio do projeto Cimento Social, havia uma típica operação de ocupação da comunidade. Não constava nada sobre segurança dos canteiros de obras ou dos operários. Previa-se, até mesmo, como os militares deveriam agir diante de situações adversas, como hostilidade dos moradores, encontro de pessoas armadas ou de cadáveres, arremesso de granadas contra a tropa e a revista de suspeitos, entre outras (MARTINS FILHO, 2010).

O “caso do projeto Cimento Social” é um exemplo do uso político das Forças Armadas, no qual o respeito à Constituição foi atropelado e subordinado aos interesses circunstanciais de políticos e generais (ARRUDA, 2007).

Por fim, outra crise militar no governo Lula se deu em relação à reserva indígena Raposa Serra do Sol. A demarcação da terra, que era uma reivindicação histórica dos indígenas da região, das etnias Macuxi, Wapixana, Ingarikó, Taurepang e Patamona, foi realizada em 1998 e homologada de forma contínua por Lula em 2005, marcando a retirada de não índios da região. Em 2008, quando Lula resolveu implementar, de fato, sua decisão de 3 anos antes, os fazendeiros que ocupavam a área reagiram e atacaram a aldeia indígena e houve intervenção da Polícia Federal (MARTINS FILHO, 2010).

Nesse imbróglio, o general Augusto Heleno, comandante militar da Amazônia, deu declarações alegando que era um absurdo não índios serem proibidos de entrar em terras indígenas – o que não era verídico. Essa afirmação se insere num contexto de preocupações do Exército com a defesa da Amazônia e das fronteiras nacionais (MARTINS FILHO, 2010).

No entanto, é preciso salientar que, como militar, esse tipo de declaração é vedado, e que mesmo com a insubordinação do referido general, tanto o presidente da República quanto o ministro da Defesa não tiveram uma reação mais enérgica e ele não foi punido (MARTINS FILHO, 2010).

Assim, observa-se que no governo Lula houve avanços importantes, como a publicação na PND e da END, apontando para uma maior institucionalização da área de defesa nacional e de seus rumos estratégicos. Porém, a soberania do poder civil sobre os militares foi posta à prova, e demonstrou que as Forças Armadas continuam sendo um ator político relevante e autônomo.

2.5

Governo Dilma: Indústria de Defesa, Livro Branco de Defesa e Comissão Nacional da Verdade

Findado o governo Lula, em 2010 elegeu-se como sua sucessora Dilma Rousseff, também pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Formulada pelo governo anterior e reiterada nos anos Dilma, a PND pressupõe que mesmo o Brasil sendo um país pacífico não pode ser indefeso. Seria preciso garantir a soberania, a integridade territorial e proteger as riquezas naturais, como o Pré-Sal, a Floresta Amazônica etc. Para isso, era importante dispor de Forças Armadas bem equipadas, conforme as premissas abordadas na PND e, principalmente, na END.

No decorrer do governo Dilma Rousseff, algumas iniciativas foram instituídas a fim de fomentar a indústria de defesa e dar continuidade aos projetos estratégicos do setor. Em 2011, foi lançado o Plano Brasil Maior (PBM), voltado para o aumento da competitividade da indústria nacional, consolidando a chamada nova política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do país (BRASIL, 2011).

Dentre as principais medidas do Plano estão: desoneração da folha de pagamentos; regime especial setorial automotivo; compras governamentais; desoneração das exportações; defesa comercial; financiamento e garantia para as exportações; promoção comercial; desoneração tributária; financiamento ao investimento; financiamento à inovação; e marco legal da inovação (BRASIL, 2011a).

Nesse mesmo ano, a indústria de defesa foi incorporada ao PBM, e em 2012, a edição da Lei nº 12.598, conhecida como Lei de Fomento à Base Industrial, tornou-se uma das principais medidas para o setor, na medida em que estabeleceu benefícios nas compras públicas de defesa em favor das empresas nacionais, em especial, um conjunto selecionado de companhias, classificadas como Empresas Estratégicas de Defesa (EED). Tais empresas só podiam ser consideradas EED após serem credenciadas pelo Ministério da Defesa, e assim passarem a ter acesso ao Regime Especial Tributário para Indústria de Defesa (RETID). Além disso, este marco regulatório possibilitou o apoio do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) e às EEDs que realizassem operações de exportações de produtos de defesa (SILVA; PEDONE, 2017).

Ainda em 2012, foi instituído outro marco legal importante para o setor, o Plano de Articulação e Equipamento da Defesa (PAED), representando a

consolidação dos detalhados planos de articulação, equipamentos e recuperação da capacidade operacional da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. O PAED permitiria que as três Forças consolidassem requisitos comuns para a aquisição de meios, ampliando sua eficiência e diminuindo seus custos. Além disso, para o restante do governo e para a sociedade, garantiria transparência sobre como estão sendo empregados os recursos da defesa – o que é vital em um estado democrático (AMORIM, 2012)

Este Plano é um dos principais mecanismos que o Estado possui para garantir o fornecimento dos meios que as Forças Armadas necessitam, assim como a infraestrutura que irá provê-los. É através dele que o Ministério da Defesa planeja e executa compras relacionadas aos projetos estratégicos de defesa, ao passo que organiza e sustenta a indústria de defesa brasileira (BRASIL, 2019).

Deste modo, visando a recuperar a capacidade operacional das Forças Armadas e a consolidar a aquisição de equipamentos de defesa, bem como a fortalecer o ensino, a pesquisa e a educação no setor, o PAED abrange 35 projetos das três Forças Armadas e apresenta um horizonte temporal de vinte anos. De acordo com o MD, a implantação do PAED traria ao país externalidades positivas nos campos militar, político, econômico, científico tecnológico e social, além de efeitos positivos para a própria BID (ANDRADE et al., 2016).

No que tange aos documentos de defesa, a publicação oficial do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), proposto pela Lei Complementar nº 136/2010 e lançado em 2012, foi apresentado como um importante avanço quanto à transparência e à cooperação entre civis e militares

Maria Celina D'Araújo afirma que os livros brancos de defesa têm o intuito de apresentar à sociedade e às demais nações a política de defesa de um país, detalhando as condições objetivas de armamento e tecnologia disponíveis. Trata-se de uma decisão de Estado, alcançada, em grande medida, quando há cooperação entre civis e militares, funcionando como um sinal de como está o nível de autonomia ou de subordinação das Forças Armadas em relação ao poder civil e à democracia.

Em julho de 2012, a presidente Dilma Rousseff enviou para apreciação do Congresso Nacional o primeiro LBDN do país. No entanto, devido ao pouco interesse do Legislativo brasileiro pelos temas relativos à defesa, o texto foi apresentado pelo Executivo e aprovado sem maiores discussões (D'ARAÚJO, 2012).

O LBDN estrutura-se em seis partes: o Estado brasileiro e a defesa nacional; o ambiente estratégico do século XXI; a defesa e o instrumento militar; a transformação da defesa; e a economia da defesa (BRASIL, 2012).

Com uma grande quantidade de informações sobre o contingente de homens e mulheres e de armamentos das Três Forças, o LBDN destaca-se também por enfatizar a tradição pacifista do país; a projeção de poder do Brasil e de suas Forças Armadas; e por elencar as razões para expandir o orçamento militar (D'ARAÚJO, 2012).

O primeiro capítulo trata das questões físicas e demográficas do país e de seus recursos naturais, enquanto o capítulo segundo, intitulado “O ambiente estratégico do século XXI”, aborda as iniciativas do país nos planos regional e global, tratando de colaborar com a segurança internacional, os direitos do mar, as missões de paz e a proliferação nuclear etc. (D'ARAÚJO, 2012).

Na terceira seção, cada Força expõe detalhadamente sua história, dados sobre pessoal, estrutura, funcionamento, carreira, escolas, cursos, armamentos, projetos científicos e militares. Neste capítulo, encontram-se informações sobre o projeto do submarino de propulsão nuclear, o sistema de mobilização nacional, as participações das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem (GLO), o intercâmbio com outros países, as missões de paz, o controle aéreo da região amazônica, os processos decisórios dentro do Ministério da Defesa. Ressalta-se que diversos aspectos apresentados nesse capítulo ainda não estavam totalmente estruturados e outros projetos não tinham sua aplicação garantida no curto prazo (D'ARAÚJO, 2012).

O quarto capítulo conta apenas com 10 páginas e discute as relações da defesa com a sociedade, demonstrando como as Forças Armadas cooperam em assuntos sociais, numa relação unidirecional, em que se apresentam de modo assistencialista (D'ARAÚJO, 2012).

Na quinta seção, o LBDN fala sobre a transformação do setor de defesa, abordando questões relacionadas à “base industrial de defesa”, estimativas de pessoal, programas e projeto de pesquisa e tecnologia e da necessidade de as Forças Armadas servirem ao desenvolvimento econômico do país (D'ARAÚJO, 2012).

Por fim, o último capítulo traz o tema do orçamento de defesa, mostrando como este é formulado e executado e a pouca participação do setor nos gastos da União. Assim, visam demonstrar a insuficiência de recursos para que as Forças Armadas cumpram as suas funções de maneira adequada (D'ARAÚJO, 2012).

O primeiro LBDN trouxe um grande volume de informações sobre a composição das Forças Armadas, seus planos, seus projetos, consistindo num grande esforço da corporação atendendo também à necessidade de ampliação do orçamento de defesa (D'ARAÚJO, 2012).

O LBDN, pela voz oficial, é considerado o documento mais completo sobre as atividades de defesa brasileira, buscando esclarecer sobre quais as políticas norteiam os procedimentos de segurança e proteção à soberania do país, além de aportar transparência quanto à atuação das Forças Armadas, por meio da prestação de contas sobre a adequação da estrutura de defesa disponível no Brasil. As informações contidas no documento servem como instrumento para estimular o debate no âmbito do Congresso Nacional, da burocracia estatal e da sociedade como um todo (BRASIL, 2019).

Foi ainda no governo Dilma Rousseff que, em 8 de novembro de 2011, foi sancionada a lei que criaria a Comissão Nacional da Verdade (CNV), com a finalidade declarada de “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos, praticadas no período fixado no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (BRASIL, 2011).

A CNV trabalharia por dois anos a fim de investigar violações de direitos humanos no período compreendido entre 1946 e 1988. A referida comissão deveria ser composta por sete membros nomeados pela Presidência da República e dotada de poderes, como a intimação para convocar testemunhas e acesso a todos os arquivos do governo. Desta forma, o Brasil, a exemplo de outros países da região, constituiu uma comissão da verdade para apurar seu passado repressivo (BRITO, 2013)

A aprovação da lei foi resultado de uma longa discussão política iniciada no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e envolveu congressistas, ministros – especialmente o da Defesa e o de Direitos Humanos –, membros de organizações de direitos humanos, familiares de mortos e desaparecidos políticos e representantes das Forças Armadas (WINAND, BIGOTÃO, 2014).

O atrito entre o governo e os militares sobre essa questão ganhara repercussão em dezembro de 2009, quando, ainda no governo Lula, foi assinado o decreto que instituía o Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos, na qual constava a criação de uma Comissão Nacional da Verdade responsável por “promover esclarecimento público das violações de Direitos Humanos por agentes do Estado na repressão aos opositores” (D'ARAÚJO, 2012, p. 592).

Apenas em 2011, já no governo Dilma Rousseff, foi de fato criada a CNV, iniciando-se novamente o conflito entre o governo e as Forças Armadas. A tensão se acirrou em fevereiro de 2012 quando duas ministras de Estado, em declarações públicas, se posicionaram a favor da revisão da Lei da Anistia. As Forças Armadas reagiram, por meio do Clube Militar, lançando uma nota criticando a presidente por não advertir suas ministras, o que demonstraria leniência com a postura de suas auxiliares. Na visão dos militares, isso era um indicativo de que o governo não respeitaria o ordenamento jurídico do país, considerando que a Lei da Anistia foi declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (D'ARAÚJO, 2012).

Durante algum tempo o assunto saiu de pauta até que no mês de abril, o Clube Militar celebrou o 48º aniversário do golpe de 1964, demonstrando toda sua insatisfação com as políticas do governo em relação à memória e à “verdade histórica”. Na ocasião, de acordo com a imprensa, um grupo de manifestantes de partidos de esquerda e de movimentos sociais cercaram a sede do Clube Militar e gritaram palavras de ordem contra a ditadura, a tortura e os torturadores. Os militares interpretaram algumas manifestações como intolerância política e algumas ações foram chamadas de “escracho” (D'ARAÚJO, 2012).

As críticas militares ao governo Dilma se avolumaram levando até mesmo a categoria castrense a levantar a hipótese de levante em nome da honra. De fato, segundo a lei de Anistia, nenhum militar teria que passar pelo constrangimento de explicar suas ações como agentes da repressão e nem responder em juízo por seus atos (D'ARAÚJO, 2012).

A CNV, apesar da semântica e da ousadia do nome, é uma Comissão tardia cujo objetivo foi recuperar informações e registros sobre as ações de violência dos agentes estatais. Entretanto, grande parte desses agentes, sejam eles executores ou mandantes, já se encontrava com idade avançada ou estava morta. Constituiu-se em mais uma etapa no processo de justiça de transição, embora não se propusesse a produzir responsabilização. Em comparação com outros países que já implementaram comissões desse tipo, a CNV apresentou funções bem mais restritas (D'ARAÚJO, 2012).

No episódio da criação da CNV, observa-se que as Forças Armadas mantiveram a defesa da instituição com os mesmos argumentos da Guerra Fria, sinalizando que os processos de socialização interna, educação e instrução militares “ainda não acompanham os passos de uma sociedade democrática, que não pode constitucionalmente ter protagonismo militar” (D'ARAÚJO, 2012, p.594).

Assim, nota-se que ainda há uma longa discussão acerca das relações civis-militares, da subordinação das Forças Armadas ao poder civil e do papel dos militares após a ditadura militar.

2.6

Governo Temer: um prelúdio do que ainda haveria por vir

A compreensão da participação política das Forças Armadas no governo Bolsonaro, requer que se retroceda a análise para a gestão anterior, de Michel Temer (2016-2018). Nesse período, esse fenômeno se acentuou e no ambiente político que precedeu o pleito presidencial de 2018, os militares encontraram terreno fértil para se colocarem novamente, de forma explícita, como reguladores da vida política e social do país.

O então presidente, recriou o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), extinto por sua antecessora, Dilma Rousseff¹⁰, lhe reatribuindo o status de ministério. Para ocupar a chefia deste órgão ao qual compete, entre outras funções, levar à Presidência questões de segurança interna e analisar o potencial de risco de fatos que possam comprometer a estabilidade institucional, nomeou o general Sérgio Etchegoyen. Apreensivo em relação aos movimentos sociais, procede de uma família diretamente ligada à militarização da política, principalmente em momentos de ruptura institucional¹¹ (MEYER, 2018).

A gestão Temer não só recriou o GSI, como também lhe atribuiu uma autoridade que não se concentrava em único órgão desde a ditadura militar. Passaram a ser competências do ministério: espionagem; contraespionagem; monitoramento de fronteiras, infraestrutura e ciberespaço; compartilhamento de informações entre órgãos governamentais; informações sobre ações contrárias ao

¹⁰ Durante a reforma ministerial em outubro de 2015, a presidente Dilma Rousseff renomeou o GSI como Casa Militar e transferiu sua tutela à Secretaria de Governo, chefiada por um civil. Rompeu-se, assim, com a tradição, desde 1999, no governo Fernando Henrique Cardoso, quando o GSI substituiu a antiga Casa Militar da Presidência da República, sendo sempre chefiado por generais.

¹¹ O avô de Sérgio Etchegoyen, Alcides Guedes Etchegoyen, ocupou, durante o governo de Getúlio Vargas, no Estado Novo, diversos cargos militares, até que em 1942, substituiu Filinto Müller na Chefia de Polícia do Distrito Federal. Além disso, há registros de que, em 1955, participou de conspirações para impedir a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek, e do também eleito vice-presidente João Goulart. Seu pai, Leo Etchegoyen, e seu tio, Cyro Etchegoyen ocuparam cargos importantes durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985). No relatório final da Comissão Nacional da Verdade, em 2014, tanto o pai quanto o tio do ministro Sérgio Etchegoyen foram citados, entre mais de 300 militares acusados de terem atuado de alguma forma na prática de "graves violações de direitos humanos". Leo Etchegoyen foi citado devido aos cargos que exerceu, tais como a chefia do Estado-Maior do II Exército e do III Exército, sem relacioná-lo a atos ou vítimas específicas, o que levou seu filho a divulgar uma nota com duras críticas à Comissão, que ele acusou de não ter procurado a família durante seus trabalhos de investigação. Cyro Etchegoyen, por sua vez, foi identificado pelo coronel da reserva do Exército e ex-agente do Centro de Informações do Exército (CIE), Paulo Malhães, como o Doutor Bruno, responsável do CIE pela Casa da Morte, aparelho clandestino de tortura e execuções do órgão em Petrópolis (RJ).

Estado Democrático de Direito e ao combate à corrupção; identificação de oportunidades e interesses para o desenvolvimento nacional etc. (MEYER, 2018).

Outro ponto de inflexão que acentuou esse processo de militarização da política foi a nomeação de um general da reserva do Exército para ocupar o Ministério da Defesa¹², que desde sua criação, em 1999, sempre fora chefiado por civis. Assim, o general Joaquim Silva e Luna passou a comandar a pasta da Defesa, em 2018, sendo o primeiro militar a chefiá-la (MEYER, 2018).

Isso representou um retrocesso nas relações civil-militares no Brasil, visto que a própria criação do Ministério da Defesa se constituiu um marco no estabelecimento do controle civil da sociedade sobre os militares. Segundo Oliveira (2005), o Ministério da Defesa estabeleceu a mais ousada alteração na democracia brasileira, pois antes “o ministro do Exército era uma espécie de fiador do presidente da República onde o presidente era refém dos ‘humores, rumores, pressões e processos’ nas Forças Armadas, onde se jogava seu destino político” (OLIVEIRA, 2005, p.25). Desta forma, a decisão de Temer de nomear um militar para o comando da Defesa foi na contramão da efetivação do controle civil sobre as Forças Armadas, pois colaborou para reduzir a participação do poder civil nas áreas de Defesa.

O governo Temer, assim como outros que o antecederam, também não prescindiu de fazer uso político das Forças Armadas. Exemplo disso, é que diante da crise política instalada em seu governo e de sua significativa impopularidade, para buscar uma saída de curto prazo para os problemas de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, Michel Temer recorreu à intervenção federal, baseado no artigo 34 da Constituição Federal de 1988¹³. O presidente, então, nomeou como interventor federal, o general do Exército Walter Braga Netto, retirando a autonomia das autoridades do estado do Rio de Janeiro na segurança pública (MEYER, 2018).

¹² Até a criação do Ministério da Defesa, em 1999, havia cinco ministérios militares, além da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, cada qual tratando dos assuntos relacionados à defesa sob o prisma particular da instituição militar considerada.

¹³ Art 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para: I - manter a integridade nacional; II - repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra; III - pôr termo a grave comprometimento da ordem pública; V - garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação; V - reorganizar as finanças da unidade da Federação que: a) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior; b) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei; VI - prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial; VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático; b) direitos da pessoa humana; c) autonomia municipal; d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta. e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

Na ocasião da nomeação do general Braga Netto, o comandante do Exército, general Eduardo Villas Boas, em reunião do Conselho da República, manifestou que os militares que participassem das operações de segurança durante a intervenção federal deveriam ter a garantia de que futuramente não seria criada nenhuma espécie de Comissão da Verdade. Assim, as Forças Armadas estavam sendo deslocadas de sua função institucional, que é a defesa nacional, para atuar no combate à criminalidade e ao tráfico de drogas, questões relacionadas à segurança pública, mas que certamente atraem mais votos (MEYER, 2018).

Notadamente, a partir do segundo mandato de Dilma Rousseff e com a deflagração de seu processo de impeachment, as manifestações e opiniões públicas sobre questões de natureza política, do alto escalão das Forças Armadas, passaram a ser cada vez mais constantes. Em setembro de 2015, à época comandante Militar do Sul e hoje vice-presidente da República, o general Antônio Hamilton Martins Mourão, afirmou em palestra no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) em Porto Alegre, que era preciso um "despertar para a luta patriótica" como saída para crise política do país (MEYER, 2018).

No mês seguinte, permitiu que fosse realizada uma homenagem póstuma ao coronel Brilhante Ustra, ex-comandante do DOI-Codi, em São Paulo, um dos principais centros de repressão da ditadura, e torturador da presidente Dilma durante o regime militar. Após esses episódios, foi exonerado do Comando Militar do Sul e transferido para Brasília, onde passou a trabalhar na Secretaria de Economia e Finanças do Exército. Em 2017, após o presidente Michel Temer ser denunciado pela segunda vez pela PGR, o general falou por três vezes na possibilidade de intervenção militar diante da crise enfrentada pelo país. Em 2018, já na reserva, Mourão filiou-se ao Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) e concorreu como candidato a vice-presidente na chapa vencedora da eleição presidencial, encabeçada pelo capitão reformado e deputado federal, Jair Bolsonaro (MEYER, 2018).

Entretanto, o auge dos discursos militares ameaçando intervir na política nacional ocorreu, em 2018, quando o comandante do Exército, general Villas Boas, se pronunciou sobre o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do *habeas corpus* impetrado pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, afirmando em seu *twitter*, que o Exército brasileiro “compartilha o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões

institucionais". A fala gerou uma enorme repercussão e foi interpretada por vários setores da sociedade como uma ameaça de intervenção militar (MEYER, 2018).

Conforme esse prelúdio, observa-se que a participação das Forças Armadas na arena política vinha sendo cada vez mais crescente nos últimos anos. Assim, o governo Bolsonaro só veio aprofundar, de modo bem mais acentuado, um fenômeno já presente contexto político brasileiro.

2.7

Os militares na política no governo Bolsonaro

Primeiramente, ressalta-se, conforme Amorim e Acácio (2020), que o Brasil representa um caso peculiar entre os regimes democráticos contemporâneos, em relação à participação dos militares na política, pois estes voltaram à arena política a convite de um presidente democraticamente eleito.

No início de seu mandato, ao anunciar a composição dos ministérios, já era notória a presença de membros da caserna no alto escalão do governo: oito dos 22 ministérios eram comandados por egressos da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica. Em dezembro de 2020, nove ministros de Estados são ou foram oficiais de carreira das Forças Armadas, conforme as tabelas 1 e 2 a seguir:

Tabela 1: Ministérios ocupados por militares no primeiro escalão do governo Bolsonaro em janeiro de 2019

Ministério	Ministro	Vínculo com as Forças Armadas
Ministério da Defesa	Fernando Azevedo e Silva	General de Exército (reserva)
Secretaria Geral de Governo	Carlos Alberto Santos Cruz	General de Divisão do Exército(reserva)
Gabinete de Segurança Institucional	Augusto Heleno Ribeiro Pereira	General de Exército (reserva)
Ministério de Minas e Energia	Bento Costa Lima Leite Albuquerque	Almirante de Esquadra (ativa)
Ministério de Ciência e Tecnologia	Marcos César Pontes	Tenente- Coronel da Força Aérea Brasileira (reserva)
Ministério de Infraestrutura	Tarcísio Gomes de Freitas	Capitão do Exército (reserva)
Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União	Wagner Rosário	Capitão do Exército (reserva)

Secretaria-Geral da Presidência da República ¹⁴	Floriano Peixoto Vieira Neto	General de Divisão do Exército (reserva)
--	------------------------------	--

Fonte: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/01/15/governo-bolsonaro-tem-militares-em-ministerios-e-cargos-estrategicos.ghtml>. Elaboração própria.

Tabela 2: Ministérios ocupados por militares no primeiro escalão do governo Bolsonaro em dezembro de 2020

Ministério	Ministro	Vínculo com as Forças Armadas
Ministério da Defesa	Fernando Azevedo e Silva	General de Exército (reserva)
Secretaria Geral de Governo	Luiz Eduardo Ramos Batista Pereira	General de Exército (ingressou no governo estando na ativa e depois foi para reserva)
Gabinete de Segurança Institucional	Augusto Heleno Ribeiro Pereira	General de Exército (reserva)
Ministério de Minas e Energia	Bento Costa Lima Leite Albuquerque	Almirante de Esquadra
Ministério de Ciência e Tecnologia	Marcos César Pontes	Tenente- Coronel da Força Aérea Brasileira (reserva)
Ministério de Infraestrutura	Tarcísio Gomes de Freitas	Capitão do Exército (reserva)
Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União	Wagner Rosário	Capitão do Exército (reserva)
Ministério da Saúde	Eduardo Pazzuelo	General de Divisão (ativa)
Casa Civil	Walter Sousa Braga Netto	General de Exército (ingressou no governo estando na ativa e depois foi para reserva)

Fonte: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/01/15/governo-bolsonaro-tem-militares-em-ministerios-e-cargos-estrategicos.ghtml>. Elaboração própria.

Em junho de 2021, 39,1% do gabinete presidencial era composto por militares, correspondendo ao mais alto nível de participação castrense no governo desde a redemocratização (1985-2020) (AMORIM; ACÁCIO, 2020).

A militarização da democracia brasileira pode ser explicada através da combinação de hipóteses pautadas tanto na literatura sobre instituições políticas nacionais e de outros países, quanto nos estudos sobre relações civil-militares.

O sistema político brasileiro, caracterizado pela combinação de um presidencialismo em que o chefe do Executivo possui amplos poderes, com um

¹⁴ Ao assumir a presidência dos Correios, o Gal.Floriano Peixoto Vieira Neto, foi substituído pelo Major da reserva da Polícia Militar, Jorge Oliveira.

legislativo altamente fragmentado, gerando o presidencialismo de coalizão e levando à uma fórmula governamental demasiadamente ampla e vaga, na qual seus elementos constitutivos podem ser permutados de diversos modos (AMORIM; ACÁCIO, 2020).

Ao mesmo tempo em que o arranjo institucional brasileiro estimula a constituição de coalizões governativas altamente fragmentadas e heterogêneas, que podem ser custosas da perspectiva orçamentária e “exigir o recurso a métodos heterodoxos ou escusos para serem mantidas” (AMORIM; ACÁCIO, 2020, p. 7), a alta fragmentação também faz com que o tamanho legislativo do partido do presidente seja pequeno, ocasionando a formação de governos minoritários no Legislativo e a nomeação de ministros apartidários (AMORIM; ACÁCIO, 2020).

Esse arcabouço institucional, pautado no presidencialismo multipartidário extremado, associado a um governo minoritário e comandado por um presidente extremista, contribuiu, de várias maneiras, para a acentuação do fenômeno da militarização da política verificada no governo Bolsonaro.

Considerando-se o período compreendido entre 2003 e 2018, a coalizão que regia o Brasil esteve diretamente vinculada a grandes escândalos de corrupção, os chamados “Mensalão” e “Petrolão”. Além disso, o país sentiu a intensificação da crise econômica e o crescimento dos índices de violência. Esses fatores combinados deslegitimaram os grandes partidos políticos, e complementarmente, os problemas de segurança pública fomentaram um clamor por medidas mais duras, aumentando o apoio popular à utilização das Forças Armadas em questões dessa natureza, por meio de operações do tipo Garantia da Lei e da Ordem (AMORIM; ACÁCIO, 2020).

Bolsonaro, em sua campanha presidencial, buscou atender a esses anseios e explicitamente declarava que governaria com a ajuda dos militares. Elegeu-se com 55,13% dos votos válidos, no segundo turno, porém seu partido, o Partido Social Liberal (PSL), ocupou apenas 10,14% das cadeiras na Câmara dos Deputados. Assim, o novo presidente com um perfil extremista e com um partido relativamente pequeno no Congresso Nacional, apresentava grandes chances de nomear ministros apartidários, como militares, por exemplo (AMORIM; ACÁCIO, 2020).

Desde o início de seu mandato, Jair Bolsonaro esforçou-se para associar as Forças Armadas ao seu governo, a fim de dissuadir o Congresso Nacional de destituí-lo, cercar-se de quadros leais à sua liderança e aproveitar-se da boa imagem que as Armas têm junto à sociedade. Para tal, adotou uma série de

medidas com o intuito de aludir que seu governo conta com apoio total e irrestrito das Forças Armadas, tais quais: (i) constantes visitas presidenciais a cerimônias e unidades militares; (ii) nomeação de diversos ministros egressos da caserna; (iii) nomeação de milhares de oficiais para cargos de confiança na administração federal; (iv) menor contribuição das Forças Armadas à reforma da previdência em relação aos setores civis; (v) reforma da carreira militar acompanhada de um generoso aumento salarial; (vi) emissão de um dispositivo legal permitindo que militares da reserva possam atuar no setor público com aumento de 30% no soldo; (vii) aumento do orçamento de Defesa e garantia do seu não contingenciamento, inclusive no contexto de pandemia (AMORIM; ACÁCIO, 2020).

No tocante às Forças Armadas, é necessário analisar as razões pelas quais resolveram aderir ao governo Bolsonaro, ainda que isso seja uma manobra arriscada para a instituição, considerando que com militares da ativa envolvidos com o governo deixam de focar na sua missão precípua, que é a Defesa Nacional. Além disso, um eventual fracasso, assim como os erros do governo Bolsonaro, estaria atrelado à imagem das Armas e poderiam gerar um gap entre os militares e as elites civis (AMORIM; ACÁCIO, 2020).

No entanto, apesar dos riscos, os militares se aproximaram cada vez mais de Bolsonaro. Primeiramente, é preciso considerar que as Forças Armadas são organizações dotadas de cultura própria, conservadoras, e que visam a sua sobrevivência e manutenção de seus interesses de modo relativamente coerente. Nesse sentido, as Forças Armadas também respondem às oportunidades, espaços e brechas engendradas pelo sistema político (AMORIM; ACÁCIO, 2020).

Outrossim, Amorim e Acácio (2020) consideram que há dois fatores fundamentais que pautam as preferências e o comportamento dos militares brasileiros, são eles: ideacionais e materiais.

No que tange ao aspecto ideacional, os militares brasileiros se enxergam como os verdadeiros salvadores do país e guardiões morais da nação. Somente eles têm os conhecimentos e as competências necessárias para capitanear o país rumo ao desenvolvimento e salvá-lo em momentos de instabilidade. No governo Bolsonaro, os militares estão no centro decisório do poder, atuando em ministérios de grande importância estratégica e operacional, como Saúde, Ciência e Tecnologia, Infraestrutura, Minas e Energia, e diretamente na articulação política, sendo responsáveis pela Casa Civil e pela Secretaria Geral de Governo (AMORIM; ACÁCIO, 2020).

Enquanto corporação, os militares buscam proteger a própria imagem e por isso, passam à arena política quando algo mexe com seus brios. Ao longo do

governo da petista Dilma Rousseff, vários episódios inflamaram os oficiais, que se sentiram desprestigiados e atingidos em sua honra. Foi o caso da perda de status ministerial do GSI – em que pela primeira vez, não haveria nenhum militar ocupando o primeiro escalão do Executivo Federal – e no campo simbólico, a publicação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, que apesar de não poder acusar legalmente os agentes responsáveis por violações dos direitos humanos durante a ditadura militar, nomeou uma lista com seus nomes, envergonhando, os supostos perpetradores. Isso gerou uma enorme comoção entre as Forças Armadas, levando os clubes militares a se manifestarem enfaticamente (AMORIM; ACÁCIO, 2020).

Ainda no campo ideacional, o ambiente político gerado por conta da crise econômica desencadeada no segundo governo Dilma, atrelado ao envolvimento do ex-presidente Lula e de membros proeminentes do Partido dos Trabalhadores em escândalos de corrupção e ao aumento da polarização em decorrência do controverso processo de *impeachment* da presidente, em 2016, fizeram despertar o anticomunismo, ideologia fortemente difundida nas Forças Armadas, desde 1935. Bolsonaro encarnou a luta anticomunista e antipetista, atraindo os militares também no campo simbólico (AMORIM; ACÁCIO, 2020).

Por fim, em relação aos fatores materiais, nota-se que, desde o governo Fernando Henrique Cardoso (1994-1998/1998-2002), os militares reclamam constantemente da precarização da atividade militar e da falta de recursos para o setor. No entanto, o orçamento de Defesa está entre os maiores, situação que permanece desde o governo FHC até os dias do governo Bolsonaro (AMORIM; ACÁCIO, 2020). É possível que essa insatisfação tenha contribuído para que os oficiais aderissem ao governo Bolsonaro, objetivando, entre outras coisas, satisfazer as demandas econômicas da caserna, como a manutenção dos investimentos nos projetos estratégicos das Forças (AMORIM; ACÁCIO, 2020).

Além disso, a corporação castrense, racionalmente, tenta assegurar seus interesses através do controle sobre a formulação da política de defesa. No Brasil, parte dos oficiais aceitaram com muitas restrições a criação do Ministério da Defesa no segundo governo Cardoso, enquanto outros criticavam duramente o presidente por não terem sido consultados em matérias relativas à defesa e por razões salariais (AMORIM; ACÁCIO, 2020).

Ressalta-se que no primeiro ano do governo Bolsonaro, mesmo em um cenário de ajuste fiscal, o Ministério da Defesa contou com um reforço orçamentário de R\$ 6,3 bilhões a mais do que o previsto no orçamento inicial (BRASIL, 1988)

Acrescido a isso, os militares tornaram-se protagonistas do governo e asseguraram a aprovação de uma reforma previdenciária e de carreira em termos melhores que os servidores civis. Em 2019, o Ministério da Defesa esteve entre os cinco órgãos superiores a receber mais recursos do governo federal, apresentando uma elevação de 10,9% em relação ao ano anterior (BRASIL, 1988b)

Analisando-se a evolução orçamentária do Ministério da Defesa, observa-se que não há oscilações significativas ao longo dos anos, girando em torno de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Contudo, há um problema estrutural no orçamento de Defesa brasileiro, pois a maior parte dos recursos é empregada em gastos com pessoal, restando pouco para investimentos. Segundo os dados do próprio Ministério da Defesa, cerca de 79,7% dos recursos são destinados ao gasto com pessoal, enquanto a fatia dedicada aos investimentos é de 13,1%. (BRASIL, 2020a)

Em 2020, em um cenário de pandemia do novo coronavírus, o orçamento de defesa foi previsto em R\$ 114,5 bilhões e executado um valor de R\$ 95,11 bilhões, correspondendo a 2,87% dos gastos públicos (BRASIL, 2020b).

Para 2021, mesmo o Brasil não dando sinais de arrefecimento da pandemia, o governo acabou com a blindagem dos gastos como enfrentamento da COVID-19, mas preservou os principais projetos estratégicos das Forças. Mantiveram-se os projetos FX-2¹⁵ e Prosub¹⁶, além de impedir o contingenciamento das despesas destinadas à aquisição do cargueiro militar KC-390, dos gastos com a compra do blindado Guarani, para o Exército. Além do mais, manteve no anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, como despesas livres de bloqueios, a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) e do Sistema de Defesa Estratégico (BRASIL, 2020a).

Vale ressaltar que apesar dos importantes avanços no controle civil das Forças Armadas¹⁷, a maior parte da formulação da política de defesa fica a cargo dos militares, com pouquíssima participação civil. Nesse sentido, é importante destacar que não existe ainda no Ministério da Defesa cargos importantes chefiados por civis. Em sua maioria os servidores principais do ministério são militares da ativa ou da reserva. Mesmo previsto na Estratégia Nacional de Defesa (2008), até hoje não foi a carreira de Analista de Defesa Nacional, que teria

¹⁵ Prevê a compra de caças da sueca Saab para a renovação da frota da Força Aérea Brasileira.

¹⁶ Programa de Desenvolvimento de Submarinos firmado entre o Brasil e a França

¹⁷ Criação do Ministério da Defesa (1999), Lei da Nova Defesa (2010) a publicação do Livro Branco de Defesa Nacional (2012).

equiparação à militares de áreas correlatas, e permitiria a formação de um quadro de especialistas civis no setor de defesa, ampliando a presença de civis no Ministério da Defesa.

Assim, as análises demonstram que um conjunto de fatores ideacionais, como o salvacionismo militar e o anticomunismo, e materiais, relativos à questão orçamentária e da formulação e condução da política de defesa, contribuíram para que a caserna aderisse ao governo Bolsonaro. Ao longo de sua carreira parlamentar, Bolsonaro defendeu os interesses salariais e corporativos das Forças Armadas, e como presidente recolocou os oficiais em lugar de destaque e prestígio na política nacional. Por outro lado, os militares se constituem um dos pilares de sustentação fundamentais do atual governo. Em troca de seu apoio, recebem contrapartidas em forma de nomeações para cargos da administração pública federal e bônus orçamentários.

3

Processo Legislativo Orçamentário Brasileiro

O orçamento é instrumento fundamental de governo, sendo o principal documento de política pública, no qual os governantes selecionam prioridades, decidindo como gastar os recursos arrecadados da sociedade e como distribuí-los entre diferentes grupos sociais, conforme seu peso ou força política. Discute-se se a repartição da receita fiscal no orçamento contempla os grupos políticos conforme sua correlata representação na sociedade, ou se as decisões relacionadas ao seu ciclo são transparentes, permitindo a devida responsabilização dos agentes públicos etc. (ABRUCIO; LOUREIRO, 2005, p.12).

Assim, o orçamento é uma peça fundamental que expressa as escolhas financeiras de um país, com prazo de validade, geralmente anual, que deve ser renovado periodicamente, assumindo importância fundamental sobre a vida em sociedade. O processo orçamentário pode ser estudado sobre diversas óticas: a jurídica, cujo foco está na natureza do ato orçamentário, bem como nas instituições constitucionais aptas a prepará-lo; a econômica, na qual se analisa a política fiscal, os aspectos conjunturais e a melhor forma de gerar desenvolvimento; e a técnica que compreende o conjunto de regras, normas e classificações que envolvem a referida matéria (ASSIS, 2009).

Ademais, é possível examiná-lo a partir da perspectiva política, pois se trata de um instrumento, em proveito grupos sociais ou regiões, voltado para a solução de necessidades e problemas, cujo objetivo é servir de impulsionador do bom funcionamento dos serviços públicos.

É mister que a elaboração do orçamento seja baseada na discricionariedade do legislador, na medida em que a destinação das receitas públicas e a maneira como serão alocados os recursos arrecadados pelo Estado se pautam em decisões políticas. Nesse sentido, a peça orçamentária reflete uma escolha política de prioridades e, portanto, traduz as necessidades consideradas mais importantes e que devem ser observadas pelo Estado brasileiro.

Ao longo do tempo, o orçamento público vem passando por um processo de aprimoramento, deixando de ser visto como um mero objeto de controle, mas também com uma ferramenta de gerenciamento e planejamento. O orçamento público tradicional, restrito à projeção de receitas e despesas a serem executadas no exercício, evoluiu para um orçamento voltado para desempenho ou realizações, na busca de identificar onde o governo gastava seus recursos. Por

fim, vinculou-se o processo orçamentário a um sistema de planejamento público, originando o chamado orçamento-programa, atualmente adotado no Brasil (GIACOMINI, 2012).

Essa modalidade de orçamento permite melhor identificar as funções, situações, soluções, objetivos e recursos, dando ênfase às realizações, e não aos gastos apenas, do governo. Os objetivos são viabilizados pelos Programas de Governo.

Segundo Giacomini (2012), as principais características do orçamento-programa são: (i) é o elo entre o planejamento e as funções executivas da organização; (ii) alocação de recursos busca a execução de objetivos e metas; (iii) as decisões orçamentárias são baseadas em avaliações e análises técnicas das alternativas possíveis; (iv) na elaboração do orçamento são considerados todos os custos do programa, inclusive os que extrapolam o exercício; (v) a estrutura orçamentária está voltada para os aspectos administrativos e de planejamento; (vi) principal critério classificatório utilizado é o funcional-programático; (vii) uso sistemático de indicadores e padrões de medição do trabalho e dos resultados, (viii) o controle objetiva a avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações governamentais.

No caso brasileiro, a CF/88 trouxe avanços na estrutura organizacional do processo orçamentário: introduziu o processo de planejamento no ciclo orçamentário, assim como reforçou o papel do Poder Legislativo. No artigo 165¹⁸,

¹⁸ Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

- I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;
- II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

a Carta Magna preconiza que, por iniciativa privativa do poder Executivo, devem ser estabelecidos o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) (ABRUCIO; LOUREIRO; 2005).

O PPA consiste em um plano mais abrangente, que no âmbito da União, instituirá, de modo regionalizado, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras dela decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (BRASIL, 1988).

Trata-se de uma peça essencialmente programática, que contém princípios e metas de uma gestão ou governo, mas vai além, pois a mudança de governo não coincide com o período estipulado de quatro anos para validade desse instrumento.

No caso da União, a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), vinculada ao Ministério da Economia,

elabora uma proposta de PPA, na qual se identificam as prioridades da gestão ao longo de 4 anos, especialmente os investimentos de grande porte (BRASIL, 2019a). O projeto de PPA é encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto do primeiro ano de cada mandato, embora sua vigência só comece no ano seguinte, e deve ser enviado para sanção presidencial até o dia 22 de dezembro (BRASIL, 2019a).

Observa-se que o PPA é válido até o final do primeiro ano do governo a fim de dar continuidade administrativa aos projetos, de forma que os novos gestores possam avaliar e talvez aproveitar partes do plano que está em encerramento. Assim, o PPA tem caráter não só de política de um governo, mas de ação de Estado (BRASIL, 2019a).

Já a LDO diz respeito às metas e prioridades da administração pública federal, compreendendo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente. Além disso, norteará a elaboração da LOA, disporá sobre as alterações na legislação tributária e determinará a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (BRASIL, 1988).

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 9º Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

III - dispor sobre critérios para a execução equitativa, além de procedimentos que serão adotados quando houver impedimentos legais e técnicos, cumprimento de restos a pagar e limitação das programações de caráter obrigatório, para a realização do disposto no § 11 do art. 166.

Do mesmo modo que a lei orçamentária, a LDO é igualmente uma lei anual. Contudo é mais abrangente e aborda assuntos mais específicos. Em relação ao PPA, a diferença está no fato de a LDO não programar, em longo prazo, diretrizes e programas da Administração, mas estabelecer as prioridades de investimentos para determinado ano fiscal. A LDO é o elo entre o PPA e a LOA, na medida em que deve traçar regras e diretrizes para efetivação do primeiro e lançar diretrizes e regras para execução do segundo, respectivamente.

Este instrumento de planejamento é composto por diversos anexos, dentre os quais se destaca aquele referente ao planejamento orçamentário e à descrição dos programas governamentais, consideradas metas e os custos para o exercício financeiro.

Ali, estão contidas todas as metas governamentais, inclusive os códigos correspondentes a cada um dos programas e a indicação das unidades responsáveis pelo seu desempenho, acrescida do seu referido código, os objetivos dos programas e as respectivas justificativas. É com base nesse documento que ficam claras as diretrizes a serem seguidas pela LOA referente ao ano fiscal específico (ASSIS, 2009).

O presidente enviará até o dia 15 de abril o projeto da LDO ao Congresso Nacional, que deverá votá-lo e aprová-lo até o dia 17 de julho. Caso esse prazo não seja cumprido, o Congresso Nacional não poderá entrar em recesso parlamentar. Trata-se de um mecanismo para garantir que aquilo que for aprovado na LDO seja contemplado e executado na LOA (VIGNOLI; FUNCIA, 2014).

Ademais, a LDO possui outras funções, como fixar os montantes de recursos a serem economizados pelo governo, traçar regras, vedações e limites para as despesas dos Três Poderes, permitir o aumento das despesas com pessoal, regulamentar transferências a entes públicos e privados, controlar o equilíbrio entre as receitas e as despesas, indicar prioridades para os financiamentos pelos bancos públicos etc. (VIGNOLI; FUNCIA, 2014).

Por fim, tem-se a LOA, que consiste no instrumento responsável por definir a origem, o montante e a destinação dos recursos a serem gastos. Assim, na LOA há a previsão de receitas e a fixação das despesas a serem executadas pelo governo. O projeto de LOA deve ser encaminhado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto de cada ano, que por sua vez deverá discuti-lo e votá-lo no prazo de 22 de dezembro (VIGNOLI; FUNCIA, 2014).

A Lei Orçamentária Anual contempla os chamados orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social, com os detalhes das receitas e despesas:

a) Orçamento Fiscal: compreende os Três Poderes, seus fundos, órgãos, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas pela União, que recebam recursos do Tesouro Nacional.

b) Orçamento da Seguridade Social: engloba as programações definidas no artigo 194 da CF/88, a saber: saúde, previdência social e assistência social. Relaciona-se aos montantes de receita vinculados aos gastos de seguridade social, principalmente as contribuições sociais elencadas no artigo 195 da CF/88. Além disso, engloba outras contribuições que lhe sejam garantidas pelo orçamento fiscal, bem como o detalhamento das programações que serão financiadas por essas receitas. Essa esfera contempla todas as entidades e órgãos vinculados à seguridade social da administração direta e indireta e dos fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

c) Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Federais: abrange as programações classificadas como de investimentos para empresas estatais cujo governo, direta ou indiretamente tenha maioria do capital social com direito a voto.

Em se tratando do processo legislativo orçamentário, nota-se que este apresenta algumas peculiaridades se comparado ao processo legislativo comum. Primeiramente, a matéria orçamentária é deliberada pelo Congresso Nacional, e não pela Câmara dos Deputados e Senado Federal, separadamente. Diferentemente do que ocorre com as emendas à Constituição, os projetos de leis complementar e ordinária e as medidas provisórias, as leis relativas ao orçamento não tramitam alternadamente pelas Comissões de cada Casa Legislativa para depois seguirem aos respectivos plenários. Os trabalhos se iniciam na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e são discutidos conjuntamente em ambas as Casas do Congresso Nacional, conforme atribuição constitucional.

A iniciativa para elaboração do PPA, da LDO e da LOA é do Executivo. O processo se dá a partir de órgãos técnicos internos do próprio governo, por meio de suas áreas de planejamento, refletindo a escolha de prioridades do próprio Executivo. A proposta de elaboração tanto da LDO quanto da LOA tem como parâmetro o PPA, estando o Executivo conscrito às prioridades apresentadas nesta peça. Entretanto, a proposta orçamentária se baseia na análise das sugestões e prioridades colocadas pelos órgãos gestores de cada Ministério e da

Presidência da República, que farão a sua sistematização e a transformarão em projeto de lei.

Em suma, o ciclo orçamentário e seu respectivo processo legislativo tem início com a elaboração da proposta legislativa, que conforme previsto pelo artigo 165 da CF/88, é de iniciativa do Poder Executivo.

Na esfera federal, essa prerrogativa é de competência privativa do presidente da República (art.84, XXIII, CF), tratando-se de iniciativa vinculada, pois deve ser exercida obrigatoriamente pelo seu titular em determinado período, por disposição constitucional e legal. Nesse sentido, o artigo 85 da CF/88 determina que são crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentem contra a lei orçamentária (BRASIL,1988).

A Constituição Federal assegurou autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, que por sua vez, elaborarão suas próprias propostas orçamentárias, diante dos limites da lei (BRASIL,1988).

No que diz respeito à União, o processo começa com a fixação, na LDO, da meta fiscal de resultado primário, que corresponde ao volume de recursos que o governo federal deseja economizar no ano vindouro, com o objetivo de sanar suas dívidas e manter a sua confiabilidade como bom pagador (ALBUQUERQUE; MEDEIROS; FEIJÓ, 2008).

No que concerne à esfera federal, a maioria das despesas é obrigatória, ou seja, o governo tem que incluí-las no orçamento, uma vez que seu pagamento é determinado pela Constituição ou por alguma legislação específica. Exemplos desse tipo de despesa são as transferências constitucionais para estados e municípios, gastos com o funcionalismo público, pagamento de benefícios previdenciários, pagamento do funcionalismo público etc. (ALBUQUERQUE; MEDEIROS; FEIJÓ, 2008).

Após discriminados os recursos destinados às despesas obrigatórias, consideram-se os valores correspondentes às despesas prioritárias, designadas na LDO. Tal modalidade de dispêndio possui preferência sobre os gastos discricionários em razão das políticas públicas que o governo pretende destacar para o alcance dos objetivos estabelecidos no PPA. Destarte, caso haja limitação de gastos, as despesas discricionárias não prioritárias são as mais atingidas no processo de contingenciamento (ALBUQUERQUE; MEDEIROS; FEIJÓ, 2008).

Finalizada a avaliação qualitativa dos programas e ações orçamentários, é dado início à fase quantitativa, na qual a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), em conjunto com o Ministério da Economia e com a Casa Civil da Presidência da

República determina os limites para cada órgão, a fim de atender às despesas obrigatórias, prioritárias e discricionárias de sua responsabilidade (BRASIL, 2019a).

A partir do limite disponibilizado, cada órgão ou entidade dos Poderes (ministérios, agências, Câmara, Senado, tribunais etc.) elabora seus orçamentos para o exercício seguinte e os encaminha para SOF, que se encarrega de ajustar e consolidar todas propostas, para posteriormente, no formato de projeto de lei orçamentária (PLOA), submeter à Presidência da República (VIGNOLI; FUNCIA, 2014).

Consolidadas as propostas, o chefe do poder executivo encaminha uma mensagem ao Congresso Nacional contendo a proposta orçamentária, que primeiramente será apreciada por uma comissão mista composta por deputados e senadores, que apreciarão a matéria para posterior deliberação (VIGNOLI; FUNCIA, 2014)

Ao ingressar no Legislativo, na fase de discussão, os projetos de leis são apreciados pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), órgão legislativo do Congresso Nacional, composta por Deputados e Senadores, instituída pelo art. 166, § 1º, da Constituição Federal de 1988. A comissão é formada por 40 membros titulares, sendo 30 deputados e 10 senadores, com o número equivalente de suplentes. Além disso, acrescenta-se mais uma vaga destinada a cada uma das Casas do Congresso Nacional, para as bancadas minoritárias, a depender do cálculo da proporcionalidade partidária (BRASIL, 1988).

A CMO examina e emite pareceres sobre os instrumentos orçamentários e créditos adicionais apresentados pelo Executivo. Além disso, lhe compete a emissão de parecer sobre planos e programas regionais e setoriais, não se restringindo às questões orçamentárias.

Segundo a Resolução nº 1, de 2006- Congresso Nacional, a CMO dispõe das seguintes competências:

Art. 2º A CMO tem por competência emitir parecer e deliberar sobre: I - projetos de lei relativos ao plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e créditos adicionais, assim como sobre as contas apresentadas nos termos do art. 56, *caput* e § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; II - planos e programas nacionais, regionais e setoriais, nos termos do art. 166, § 1º, II, da Constituição; III - documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira e da gestão fiscal, nos termos dos arts. 70 a 72 e art. 166, § 1º, II, da Constituição, e da Lei Complementar nº 101, de 2000, especialmente sobre: a) os relatórios de gestão fiscal, previstos no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000; b) as informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União relativas à fiscalização de obras e serviços em que foram

identificados indícios de irregularidades graves e relacionados em anexo à lei orçamentária anual, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias; c) as demais informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União ou por órgãos e entidades da administração federal, por intermédio do Congresso Nacional; d) os relatórios referentes aos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, e demais relatórios de avaliação e de acompanhamento da execução orçamentária e financeira, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias; e e) as informações prestadas pelo Poder Executivo, ao Congresso Nacional, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000; IV - demais atribuições constitucionais e legais. § 1º A CMO organizará a reunião conjunta de que trata o art. 9º, § 5º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, em articulação com as demais Comissões Permanentes das Casas do Congresso Nacional. § 2º A CMO poderá, para fins de observância do disposto no art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000, observados os Regimentos Internos de cada Casa, antes da votação nos respectivos plenários, ser ouvida acerca da estimativa do custo e do impacto fiscal e orçamentário da aprovação de projetos de lei e medidas provisórias em tramitação. (BRASIL, 2006)

Ressalta-se que após criada, a CMO pode ter o auxílio de outras comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para análise da lei orçamentária se assim considerarem conveniente. Trata-se das Comissões que compõem as Casas do Congresso Nacional, e que interessadas na lei orçamentária, podem solicitar ao Presidente da CMO, o envio do projeto de lei orçamentária para sua respectiva análise, nos termos artigo 90¹⁹, do Regimento Comum do Congresso Nacional (BRASIL, 2007).

Tal dispositivo possibilita que as comissões permanentes do Congresso Nacional participem do processo de elaboração orçamentária, sendo seu parecer

¹⁹ Art. 90. O projeto de lei orçamentária será apreciado por uma Comissão Mista que contará com a colaboração das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. § 1º (revogado pela Resolução no 1, de 1991-CN, com a redação dada pela Resolução no 1, de 1993-CN). 21 § 2º O Suplente só participará dos trabalhos da Comissão Mista na ausência ou impedimento de membro titular. § 3º A participação das Comissões Permanentes, no estudo da matéria orçamentária, obedecerá às seguintes normas: a) as Comissões Permanentes interessadas, uma vez constituída a Comissão Mista, deverão solicitar ao Presidente desta, lhe seja remetido o texto do projeto de lei orçamentária; b) a Comissão Mista, ao encaminhar o projeto à solicitante, estabelecerá prazos e normas a serem obedecidos na elaboração de seu parecer, o qual deverá abranger, exclusivamente, as partes que versarem sobre a matéria de sua competência específica; c) a Comissão Permanente emitirá parecer circunstanciado sobre o anexo que lhe for distribuído e elaborará estudo comparativo dos programas e dotações propostas com a prestação de contas do exercício anterior e, sempre que possível, com a execução da lei orçamentária em vigor; 34 20 Ver art. 166 da Constituição Federal e Resolução no 1, de 2006-CN. 21 As Resoluções nos 1, de 1991-CN, e 1, de 1993-CN, foram revogadas pela de no 2, de 1995-CN, que por sua vez foi revogada pela Resolução no 1, de 2001-CN. d) o parecer da Comissão Permanente será encaminhado, pelo Presidente da Comissão Mista, ao relator respectivo para que sirva como subsídio ao estudo da matéria; e) o parecer do relator da Comissão Mista deverá fazer referência expressa ao ponto de vista expendido pela Comissão Permanente; f) por deliberação da maioria de seus membros, as Comissões Permanentes do Senado e da Câmara dos Deputados, que tiverem competência coincidente, poderão realizar reuniões conjuntas sob a direção alternada dos respectivos Presidentes, podendo concluir pela apresentação de parecer único; e g) os pareceres das Comissões Permanentes, que concluírem pela apresentação de emendas, deverão ser encaminhados à Comissão Mista dentro do prazo estabelecido na Resolução no 1, de 2001-CN. 21 § 4º As deliberações da Comissão Mista iniciar-se-ão pelos representantes da Câmara dos Deputados, sendo que o voto contrário da maioria dos representantes de uma das Casas importará na rejeição da matéria. § 5º Na eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão, não se aplicam as disposições do § 4º.

remetido ao relator do projeto orçamentário, que em seu relatório, deverá fazer menção expressa ao parecer expedido pela comissão temática.

Após desenvolvido o relatório final, a Comissão Mista passa a discutir sobre a proposta orçamentária. Todavia, as emendas apresentadas ao relatório e pendentes de decisão em Plenário passam a ser discutidas em grupo, de acordo com parecer favorável ou contrário do próprio relator, ressalvados os destaques que serão analisados em Plenário. A etapa de discussão se subdivide em proposição de emendas (emendamento), voto do relator, redação final e proposição em plenário. Nela, os parlamentares debatem sobre a proposta legislativa e a apreciação dos projetos das leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA) discutidos pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum (art. 166, CF).

No que diz respeito ao processo de emendamento, a Constituição determina que as emendas aos projetos de leis orçamentárias sejam apresentadas na CMO, que por sua vez, emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário da Câmara e do Senado Federal (art. 166, §2º, CF).

As emendas são de grande importância no debate político e orçamentário. Qualquer parlamentar do Congresso Nacional tem a prerrogativa de apresentar emendas aos projetos em tramitação, relacionados ao PPA, LDO, LOA ou créditos adicionais e que deverão ser apreciadas pelo relator antes de seu parecer final. De acordo com o regimento comum, os limites para apresentação de emendas são os seguintes, apresentados nas tabelas de 3 a 5:

Tabela 3: Plano Plurianual- Tipo de Emenda x Quantidade

Tipo de Emenda	Quantidade
Individual	Até 10 emendas
Bancada	Até 5 emendas
Comissão	Até 5 emendas

Fonte: site da Câmara dos Deputados.

Tabela 4: Lei de Diretrizes Orçamentárias- Tipo de Emenda x Quantidade

Tipo de Emenda	Quantidade
Individual	Até 5 emendas
Bancada	Até 5 emendas
Comissão	Até 5 emendas

Fonte: site da Câmara dos Deputados.

Tabela 5: Lei Orçamentária Anual-Tipo de Emenda x Quantidade

Tipo de Emenda	Quantidade
Individual	Até 25 emendas
Bancada	Até 23 emendas
Comissão	Até 8 emendas

Fonte: site da Câmara dos Deputados.

As emendas à LOA representam uma maneira de o Poder Legislativo influenciar a alocação dos recursos públicos, a exemplo da EC nº 86/2015, que versa sobre as emendas individuais à LOA, determinando que se tornem impositivas, ou seja, de execução obrigatória (BRASIL,1988).

No presidencialismo de coalizão, as emendas parlamentares ao orçamento se caracterizam como moedas de trocas recíprocas entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional (ABRANCHES; 1988), negociadas, por um lado, com o intuito de obter o apoio parlamentar aos projetos do governo, assim como para manutenção das suas bases eleitorais, de outro, desvirtuando um dos principais instrumentos de participação efetiva do Legislativo no processo orçamentário.

Até então, o alegado caráter autorizativo do orçamento, permitia uma maior dominância por parte do Executivo nesse jogo de interesses, uma vez que se condicionava, em muitos casos, a execução das emendas parlamentares ao apoio irrestrito dos parlamentares às suas iniciativas. Contudo, a EC nº86/2015 reduziu a margem de discricionariedade do Poder Executivo no cumprimento do orçamento anual, ao conferir caráter obrigatório às emendas parlamentares individuais propostas na fase de sua análise.

Assim, se instituiu, em certo grau, caráter impositivo para determinadas despesas, relacionadas às emendas parlamentares, entre as quais se destacam:

i. As emendas individuais dos parlamentares ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

ii. Tais valores serão calculados no limite constitucional de despesas com ações e serviços públicos de saúde, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.

iii. É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações derivadas das emendas parlamentares, em montante correspondente a 1,2% da

receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos em lei complementar.

iv. Essa execução só deixará de ser obrigatória nos casos de impedimento de ordem técnica e legal previstos em lei complementar.

v. Torna transferência obrigatória o repasse pela União, de verbas oriundas das emendas parlamentares individuais dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios.

vi. Estabelece que a transferência independerá da adimplência do ente federativo destinatário e não integrará a base de cálculo da receita corrente líquida para fins de aplicação dos limites de despesa de pessoal.

Recentemente, a EC nº 100/2019 que tem como escopo as emendas de bancada, estabeleceu que estas, se aprovadas no montante de até 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) do exercício anterior, são de execução obrigatória. Isto significa, nesse parâmetro, que as emendas de bancada também passam a ser impositivas. Destaca-se que, havendo impedimentos de ordem técnica, as emendas de bancada, assim como as individuais, não serão executadas (BRASIL, 1988).

Em relação às emendas de relator, se destinam à programação da despesa visando “corrigir erros e omissões de ordem técnica ou legal; recompor, total ou parcialmente, dotações canceladas, limitada a recomposição ao montante originalmente proposto no projeto e atender às especificações dos pareceres preliminares” (BRASIL, 2021)

No entanto, nas discussões do orçamento de 2022, tais emendas ficaram conhecidas como orçamento secreto, pois não se sabe qual parlamentar indicou a destinação da verba, nem a justificativa para essa alocação. Assim, a destinação dos recursos é feita de sigiloso, a partir de acordos políticos.

As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso (art. 166, § 3º, CF/88): i) sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; (ii) indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre dotações para pessoal e seus encargos ou serviço da dívida, ou, ainda, sobre transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; (iii) sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões ou com os dispositivos do texto do projeto de lei (BRASIL 1988).

Assim, após serem feitas as devidas considerações e emendas, o parecer da CMO é levado a votação no plenário para ser votado em sessão conjunta com

todos os membros das duas Casas do Congresso Nacional, que tem de 31 de agosto até 22 de dezembro para apreciá-lo. Caso seja aprovado, o projeto de lei segue para a sanção presidencial, podendo, no entanto, sofrer vetos por parte do presidente da República. Tais vetos serão apreciados pelo Congresso Nacional, podendo ser confirmados ou rejeitados (VIGNOLI; FUNCIA, 2014).

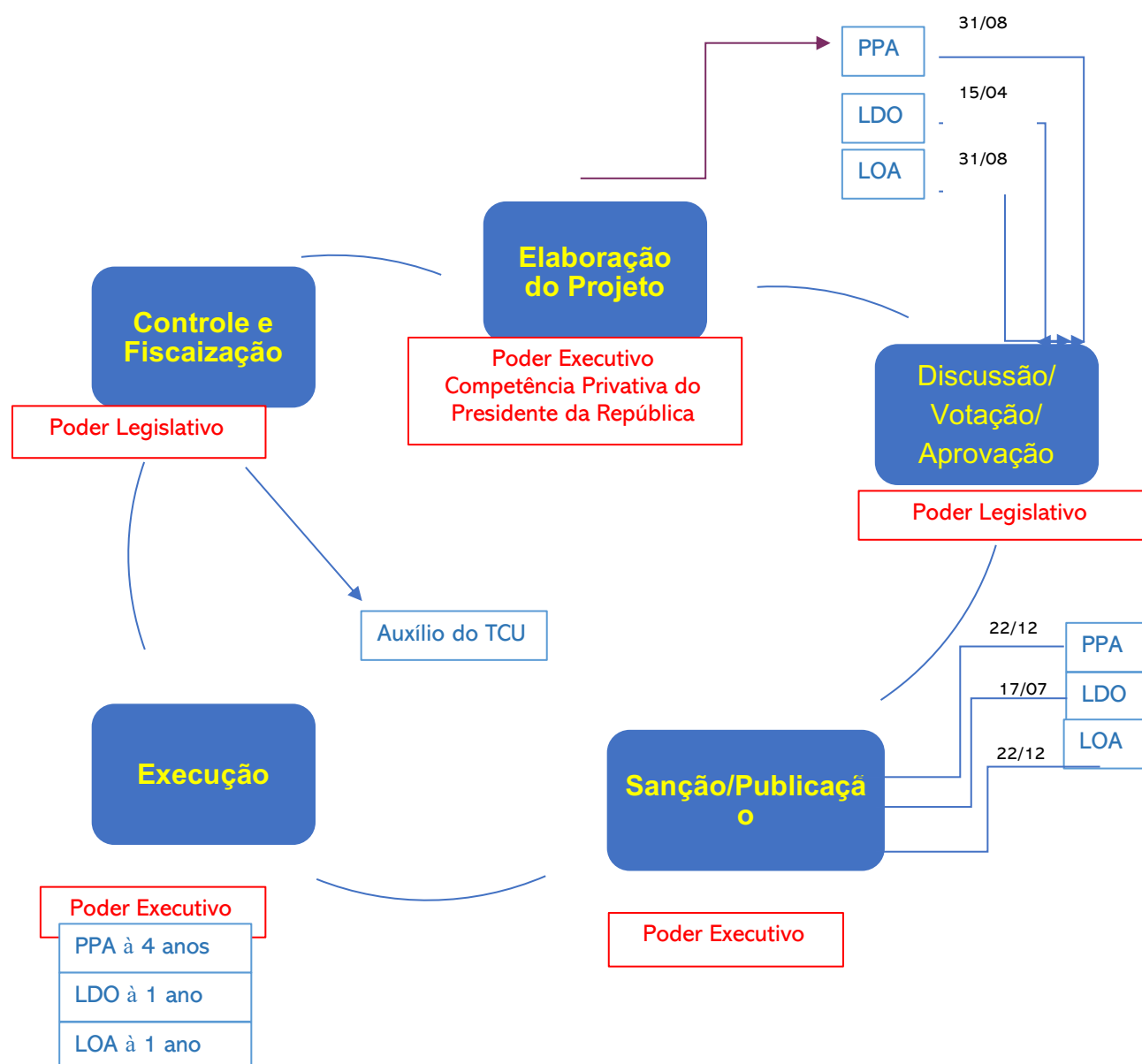
Em geral, a peça é aprovada e torna-se lei, iniciando-se a sua execução a partir do dia primeiro do ano subsequente. A partir desse momento, considera-se o começo da fase de execução orçamentária, ou seja, quando o governo executará as despesas na realização dos objetivos propostos no PPA, priorizados na LDO e quantificados na LOA (VIGNOLI; FUNCIA, 2014).

Por fim, o ciclo orçamentário encerra-se com a etapa de controle e fiscalização, que objetiva assegurar que os recursos sejam aplicados em conformidade com as leis orçamentárias. A respeito desta fase, a CF/88 estabelece dois sistemas de controle institucionais: o externo e o interno (VIGNOLI; FUNCIA, 2014).

No que tange ao controle interno, trata-se daquele realizado pelo órgão dentro da própria estrutura da Administração. Desta maneira, cada um dos Poderes da União manterá, de forma integrada, um sistema de controle interno visando a: (i) avaliar o cumprimento das metas previstas no PPA; (ii) avaliar a execução dos programas de governo; (iii) avaliar a execução dos orçamentos da União; (iv) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária (VIGNOLI; FUNCIA, 2014).

No que concerne à União, o controle externo é exercido pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), responsável, entre outras coisas, pelo julgamento das contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República (VIGNOLI; FUNCIA, 2014).

O esquema abaixo (figura 1), representa um resumo do ciclo orçamentário supra descrito com seus respectivos prazos, vigências legais e o Poder que comanda cada etapa:

Figura 1: Ciclo Orçamentário

Fonte: Elaboração própria.

4

O Orçamento de Defesa no Brasil

4.1

O Orçamento público de Defesa Nacional

As diretrizes do orçamento de defesa nacional foram definidas inicialmente pela Lei no 97/1999, sendo posteriormente alteradas pelas Leis Complementares (LC) nº 117/2004 e nº 136/2010. Segundo tais dispositivos legais, o orçamento do Ministério da Defesa contempla as prioridades estabelecidas na Estratégia Nacional de Defesa, explicitadas na LDO (BRASIL, 2020).

Para a presente pesquisa considerar-se-á como órgãos de Defesa Nacional o que foi estabelecido pelo Livro Branco de Defesa Nacional (2012) e consolidado pela Secretaria de Orçamento e Organização Institucional (SEORI) e pela Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (DEORF), a saber: Administração Central do Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica, Comando do Exército e Comando da Marinha. Esses órgãos são considerados unidades orçamentárias, uma vez que possuem responsabilidade sob uma parcela do OGU. Nas tabelas a seguir (6 a 9), é possível visualizar a composição de cada uma das unidades orçamentárias que compõem o orçamento de defesa nacional.

Tabela 6: Unidades Orçamentárias do Ministério da Defesa

Ministério da Defesa	
AC- MD	Administração Central do Ministério da Defesa
FMD	Fundo do Ministério da Defesa
FHFA	Fundo do Hospital das Forças Armadas
FSM	Fundo do Serviço Militar
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil

Fonte: SEORI- Ministério da Defesa.

Tabela 7: Unidades Orçamentárias do Comando da Marinha

Comando da Marinha	
AC- MB	Administração Central do Comando da Marinha
TMA	Tribunal Marítimo
SCIRM	Secretaria da Comissão Interministerial para Recursos do Mar

FNAV	Fundo Naval
FDEPM	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo
AMAZUL	Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. Amazul
CCCPM	Caixa de Construção de Casas do Pessoal da Marinha do Brasil

Fonte: SEORI- Ministério da Defesa.

Tabela 8: Unidades Orçamentárias do Comando do Exército

Comando do Exército	
AC- EC	Administração Central do Comando do Exército
FOsório	Fundação Osório
FEB	Fundo do Exército
IMBEL	Indústria Material Bélico do Brasil

Fonte: SEORI- Ministério da Defesa.

Tabela 9: Unidades Orçamentárias do Comando da Aeronáutica

Comando da Aeronáutica	
AC- FAB	Administração Central do Comando da Aeronáutica
CFIAE	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
FAERO	Fundo Aeronáutico
FAER	Fundo Aeroviário

Fonte: SEORI- Ministério da Defesa.

No que tange ao processo orçamentário de defesa, este é parte do processo da União, que se dá em três partes, conforme estabelecido no LBDN (2020, p. 151). A primeira delas se refere ao PPA, no qual o Executivo elabora projeto de lei que estabelece um plano de quatro anos, em que estão inseridos programas, objetivos, indicadores e metas concernentes à Defesa. Na análise da lei nº 13.249/2016 que instituiu o PPA no período compreendido entre os anos de 2016 e 2019, se observa que não há menções explícitas à Defesa Nacional, nem em seus objetivos e nem em suas diretrizes. Contudo, o PPA 2020-2023 expressa em suas diretrizes contidas no Capítulo 1, art. 3º, inciso XVII, que: “o desenvolvimento das capacidades e das condições necessárias à promoção da soberania e dos interesses nacionais, consideradas as vertentes de defesa nacional, as relações exteriores e a segurança institucional” (BRASIL, 2020, p. 3).

O LBDN (2020, p.151) preconiza a observância de três princípios fundamentais em relação às dotações orçamentárias. Um deles seria o princípio

da estabilidade, segundo o qual os recursos destinados à Defesa não devem sofrer variações bruscas, para não comprometer os projetos ao longo do tempo.

Outro, o princípio da regularidade, trata do desembolso dos recursos que deveria acontecer de modo programado e regular, permitindo que os cronogramas sejam cumpridos conforme o planejado. Há também o princípio da previsibilidade, que busca garantir segurança ao planejamento de médio e longo prazo do Orçamento de Defesa, assegurando que os projetos iniciados sejam continuados.

Esses princípios abordados no LBDN (2020) estão presentes nos demais documentos de defesa no país, como a PND e a END, demonstrando a preocupação que as Forças Armadas têm em manter seus recursos e privilégios orçamentários, mesmo em contextos adversos, como recessão econômica, crise política ou mesmo uma pandemia causada pelo novo coronavírus.

Na última versão da PND, editada em 2020, foram estabelecidos os chamados Objetivos Nacionais de Defesa (OND), entendidos como as “as condições a serem alcançadas e mantidas permanentemente pela nação brasileira no âmbito de Defesa” (BRASIL, 2020b, p.25) e elaborados a partir da análise dos ambientes nacional e internacional e suas respectivas projeções.

Já na END, atualizada igualmente em 2020, a orientação e priorização, em nível mais amplo, das iniciativas no setor de Defesa se encontram nas Estratégias de Defesa (ED), que estão diretamente relacionadas aos OND e às quais se incorporam as Ações Estratégicas de Defesa (AED), orientadoras das medidas que deverão ser implantadas para o alcance dos Objetivos Nacionais de Defesa. Ressalta-se que uma ED pode ser atribuída a mais de um OND, assim como ocorre com as AED em relação às Estratégias de Defesa.

Em ambos os documentos de Defesa é possível perceber que a questão orçamentária está fortemente presente, indicando que há uma preocupação, por parte das Forças Armadas, em respaldar, em documentos de Estado, a importância dos recursos financeiros para manutenção da capacidade de atender às necessidades e interesses da instituição.

No Objetivo Nacional de Defesa (OND) I, por exemplo, que consiste em “garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial” (BRASIL, 2020b, p.63), se destaca a Estratégia de Defesa 3 (ED 3), intitulada Regularidade Orçamentária, a partir da qual se busca “melhores condições de planejar o emprego dos recursos orçamentários, e, dessa forma, racionalizar o seu uso, tornando os gastos em defesa mais eficientes. Adicionalmente, visa compatibilizar o orçamento de defesa à envergadura do País no cenário mundial” (BRASIL,

2020b, p.63). Esta, por sua vez, se desdobra nas Ações Estratégia de Defesa 13 e 14 (AED- 13) e (AED- 14), quais sejam:

AED-13 Buscar a regularidade e a previsibilidade orçamentária para o Setor de Defesa
AED-14 Buscar a destinação de recursos orçamentários e financeiros capazes de atender as necessidades de articulação e equipamento para as Forças Armadas, por meio da Lei Orçamentária Anual, no patamar de 2% do PIB. (BRASIL, 2020b, p.63)

Além disso, na END 2020, é possível observar que as AED- 13 e AED-14 também se relacionam aos OND II e OND III que se referem, respectivamente a assegurar a Capacidade de Defesa para o Cumprimento das Missões Constitucionais das Forças Armadas e Promover a Autonomia Tecnológica e Produtiva na Área de Defesa (BRASIL, 2020b) (ver anexo 1).

As questões orçamentárias perpassam a END 2020 de diversas maneiras. Aborda a importância da regularidade para o setor de Defesa, não somente por meio da previsibilidade orçamentária, como também a busca por recursos financeiros e orçamentários, na ordem de 2% do Produto Interno Bruto, para que as Forças Armadas mantenham as suas necessidades de articulação e equipamento.

Paralelamente, no intento de assegurar a capacidade de Defesa para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas, a END 2020 estabelece como estratégia a regularidade orçamentária, fortalecimento do Poder Nacional, através do aumento e aperfeiçoamento das infraestruturas, instaladas e potenciais, capital humano, procedimentos de emprego desses recursos, com ênfase na expressão militar. Para isso, ressalta-se, novamente, a importância da regularidade, previsibilidade e de um aumento para 2% do PIB destinado à área de Defesa (BRASIL, 2020b) (anexo 1).

Debruça-se, do mesmo modo, sobre o dimensionamento do setor de Defesa, ou seja, à estrutura operacional e administrativa do Ministério das Defesa e das Armas, a fim de aprimorar a sua capacitação para o cumprimento de suas missões constitucionais, considerando os aspectos físicos, que abrangem a distribuição das organizações e unidades pelo território e a dotação dos equipamentos que aparelham as Forças Armadas. Desse modo, as AED se focam dar prosseguimento aos projetos estratégicos das Forças Armadas, na estruturação das capacidades militares, investimentos em equipamentos etc. (BRASIL, 2020b) (anexo 1).

Em relação ao OND III, há um foco significativo na Base Industrial de Defesa (BID), parte da chamada Economia de Defesa, em que ações estratégicas se

direcionam no sentido de promover condições de estabilidade às atividades relacionadas ao financiamento, pesquisa, desenvolvimento, produção e venda de produtos de defesa nacionais e de proporcionar sustentabilidade à cadeia produtiva do setor, mesmo que esta seja submetida a regimes legal, regulatório e tributário especiais (BRASIL, 2020b) (anexo 1).

Ressalta-se que, nas primeiras edições da END (2008 e 2012), não há menções explícitas sobre esse tema. Na versão aprovada em 2016, as perspectivas apresentadas condiziam com a realidade econômica do país, marcada pelo corte de gastos e pela aprovação da EC nº 95, conhecida por Emenda Constitucional do Teto de Gastos, em que se limitou o crescimento das despesas do governo brasileiro por 20 anos, alcançando Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União.

Entretanto, o que se observa na END 2020 é uma ênfase maior na necessidade de se aumentar o orçamento de Defesa, tratado como prioritário, e uma explicitação da importância do fomento estatal para a Base Industrial de Defesa. O Estado deve intervir para garantir um mínimo de capacidade de sustentação do setor de Defesa.

No que diz respeito às questões orçamentárias, é comum se encontrar em reportagens de jornais ou revistas ou em pronunciamentos no Congresso Nacional de políticos ou até mesmo ministros da Defesa afirmando que os recursos destinados à defesa são insuficientes. Tais afirmações são recorrentes e, nos diferentes governos que se sucederam, independentemente do partido, se argumenta que a parcela do orçamento destinada ao setor de Defesa é pequena, não sendo suficiente para atender as necessidades de modernização, capacitação e expansão de Pessoal das Forças Armadas e a manutenção dos projetos estratégicos.

Em de 4 de setembro de 1999, reportagem realizada pela Sucursal de Brasília do jornal *Folha de São Paulo*, afirma que o Ministério da Defesa, então comandado por Elcio Alvares, no governo Fernando Henrique Cardoso, apoiaria as Forças Armadas contra a insistência da equipe econômica em descontar uma parcela maior dos salários dos militares para a Previdência Social. O ministro, que sustentava a proposta de contribuição de 6% dos militares à Previdência, encomendou ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica um estudo que seria encaminhado à Casa Civil, numa tentativa de rebater as pressões da equipe econômica, que previa uma contribuição dos militares com 11%, mesma alíquota cobrada dos servidores civis da ativa e dos aposentados sobre parcela de salário,

à época de até R\$ 1.255,32. Em 1999, os militares descontavam apenas 1,6% para pensão custeada pela Previdência.

Já no primeiro governo Lula, o vice-presidente e ministro da Defesa, José de Alencar, enfrentou um protesto das esposas de militares que acamparam em frente ao prédio do respectivo ministério, em Brasília, para reivindicar reajuste salarial prometido à categoria e melhores condições para as Forças Armadas. Na ocasião, Alencar conseguiu encerrar o protesto visitando o acampamento das manifestando e afirmou que “os militares não estão pleiteando aumento, estão pedindo recuperação de perda, é diferente. As perdas estão no patamar de 35%, porque a vida é dinâmica e a inflação continua” (FLOR, 2005).

Em 26 de abril de 2012, Celso Amorim, ministro da Defesa do governo Dilma Rousseff, afirmou em audiência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN): “Se queremos falar como um dos BRICS, nosso orçamento de defesa vai ter que chegar à média dos orçamentos deles”. Na mesma ocasião, o ministro disse ainda que houve uma melhora no repasse de recursos, mas que ainda seriam insuficientes para fazer frente às demandas do setor de defesa brasileiro (BRASIL, 2019b).

No segundo governo Dilma Rousseff, o Ministro da Defesa, Aldo Rebelo, em audiência pública na CREDN, propôs a vinculação de 2% do Orçamento Geral da União para as Forças Armadas, com o intuito de garantir a continuidade dos processos estratégicos (BRASIL, 2015).

Posteriormente, no governo Temer, Raul Jungmann, Ministro da Defesa, solicitou aos deputados da CREDN que os 12 principais projetos da pasta tivessem os recursos assegurados. Além disso, afirmou que o presidente já havia se comprometido com a revisão dos salários dos militares, pois segundo o ministro, um general em final de carreira ganha cerca de R\$15 mil líquidos, menos que recebem servidores civis.

No atual governo, do presidente Jair Bolsonaro, em que as Forças Armadas estão intrinsecamente ligadas ao governo, em 19 de maio de 2019, o General Fernando Azevedo, Ministro da Defesa, em entrevista ao jornal *Estado de S. Paulo*, afirmou que o orçamento das Forças Armadas “não era condizente com a estatura político-estratégica que o Brasil tem”. Segundo ele, o gasto de apenas 1,4% do PIB com a defesa não é suficiente, colocando o país em 7º lugar na América do Sul em termos percentuais de investimento (MONTEIRO, 2019).

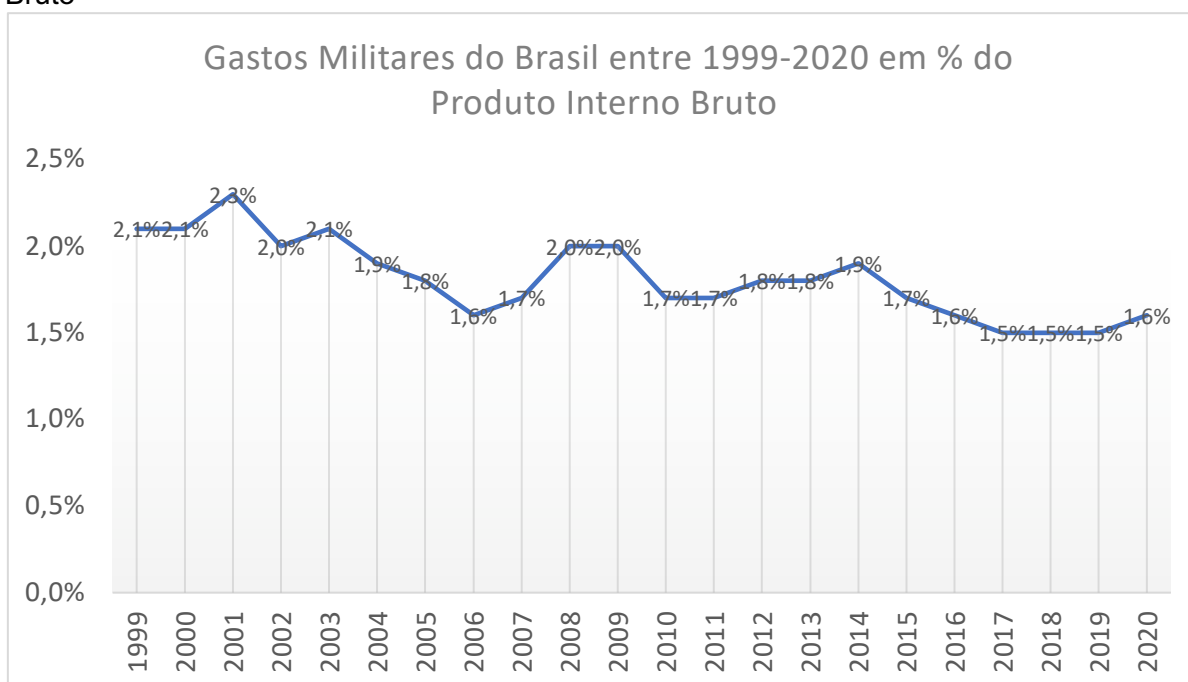
Em 2021, em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado, representantes da cúpula das Armas alegaram que faltam recursos para a área de defesa, principalmente para os

projetos estratégicos. De acordo com eles, nos últimos anos, houve cortes sistemáticos nos orçamentos das Forças Armadas, comprometendo, em sua visão, não só os programas estratégicos, mas também a Base Industrial de Defesa e a geração e manutenção de empregos de alta qualidade. Segundo o novo Ministro da Defesa, General Braga Netto, o orçamento de 2021 só atende metade das necessidades das Armas (BRASIL, 2021).

Entretanto, a análise do orçamento de defesa nacional vai além das constatações de que é preciso mais recurso. Requer uma análise minuciosa e acurada sobre quanto é, de fato, o montante de recursos destinados ao setor, onde estão sendo gastos, quem determina quais são as prioridades da área, quais as principais fontes de receitas, como o Brasil se posiciona diante das demais economias regionais e mundiais, para que assim se possa traçar um panorama realista sobre o tema e se discutir estratégias, objetivos e soluções para esse campo.

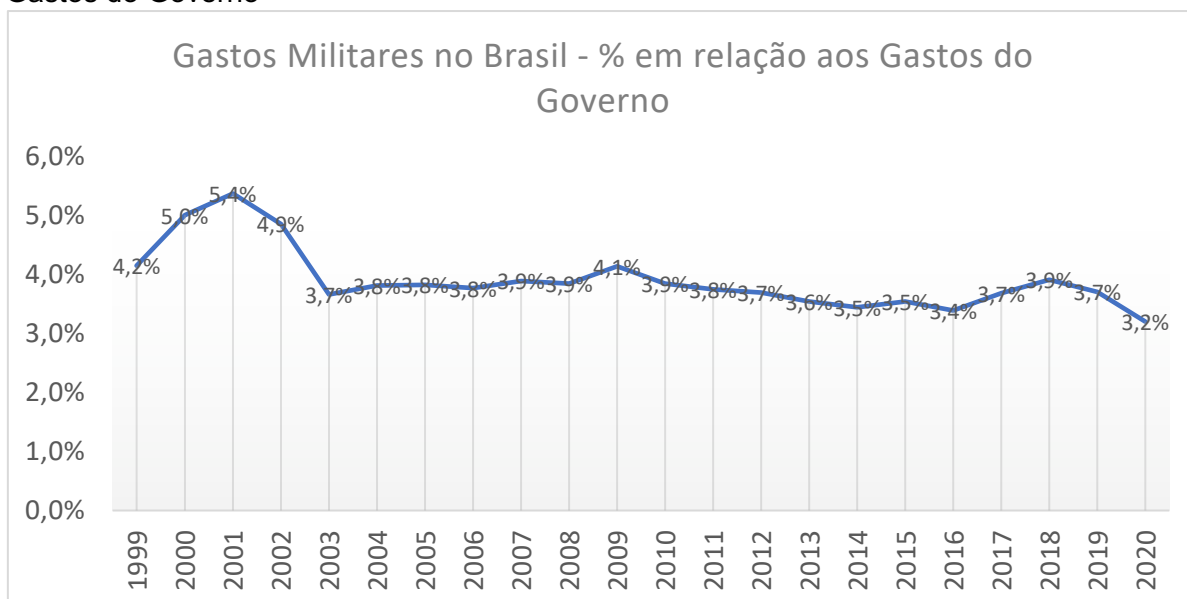
Ao se observar a evolução orçamentária do Ministério da Defesa, nota-se que não há oscilações tectônicas ou uma tendência radical à redução na destinação dos recursos para o órgão, nos últimos 10 anos, embora considerando a série histórica desde a criação do Ministério da Defesa, houve uma redução, uma vez que até 2009, destinava-se cerca de 2,0% do PIB aos gastos militares. (ver anexos 4 e 5), conforme demonstram os gráficos 1 e 2 abaixo:

Gráfico 1: Gastos Militares do Brasil entre 1999-2020 em % do Produto Interno Bruto



Fonte: Sipri (Stockholm International Peace Research Institute).

Gráfico 2: Gastos Militares do Brasil entre 1999-2020 em % em relação aos Gastos do Governo



Fonte: Sipri.

Analisando-se os dados acima, evidencia-se que desde a criação do Ministério da Defesa, em 1999, até o ano corrente, os gastos públicos destinados à Defesa se mantiveram em patamares relativamente próximos. Nos últimos 10 anos, por exemplo, em percentual relativo ao PIB, a oscilação foi de apenas 0,5% (os valores variaram entre 1,9% e 1,5%), enquanto em percentual relativo aos gastos do governo, a variação foi de 0,7% (os valores variaram entre 3,9% e 3,2%).

Ao longo desses 21 anos, o Brasil foi governado por cinco presidentes, pertencentes a quatro diferentes partidos²⁰. Embora cada governo tenha desempenhado a política econômica conforme suas prioridades e mesmo tendo vieses ideológicos distintos, a parcela do orçamento dedicada à Defesa Nacional não foi significativamente alterada.

Além disso, a análise dos dados relativos aos anos de 2017 a 2020 evidenciam que o Ministério da Defesa figura entre os 5 ministérios²¹ que mais receberam recursos do governo federal, perdendo apenas para os Ministérios da Economia, da Saúde e da Educação, e da Cidadania, em 2020 (ver anexo 6). O

²⁰ Em ordem cronológica: Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Luís Inácio Lula da Silva (PT), Dilma Rousseff (PT), Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (eleito pelo PSL e atualmente Sem Partido).

²¹ Nos anos de 2017 a 2019, o Ministério da Defesa foi o quarto órgão superior com maior despesa, e em 2020, o quinto.

gráfico a seguir demonstra o crescimento da despesa do governo federal com o Ministério da Defesa.

Gráfico 3: Despesa do Governo Federal com o Ministério da Defesa (R\$)



Fonte: Portal da Transparência.

Observa-se que mesmo após a aprovação da EC nº 95, em 2016, houve um crescimento contínuo da verba destinada ao Ministério da Defesa. Somente em 2020, houve uma redução de 1,2%, em relação ao ano anterior. No entanto, é preciso considerar a atipicidade do último ano por conta da pandemia causada pelo novo coronavírus, e a necessidade de incrementos orçamentários no Ministério da Saúde e do Ministério da Cidadania, por conta do pagamento do Auxílio Emergencial.

De acordo com os dados Stockholm International Peace Research Institute (Sipri), em 2020, em termos absolutos, o Brasil estava na 15ª colocação no ranking dos países com os maiores orçamentos militares do mundo. Se comparado aos países da América Sul, o Brasil é o país com maior despesa militar seguido de Colômbia, Chile e Argentina (ver anexos 2 e 3).

A proposta de destinação de 2% do PIB do país para as Forças Armadas, encontrada na END 2020, se baseia na meta adotada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), todavia cumprida por apenas 9²² de seus 28 integrantes. Em 2020, por exemplo, a Alemanha e o Canadá despenderam 1,4%; a Itália, 1,6%, e a Suíça, 0,8%. Nota-se que no caso brasileiro, o percentual do PIB designado aos gastos com Defesa nos últimos anos, em torno de 1,4%, não está tão dissonante da realidade desses países.

²² Grécia, Portugal, França, Reino Unido, Lituânia, Romênia, Turquia, Letônia, Estônia.

Assim, demonstra-se que os patamares relativos ao orçamento de defesa no Brasil mantiveram-se praticamente inalterados em relação ao PIB e ao OGU, ou seja, o esforço econômico e governamental para custear o Ministério da Defesa manteve-se constante. Isso se contrapõe ao argumento muitas vezes utilizados pelas Forças Armadas de que o orçamento de defesa brasileiro é negligenciado, que tem sido reduzido nos últimos anos ou que é insuficiente.

Em relação ao orçamento de Defesa Nacional no Brasil, a questão central está em sua estrutura, ou seja, onde e como são gastos os recursos destinados ao setor.

4.2 Estrutura do Orçamento de Defesa Nacional

O orçamento é um instrumento de planejamento fundamental para qualquer entidade, pública ou privada, que representa o fluxo previsto de ingressos e de aplicações de recursos em determinado período (BRASIL, 2019a).

Como dito na seção anterior, aqui será considerado como orçamento de Defesa no Brasil o consolidado entre os orçamentos da Administração Central do Ministério da Defesa, do Comando do Exército do Comando da Marinha e Comando da Aeronáutica, que resulta no orçamento do Ministério da Defesa como um todo, conforme estabelecido no LBDN (BRASIL, 2020).

Nesse sentido, os comandos das Forças Singulares correspondem a mais de 96% do total pago de cada órgão ou entidade vinculada em relação ao total realizado no Ministério da Defesa nos últimos 5 anos (ver anexo 8). Isso é um indicativo de que as Forças Armadas são o ator mais relevante tanto na elaboração quanto na execução do orçamento de Defesa.

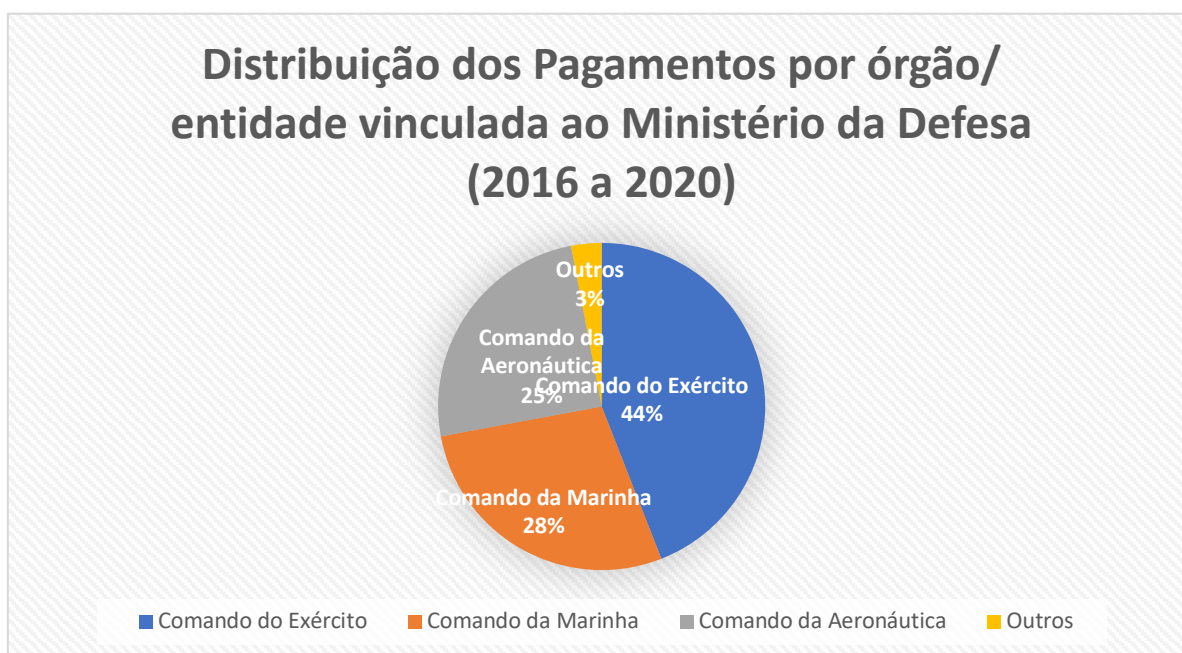
Tabela 10: Ministério da Defesa – Distribuição dos pagamentos por órgão/entidade vinculada (2016 a 2020)

Distribuição dos Pagamentos por órgão/ entidade vinculada ao Ministério da Defesa (2016 a 2020)		
ÓRGÃO/ENTIDADE	VALOR PAGO (R\$)	PERCENTUAL PAGO EM RELAÇÃO AO TOTAL DO ÓRGÃO SUPERIOR
Comando do Exército	R\$ 231.367.430.044,68	44,05%
Comando da Marinha	R\$ 147.180.539.000,52	28,02%
Comando da Aeronáutica	R\$ 130.852.230.211,91	24,92%
Outros	R\$ 15.785.249.941,55	3,01%
Total Ministério da Defesa	R\$ 525.185.449.198,66	100,00%

Fonte: Portal da Transparência.

*Valores Correntes atualizados pelo IPCA-E- junho/2021

Gráfico 4: Ministério da Defesa - Distribuição dos pagamentos por órgão/entidade vinculada (2016 a 2020)



Fonte: Portal da Transparência.

*Valores Correntes atualizados pelo IPCA-E- junho/2021

No que tange às despesas públicas, estas consistem no conjunto de dispêndios realizados pelo governo com o objetivo de custear políticas e serviços públicos à sociedade e realizar investimentos, conforme fixado na lei do orçamento (BRASIL, 2018).

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2018), as etapas e estágios das despesas públicas se organizam da seguinte maneira:

a) Etapa 1: Planejamento – trata da fixação da despesa orçamentária, da descentralização dos créditos, da programação orçamentária e financeira e do processo licitatório.

b) Etapa 2: Execução – a execução da despesa orçamentária se dá em três estágios, na forma prevista na Lei no 4.320/1964: empenho, liquidação e pagamento. O empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Já a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, baseado em bens ou serviços, títulos e documentos comprobatórios de crédito. Neste estágio, visa-se apurar: a origem e objeto do que se deve pagar, a exata quantia e a quem se deve pagar para se extinguir a obrigação. Por último, o estágio pagamento acontece na entrega de recursos ao credor, mediante ordem bancária,

após a liquidação. Para ocorrer o pagamento, a obrigação precisa ser líquida e certa.

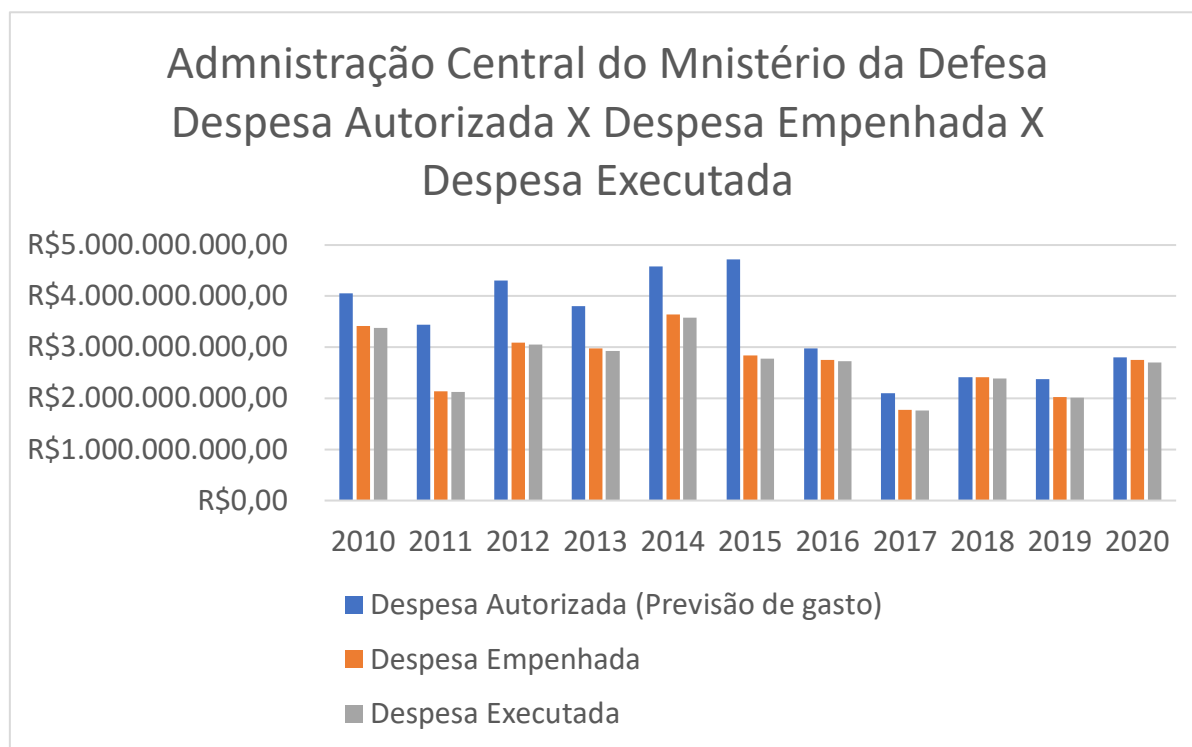
c) Etapa 3: Controle e Avaliação – relaciona-se com a fiscalização realizada pelos órgãos de controle e pela sociedade civil.

Em relação às despesas do orçamento de defesa nacional, observa-se que na Administração Central do Ministério da Defesa (AC-MD), nos últimos 10 anos, houve uma redução de 31,05% na despesa planejada (autorizada), de 19,62% na despesa empenhada, e de 20,10% no que foi executado pela unidade. Isso vai na contramão do que ocorreu com os Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica (ver anexos 9, 10, 11 e 12).

Comparando-se os dados disponíveis no portal do Senado Federal, Siga Brasil, o Comando da Marinha apresentou uma elevação de 40,51% nas suas despesas autorizadas e de 11,91% no total das despesas pagas. O Comando do Exército teve um aumento de 11,23% em suas despesas planejadas e de 13,08% de suas despesas pagas, enquanto o Comando da Aeronáutica sofreu um acréscimo de 13,22% nas despesas autorizadas e de 14,15% nas despesas efetivamente pagas (ver anexos 9, 10, 11 e 12).

Os gráficos subsequentes (5 a 8) ilustram os dados supracitados:

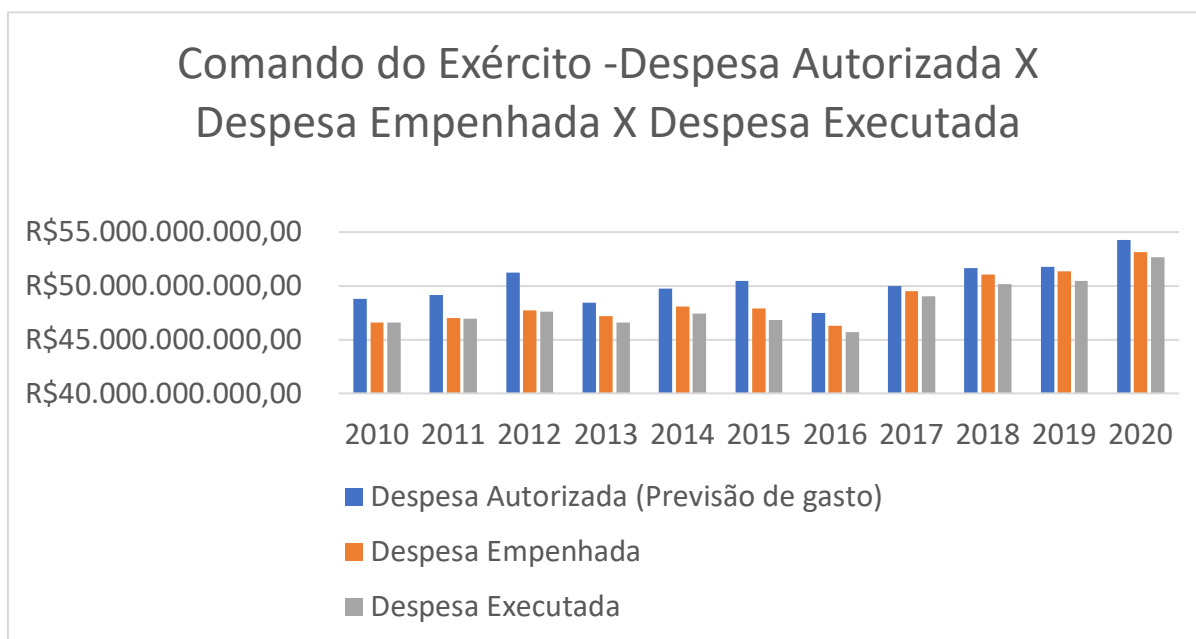
Gráfico 5: Administração Central do Ministério da Defesa - Despesa Autorizada X Despesa Empenhada X Despesa Executada



Fonte: Siga Brasil.

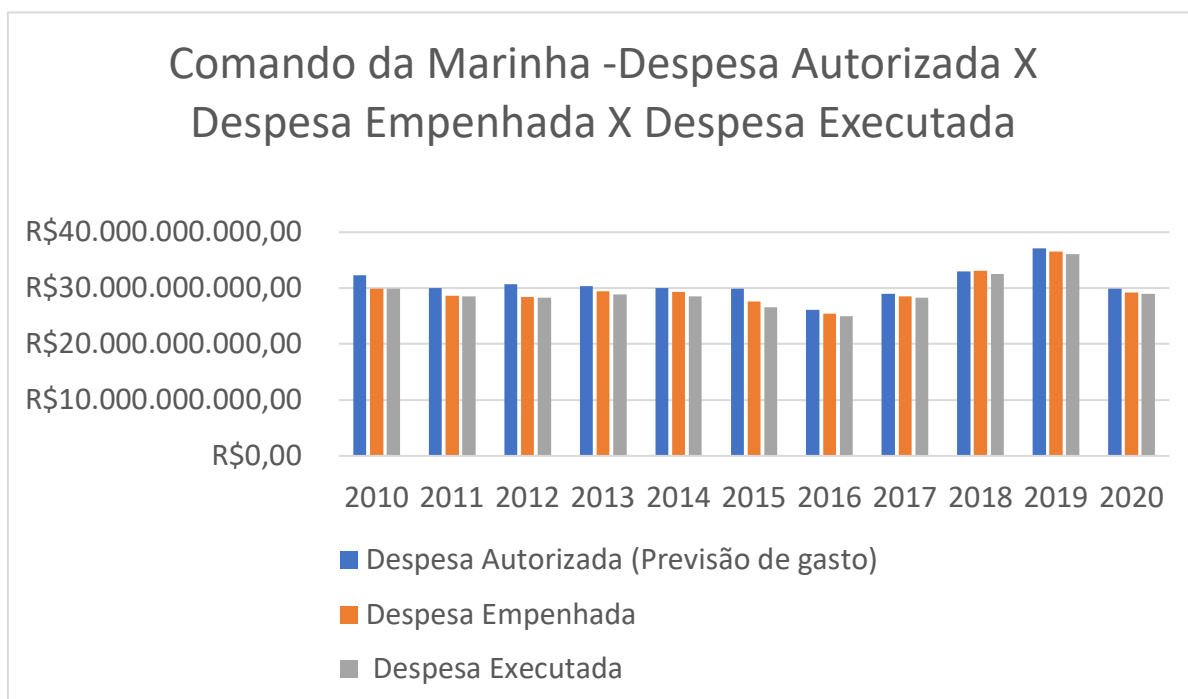
*Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

Gráfico 6: Comando do Exército - Despesa Autorizada X Despesa Empenhada X Despesa Executada



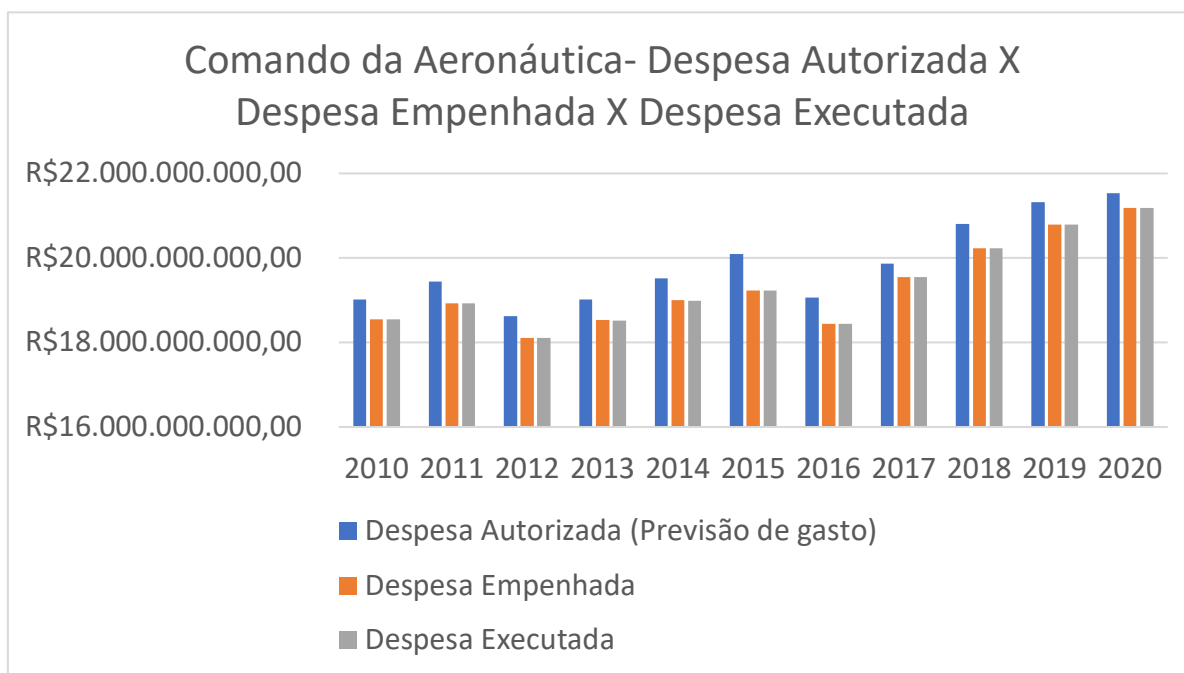
Fonte: Siga Brasil.
Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

Gráfico 7: Comando da Marinha - Despesa Autorizada X Despesa Empenhada X Despesa Executada



Fonte: Siga Brasil.
*Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

Gráfico 8: Comando da Aeronáutica- Despesa Autorizada X Despesa Empenhada X Despesa Executada



Fonte: Siga Brasil.

*Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

Outro modo de análise é por meio da classificação da despesa agregando elementos com as mesmas características quanto ao objeto do gasto, de acordo com seguinte critério: (i) Pessoal e Encargos Sociais; (ii) Juros e Encargos da Dívida; (iii) Outras despesas correntes; (iv) Investimentos; (v) Inversões Financeiras; (vi) Amortização da Dívida; (vii) Reserva de Contingência.

A partir da verificação dos dados referentes à execução do orçamento de defesa no Brasil, nota-se alto grau de comprometimento de recursos com gasto de pessoal.

À exceção da Administração Central do Ministério da Defesa, no Comando das Três Forças Singulares, predominam os gastos com pessoal e encargos sociais. No período compreendido entre 2010 e 2020, no Comando no Exército a rubrica “Pessoal e Encargos Sociais” foi responsável por 87,32% das despesas executadas, enquanto apenas 4,05% foram destinadas aos investimentos (ver anexos 13 e 14).

No Comando da Marinha, 12,97% das despesas executadas correspondem aos investimentos, enquanto os gastos com pessoal representam 75,16%. Já no Comando da Aeronáutica, 79,09% das despesas executadas são com pessoal e encargos sociais, ao passo que 11,11% são alocadas em investimentos (ver anexos 15 e 16). Os gráficos a seguir (9 a 12) demonstram a desproporção entre

os gastos com pessoal e investimentos nos últimos 10 anos nas Forças Singulares, situação distinta, apenas na Administração Central do Ministério da Defesa:

Gráfico 9: Comando do Exército - Gastos Investimentos X Gastos com Pessoal e Encargos Sociais



Fonte: Siga Brasil.

*Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

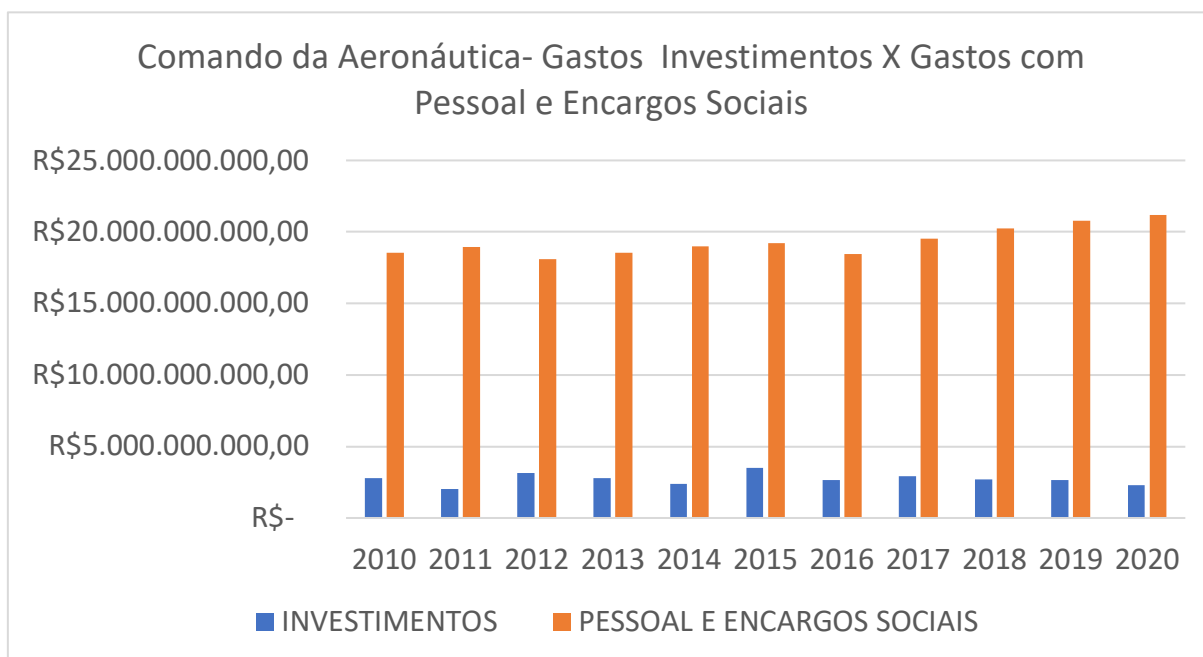
Gráfico 10: Comando da Marinha - Gastos Investimentos X Gastos com Pessoal e Encargos Sociais



Fonte: Siga Brasil.

*Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

Gráfico 11: Comando da Aeronáutica- Gastos Investimentos X Gastos com Pessoal e Encargos Sociais



Fonte: Siga Brasil.

*Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

Gráfico 12: Administração do Ministério da Defesa -Gastos Investimentos X Gastos com Pessoal e Encargos Sociais



Fonte: Siga Brasil.

*Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

Nota-se que as Forças Armadas brasileiras despendem mais de 70% de seu orçamento com o pagamento de pessoal, enquanto, em termos comparativos, a

OTAN estabelece um patamar de 40%. Contudo, os investimentos representam apenas uma média de 10% do orçamento.

Assim, mesmo considerando o Orçamento de Defesa como um todo, ou seja, incluindo a Administração Central do Ministério da Defesa, observa-se que, estruturalmente, os gastos do Ministério da Defesa são predominantemente com pessoal, despesa essa que continua a crescer e a consumir a maior parte da previsão dos dispêndios da pasta.

No que tange aos investimentos, ressalta-se que as Forças Armadas mantêm os chamados projetos estratégicos, previstos desde os governos petistas, como o Projeto Sisfron²³ e o Projeto Guarani²⁴, do Exército, o Projeto Nuclear²⁵ e o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB)²⁶, da Marinha, e o Projeto FX-2²⁷ da Aeronáutica.

Observa-se também que no orçamento de defesa brasileiro há uma predominância dos comandos militares em relação à área civil, representada pela AC-MD. São as Forças Singulares que recebem mais recursos, destacando-se o Comando do Exército.

²³ “O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) pretende fortalecer a capacidade de ação do Exército Brasileiro na faixa de fronteira do país, uma área de 16.886 quilômetros de extensão. Trata-se de um conjunto integrado de recursos tecnológicos, tais como sistemas de vigilância e monitoramento, tecnologia da informação, guerra eletrônica e inteligência que, aliados a obras de infraestrutura, vão reduzir vulnerabilidades na região fronteira.” (BRASIL, 2021)

²⁴ “O Projeto Guarani tem o objetivo de dotar o Exército Brasileiro de uma nova família de blindados sobre rodas. Esses veículos substituirão os atuais Urutu e Cascavel, em uso há mais de 30 anos. A primeira viatura desenvolvida pelo projeto foi a Viatura Blindada de Transporte de Tropa Média de Rodas Guarani (VBTP-MR Guarani).” (BRASIL, 2021)

²⁵ “O Programa Nuclear da Marinha, iniciado em 1979, está dividido em dois grandes projetos: o domínio do ciclo do combustível nuclear e o Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (Labgene). O Brasil já domina o ciclo de produção do combustível nuclear. A Marinha inaugurou, em fevereiro de 2012, a Unidade Piloto de Hexafluoreto de Urânio (Usexu), última etapa para o domínio pleno do ciclo. O Labgene tem o propósito de desenvolver a capacidade tecnológica para o projeto, construção, operação e manutenção de reator nuclear do tipo PWR (Pressurized Water Reactor) que será empregado na propulsão do primeiro Submarino Nuclear (SN-BR) a ser construído no Brasil.” (BRASIL, 2021)

²⁶ “O PROSUB fortalece setores da indústria nacional, relevantes estrategicamente para o desenvolvimento econômico do País, priorizando a aquisição de componentes fabricados no Brasil. Assim sendo, com total de cinco submarinos, sendo quatro de propulsão diesel-elétrica (convencional) e o primeiro do Brasil com propulsão nuclear. O Submarino Riachuelo (convencional), primogênito do programa, foi lançado ao mar em dezembro de 2018, seguido do submarino Humaitá (convencional), lançado em 2020.” (BRASIL, 2021)

²⁷ “O Projeto F-X2, concebido para o reequipamento da frota de aeronaves de caça supersônicas da Força Aérea, contempla a aquisição, numa primeira fase, de 36 caças multimiçssão para substituir os Mirage 2000, desativados em 2013.” (BRASIL, 2021)

5

O processo político de elaboração, discussão e aprovação do orçamento de Defesa Nacional e seus impactos nas relações civil-militares e na democracia brasileira

5.1

O papel do Ministério e do ministro da Defesa no processo de elaboração e consolidação da proposta orçamentária da Defesa Nacional

Em uma democracia, compete aos civis definirem qual o papel e quais as responsabilidades das Forças Armadas, cabendo aos militares atender às funções para as quais foram destinados. No caso brasileiro, esse controle civil sobre as Forças Armadas nunca foi plenamente estabelecido, e isso se reflete, por exemplo, no processo que define o orçamento de Defesa.

A discussão dos temas onde e como alocar os recursos, quais deveriam ser os projetos estratégicos prioritários, qual o contingente necessário para executar a função a contento são dominados pela caserna. Assim, embora o Ministério da Defesa, criado há 22 anos, tenha representado uma tentativa de avanço nas relações civil-militares, no sentido de ampliar a subordinação dos militares ao poder civil, o que se observa é um elevado grau de autonomia das Forças em relação ao Ministério da Defesa.

Tal autonomia, perpassa também o processo de elaboração do orçamento de Defesa. Não há uma centralidade na discussão deste processo, por parte do Ministro da Defesa. Cada uma das Forças Singulares, no âmbito de suas burocracias internas, define suas prioridades e seus orçamentos, que posteriormente serão consolidadas pela SEORI.

Em entrevista realizada para esta tese, um oficial superior da Marinha, que ocupava cargo de Assessor Especial Militar no Ministério da Defesa, relatou que a elaboração do orçamento de Defesa passa por três filtros. O primeiro seria dentro do Comando de cada Força, onde é feito o levantamento das necessidades e prioridades orçamentárias, considerando com qual volume de recursos o órgão conseguiria executar suas funções.

Já o segundo é filtro é estabelecido quando, em meados de junho, a Secretaria do Orçamento Federal (SOF) envia ao Ministério da Defesa o pré-limite do orçamento, que servirá de parâmetro para o planejamento de em quanto terá que caber o orçamento de Defesa. O Ministério da Defesa, por sua vez, repassa esse valor para as Forças Armadas.

Por fim, o terceiro filtro é a negociação dos recursos. De acordo com o oficial entrevistado, até há alguns anos, em relação às despesas discricionárias, havia uma proporcionalidade ao efetivo, enquanto, em termos de custeio, os gastos seriam proporcionais ao tamanho de cada Força.

Quanto aos investimentos, havia uma grande desproporcionalidade: a Marinha, por exemplo, tinha um orçamento de investimento muito alto, por conta do Prosub. Hoje, a intenção seria ter um orçamento de investimento igualitário: 10% para Administração Central do Ministério da Defesa, 30% para o Exército, 30% para Marinha e 30% para Aeronáutica. No entanto, essa não é a realidade, na medida em que o orçamento de Investimento é 100% composto de contratos já firmados, e já há dificuldades em honrar os compromissos já existentes.

Em relação ao papel do Ministério da Defesa no processo de elaboração e consolidação da proposta orçamentária da Defesa Nacional, o entrevistado afirma que o Ministério da Defesa atua como uma espécie de mediador, que gerencia a questão de o país ter Forças Armadas. Nesse sentido, opera tentando mediar conflitos que existem, principalmente na parte orçamentária. Dentro do Ministério, quem desempenha esse papel é a SEORI. Na prática, chega o pré-limite estabelecido pela SOF, a SEORI marca uma reunião com o representante responsável pelo orçamento de cada Força Singular, na qual se discute as questões relativas à repartição, alocação e prioridades dos recursos que serão recebidos.

Ainda segundo o oficial entrevistado, as propostas não variam significativamente de um ano para o outro, seguindo a mesma sistemática. O Ministério da Defesa procura não alterar os critérios de distribuição de recursos entre as Forças Armadas. Em sua opinião, o Ministério da Defesa tem um papel subsidiário na elaboração da proposta orçamentária de Defesa Nacional, embora ressalte a importância da ação mediadora da SEORI. Além disso, afirma se tratar de um papel difícil, pois as Forças Armadas têm uma relevância muito grande, então quem estiver mediando deve fazer a distribuição de recursos de maneira objetiva e eficiente.

Destarte, o Ministério da Defesa age como grande mediador, mas não tem um papel mais ativo no sentido de discutir o que é ou não prioridade no orçamento das Armas. Em relação a isto, o assessor especial Militar declara que na definição das prioridades, a atuação do Ministério da Defesa é mais consultiva do que impositiva. Como as Forças Armadas não têm uma interface política, pois estão subordinadas ao Presidente da República, quem faz essa intermediação é o Ministério da Defesa.

No atual cenário, o entrevistado afirma que o Ministério da Defesa não tem o poder de interferir diretamente no orçamento das Forças Armadas, havendo sempre preocupação em alcançar o consenso. Por serem instituições de Estado e não de governo, há um certo grau de compreensão. Não seria de interesse do Ministério da Defesa interferir nesse equilíbrio.

Em consonância com o descrito pelo assessor militar do Ministério da Defesa, em entrevista para esta tese, o gerente da Divisão de Orçamento, do Ministério da Defesa, descreve processos semelhantes e atribui uma maior autonomia das Forças Armadas no momento de elaboração do orçamento de Defesa, a ser consolidado pelo órgão.

De acordo com o entrevistado, o Ministério da Defesa recebe um referencial monetário da SOF. A partir desse valor, o Ministério, enquanto órgão setorial, tem que distribuir entre todas as unidades orçamentárias: uma parte para o Exército, outra para Marinha, outra para Aeronáutica e para Administração Central do Ministério da Defesa.

A decisão sobre a repartição desses recursos, conforme o gerente da Divisão de Orçamento, é de cunho técnico e político. Quando esse referencial monetário, enviado pela SOF, chega na SEORI são feitas reuniões entre o Secretário Geral e os Superiores das Forças, nas quais são definidos os montantes para cada Comando, que, por seu turno, detalharão suas propostas orçamentárias, seus valores, o objeto do gasto (custeio ou investimento), para posteriormente submeterem novamente ao Ministério da Defesa. Após essa etapa, o órgão setorial faz uma análise geral, corrige alguma incorreção, caso haja, e envia a proposta orçamentária consolidada para a SOF.

A SOF, pertencente Ministério da Economia, faz um ajuste final, indicando, por exemplo, a fonte dos recursos e envia o PLOA, para o Congresso Nacional, até o dia 31 de agosto. O Legislativo realiza os trâmites para que a lei orçamentária, em si, seja aprovada. É nesse processo que são inseridas as emendas parlamentares.

Em relação ao PPA, instrumento de planejamento mais consolidado, o processo é semelhante: o Ministério da Economia fornece valores para os quatro anos para todos os órgãos setoriais, incluindo o Ministério da Defesa, que os mandarão para suas unidades orçamentárias, por programação ano a ano, e depois encaminharão à pasta da Economia a proposta consolidada.

No que tange ao papel do ministro da Defesa, o entrevistado explica que quando chega o referencial da SOF à SEORI, ocorrem reuniões que envolvem

diversos atores: secretário geral, o ministro da Defesa, os comandantes das três Forças e os técnicos de orçamento de cada Comando.

A priorização de onde e como serão alocados os recursos é uma decisão dos comandantes das Forças. Embora haja uma validação hierárquica e conversas que envolvem o Ministério da Defesa, a Secretaria Geral e SEORI, há divisões percentuais de recursos que são ou já foram utilizadas em anos anteriores e que já são combinadas entre as Forças Armadas. No período entre 2016 e 2019, com o cenário fiscal apertado, houve uma “distribuição acordada”.

Embora o ministro da Defesa tenha a prerrogativa de dar a palavra final, já existem conversas e acordos entre todos os atores envolvidos sobre a consolidação do orçamento e definição dos montantes para cada Comando.

Após trabalhar no Ministério da Defesa, o professor Juliano Cortinhas, em entrevista, afirma que o processo orçamentário está inteiro dentro das Forças Armadas. Não há ninguém no Ministério da Defesa responsável por elaborar a proposta orçamentária, portanto, isso é feito no âmbito do Comando das Forças, restando ao Ministério da Defesa compilar os pedidos e tentar adequá-los ao montante total disponível na LOA.

Desse modo, esse seria o papel do Ministério da Defesa na elaboração do orçamento: conciliar as necessidades orçamentárias das Armas ao montante total.

A partir de suas constatações, o que existe no Ministério da Defesa relaciona-se à indústria de defesa, de responsabilidade da SEPROD, mas esta atua somente para fomentar a indústria de defesa, não tendo competência nenhuma na elaboração orçamentária.

Dentro do Ministério da Defesa, o setor responsável por fazer essa elaboração do orçamento é a SEORI. Entretanto, na prática, tal órgão apenas compila os pedidos das Forças e acrescenta as demandas orçamentárias do próprio Ministério e envia ao Ministério da Economia.

Na visão do professor Juliano Cortinhas, o comandante de cada Força também pouco participa do processo orçamentário. Eles simplesmente recebem os pedidos que são formulados dentro dos órgãos orçamentários das Forças Armadas e os repassam ao Ministério da Defesa. Desta forma, o orçamento da Defesa não é elaborado *top-down*, mas sim, ao contrário: vem dos órgãos específicos das Forças que entram em contato com as unidades, ou seja, vai sendo construído de baixo para cima.

Na visão do embaixador Alessandro Candeias, também entrevistado para elaboração desta tese, há uma discussão conjunta a partir das demandas preliminares de cada Força Singular, seguindo a proposta orçamentária unificada

ao Congresso. O papel do ministro da Defesa é no sentido de tentar harmonizar e compatibilizar as demandas e dialogar com os chefes das Casas do Congresso e com os outros ministros da área econômica.

A partir do supra exposto, nota-se que, assim como na elaboração da PND, que elenca os principais atores para Defesa, da END, em que se identificam os instrumentos para que se alcancem os objetivos políticos, e do LBDN, que trata de temas referentes à Defesa Nacional, bem como de competências do Ministério da Defesa, para que o processo de elaboração e consolidação do orçamento de Defesa seja pautado por princípios democráticos, é mister que as Forças Armadas não sejam os principais condutores das questões e discussões relativas à Defesa Nacional, e nem tidas como únicos agentes detentores de conhecimento sobre a área.

Considerando os Art. 9º e 12º da Lei Complementar 136/2010²⁸, cabe ao Ministro de Estado da Defesa exercer a direção superior das Forças Armadas, e que a proposta orçamentária das Forças será elaborada em conjunto com o Ministério da Defesa, responsável por sua consolidação, obedecendo às prioridades estabelecidas na Estratégia Nacional de Defesa, explicitadas na lei de diretrizes orçamentárias (BRASIL, 2010).

No entanto, o que se observa é a autonomia das Forças Armadas na elaboração e gerenciamento de sua agenda financeira, ficando o Ministério da Defesa com um papel secundário neste processo. Isso contraria os objetivos da própria criação do Ministério da Defesa, quais sejam: a) o comando inquestionável das Forças Armadas pelo chefe do Poder Executivo; b) garantir a imparcialidade política das Forças Armadas; c) estabelecer uma estrutura de ordenamento legal das Forças Armadas submissa ao Estado democrático; d) qualquer decisão quanto ao emprego do poder militar teria origem exclusiva nas decisões políticas; e e) reafirmar o caráter nacional das Forças Armadas (OLIVEIRA, 2005).

²⁸ “Art. 9º O Ministro de Estado da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas, assessorado pelo Conselho Militar de Defesa, órgão permanente de assessoramento, pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e pelos demais órgãos, conforme definido em lei.

§ 1º Ao Ministro de Estado da Defesa compete a implantação do Livro Branco de Defesa Nacional, documento de caráter público, por meio do qual se permitirá o acesso ao amplo contexto da Estratégia de Defesa Nacional, em perspectiva de médio e longo prazos, que viabilize o acompanhamento do orçamento e do planejamento plurianual relativos ao setor.

“Art. 12. O orçamento do Ministério da Defesa contemplará as prioridades definidas pela Estratégia Nacional de Defesa, explicitadas na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º A proposta orçamentária das Forças será elaborada em conjunto com o Ministério da Defesa, que a consolidará, obedecendo às prioridades estabelecidas na Estratégia Nacional de Defesa, explicitadas na lei de diretrizes orçamentárias.”

Reforça-se a importância de um corpo técnico civil no Ministério da Defesa²⁹, além de haver crescente capacitação acadêmica civil nos temas de Defesa a fim de que o debate qualificado não seja monopolizado pelos militares.

O orçamento de Defesa deveria ser desenvolvido a partir de interesses expressos e debatidos pela sociedade civil, cuja representação está no Legislativo. Desta forma, enquanto documento político, poderia haver algum grau de participação coletiva, em que não prepondere o posicionamento exclusivo da elite militar.

Desde o governo Temer (2016- 2018) e até agora, durante o governo Bolsonaro, o cargo de Ministro da Defesa é ocupado por militares, fazendo com que o responsável pela elaboração e execução da política de defesa seja um membro das Forças Armadas, e não um civil. Esta situação vai na contramão dos poucos avanços alcançados pelo Ministério da Defesa, no sentido de institucionalizar o controle civil.

Nesse sentido, ressalta-se que para uma efetiva democratização da defesa é preciso que as Forças Armadas se atenham às suas funções prioritárias, evitando que a caserna interfira nos processos políticos e possibilitando que a liderança seja das autoridades civis. Por outro lado, é mister assegurar a liderança das autoridades civis tanto na formulação da política de Defesa quanto em algumas decisões sobre as Forças Armadas (CORTINHAS; VITELLI, 2020).

No bojo dessa discussão se encontra o orçamento de Defesa Nacional. Considerar que sua discussão/elaboração/aprovação é um mecanismo de controle civil não significa extirpar as Forças Armadas do debate, mas sim impor restrições ao alto grau de autonomia castrense e à elevada influência delas nas pautas concernentes à Defesa, além de direcionar a atividade militar de acordo com os interesses da sociedade civil, garantindo uma maior subordinação militar ao poder civil.

²⁹ A proposta de criação da Carreira de Defesa Nacional origina-se de determinação da Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008.

5.2

A tramitação do orçamento de Defesa no Congresso Nacional: o lobby das Assessorias Parlamentares Militares e do Ministério da Defesa

5.2.1

A participação do Congresso Nacional em assuntos de Defesa Nacional no Brasil

Na América Latina, os parlamentos possuem papel fundamental para o estabelecimento da supremacia nos sistemas presidencialistas. Nesse contexto, as Comissões de Defesa das Câmaras dos Deputados e dos Senados poderiam ser peças-chave para que o Legislativo faça o controle democrático das Forças Armadas.

Na visão de Pion-Berlin e Trinkunas (2007), o pouco empenho dos políticos em questões relativas à Defesa Nacional se explica pelo que os autores denominam de déficit de atenção, causado por fatores históricos, estruturais e racionais.

Do ponto de vista histórico, o fato de o processo de formação dos países latino-americanos não ter envolvido grandes conflitos acarretou o desenvolvimento de Forças Armadas pouco ofensivas. Em relação aos aspectos estruturais, os estados da região apresentam baixas ameaças externas, resultando em um baixo interesse dos cidadãos pelo tema. Em relação ao fator racional, matérias relacionadas à Defesa Nacional suscitam engajamento político, pois não geram votos. Os autores apontam que os eleitores não percebem a Defesa Nacional como uma área provedora de bens públicos e nem bens privados (PION-BERLIN; TRINKUNAS, 2007).

Embora seja possível observar essas condições no caso brasileiro, é preciso ressaltar que a análise do orçamento de Defesa aponta para uma situação em que há estabilidade orçamentária aos projetos estratégicos das Forças Armadas, em que pese um cenário econômico de ajuste fiscal e redução do investimento público.

Em entrevista para esta tese, o ex-ministro da Defesa, Raul Jungmann, expõe que, em sua visão, em democracias consolidadas, o responsável pela supervisão e fiscalização das Forças Armadas e quem fixa os rumos a serem tomados pela Defesa Nacional é o Congresso Nacional. Entretanto, para ele, o Legislativo se alienou desse papel e os civis não apresentam projetos aos militares. Em relação a essa última afirmação, cabe ressaltar que são inúmeras as iniciativas no âmbito civil, entre elas se destacam a criação da Associação

Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), a criação de programas de pós-graduação civis na área de Defesa Nacional, entre outras.

Nas discussões sobre as relações civis-militares, diversos autores apontam o pouco controle do Legislativo sobre as políticas públicas de Defesa Nacional. Oliveira (1994) relata que, no processo de elaboração da Constituição de 1988, as matérias atinentes à Defesa Nacional foram abordadas na Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de suas Instituições, de modo improvisado, demonstrando a falta de conhecimento da maioria dos parlamentares sobre tal temática. A própria fragilidade programática dos partidos no que se refere às questões militares contribui para que as iniciativas legislativas sobre Defesa ainda sejam incipientes (OLIVEIRA, 2005).

Na visão de Jorge Zaverucha (2003), a apatia do Legislativo no que diz respeito à política de defesa se deve às limitações impostas pela caserna. Segundo o autor, os militares, após a transição democrática, mantiveram prerrogativas que lhes permitem influenciar ativamente nas decisões políticas e manter um elevado grau de autonomia. Em seu argumento, é patente que o Congresso Nacional tem, por exemplo, pouco controle sobre a discussão do orçamento de Defesa, que fica a cargo das Forças Armadas.

Para Soares (2004), os motivos pelos quais o Congresso Nacional não apresenta políticas consistentes para a área de Defesa perpassam a ausência de um debate articulado e de estudos legislativos específicos sobre o tema, e o pouco prestígio conferido aos membros das Comissões de Defesa. Considera que o desinteresse do legislativo sobre assuntos militares é reflexo do desinteresse da sociedade civil sobre essa questão.

Segundo Martins Filho (2004), em sua análise sobre as relações civis-militares no período do governo FHC, o Legislativo brasileiro foi incapaz de interferir significativamente nas pautas referentes às Forças Armadas, uma vez que nos episódios envolvendo a reafirmação da autonomia militar, a reação do Congresso Nacional foi tardia e desarticulada.

Na visão de Maria Helena de Castro Santos (2004) sobre as eleições de 2002, verificou-se que nenhum dos candidatos a uma vaga no Legislativo federal abordava questões militares.

Em artigo intitulado “Militares e Parlamento na América Latina: uma reflexão crítica sobre a função de controle das Comissões de Defesa brasileira”, Flemer (2004), utiliza o trabalho de Diamint (2001), em que a autora aponta a necessidade de desenvolver políticas de defesa democráticas capazes de ultrapassarem as tensões históricas entre os atores civis e militares na América Latina. Nesse

sentido, reivindica uma política de defesa planejada e conduzida pelo Estado. Considerando que os parlamentos constituem instituições centrais de condução, planejamento e controle políticos, uma política de defesa democrática implica, essencialmente, em Comissões de Defesa fortes.

As constituições latino-americanas conferem poderes limitados ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário no que tange ao controle das instituições militares e de segurança. No Brasil, a Constituição menciona não só o presidente, que é o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, mas também o ministro da Defesa (FLEMES, 2004).

A partir da EC nº23/1999, o ministro da Defesa passou a ser citado como membro do Conselho de Defesa Nacional. Todavia, praticamente, não há menção a respeito do controle do Poder Legislativo sobre as Forças. No Congresso Nacional, no âmbito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, há comissões técnicas responsáveis pelo controle das instituições militares brasileiras, são elas, respectivamente: a CREDN (Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional) e a CRE (Comissão de Relações Exteriores). (FLEMES, 2004).

A CREDN, em consonância com suas atribuições, debate e vota as seguintes matérias:

a) relações diplomáticas e consulares, econômicas e comerciais, culturais e científicas com outros países; relações com entidades internacionais multilaterais e regionais; b) política externa brasileira; serviço exterior brasileiro; c) tratados, atos, acordos e convênios internacionais e demais instrumentos de política externa; d) direito internacional público e privado; ordem jurídica internacional; nacionalidade; cidadania e naturalização; regime jurídico dos estrangeiros; emigração e imigração; e) autorização para o Presidente ou o Vice-Presidente da República ausentar-se do território nacional; f) política de defesa nacional; estudos estratégicos e atividades de informação e contrainformação; g) Forças Armadas e Auxiliares; administração pública militar; serviço militar e prestação civil alternativa; passagem de forças estrangeiras e sua permanência no território nacional; envio de tropas para o exterior; h) assuntos atinentes à faixa de fronteira e áreas consideradas indispensáveis à defesa nacional; i) direito militar e legislação de defesa nacional; direito marítimo, aeronáutico e espacial; j) litígios internacionais; declaração de guerra; condições de armistício ou de paz; requisições civis e militares em caso de iminente perigo e em tempo de guerra; m) outros assuntos pertinentes ao seu campo temático. (BRASIL, 2021)

Flemes (2004) destaca um ponto fundamental na discussão sobre o controle do Legislativo em matérias relacionadas às Forças Armadas: o papel exercido pelas Assessorias Parlamentares do Ministério da Defesa e das Armas no Congresso Nacional.

Num cenário em que a consultoria legislativa não possui concursados especialistas em política de Defesa, e em que as Comissões de Defesa são

constituídas por parlamentares discretos, com poucos conhecimentos específicos sobre área, com exceção de antigos membros de instituições policiais e militares, quando há necessidade, os congressistas recorrem às assessorias parlamentares de cada uma das Forças ou do próprio Ministério da Defesa, instaladas no prédio do Senado Federal (FLEMES, 2004).

Tal fato é prejudicial para o amadurecimento das relações civis-militares, na medida em que as informações e decisões tomadas pelos deputados e senadores são pautadas por argumentos essencialmente advindos da caserna, sem nenhuma independência, neutralidade, e sem a percepção civil. As Comissões de Defesa, na maioria das vezes, são porta-voz dos pontos de vistas dos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, ou seja, legitimam a linha de política de Defesa pensada pelas Forças Armadas, sem terem, de fato, participado do debate ou de sua formulação (OLIVEIRA, 1999).

A discussão, análise e fiscalização do orçamento de Defesa por parte do Poder Legislativo poderia ser um efetivo mecanismo de controle civil sobre as Forças Armadas. Entretanto, para que isso se impusesse, seria necessário que o Ministério da Defesa e cada uma das Forças Singulares cooperassem, fornecendo dados e informações ao Congresso, algo que não acontece na realidade brasileira. As questões relacionadas ao orçamento de Defesa se inserem na seara das discussões, que na esfera do Poder Legislativo não têm relevância para as decisões que serão tomadas (FLEMES, 2004).

Enquanto órgão do Poder Executivo, civil, responsável por exercer a direção superior das Forças Armadas, bem como articular as ações que envolvam estas instituições, caberia ao Ministério da Defesa, exercer uma maior transparência quanto às questões orçamentárias no que diz respeito às políticas de Defesa perante as Comissões temáticas no Congresso Nacional.

Se por um lado o controle legislativo sobre o orçamento de Defesa é incipiente, a presença das Forças Armadas dentro do Congresso Nacional é marcante. Exército, Marinha e Aeronáutica, cada um, individualmente, conta com uma assessoria parlamentar própria, além da instituída pelo Ministério da Defesa.

Assim, se pode considerar que as instituições ligadas à Defesa Nacional contam com quatro frentes atuando diretamente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, representando os interesses das Forças Armadas. Essas assessorias parlamentares funcionam no anexo IV do prédio do Senado Federal.

Para esta tese, o conjunto das assessorias parlamentares (ASPAR) do Ministério da Defesa e de cada uma das Forças Singulares, serão denominadas de Assessorias Parlamentares de Defesa Nacional.

5.2.2

O perfil e a atuação das Assessorias Parlamentares das Forças Armadas e do Ministério da Defesa na Aprovação do Orçamento de Defesa

A partir dos dados analisados nas tabelas disponíveis nos anexos 17, 18, 19 e 20, observa-se que o perfil preponderante dos assessores parlamentares da área de Defesa Nacional é majoritariamente homens, oficiais superiores das Armas. Presume-se pelas patentes que tenham conhecimento e experiência nas atividades fins das Forças Armadas.

Na ASPAR da Marinha, por exemplo, todos os assessores, no período compreendido entre anos de 2000 a 2020, são homens, e o que tinha o menor grau de oficialato era Capitão de Fragata.

Em relação a ASPAER, Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica, destaca-se que, entre 2003 e 2020, todos os ocupantes do cargo de Chefe da Assessoria Parlamentar possuíam a patente de Brigadeiro-do-Ar, o mais alto posto na hierarquia das Forças Armadas.

Além disso, verifica-se que, entre as assessorias parlamentares das Forças, a da Aeronáutica é a que possui o maior número de mulheres, e assim como nas demais é composta em sua maioria por oficiais superiores.

No que diz respeito à ASPAR do Exército, o aspecto que mais se destaca é a presença, entre os assessores, de nomes que, nos últimos anos, ascenderam institucionalmente e influenciaram na política brasileira e que também passaram a ocupar cargos civis no Executivo, até mesmo como ministro. É o caso do ex-comandante do Exército, general Eduardo Villas-Bôas e do ex-ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, general Luiz Eduardo Ramos. Sobre o primeiro, respectivamente, foi comandante do Exército Brasileiro, de 2015 a 2019, tendo ingressado na carreira militar em 1967 e chegado ao posto de general do Exército, em 2011.

Às vésperas da eleição presidencial, em 2018, pressionou, com uma publicação em seu Twitter, o Supremo Tribunal Federal, que deliberaria sobre permitir ou não candidatura de Lula. Escreveu: “Eu asseguro à Nação que o Exército Brasileiro acredita que compartilha o desejo de todos os cidadãos de repudiar a impunidade e respeitar a Constituição, a paz social e a Democracia, assim como vigiar suas institucionais” (GORTAZAR, 2021).

Atualmente comanda um Instituto que leva seu nome e cuja missão é “elaborar e apoiar estratégias de interesse nacional nos campos do

desenvolvimento econômico e social, civismo e cultura, segurança e defesa do Brasil, para o progresso e qualidade de vida do cidadão” (IGVB, 2021).

O general Luiz Eduardo Ramos ingressou na carreira militar em 1973, chegando ao generalato em 2010. Com a eleição de Jair Bolsonaro, foi nomeado, em julho de 2019, para o cargo de ministro-chefe da Secretaria de Governo, e entre março e julho de 2021, ocupou o cargo de ministro-chefe da Casa Civil, órgão responsável pela coordenação e integração das ações governamentais, pela análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional. Além disso, é responsável pela avaliação e monitoramento da ação governamental e da gestão de órgãos e das entidades da administração pública federal e pela coordenação e acompanhamento das atividades ministeriais e da formulação de políticas públicas. Como órgão de extrema importância na articulação política do governo com o Legislativo, o ministro, em geral, é alguém com bom trânsito no Congresso Nacional e boa relação com os parlamentares. Nesse sentido, a experiência do general Ramos na ASPAR do Exército, atuando diretamente nas duas casas legislativas, lhe conferiu estofamento para ocupar tal cargo.

Observa-se que esta não é uma característica apenas da ASPAR do Exército. O atual ministro de Minas e Energia, Almirante de Esquadra Bento Albuquerque, assumiu, entre 2007 e 2008, o cargo de assessor chefe parlamentar do Gabinete do Comandante da Marinha.

Em relação à ASPAR do Ministério da Defesa, nota-se que a maior parte dos cargos também são ocupados por oficiais das Forças Armadas, ativos ou da reserva, e há presença de poucas mulheres. É ponto comum entre as quatro assessorias analisadas, além do baixo número de mulheres, a ausência quase total de civis.

Em consonância com os dados apresentados, a entrevista realizada com o chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Defesa, esclarece e consolida o perfil das assessorias de Defesa Nacional, bem como de seus assessores, como também seu modo de atuação no Congresso Nacional.

De acordo com o entrevistado, o convite para assumir esse cargo advém de sua experiência trabalhando em assessoria parlamentar, tendo chefiado por três anos a ASPAR do Exército, ainda como coronel da ativa, cargo que ocupou até ser promovido a general.

Os oficiais que atuarão nas assessorias parlamentares são designados, normalmente, por seus superiores. O processo de escolha é baseado nas características individuais desses militares, que são convidados pela sua fluência,

facilidade de relacionamento, pois o cotidiano no Congresso Nacional é feito nos corredores e não nos escritórios. Geralmente, são oficiais superiores que já possuem experiência de carreira militar, com conhecimento da atividade-fim. Além disso, o entrevistado destaca que, nas assessorias de Defesa Nacional, não é utilizado o pessoal de comunicação social. Os assessores são militares com conhecimento da sua atividade, de modo que possam ser interlocutores da sua Força. Isso se dá em relação ao Exército, à Marinha, à Aeronáutica e ao Ministério da Defesa, porque tais profissionais têm que ter esse conhecimento do trabalho, da atividade-fim de suas Forças para saberem defender seus pontos de vista no Congresso Nacional.

Segundo o chefe da ASPAR do Ministério da Defesa, hoje atuando no Legislativo, há uma assessoria nas três Forças muito bem estruturada e a assessoria do Ministério da Defesa, não havendo subordinação entre elas. O que existe é uma coordenação, feita pelo Ministério da Defesa, para que não haja conflito de interesses, pois todos estariam lutando pelo mesmo objetivo.

Todas as assessorias de Defesa Nacional contam com uma estrutura fixa na retaguarda. No caso do Ministério da Defesa, há um núcleo de assessoria montado no próprio órgão, do mesmo modo que as Forças também possuem em seus quartéis gerais, em Brasília. Outrossim, existem as representações avançadas, que ocupam salas no Congresso Nacional, no 27º andar da Torre do Senado.

Ademais, afirma que não passam por um treinamento específico: fazem os cursos que o Congresso Nacional oferece em áreas como processo legislativo e processo orçamentários. No entanto, o maior conhecimento seria o advindo do dia a dia dentro do Poder Legislativo, “gastando sapato nos corredores do Congresso.”

Sobre a atuação no dia a dia, junto aos parlamentares e às comissões, as principais atividades realizadas pelas ASPARs são o acompanhamento do trabalho das comissões e dos trabalhos de plenário que envolvam interesses diretos ou indiretos das Forças. Também costumam emitir pareceres e notas técnicas sobre temas de seus interesses.

Do ponto de vista do processo orçamentário, as ASPARs atuam junto aos parlamentares e à CMO, à CREDN e também a outras comissões, visando garantir os recursos necessários para cada Força. O entrevistado afirma que a atuação das assessorias é coordenada. O primeiro trabalho seria, desde o PLDO, garantir que não haja nenhuma alteração que possa afetar as Forças e o Ministério

da Defesa. Quando o PLOA chega ao Congresso Nacional, o objetivo é manter os valores que na proposta contemplem as Forças Armadas.

Além disso, aponta a importância do trabalho das ASPARs para conseguir os diversos tipos de emenda e para aumentar a dotação de recursos. As emendas individuais são para alocação em obras pequenas que possam ter o interesse dual, como por exemplo, a construção de um ginásio numa unidade afastada que vai beneficiar não só a unidade como a comunidade circunvizinha. As emendas de comissão, por sua vez, apresentam valores maiores, atendendo os projetos estratégicos das Forças, tais como, o submarino nuclear, o projeto FX, das Forças Aéreas, o projeto do blindado, do Exército.

Na sua concepção, há um esforço muito grande em manter os anseios das Forças, no tocante àquilo que está sendo contemplado no orçamento para que os projetos tenham prosseguimento sem danos, para que não haja interrupção.

Ainda de acordo com o chefe da ASPAR do Ministério da Defesa, a assessoria tem um altíssimo índice de sucesso nos seus pleitos. Ele conta ter tido a oportunidade de trabalhar em duas situações políticas distintas, fazendo questão de destacar que as Forças Armadas não têm partido político. No segundo governo Lula, mesmo as Forças tendo a conotação de serem de direita e o governo, de esquerda, contavam com a maioria no Congresso. Havia a compreensão, o entendimento de que as Forças Armadas são de instituições de Estado e, portanto, as assessorias tiveram bastante êxito em seus pleitos.

Segundo ele, até mesmo com menos dificuldade do que hoje, pois a oposição associa os projetos que vêm das Forças com o governo. Então, quando entra essa conotação política de associar o Executivo às Forças Armadas, pode haver ruídos, na medida em que parlamentares de oposição que, em geral, favorecem os projetos das Forças, deixam de colaborar, já que poderiam estar beneficiando o governo Bolsonaro.

Seria função das assessorias esclarecer junto aos parlamentares a separação entre o Executivo e as instituições do Estado, Forças Armadas. Em sua visão, são bem sucedidas nessa missão, tanto que não se chegou ao ponto de que qualquer projeto nosso fosse predicado nesse sentido. Têm um bom diálogo com qualquer partido, tanto que o ministro recebe parlamentar de qualquer viés.

Em consonância com as informações dadas, em entrevista para este trabalho, o embaixador Alessandro Candeias afirma que as Forças Armadas possuem uma importante e atuante assessoria no Congresso Nacional, havendo vários militares que atuam no escritório do Ministério da Defesa, instalado dentro de uma sala alugada no Congresso Nacional.

Corroborando com os dados apresentados nos anexos 17, 18, 19 e 20 e com a entrevista com o chefe da ASPAR do Ministério da Defesa, o embaixador confirma que os integrantes desta função são todos oficiais, no nível máximo de coronel, atuando em temas de rotina, como os acompanhamentos de projetos de lei do interesse do Ministério da Defesa. Contudo, há militares de mais alta patente, incluindo comandantes, que também atuam junto a parlamentares em favor de projetos específicos. Os comandantes militares, por exemplo, atuam diretamente junto aos parlamentares no plenário, na CREDN e nas outras comissões parlamentares, quando se debatem projetos altamente estratégicos.

Segundo ele, a atuação da Assessoria é no sentido de convencer os parlamentares da importância da aprovação do orçamento de Defesa Nacional, e auxiliar na elaboração de emendas e aprovação de projetos para o setor, dando subsídios técnicos.

Ademais, caracteriza como decisiva a atuação do ministro e dos comandantes militares junto às chefias das casas legislativas, sendo o papel da assessoria sobretudo técnico e de transmissão de informações relevantes para o MD e para o Congresso, nas duas vias.

Assim, as Forças Armadas atuando enquanto instituições políticas, por meio da ação de suas assessorias parlamentares, juntamente com a baixa participação do Congresso Nacional em questões de Defesa, ressoam no Legislativo a sua visão de mundo, ao passo que garantem a aprovação de matérias do seu interesse.

Em relação a isso, o chefe da ASPAR do MD ressalta que a credibilidade das Forças junto ao Congresso é muito grande, é muito alta. Nas questões relacionadas à Defesa, geralmente, são muito ouvidos em opiniões estratégicas. Além da questão do orçamento, em muitos projetos, como por exemplo o serviço militar para as mulheres, sempre são questionados, e, para ele, é a opinião das assessorias que sempre prevalece, que sempre é considerada. Independentemente do objetivo político daquela demanda, acredita que as Forças Armadas gozam de uma grande credibilidade, seja no Senado, seja na Câmara.

A ASPAR do Ministério da Defesa, que poderia apresentar um contraponto civil, por também ser composta por militares, da ativa ou da reserva, acaba refletindo os interesses e pensamentos da caserna, ao invés de expor os anseios e concepções da sociedade civil sobre assuntos de Defesa.

5.2.3

As emendas parlamentares no processo orçamentário de Defesa

As emendas parlamentares são instrumentos que o Congresso Nacional possui para contribuir e participar do processo de elaboração do orçamento anual. São propostas através das quais os parlamentares podem opinar ou influir na alocação de recursos públicos em função de compromissos políticos que assumiram durante seu mandato, junto aos seus estados e municípios bem como a instituições (BRASIL, 2019a)

Tais emendas podem acrescentar, suprimir ou modificar determinados itens do projeto orçamentário enviado pelo Executivo. Há quatro tipos de emendas: individual, de bancada, de comissão e de relatoria, sendo as três primeiras, respectivamente, de execução obrigatória, fato que fortalece o controle orçamentário pelo Legislativo (BRASIL, 2019a).

O trabalho de Pereira e Muller (2003) revela que a execução de emendas individuais é um instrumento utilizado pelo Poder Executivo para compensar parlamentares fiéis ao governo, conferindo certa estabilidade ao poder político.

No processo de elaboração do orçamento, as emendas têm grande importância, pois podem garantir significativos aumentos de dotações. Nesse sentido, quando chega ao Congresso Nacional a PLOA, as assessorias parlamentares de Defesa Nacional trabalham para garantir que não haja redução no valor de recursos destinados ao Ministério da Defesa e às Forças Armadas, bem como no recebimento de emendas que possam complementar seus orçamentos.

Em relação à importância da aprovação de emendas ao orçamento de Defesa, em três entrevistas realizadas esse tema foi destacado. Na visão do embaixador Alessandro Candeia, o orçamento de Defesa é aprovado pelo Congresso sem mudanças significativas, porém destaca o papel das emendas parlamentares, que têm contribuído para aumentar algumas rubricas, ou criar novas, em benefícios de alguns projetos estratégicos, como o da Antártica, de responsabilidade da Marinha.

De acordo com o gerente da Divisão de Orçamento do Ministério da Defesa, o PLOA muda em relação à LOA, pois a Defesa faz gestões junto ao Congresso Nacional, ao Ministério da Economia e outros órgãos, para aprovar créditos em benefício das Forças Armadas. Segundo ele, em contexto de recessão econômica e contracionismo fiscal, não necessariamente o valor que é dado é suficiente para atender todas as programações, incluindo os projetos estratégicos das Forças.

Já o chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Defesa, em relação ao papel da CREDN na apresentação de emendas ao orçamento de Defesa, afirma que cada comissão das duas Casas, tanto da Câmara quanto do Senado, tem quatro emendas a serem apresentadas ao orçamento relacionadas à temática. Dessas quatro emendas, uma é destinada para o Ministério das Relações Exteriores (MRE), e as restantes são destinadas uma para cada Força. Essa distribuição é taxativa, já há uma combinação prévia nesse sentido. Como nem sempre o MRE tem projetos de grande porte, às vezes entram quatro projetos das Forças Armadas nas propostas de emenda da CREDN. Todas as comissões já têm suas emendas, mais ou menos, carimbadas, distribuídas pelos órgãos que lhes são temáticos.

Ressalta ainda que, até 2019, as emendas de bancada e de comissão não eram de execução obrigatória, sendo mais uma figura de fachada, uma vez que eram aprovadas no orçamento, mas nunca eram executadas. Entretanto, a situação mudou, tornando a possibilidade de execução da emenda algo mais realista.

Analisando os Relatórios de Atividade da CREDN entre os anos de 2011 e 2020, observa-se que está em consonância com a informação dada pelo chefe da ASPAR do Ministério da Defesa, conforme tabela 11 abaixo:

Tabela 11- Propostas de Emenda à LOA - CREDN – Câmara dos Deputados

Ano	Propostas de Emenda à LOA - CREDN – Câmara dos Deputados
2016	Sugestão de Emenda nº 01 (apropriação) - da Marinha do Brasil Descrição da Ação: Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares. Relator: Deputado NELSON MARQUEZELLI
	Sugestão de Emenda nº 02 (apropriação) – do Exército Brasileiro Descrição da Ação: Apoio ao prosseguimento da implementação do Projeto Estratégico Guarani. Aquisição de blindados guarani (51 unidades) Relator: Deputado NELSON MARQUEZELLI
	Sugestão de Emenda nº 03 (apropriação) – da Aeronáutica Ementa: Projeto KC-390 – Aquisição de cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas. Relator: Deputado NELSON MARQUEZELLI
	Sugestão de Emenda nº 04 (apropriação) – do Ministério das Relações Exteriores Ementa: Restauração de edifício – patrimônio - Restauração do Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro. Relator: Deputado NELSON MARQUEZELLI
	Sugestão de Emenda nº 05 (remanejamento) – do Ministério da Defesa Ementa: Remanejamento de dotações do Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas. Relator: Deputado NELSON MARQUEZELLI

2017	01. Sugestão de Emenda nº 01 (apropriação) - da Marinha do Brasil Descrição da Ação: Obtenção de 4 (quatro) Corvetas Classe Tamandaré no país. APROVADA A SUGESTÃO DE EMENDA Nº 01
	02. Sugestão de Emenda nº 02 (apropriação) – do Exército Brasileiro Descrição da Ação: Apoio ao prosseguimento da implementação do Projeto Estratégico Guarani. Aquisição de blindados guarani (51 unidades) APROVADA A SUGESTÃO DE EMENDA Nº 02
	03. Sugestão de Emenda nº 03 (apropriação) – da Aeronáutica Ementa: Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistema Afins – Projeto FX-2 APROVADA A SUGESTÃO DE EMENDA Nº 03
	04. Sugestão de Emenda nº 04 (apropriação) – do Ministério das Relações Exteriores Descrição da Ação: Serviços Consulares e de Assistência a brasileiros no exterior. APROVADA A SUGESTÃO DE EMENDA Nº 04
2018	Sugestão de Emenda nº 01 (apropriação) – destinada ao Ministério da Defesa Descrição da Ação: Aquisição de Helicópteros para Emprego das Forças Armadas. APROVADA A SUGESTÃO DE EMENDA Nº 01
	Sugestão de Emenda nº 02 (apropriação) - destinada à Marinha do Brasil Descrição da Ação: Construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas. APROVADA A SUGESTÃO DE EMENDA Nº 02
	Sugestão de Emenda nº 03 (apropriação) – destinada ao Exército Brasileiro Descrição da Ação: Aquisição de blindados guarani (25 unidades) APROVADA A SUGESTÃO DE EMENDA Nº 03
	Sugestão de Emenda nº 04 (apropriação) – destinada à Aeronáutica Ementa: Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistema Afins – Projeto FX-2 APROVADA A SUGESTÃO DE EMENDA Nº 04
2019	Sugestão de Emenda nº 01 (apropriação/acréscimo de despesa) – destinada à Marinha do Brasil. Descrição da Ação: Construção de Submarinos Convencionais (Programa de Desenvolvimento de Submarinos – PROSUB
	Sugestão de Emenda nº 02 (apropriação/acréscimo de despesa) – destinada ao Exército Brasileiro. Descrição da Ação: Implantação do Projeto Guarani (Nova Família de Blindados Sobre Rodas – NFBR)
	Sugestão de Emenda nº 03 (apropriação/acréscimo de despesa) – destinada à Aeronáutica. Descrição da Ação: Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas (Projeto KC-390).
	Sugestão de Emenda nº 04 (apropriação/acréscimo de despesa) – destinada ao Ministério das Relações Exteriores. Descrição da Ação: Relações e Negociações Bilaterais no Exterior (subsidiar o funcionamento de missões diplomáticas e repartições consulares brasileiras no exterior).

Fonte: Relatórios de Atividades da CREDN. Elaboração própria.

Além de garantir emendas de comissão na CREDN, as assessorias parlamentares de Defesa atuam visando conseguir emendas em outras comissões cuja temática perpassa aspectos relacionados à Defesa Nacional, conforme detalhado na tabela 12 a seguir.

Tabela 12 - Propostas de Emendas à LOA destinadas à Defesa em outras comissões temáticas

Ano	Propostas de Emenda à LOA - Comissão de Minas e Energia – Câmara dos Deputados	Propostas de Emenda à LOA - Comissão de Educação – Câmara dos Deputados
2016	EMENDA À LOA Nº 1/2016 Comissão de Minas e Energia Readequação dos laboratórios do Programa Nuclear da Marinha – valor: R\$ 587.200.000,00. 19/10/2016 Aprovada unanimemente.	Exército brasileiro - CE - Amazônia conectada - Ação 156M - R\$ 100.000.000 Exército
2017	Emenda À LOA Nº 1/2017 Comissão de Minas e Energia R\$ 575.900.000,00 a construção de submarino de propulsão nuclear. Aprovada unanimemente	Administração da Unidade - Comando da Marinha 70.000.000 Damião Feliciano Ministério da Defesa
	Emenda À LOA Nº 2/2017 Comissão de Minas e Energia R\$ 289.000.000,00 para tecnologia nuclear da Marinha. Aprovada unanimemente.	Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército 100.000.000 – Ságuas Moraes, Leo de Brito
2018	EMENDA À LOA Nº 1/2018 Comissão de Minas e Energia R\$ 100.000.000,00 Tecnologia Nuclear da Marinha. 17/10/2018 Aprovada unanimemente	Apoio à Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (Incluindo a Academia da Força Aérea - AFA, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica - ITA e o Instituto Militar de Engenharia - IME). 100.000.000,00 1.300.000.000,00 500.000.000,00 100.000.000,00 50.000.000,00 267.794.205,00 Ministério da Defesa – Rafael Motta Pedro Uczai, Profª. Dorinha Seabra Rezende, Rejane Dias, Ságuas Moraes
2019	EMENDA À LOA Nº 3/2019 Comissão de Minas e Energia R\$ 67.000.000,00". Tecnologia Nuclear da Marinha. 23/10/2019 Aprovada	

Fonte: Relatórios de Atividades da CME e Comissão de Educação. Elaboração própria.

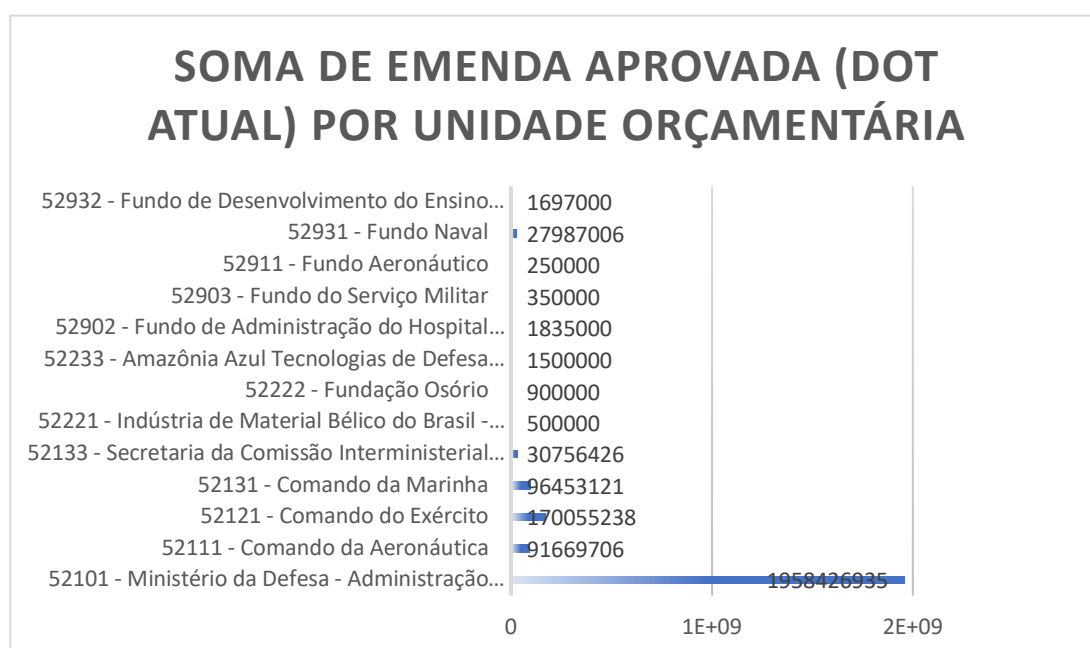
Em relação às emendas individuais, segundo o Chefe da Assessoria do Ministério da Defesa, são normalmente de cunho social e com valores mais baixos se comparadas às emendas de comissão, variando em torno de R\$ 500.000,00. Em geral, são destinadas a pequenos projetos, apresentando emprego dual, ou seja, vão beneficiar as Forças e também a comunidade local.

O exemplo dado por ele é do Projeto Calha Norte, que é gerenciado pelo Ministério da Defesa, mas recebe emendas parlamentares que são contempladas às prefeituras.

O anexo 21 apresenta todas as emendas parlamentares recebidas pelo Ministério da Defesa desde 2014. A partir da análise dos dados, se observa que os órgãos de Defesa (Ministério da Defesa, Comando do Exército, Comando da Marinha e Comando da Aeronáutica), juntamente com suas respectivas unidades orçamentárias, receberam R\$ 2.382.380.432,00 em emendas parlamentares de deputados federais e senadores.

A grande maioria das emendas parlamentares são destinadas ao Comando das Forças e a órgãos a eles vinculados. Além disso, nota-se que a maior parte delas trata de interesses difusos, tem abrangência nacional. Destaca-se o grande número de emendas cuja ação é a “Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte”.

Gráfico 14 - Soma dos valores de Emendas por unidade orçamentária 2014- 2021



Fonte: Lei de Acesso à Informação - CGU. Elaboração própria.

Assim, verifica-se que no processo orçamentário de Defesa Nacional, as emendas têm um papel essencial para aumentar o montante de recursos destinados às Forças Armadas, sendo que a relação entre militares, suas assessorias e políticos é intrínseca.

6 Conclusão

Em democracias, a elaboração, a consolidação e a aprovação do orçamento de Defesa deveria ser um mecanismo fundamental de subordinação castrense às autoridades civis, na medida em que determina as prioridades de gastos, onde e como deveriam ser alocados os recursos das Forças Armadas, além de impor diretrizes para os projetos e atividades que atenderão a Defesa Nacional de um país.

Contudo, na contramão desse processo, o que se observa na realidade brasileira é o reforço da autonomia militar, garantida, inclusive, legalmente na CF/88, assim como a crescente militarização do Estado, principalmente após a eleição do presidente Jair Bolsonaro.

Mesmo com o processo de redemocratização, a partir de 1985, se nota a manutenção de prerrogativas para os militares, que vão desde aspectos relacionados à sua atividade-fim até a garantia de um elevado grau de autonomia política, compreendendo, por exemplo, a gerência de sua própria agenda financeira.

Embora o orçamento de Defesa brasileiro apresente um problema estrutural, em que sua maior fatia é destinada a gastos com pessoal, o que se verifica ao longo dos anos é a estabilidade orçamentária, assegurando, especialmente, os projetos estratégicos das Forças, ainda que em períodos de severo ajuste fiscal.

Isso se deve ao alto grau de autonomia e influência de que gozam as Forças Armadas no Brasil. Tal fato se traduz no funcionamento, dentro do Congresso Nacional, de quatro assessorias de Defesa Nacional: do Ministério da Defesa, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Além de acompanharem as matérias relativas à Defesa, essas assessorias atuam cotidianamente nas Casas Legislativas, a fim de garantir a aprovação de pautas de interesse das Armas, incluindo uma proposta orçamentária benéfica e o recebimento de emendas que aumentem os recursos destinados a essas pastas (Ministério da Defesa e cada uma das Forças).

Considerando que são essas assessorias que pautam as matérias e os debates sobre Defesa no Congresso Nacional, as informações e decisões tomadas nesse âmbito refletem os pensamentos, argumentos e interesses da caserna, e não da sociedade.

Evidencia-se, assim, um aspecto prejudicial ao amadurecimento das relações civis-militares, uma vez que não há percepção civil acerca de temas

como o orçamento de Defesa. Sem a participação civil nesse processo, o Legislativo acaba referendando a visão das Forças Armadas.

O próprio perfil dos assessores parlamentares de Defesa – em sua maioria homens e oficiais superiores, da ativa ou da reserva, com a ausência de civis – demonstra que se trata de mais uma instância de forte influência militar. Analisando o processo de elaboração, consolidação e aprovação do orçamento de Defesa, se nota a preponderância do papel das Forças Armadas. No que tange à sua elaboração, se observa a autonomia que cada Força tem para estabelecer suas prioridades de investimento, assim como decidir como e onde irão alocar os montantes que lhes serão designados. Nesse cenário, o Ministério da Defesa, que deveria tomar a frente deste processo, assume um papel subsidiário, lhe cabendo a função de consolidar a proposta orçamentária de cada Comando Militar, atuando como um mediador entre os interesses das Forças.

Ao invés de ficar a cargo do ministro da Defesa o exercício da direção superior das Forças Armadas, essa prerrogativa ainda se encontra nos Comandos Militares. Assim, no processo orçamentário de Defesa, resta-lhe apenas consolidar a proposta que já vem desenvolvida dentro de cada Comando.

Quanto à aprovação no Congresso Nacional, o que se verifica é a incipiência do controle legislativo sobre o orçamento de Defesa Nacional. Este não só é aprovado sem grandes alterações, como também recebe incrementos, por meio de emendas parlamentares, sejam elas individuais, de bancada ou de comissões.

Graças ao atuante papel das assessorias parlamentares de Defesa no Congresso, atrelado ao baixo envolvimento do Legislativo em temas afetos à Defesa Nacional, as Forças Armadas têm o controle também do processo de aprovação de seu orçamento.

É necessário que o Ministério da Defesa, órgão de natureza civil, de fato articule, direcione e coordene as ações das Forças Armadas, incluindo o seu orçamento. O orçamento de Defesa é um documento de Defesa, que deve ser amplamente discutido com as esferas civis. Ao deixá-lo sob o domínio dos militares, se esvaziam os mecanismos de transparência e de controle civil, reforçando a militarização da política e a autonomia castrense.

Assim, o orçamento de Defesa é um importante instrumento de controle civil e o fato de seu processo de elaboração, consolidação e aprovação se concentrar nas Forças Armadas aumenta o abismo entre uma implantação efetiva da autoridade civil sobre as Forças Armadas, gerando impactos para construção de uma sociedade que se pretenda democrática.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, C.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P. H. **Gestão das finanças públicas** – fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 2.ed. Brasília: Ed. Gestão Pública, 2008.

ALMEIDA, Carlos. **Gastos Reservados**. Disponível em: <<https://www.resdal.org/atlas/atlas07-cap2.pdf>> Acesso: 12 set 2021.

ALMEIDA, Carlos. Política de defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas. **Opinião pública**, Campinas, v. 16, n. 1, junho, 2010.

AMORIM, C. L. N. **Discursos, palestras e artigos do Chanceler Celso Amorim: 2003- 2010**, v. 1. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática, 2011.

AMORIM NETO, Octávio. Democracia e Relações civis-militares no Brasil. In: CINTRA, A. O.; AVELAR, L. **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenaeur Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2014.

AMORIM NETO, Octávio; ACÁCIO, Igor. De volta ao centro da arena: causas e consequências do papel político dos militares sob o governo Bolsonaro. **Journal of Democracy**, v.9, n.2, novembro de 2020.

ARCENEUX, Craig L. **Bounded Missions: Military Regimes and Democratization in the Southern Cone and Brazil**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2001.

ARRUDA, João Rodrigues. **O uso político das Forças Armadas: e outras questões militares**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

ARTURI, Carlos S. **O debate teórico sobre as mudanças de regime político: o caso brasileiro**. *Revista de Sociologia e Política*, n. 17, p. 11-31, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal – Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2.ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2008.

BRASIL. **Decreto n. 5.484, de 30 de junho de 2005**. Aprova a Política de Defesa Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm Acesso em: 20 jan 2022.

BRASIL. **Lei Complementar n. 136**, de 25 de agosto de 2010. Altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. 5.ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública, Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. **Entenda o Orçamento**. Brasília. 2019a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/entenda/cartilha/cartilha.pdf>>. Acesso em: 8 out 2019.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. 5. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública, Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2018.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2.ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2020a.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020b.

BRASIL. **Portal da Transparência do Governo Federal**. 2020c. Disponível em: <<http://www.transparencia.gov.br/>> Acesso em: 4 nov 2021.

BRASIL. **Emendas de Relator**. Disponível em: https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-orcamentario/-/orcamentario/termo/emenda_de_relator. 2021. Acesso em: 3 jan 2022.

BRUSTOLIN, Vitelio Marcos. **Abrindo a caixa-preta: o desafio da transparência dos gastos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/ IE/ PPED, 2009.

BORELLI, Patrícia; PERON, Alcides. Defesa e Desenvolvimento no Governo Lula. In: IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, **Anais...** Florianópolis, 2017.

CAMPELLO E SOUZA, Maria do Carmo. **Estado e partidos políticos no Brasil**. (1930-1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

CASTRO SANTOS, Maria Helena de. **Instrumentos de controle parlamentar em democracias presidencialistas e parlamentaristas**: Brasil e Alemanha em perspectiva comparada. 2002.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 25, p. 83-106, nov 2005.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782005000200008>. Acesso em: 4 nov 2021.

CORTINHAS, Juliano; VITELLI, Marina. Limitações das reformas para o controle civil sobre as forças armadas nos governos do PT (2003-2016). **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 7, n. 2, 2020.

COTTEY, Andrew; EDMUNDS, Timothy; FORSTER, Anthony. The second generation problematic: rethinking democracy and civil-military relations. **Armed Forces & Society**, v. 29, n. 1, p. 31-56, 2002.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Militares, democracia e desenvolvimento**: Brasil e América do Sul. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

D'ARAÚJO, Maria Celina. A persistente primazia política da corporação militar. **Rev. Bra. Est. Def.** v. 3, n. 2, p. 41-54, jul/dez 2016.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Ensino militar no Brasil e interfaces com a sociedade. In: KLEPAK, Hal. **Formación y educación militar**: Los futuros oficiales y la democracia. 1ed. Buenos Aires: Resdal, 2012.

DREIFUSS, R. **1964**: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

DIAMINT, Rut. **Control civil y fuerzas armadas en las nuevas democracias latino-americanas**. Buenos Aires: Universidad Torcuato di Tella, 1999.

DIAMINT, Rut. **Democracia y Seguridad en America Latina**. Buenos Aires: Nuevohacer, 2001.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930, história e historiografia**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

FERNANDES, Fernando Bartholomeu. **As Relações Civil-Militares durante o Governo Fernando Henrique Cardoso** – 1995/2002. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Mulher de militar quer “mensalão”**. Ed. 11 jun 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1106200520.htm>. Acesso em: 3 jan 2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Elcio Alvares x Forças Armadas**. Ed. 18 dez 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1812199903.htm>. Acesso em: 10 jan 2022.

FORJAZ, M. C. S. **Tenentismo e política**: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. [s. l.]: Paz e Terra, 1977. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat06910a&AN=puc.136129&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 10 jan 2022.

FUCCILLE, Luís Alexandre J. **Democracia e questão militar**: a criação do Ministério da Defesa no Brasil. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2006.

FUCCILLE, Luís Alexandre J.; BARRETO, Lis; THOMAZELLA, Ana E. **Diplomacia e Defesa no Governo Lula**: o diálogo tardio. 5º Encontro Nacional da Abri, Belo Horizonte, jul. 2015.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas. Só uma reforma nas Forças Armadas pode pôr fim ao espírito golpista de nossos militares. **The intercept Brasil**. Disponível em <<https://theintercept.com/2020/10/23/so-uma-reforma-nas-forcas-armadas-pode-por-fim-ao-espirito-golpista-de-nossos-militares/>> Acesso em: 3 jan 2021.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. São Paulo: Atlas, 2012.

GORTAZAR, Naiara. **Cúpula militar acende alerta sobre bolsonarismo e agora tenta calcular perdas e ganhos**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-04/cupula-militar-acende-alerta-sobre-bolsonarismo-e-agora-tenta-calcular-perdas-e-ganhos.html>. Acesso em: 6 nov 2021.

IGVB. **Instituto General Villas Bôas**. 2021. Disponível em: <https://igvb.org/>. Acesso em: 4 nov 2021.

KECK, M. E. A transição brasileira para a democracia. In: KECK, M. E. **A lógica da diferença**: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

KINZO, M. D. G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15 n. 4, p. 3-12, out-dez, 2001.

LUCENA SILVA, Antonio Henrique; PEDONE, Luiz. Revitalização da Indústria de Defesa e os Programas de Modernização das Forças Armadas: um balanço dos governos Lula da Silva e Rousseff. **Revista Política Hoje**, v. 26, n. 1, p. 17-36, abr 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicoahoje/article/view/8872/17860>>. Acesso em: 27 out 2021.

MARQUES, A. A. Concepções estratégicas brasileiras no contexto internacional do pós-Guerra Fria. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, 2003.

MARTINS FILHO, J. R. O governo Fernando Henrique Cardoso e as Forças Armadas: um passo à frente, dois passos atrás. **Olhar**, v. 4, n. 4, p. 104-120, 2001.

MARTINS FILHO, J. R. Tensões militares no governo Lula (2003-2009): a Pré-história do acordo com a França. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 1, n. 4, p. 283-306, jul/dez 2010.

MATHIAS, S. K.; GUZZI, A. Autonomia na Lei: as Forças Armadas nas Constituições Brasileiras. **Revista Brasileira de Sociologia e Política**, v. 25, n. 73, jun 2010.

MEYER, Emilio. Militarization of Politics in Brazil. **SSRN**, April 5, 2018. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3157090> Acesso em: 10 jan 2022.

MILANI, C. R. S.; PINHEIRO, L. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 11- 41, jun 2013.

MONTEIRO, Tânia. Fernando Azevedo: Orçamento das Forças Armadas não condiz com o País. **O Estado de São Paulo**. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,fernando-azevedo-orcamento-das-forcas-armadas-nao-condiz-com-o-pais,70002834452> Acesso em: 3 jan 2022.

O'DONNELL, Guillermo. Transições, continuidades e alguns paradoxos. In: REIS, Fábio Wanderley; O'DONNELL, Guillermo (orgs.) **A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas**. São Paulo: Vértice e Editora dos Tribunais, 1988.

OKADO, G. H. C. Política externa e política de defesa: uma epifania pendente. 128 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

OLIVEIRA, Armando Albuquerque de. (Des)controle civil sobre os militares no Brasil: um estudo comparado (1945-1964/1985-2009). 260 f. Tese (Doutorado). CFCH – Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia**. Campinas: Papirus, 1994a.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **Democracia e Defesa Nacional: a criação do Ministério de Defesa na Presidência de FHC**. São Paulo: Manoele, 2005.

OLIVEIRA, H. A. **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. **Dados**, v. 46, n. 4, p. 735-771, 2003.

PION-BERLIN, David (Ed.). **Civil-Military Relations in Latin America: New Analytical Perspectives**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2001.

PION-BERLIN, David; TRINKUNAS, Harold. Attention Deficits: Why Politicians Ignore Defense Policy in Latin America. **Latin American Research Review**, v. 42, n. 3, October 2007.

RODRIGUES, Karina Furtado. **Democratic transparency pacts on defense: assessing change in civilian access to military information in Brazil and Mexico**. Tese (Doutorado). 216 f. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, 2017.

RUDZIT, Gunther; CASARÕES, G. S. P. Política de Defesa é uma Política de Governo. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 2, n. 1, 2015.

SANTOS, W. G. dos. Paralisia da decisão e comportamento legislativo: a experiência brasileira, 1959-1966. **Revista de Administração de Empresas**, v. 13, n. 2, abr/jun 1973.

SANTOS, W. G. dos. Coalizões parlamentares e instabilidade governamental: a experiência brasileira, 1961/1964. **Revista de Administração de Empresas**, v. 13, n. 4, out/dez 1973.

SENADO FEDERAL. **Portal do orçamento. Siga Brasil**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>> Acesso em: 4 fev 2021.

SOARES, Samuel. **Controles e autonomia**: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999). São Paulo: Ed. UNESP, 2006).

STEPAN, Alfred. *The Military in Politics: Change Patterns in Brazil*. New Jersey: Princeton University Press, 1971.

STEPAN, Alfred. *Rethinking Military Politics: Brazil and the Southern Cone*. New Jersey: Princeton University Press, 1988.

STOCKHOLM PEACE RESEARCH INSTITUTE-IPRI. (2009 entre outros). *Yearbooks*. Estocolmo: Oxford University Press.

VAZ, Gabriella Sommer. **Política de Defesa do Governo Lula**: processo de reaparelhamento das Forças Armadas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. UFSC, Florianópolis, 2017.

VIGNOLI, F. H.; FUNCIA, F. R. **Planejamento e orçamento público**. Série Gestão Pública. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

ZAVERUCHA, Jorge. **Rumores de sabres**: tutela militar ou controle civil? São Paulo: Ática, 1994.

ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil democracia**: Collor, Itamar, FHC e os Militares (1990-1998). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ZAVERUCHA, Jorge. **Democracia e Ministério da Defesa Brasileiro**. Research and Education in Defense and Security Studies International Congress. Santiago do Chile: mimeo, outubro de 2003.

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC forças armadas e polícia**: entre o autoritarismo e a democracia 1999- 2002. Rio de Janeiro: Record, 2005.

ZAVERUCHA, Jorge. A fragilidade do Ministério da Defesa brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, 2005b.

WINAND, Érica; SAINT-PIERRE, Héctor Luis. A fragilidade da condução política da defesa no Brasil. **História**, Franca, v. 29, n. 2, p. 3-29, Dec. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742010000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 9 ago 2021.

Anexos

Anexo 1 - Tópicos Orçamentários na Política Nacional de Defesa e na Estratégia Nacional de Defesa

Objetivo Nacional de Defesa (OND)	Estratégia de Defesa (ED)	Ações Estratégicas de Defesa
OND I- Garantir a Soberania, o Patrimônio Nacional e a Integridade territorial	ED-3- Regularidade orçamentária Visa possibilitar ao Setor de Defesa melhores condições de planejar o emprego dos recursos orçamentários, e, dessa forma, racionalizar o seu uso, tornando os gastos em defesa mais eficientes. Adicionalmente, busca compatibilizar o orçamento de defesa à envergadura do País no cenário mundial.	AED-13- Buscar a regularidade e a previsibilidade orçamentária para o Setor de Defesa.
		AED-14- Buscar a destinação de recursos orçamentários e financeiros capazes de atender as necessidades de articulação e equipamento para as Forças Armadas, por meio da Lei Orçamentária Anual, no patamar de 2% do PIB.
OND II- Assegurar a Capacidade de Defesa para o Cumprimento das Missões Constitucionais das Forças Armadas	ED-1-Fortalecimento do Poder Nacional Significa incrementar todo tipo de meios de que dispõe a Nação (infraestruturas, instaladas e potenciais, e capital humano), assim como aperfeiçoar os procedimentos de emprego dos recursos utilizados na aplicação das expressões do Poder Nacional, com ênfase na expressão militar.	AED-13- Buscar a regularidade e a previsibilidade orçamentária para o Setor de Defesa.
		AED-14-- Buscar a destinação de recursos orçamentários e financeiros capazes de atender as necessidades de articulação e equipamento para as Forças Armadas, por meio da Lei Orçamentária Anual, no patamar de 2% do PIB.
	ED-3- Regularidade orçamentária	AED-13- Buscar a regularidade e a previsibilidade

	<p>Visa possibilitar ao Setor de Defesa melhores condições de planejar o emprego dos recursos orçamentários, e, dessa forma, racionalizar o seu uso, tornando os gastos em defesa mais eficientes. Adicionalmente, busca compatibilizar o orçamento de defesa à envergadura do País no cenário mundial.</p>	<p>orçamentária para o Setor de Defesa.</p>
		<p>AED-14-- Buscar a destinação de recursos orçamentários e financeiros capazes de atender as necessidades de articulação e equipamento para as Forças Armadas, por meio da Lei Orçamentária Anual, no patamar de 2% do PIB.</p>
	<p>ED-5- Dimensionamento do Setor de Defesa</p> <p>Refere-se à estrutura, operacional e administrativa, do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, com vistas à sua capacitação para o cumprimento das correspondentes missões constitucionais, precípuas e subsidiárias. Considera os aspectos físicos, que compreendem a distribuição das organizações e unidades pelo território nacional e a dotação dos equipamentos que aparelham as Forças Armadas.</p>	<p>AED-18- Estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades.</p>
		<p>AED-20- Dotar as Forças Armadas de recursos adequados a uma pronta resposta, materializada por meio da disponibilidade de seus meios e de itens de suprimento necessários ao cumprimento de sua missão constitucional.</p>
		<p>AED-23- Dar prosseguimento aos projetos estratégicos das Forças Armadas.</p>
		<p>AED-24- Incrementar as capacidades das Forças Armadas para atuar em operações interagências.</p>
		<p>AED-25-Incrementar as capacidades das Forças Armadas para contribuir na prevenção e no</p>

		enfrentamento às redes criminosas transnacionais.
		AED-26- Incrementar as capacidades das Forças Armadas em sua autodefesa e para contribuir com os órgãos de Proteção e Defesa Civil, na prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, em eventos adversos de natureza biológica, química, radiológica ou nuclear.
		AED-27- Dotar as Forças Armadas de equipamentos que privilegiem o conceito de letalidade seletiva, estimulando o desenvolvimento e a fabricação nacionais.
	ED-7- Desenvolvimento da capacidade de mobilização nacional Trata-se do preparo das infraestruturas instaladas, do capital humano e do desenvolvimento e aproveitamento dos potenciais de que dispõe o País para um eventual emprego da expressão militar do Poder Nacional, quer em ações de defesa, quer em ações subsidiárias interagências ou não	AED-4- Coordenar com os diversos órgãos setoriais da Administração Pública o atendimento dos requisitos de infraestrutura de interesse da defesa.
OND III- Promover a Autonomia Tecnológica e	ED-1-Fortalecimento do Poder Nacional	AED-13- Buscar a regularidade e a previsibilidade

Produtiva na Área de Defesa	Significa incrementar todo tipo de meios de que dispõe a Nação (infraestruturas, instaladas e potenciais, e capital humano), assim como aperfeiçoar os procedimentos de emprego dos recursos utilizados na aplicação das expressões do Poder Nacional, com ênfase na expressão militar.	orçamentária para o Setor de Defesa.
		AED-14-- Buscar a destinação de recursos orçamentários e financeiros capazes de atender as necessidades de articulação e equipamento para as Forças Armadas, por meio da Lei Orçamentária Anual, no patamar de 2% do PIB.
		AED-13- Buscar a regularidade e a previsibilidade orçamentária para o Setor de Defesa.
	ED8- Promoção da sustentabilidade da cadeia produtiva da base industrial de defesa	AED-14-- Buscar a destinação de recursos orçamentários e financeiros capazes de atender as necessidades de articulação e equipamento para as Forças Armadas, por meio da Lei Orçamentária Anual, no patamar de 2% do PIB.
	Trata de proporcionar condições de estabilidade às atividades de financiamento, pesquisa, desenvolvimento, produção e venda de produtos de defesa brasileiros e de dar condições de sustentabilidade à cadeia produtiva, ainda que submetida a regimes legal, regulatório e tributário especiais.	AED-39- Estimular projetos de interesse da defesa que empreguem produtos e tecnologias duais.
		AED-40- Aprimorar os regimes legal, regulatório e tributário especiais para a Base Industrial de Defesa.
		AED-41- Estabelecer um mecanismo legal de financiamento plurianual que garanta o atendimento do Plano de Articulação e

		de Equipamento de Defesa - PAED e contribua para o fomento da Base Industrial de Defesa.
		AED-42- Privilegiar aquisições governamentais conjuntas de interesse da defesa.
		AED-43- Aprimorar os mecanismos de financiamento para a Base Industrial de Defesa.
		AED-44- Estender as prerrogativas da Base Industrial de Defesa para os produtos ou sistemas destinados à segurança pública.

Fonte: PND e END 2020.

Anexo 2 - Ranking dos Países com Maiores Gastos Militares

Posição 2020	Posição 2019	País	Gastos (\$ bi) 2020	Participação mundial (%) 2020
1	1	Estados Unidos	778	39
2	2	China	(252)	(13)
3	3	Índia	72,9	3,7
4	4	Rússia	61,7	3,1
5	6	Reino Unido	59,2	3,0
6	5	Arábia Saudita	(57,5)	(2,9)
7	8	Alemanha	52,8	2,7
8	7	França	52,7	2,7
9	9	Japão	49,1	2,5
10	10	Coréia do Sul	45,7	2,3
11	11	Itália	28,9	1,5
12	12	Austrália	27,5	1,4
13	14	Canadá	22,8	1,1
14	16	Israel	21,7	1,1
15	13	Brasil	19,7	1,0

Fonte: Sipri. Elaboração Própria.
() Estimativa Sipri

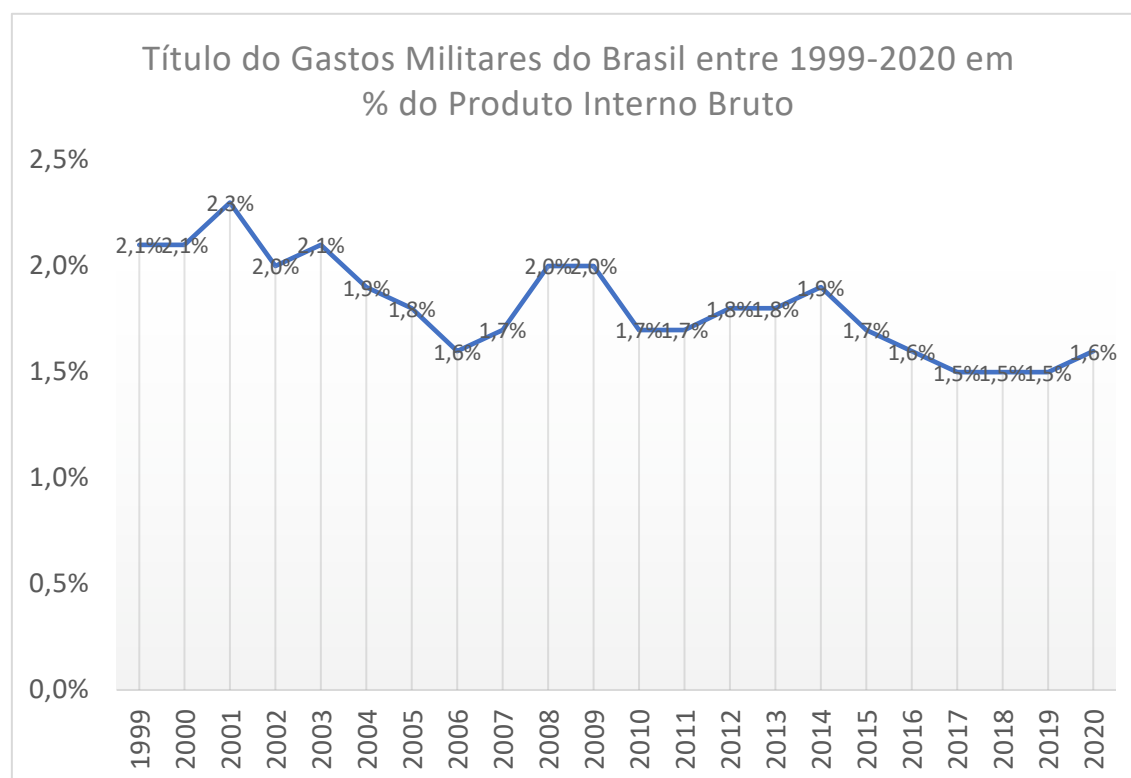
Anexo 3- Ranking Gastos Militares dos Países da América do Sul- em milhões de US\$ a preços e taxas de câmbio atuais, 2010-2020

País- América do Sul/Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Argentina	3475,3	4051,9	4563,2	5138,0	4979,4	5482,6	4509,6	5459,6	3842,9	3132,7	2907,2
Bolívia	327,4	403,6	499,9	564,4	625,9	575,5	552,4	574,1	618,8	598,2	609,0
Brasil	34002,9	36936,2	33987,0	32874,8	32660,2	24617,7	24224,7	29261,8	28177,4	25906,9	19736,3
Chile	4894,1	5686,8	5466,1	5529,9	5102,8	4630,8	4796,0	5370,0	5545,8	5182,2	4600,7
Colômbia	10422,1	10306,6	11706,3	12503,8	11846,0	9127,2	8676,0	10018,0	10134,7	10167,5	9216,4
Equador	2094,0	2453,7	2589,8	2735,8	2786,5	2597,5	2513,2	2462,7	2549,4	2399,9	2243,5
Guiana	31,1	32,4	33,5	35,2	39,3	46,4	51,6	59,5	61,7	67,2	66,0
Paraguai	204,6	285,1	320,9	371,2	398,4	386,5	343,2	348,2	386,6	375,8	364,3
Peru	2178,9	2355,2	2858,0	3305,5	3217,6	3312,2	2536,1	2665,8	2648,7	2766,8	2633,1
Uruguai	755,7	824,8	924,6	1045,1	1034,5	969,9	988,2	1165,7	1271,1	1154,9	1163,6
Venezuela	3991,2	3577,5	5114,8	6199,7	1554,7	320,5	218,2	2127,9

Fonte: Sipri.

Anexo 4- Gastos Militares no Brasil em Percentual Relativo ao Produto Interno Bruto (PIB) – 1999 a 2020

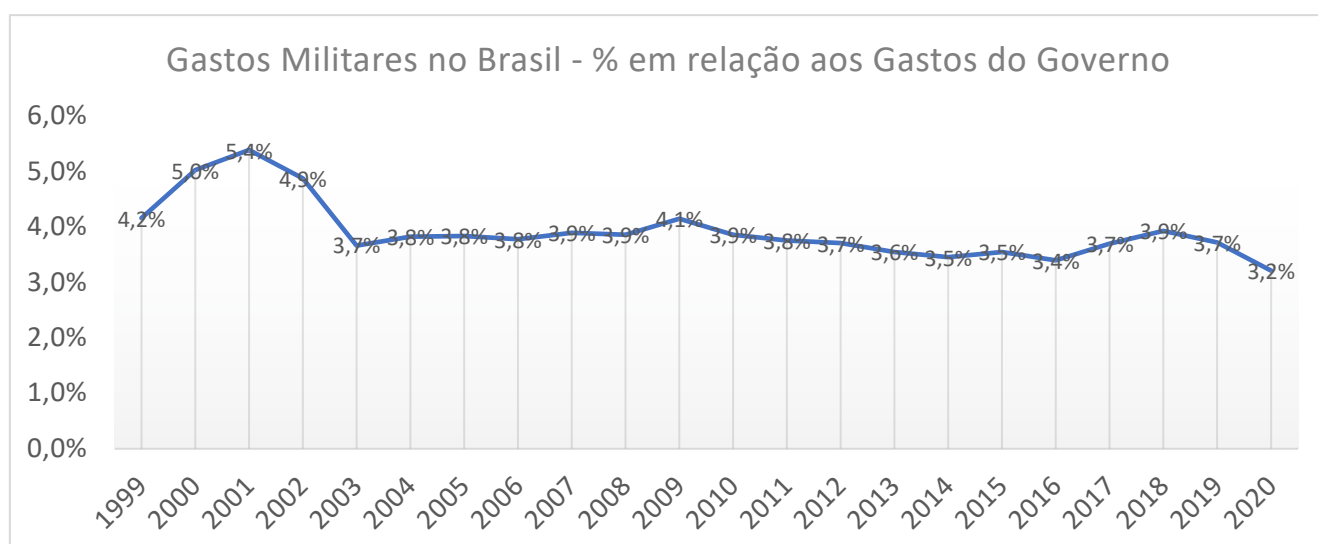
1999	2,1%
2000	2,1%
2001	2,3%
2002	2,0%
2003	2,1%
2004	1,9%
2005	1,8%
2006	1,6%
2007	1,7%
2008	2,0%
2009	2,0%
2010	1,7%
2011	1,7%
2012	1,8%
2013	1,8%
2014	1,9%
2015	1,7%
2016	1,6%
2017	1,5%
2018	1,5%
2019	1,5%
2020	1,6%



Fonte: Sipri.

Anexo 5 - Gastos Militares no Brasil em Percentual Relativo aos Gastos do Governo– 1999 a 2020

1999	4,2%
2000	5,0%
2001	5,4%
2002	4,9%
2003	3,7%
2004	3,8%
2005	3,8%
2006	3,8%
2007	3,9%
2008	3,9%
2009	4,1%
2010	3,9%
2011	3,8%
2012	3,7%
2013	3,6%
2014	3,5%
2015	3,5%
2016	3,4%
2017	3,7%
2018	3,9%
2019	3,7%
2020	3,2%



Fonte: Sipri.

Anexo 6 - Órgãos Superiores do Governo Federal com maior despesa 2016 a 2020

2017

Ministério da Economia	R\$ 1.921.054.226.356,92	80.22%
Ministério da Educação	R\$ 129.599.629.067,24	5.41%
Ministério da Saúde	R\$ 109.826.457.808,59	4.59%
Ministério da Defesa	R\$ 88.980.227.622,45	3.72%
Ministério da Cidadania	R\$ 31.711.203.237,64	1.32%
OUTROS	R\$ 113.432.091.533,38	4.74%
Total	R\$ 2.394.603.835.626,22	100,00%

2018

ÓRGÃO SUPERIOR	VALOR	% RELATIVO AO TODO
Ministério da Economia	R\$ 2.023.303.936.110,85	80.20%
Ministério da Educação	R\$ 123.533.626.172,72	4.90%
Ministério da Saúde	R\$ 115.060.096.066,57	4.56%
Ministério da Defesa	R\$ 92.757.126.620,99	3.68%
Ministério de Minas e Energia	R\$ 46.704.225.977,15	1.85%
OUTROS	R\$ 121.492.474.673,92	4.82%
Total	R\$ 2.522.851.485.622,20	100,00%

2019

ÓRGÃO SUPERIOR	VALOR	% RELATIVO AO TODO
Ministério da Economia	R\$ 2.049.019.925.075,86	78.60%
Ministério da Educação	R\$ 122.898.694.278,38	4.71%
Ministério da Saúde	R\$ 121.370.123.414,37	4.66%
Ministério da Defesa	R\$ 102.176.688.813,63	3.92%
Ministério de Minas e Energia	R\$ 87.684.600.958,66	3.36%
OUTROS	R\$ 123.885.236.924,50	4.75%
Total	R\$ 2.607.035.269.465,40	100,00%

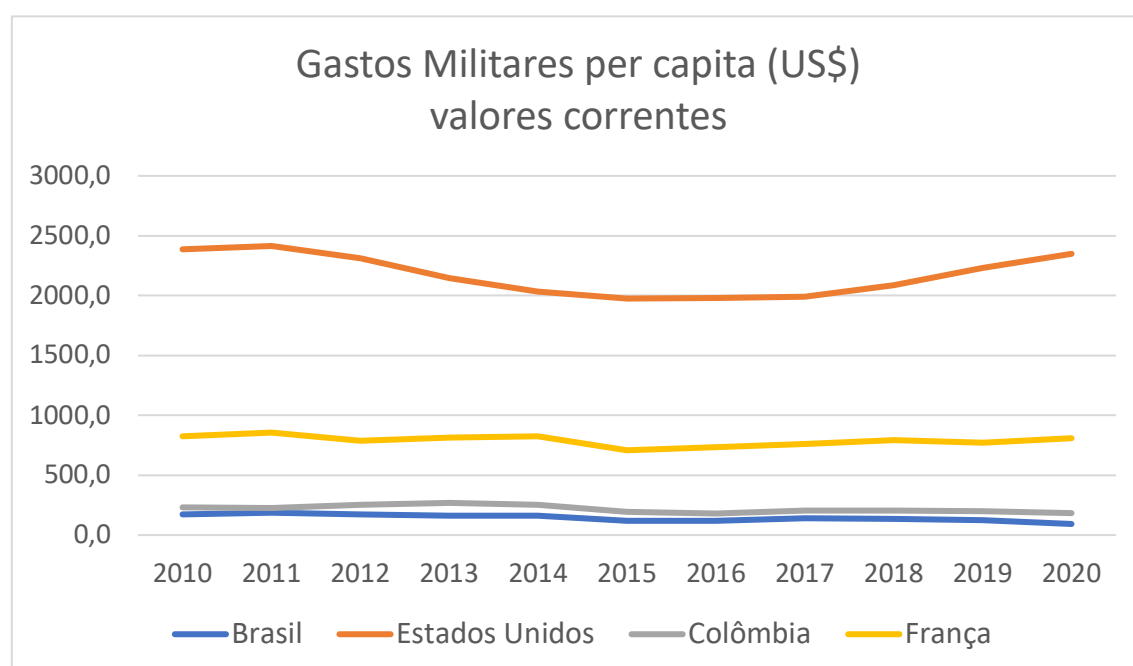
2020

ÓRGÃO SUPERIOR	VALOR	% RELATIVO AO TODO
Ministério da Economia	R\$ 2.602.895.21.761,37	76.16%
Ministério da Cidadania	R\$ 317.759.576.293,68	9.30%
Ministério da Saúde	R\$ 157.772.452.767,99	4.62%
Ministério da Educação	R\$ 117.368.540.720,35	3.43%
Ministério da Defesa	R\$ 100.953.538.323,21	2.95%
OUTROS	R\$ 120.849.443.542,54	3.54%
Total	R\$ 3.417.598.803.409,14	100,00%

Anexo 7 - Gastos Militares per capita (US\$) -valores correntes 1999 a 2020

País	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil	173,7	187,0	170,5	163,5	161,1	120,4	117,5	140,8	134,5	122,8	92,9
Estados Unidos	2388,3	2414,4	2309,2	2146,7	2032,8	1975,3	1980,9	1989,5	2086,5	2231,6	2351,1
Colômbia	230,5	225,7	254,1	268,9	252,2	192,1	180,1	204,8	204,1	202,0	181,1
França	827,7	856,0	790,0	813,9	827,7	708,2	732,5	758,7	791,0	769,5	808,1

Fonte: Sipri.



Fonte: Sipri.

Anexo 8 - Ministério da Defesa - Distribuição dos pagamentos por órgão/entidade vinculada

2016

ORGÃO/ENTIDADE	VALOR PAGO (R\$)	PERCENTUAL PAGO EM RELAÇÃO AO TOTAL DO ÓRGÃO SUPERIOR
Comando do Exército	R\$ 44.346.434.353,22	45,31%
Comando da Marinha	R\$ 25.486.098.696,81	26,04%
Comando da Aeronáutica	R\$ 24.847.183.123,64	25,39%
Fundo do Exército	R\$ 1.223.564.343,95	1,25%
Comando da Marinha - Fundo Naval	R\$ 677.549.152,17	0,69%
Outros	R\$ 1.282.254.589,77	1,31%
Total	R\$ 97.863.084.259,56	100%

Fonte: Portal da Transparência.

*Valores Correntes atualizados pelo IPCA-E- junho/2021

2017

ORGÃO/ENTIDADE	VALOR PAGO (R\$)	PERCENTUAL PAGO EM RELAÇÃO AO TOTAL DO ÓRGÃO SUPERIOR
Comando do Exército	R\$ 47.243.176.659,26	45,17%
Comando da Marinha	R\$ 27.652.529.861,69	26,44%
Comando da Aeronáutica	R\$ 26.243.931.890,25	25,09%
Fundo do Exército	R\$ 1.308.919.395,12	1,25%
Comando da Marinha – Fundo Naval	R\$ 644.404.303,65	0,62%
Outros	R\$ 1.495.340.627,87	1,43%
Total	R\$ 104.588.302.737,84	100%

Fonte: Portal da Transparência.

*Valores Correntes atualizados pelo IPCA-E- junho/2021

2018

ORGÃO/ENTIDADE	VALOR PAGO (R\$)	PERCENTUAL PAGO EM RELAÇÃO AO TOTAL DO ÓRGÃO SUPERIOR
Comando do Exército	R\$ 45.581.993.934,56	43,64%
Comando da Marinha	R\$ 30.203.203.034,08	28,92%
Comando da Aeronáutica	R\$ 25.818.296.792,32	1,42%
Fundo do Exército	R\$ 1.486.169.054,24	1,42%
Ministério da Defesa- Unidades com Vínculo Direto	R\$ 501.162.298,11	0,48%
Outros	R\$ 850.768.336,73	0,81%
Total	R\$ 104.441.593.450,04	100%

Fonte: Portal da Transparência.

*Valores Correntes atualizados pelo IPCA-E- junho/2021

2019

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1712851/CA

ORGÃO/ENTIDADE	VALOR PAGO (R\$)	PERCENTUAL PAGO EM RELAÇÃO AO TOTAL DO ÓRGÃO SUPERIOR
Comando do Exército	R\$ 46.354.945.494,09	41,37%
Comando da Marinha	R\$ 35.401.886.352,65	31,59%
Comando da Aeronáutica	R\$ 27.001.092.797,02	24,10%
Fundo do Exército	R\$ 1.949.228.979,28	1,74%
Ministério da Defesa- Unidades com Vínculo Direto	R\$ 482.010.702,28	0,43%
Outros	R\$ 867.836.596,21	0,77%
Total	R\$ 112.057.000.921,53	100%

Fonte: Portal da Transparência.

*Valores Correntes atualizados pelo IPCA-E- junho/2021

2020

ORGÃO/ENTIDADE	VALOR PAGO (R\$)	PERCENTUAL PAGO EM RELAÇÃO AO TOTAL DO ÓRGÃO SUPERIOR
Comando do Exército	R\$ 47.840.879.603,55	45,03%
Comando da Marinha	R\$ 28.436.821.055,29	26,77%
Comando da Aeronáutica	R\$ 26.941.725.608,68	25,36%
Fundo do Exército	R\$ 1.830.712.945,22	1,72%
Ministério da Defesa- Unidades com Vínculo Direto	R\$ 430.691.627,96	0,41%
Outros	R\$ 754.636.988,99	0,71%
Total	R\$ 106.235.467.829,69	100%

Fonte: Portal da Transparência.

*Valores Correntes atualizados pelo IPCA-E- junho/2021

Anexo 9 - Administração Central do Ministério da Defesa - Despesas Autorizadas, Empenhadas e Executadas

Ano SIAFI	Despesa Autorizada (Previsão de gasto)
2010	R\$ 4.055.666.945,92
2011	R\$ 3.437.728.412,61
2012	R\$ 4.301.498.949,33
2013	R\$ 3.800.809.913,37
2014	R\$ 4.582.844.383,29
2015	R\$ 4.720.344.642,94
2016	R\$ 2.975.438.795,51
2017	R\$ 2.100.347.697,67
2018	R\$ 2.419.479.322,98
2019	R\$ 2.382.071.232,56
2020	R\$ 2.796.337.559,46

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

Ano SIAFI	Despesa Empenhada
2010	R\$ 3.419.358.783,37
2011	R\$ 2.133.338.330,56
2012	R\$ 3.084.871.353,57
2013	R\$ 2.980.243.811,90
2014	R\$ 3.647.270.908,78
2015	R\$ 2.842.229.458,79
2016	R\$ 2.751.789.388,43
2017	R\$ 1.771.002.363,32
2018	R\$ 2.418.061.091,15
2019	R\$ 2.027.791.418,09
2020	R\$ 2.748.488.081,98

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

Ano SIAFI	Despesa Executada
2010	R\$ 3.377.253.106,23
2011	R\$ 2.119.136.717,09
2012	R\$ 3.056.925.315,69
2013	R\$ 2.932.690.595,75
2014	R\$ 3.573.327.874,60
2015	R\$ 2.782.550.349,02
2016	R\$ 2.720.631.716,85
2017	R\$ 1.759.468.705,17
2018	R\$ 2.390.486.657,14
2019	R\$ 2.009.219.367,09
2020	R\$ 2.698.500.345,84

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

Anexo 10 - Comando do Exército - Despesas Autorizadas, Empenhadas e Executadas

Ano SIAFI	Despesa Autorizada (Previsão de gasto)
2010	R\$ 48.810.261.200,05
2011	R\$ 49.155.879.077,67
2012	R\$ 51.238.803.980,82
2013	R\$ 48.430.757.913,05
2014	R\$ 49.735.137.780,35
2015	R\$ 50.440.847.749,16
2016	R\$ 47.468.535.990,62
2017	R\$ 49.961.878.038,80
2018	R\$ 51.646.152.393,45
2019	R\$ 51.793.134.528,26
2020	R\$ 54.292.909.697,64

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

Ano SIAFI	Despesa Empenhada
2010	R\$ 46.612.294.890,69
2011	R\$ 47.000.372.312,71
2012	R\$ 47.733.661.443,44
2013	R\$ 47.163.808.961,70
2014	R\$ 48.054.748.479,61
2015	R\$ 47.871.569.327,27
2016	R\$ 46.297.500.919,18
2017	R\$ 49.527.981.058,83
2018	R\$ 51.038.014.562,00
2019	R\$ 51.326.566.652,41
2020	R\$ 53.158.977.602,53

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

Ano SIAFI	Despesa Executada
2010	R\$ 46.576.980.642,04
2011	R\$ 46.952.167.401,00
2012	R\$ 47.621.181.606,76
2013	R\$ 46.614.614.953,29
2014	R\$ 47.439.921.054,62
2015	R\$ 46.798.437.879,74
2016	R\$ 45.703.742.344,74
2017	R\$ 49.010.660.174,20
2018	R\$ 50.148.481.292,57
2019	R\$ 50.453.966.972,01
2020	R\$ 52.667.699.450,06

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

Anexo 11- Comando da Marinha- Despesas Autorizadas, Empenhadas e Executadas

Ano SIAFI	Despesa Autorizada (Previsão de gasto)
2010	R\$ 32.268.363.338,76
2011	R\$ 30.022.423.365,21
2012	R\$ 30.654.768.970,77
2013	R\$ 30.384.221.690,44
2014	R\$ 29.988.723.901,27
2015	R\$ 29.946.237.059,66
2016	R\$ 26.089.718.104,52
2017	R\$ 29.025.712.213,22
2018	R\$ 33.022.976.214,86
2019	R\$ 37.118.047.656,88
2020	R\$ 29.896.271.862,64

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

Ano SIAFI	Despesa Empenhada
2010	R\$ 29.949.123.062,53
2011	R\$ 28.576.550.464,85
2012	R\$ 28.447.258.127,71
2013	R\$ 29.444.667.272,39
2014	R\$ 29.267.061.758,93
2015	R\$ 27.556.841.865,76
2016	R\$ 25.392.921.670,61
2017	R\$ 28.532.237.158,47
2018	R\$ 33.048.362.654,95
2019	R\$ 36.582.277.214,32
2020	R\$ 29.249.954.469,69

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

Ano SIAFI	Despesa Executada
2010	R\$ 29.888.979.461,64
2011	R\$ 28.505.423.305,63
2012	R\$ 28.343.911.634,56
2013	R\$ 28.873.598.329,83
2014	R\$ 28.483.077.415,00
2015	R\$ 26.542.219.843,33
2016	R\$ 25.014.286.095,74
2017	R\$ 28.235.822.577,91
2018	R\$ 32.506.310.059,15
2019	R\$ 36.100.230.552,39
2020	R\$ 28.962.720.752,82

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

Anexo 12 - Comando da Aeronáutica - Despesas Autorizadas, Empenhadas e Executadas

Ano SIAFI	Despesa Autorizada (Previsão de gasto)
2010	R\$ 19.014.206.321,08
2011	R\$ 19.444.725.598,46
2012	R\$ 18.624.791.148,75
2013	R\$ 19.012.961.384,99
2014	R\$ 19.515.173.446,08
2015	R\$ 20.089.735.998,09
2016	R\$ 19.068.508.643,84
2017	R\$ 19.865.056.502,30
2018	R\$ 20.802.692.590,38
2019	R\$ 21.321.485.443,85
2020	R\$ 21.526.939.699,88

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

Ano SIAFI	Despesa Empenhada
2010	R\$ 18.551.396.799,44
2011	R\$ 18.926.494.211,97
2012	R\$ 18.106.662.475,44
2013	R\$ 18.525.336.532,09
2014	R\$ 18.996.235.251,81
2015	R\$ 19.231.999.662,27
2016	R\$ 18.437.414.009,52
2017	R\$ 19.547.333.618,98
2018	R\$ 20.227.105.266,13
2019	R\$ 20.795.604.771,63
2020	R\$ 21.180.133.878,20

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

Ano SIAFI	Despesa Executada
2010	R\$ 18.551.396.799,44
2011	R\$ 18.926.494.211,97
2012	R\$ 18.106.662.475,44
2013	R\$ 18.523.425.611,57
2014	R\$ 18.991.440.158,61
2015	R\$ 19.223.054.392,89
2016	R\$ 18.433.958.869,76
2017	R\$ 19.541.251.415,31
2018	R\$ 20.231.307.171,40
2019	R\$ 20.784.045.552,26
2020	R\$ 21.176.622.721,88

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

Anexo 13 - Administração Central do Ministério da Defesa - Despesas por Natureza dos Gastos

GND DESP 2010	Despesa Executada	% em relação ao total da despesa executada
INVESTIMENTOS	R\$ 1.817.486.446,00	53,82%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.474.677.280,00	43,66%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 85.089.381,00	2,52%
Total	R\$ 3.377.253.107,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2011	Despesa Executada	% em relação ao total da despesa executada
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.256.875.164,00	59,31%
INVESTIMENTOS	R\$ 754.968.789,00	35,63%
PESSOAL, E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 107.292.764,00	5,06%
Total	R\$ 2.119.136.717,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2012	Despesa Executada	% em relação ao total da despesa executada
INVESTIMENTOS	R\$ 2.101.107.246,00	68,73%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 855.394.195,00	27,98%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 100.423.875,00	3,29%
Total	R\$ 3.056.925.316,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2013	Despesa Executada	% em relação ao total da despesa executada
INVESTIMENTOS	R\$ 1.806.411.607,00	61,60%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.017.611.436,00	34,70%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 108.667.552,00	3,71%
Total	R\$ 2.932.690.595,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2014	Despesa Executada	% em relação ao total da despesa executada
INVESTIMENTOS	R\$ 2.009.461.010	56,24%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.309.161.092	36,64%
INVERSOES FINANCEIRAS	R\$ 136.650.737	3,82%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 118.055.035	3,30%
Total	R\$ 3.573.327.874	100%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2015	Despesa Executada	% em relação ao total da despesa executada
INVESTIMENTOS	1.269.753.022	45,63%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.004.275.544	36,09%

INVERSOES FINANCEIRAS	392.005.194	14,09%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	116.516.589	4,19%
Total	2.782.550.349	100%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2016	Despesa Executada	% em relação ao total da despesa executada
INVESTIMENTOS	R\$ 1.275.063.689,00	46,87%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.190.621.441,00	43,76%
INVERSOES FINANCEIRAS	R\$ 147.485.443,00	5,42%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 107.461.144,00	3,95%
Total	R\$ 2.720.631.717,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2017	Despesa Executada	% em relação ao total da despesa executada
INVESTIMENTOS	R\$ 976.004.939,00	55,47%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 634.210.942,00	36,05%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 102.581.608,00	5,83%
INVERSOES FINANCEIRAS	R\$ 46.671.217,00	2,65%
Total	R\$ 1.759.468.706,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2018	Despesa Executada	% em relação ao total da despesa executada
INVESTIMENTOS	R\$ 1.178.105.019,00	49,28%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.110.882.768,00	46,47%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 101.498.870,00	4,25%
Total	R\$ 2.390.486.657,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2019	Despesa Executada	% em relação ao total da despesa executada
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 969.090.630,00	48,23%
INVESTIMENTOS	R\$ 938.095.216,00	46,69%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 102.033.521,00	5,08%
Total	R\$ 2.009.219.367,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2020	Despesa Executada	% em relação ao total da despesa executada
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.541.463.995,00	57,12%
INVESTIMENTOS	R\$ 1.061.049.394,00	39,32%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 95.986.956,00	3,56%
Total	R\$ 2.698.500.345,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

Anexo 14 - Comando do Exército - Despesas por Natureza dos Gastos

GND DESP 2010	Despesa Executada	% em relação ao total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 41.565.587.023,00	89,46%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 3.553.258.516,00	7,63%
INVESTIMENTOS	R\$ 1.458.135.103,00	2,91%
Total	R\$ 46.576.980.642,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2011	Despesa Executada	% em relação ao total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.155.690.971	87,65%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.876.900.100	8,26%
INVESTIMENTOS	1.919.576.331	4,09%
Total	46.952.167.402	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2012	Despesa Executada	% em relação ao total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 39.600.277.931,00	83,16%
INVESTIMENTOS	R\$ 4.398.940.535,00	9,24%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 3.621.963.140,00	7,61%
Total	R\$ 47.621.181.606,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2013	Despesa Executada	% em relação ao total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 40.054.106.805,00	85,93%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 4.135.488.273,00	8,87%
INVESTIMENTOS	R\$ 2.425.019.875,00	5,20%
Total	R\$ 46.614.614.953,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2014	Despesa Executada	% em relação ao total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 40.778.496.387,00	85,96%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 4.746.942.477,00	10,01%
INVESTIMENTOS	R\$ 1.914.482.191,00	4,04%
Total	R\$ 47.439.921.055,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2015	Despesa Executada	% em relação ao total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.356.179.355	88,37%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.253.842.267	9,09%
INVESTIMENTOS	1.188.416.258	2,54%
Total	46.798.437.880	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2016	Despesa Executada	% em relação ao total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 39.807.321.794,00	87,10%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 4.526.226.038,00	9,90%
INVESTIMENTOS	R\$ 1.370.194.512,00	3,00%
Total	R\$ 45.703.742.344,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2017	Despesa Executada	% em relação ao total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 42.364.465.137,00	86,44%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 4.794.475.182,00	9,78%
INVESTIMENTOS	R\$ 1.851.719.855,00	3,78%
Total	R\$ 49.010.660.174,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2018	Despesa Executada	% em relação ao total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 43.866.708.758,00	87,47%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 4.563.070.808,00	9,10%
INVESTIMENTOS	R\$ 1.718.701.726,00	3,43%
Total	R\$ 50.148.481.292,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2019	Despesa Executada	% em relação ao total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 45.117.037.167,00	89,42%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 3.672.922.186,00	7,28%
INVESTIMENTOS	R\$ 1.664.007.619,00	3,30%
Total	R\$ 50.453.966.972,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2020	Despesa Executada	% em relação ao total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 47.117.763.954,00	89,46%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 4.016.142.158,00	7,63%
INVESTIMENTOS	R\$ 1.533.793.338,00	2,91%
Total	R\$ 52.667.699.450,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

Anexo 15- Comando da Marinha- Despesas por Natureza dos Gastos

GND DESP 2010	Despesa Executada	% em Relação ao Total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 21.019.832.968,00	70,33%
INVESTIMENTOS	R\$ 6.922.390.899,00	23,16%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.857.054.707,00	6,21%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 89.700.889,00	0,30%
Total	R\$ 29.888.979.463,00	100%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2011	Despesa Executada	% em Relação ao Total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 20.904.284.069,00	73,33%
INVESTIMENTOS	R\$ 4.795.682.769,00	16,82%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.336.936.533,00	8,20%
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	R\$ 290.177.553,00	1,02%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 178.342.382,00	0,63%
Total	R\$ 28.505.423.306,00	100%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2012	Despesa Executada	% em Relação ao Total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 20.479.390.144,00	72,25%
INVESTIMENTOS	R\$ 5.440.779.230,00	19,20%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.196.081.181,00	7,75%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 227.661.079,00	0,80%
Total	R\$ 28.343.911.634,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2013	Despesa Executada	% em Relação ao Total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 21.144.775.604,00	73,23%
INVESTIMENTOS	R\$ 5.406.829.906,00	18,73%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.038.691.217,00	7,06%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 283.301.603,00	0,98%
Total	R\$ 28.873.598.330,00	100%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2014	Despesa Executada	% em Relação ao Total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 21.351.903.479,00	74,96%
INVESTIMENTOS	R\$ 4.175.243.473,00	14,66%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.639.309.518,00	9,27%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 316.620.945,00	1,11%
Total	R\$ 28.483.077.415,00	100%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2015	Despesa Executada	% em Relação ao Total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 21.775.834.414,00	82,04%
INVESTIMENTOS	R\$ 2.282.745.760,00	8,60%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.200.526.901,00	8,29%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 283.112.768,00	1,07%
Total	R\$ 26.542.219.843,00	100%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2016	Despesa Executada	% em Relação ao Total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 20.924.177.451,00	83,65%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.020.607.770,00	8,08%
INVESTIMENTOS	R\$ 1.861.970.890,00	7,44%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 207.529.984,00	0,83%
Total	R\$ 25.014.286.095,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2017	Despesa Executada	% em Relação ao Total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 22.288.988.063,00	78,94%
INVESTIMENTOS	R\$ 3.078.561.360,00	10,90%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.420.088.881,00	8,57%
INVERSOES FINANCEIRAS	R\$ 254.747.227,00	0,90%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 193.437.048,00	0,69%
Total	R\$ 28.235.822.579,00	100%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2018	Despesa Executada	% em Relação ao Total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 23.198.446.364,00	71,37%
INVERSOES FINANCEIRAS	R\$ 3.341.566.026,00	10,28%
INVESTIMENTOS	R\$ 3.336.995.748,00	10,27%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.411.992.775,00	7,42%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 217.309.147,00	0,67%
Total	R\$ 32.506.310.060,00	100%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2019	Despesa Executada	% em Relação ao Total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 23.901.526.794,00	66,21%
INVERSOES FINANCEIRAS	R\$ 7.879.766.398,00	21,83%
INVESTIMENTOS	R\$ 2.184.576.581,00	6,05%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.934.188.389,00	5,36%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 200.172.390,00	0,55%
Total	R\$ 36.100.230.552,00	100%

Fonte: Siga Brasil.
Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2020	Despesa Executada	% em Relação ao Total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 24.628.536.622,00	85,04%
INVESTIMENTOS	R\$ 2.211.981.305,00	7,64%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.890.264.921,00	6,53%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 231.937.905,00	0,80%
Total	R\$ 28.962.720.753,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.
Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

Anexo 16 - Comando da Aeronáutica - Despesas por Natureza dos Gastos

GND DESP 2010	Despesa Executada	% em relação ao Total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 18.551.396.799,00	78,25%
INVESTIMENTOS	R\$ 2.770.199.910,00	11,69%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.283.380.391,00	9,63%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 102.005.325,00	0,43%
Total	R\$ 23.706.982.425,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2011	Despesa Executada	% em relação ao Total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 18.926.494.212,00	79,10%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.417.301.374,00	10,10%
INVESTIMENTOS	R\$ 2.026.773.078,00	8,47%
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	R\$ 343.294.663,00	1,43%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 212.336.647,00	0,89%
Total	R\$ 23.926.199.974,00	100%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2012	Despesa Executada	% em relação ao Total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 18.106.662.475,00	75,94%
INVESTIMENTOS	R\$ 3.134.728.502,00	13,15%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.443.705.812,00	10,25%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 157.947.336,00	0,66%
Total	R\$ 23.843.044.125,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2013	Despesa Executada	% em relação ao total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 18.523.425.612,00	76,79%
INVESTIMENTOS	R\$ 2.805.668.336,00	11,63%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.582.249.012,00	10,71%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 208.918.085,00	0,87%
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	R\$ 689.482,00	0,0029%
Total	R\$ 24.120.950.527,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2014	Despesa Executada	% em relação ao total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 18.991.440.159,00	78,36%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.604.422.428,00	10,75%
INVESTIMENTOS	R\$ 2.395.465.201,00	9,88%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 245.730.494,00	1,01%
Total	R\$ 24.237.058.282,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2015	Despesa Executada	% em relação ao total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 19.223.054.393,00	76,72%
INVESTIMENTOS	R\$ 3.493.444.807,00	13,94%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.090.104.812,00	8,34%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 250.578.185,00	1,00%
Total	R\$ 25.057.182.197,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2016	Despesa Executada	% em relação ao total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 18.433.958.870,00	79,27%
INVESTIMENTOS	R\$ 2.653.231.295,00	11,41%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.963.086.394,00	8,44%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 205.602.151,00	0,88%
Total	R\$ 23.255.878.710,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2017	Despesa Executada	% em relação ao total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 19.541.251.415,00	80,55%
INVESTIMENTOS	R\$ 2.931.230.192,00	12,08%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.537.498.920,00	6,34%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 249.657.472,00	1,03%
Total	R\$ 24.259.637.999,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2018	Despesa Executada	% em relação ao total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 20.231.307.171,00	80,66%
INVESTIMENTOS	R\$ 2.677.501.630,00	10,67%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.857.147.155,00	7,40%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 317.419.747,00	1,27%
Total	R\$ 25.083.375.703,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2019	Despesa Executada	% em relação ao total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 20.784.045.552,00	81,09%
INVESTIMENTOS	R\$ 2.673.990.671,00	10,43%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.824.660.152,00	7,12%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 347.356.034,00	1,36%
Total	R\$ 25.630.052.409,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

GND DESP 2020	Despesa Executada	% em relação ao total da Despesa Executada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 21.176.622.722,00	82,88%
INVESTIMENTOS	R\$ 2.285.469.082,00	8,95%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.604.812.713,00	6,28%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 483.268.973,00	1,89%
Total	R\$ 25.550.173.490,00	100,00%

Fonte: Siga Brasil.

Valores Corrigidos pelo IPCA: 07/2021

Anexo 17 - Assessores Parlamentares da Marinha entre 2000 e 2020

POSTO E NOME COMPLETO	DATA DA ASSUNÇÃO
CMG MÁRCIO HARTZ	22MAR2000
CMG AIRTON TEIXEIRA PINHO FILHO	07MAR2003
CMG FERNANDO MAURO BARBOSA DE OLIVEIRA	30MAR2004
CMG CARLOS ALBERTO DE ABREU MADEIRA	21JUL2006
CMG BENTO COSTA LIMA LEITE DE ALBUQUERQUE JUNIOR	09ABR2007
CMG CLÁUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS	02ABR2008
CMG CID AUGUSTO CLARO JUNIOR	09FEV2009
CMG JOSÉ ROBERTO BUENO JUNIOR	22MAR2011
CMG ANTÔNIO CAPISTRANO DE FREITAS FILHO	17JAN2012
CMG JOÃO ALBERTO DE ARAÚJO LAMPERT	23ABR2014
CMG SÉRGIO GAGO GUIDA	02DEZ2015
CMG ALEXANDRE BESSA DE OLIVEIRA	01NOV2016
CMG SÉRGIO TADEU LEÃO ROSÁRIO	03DEZ2018
CMG MOZART JUNQUEIRA RIBEIRO	29JAN2019
CF ANDRÉ MORAES BARROS	16DEZ2019
CMG ALEXANDRE BESSA DE OLIVEIRA	27MAR2020

Fonte: Lei de Acesso à Informação – CGU.

Anexo 18 - Assessores Parlamentares da Aeronáutica entre 2003 e 2020

CARGOS DA ASPAER	
2003	
Chefe da Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica (CH)	Brigadeiro-do-Ar SÉRGIO LUIZ DE OLIVEIRA FREITAS
2004	
Chefe da Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica (CH)	Brigadeiro-do-Ar APRÍGIO EDUARDO DE MOURA AZEVEDO
2005	
Chefe da Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica (CH)	Brigadeiro-do-Ar ÁTILA MAIA DA ROCHA
Chefe da Divisão de Processamento	Major ALBERTO DAS NEVES NETO
2006	
Chefe da Assessoria junto a Câmara dos Deputados	Coronel EDUARDO DOS SANTOS RAULINO
Chefe da Assessoria junto ao Senado Federal	Coronel MIGUEL ÂNGELO BRAGA GRILLO
Chefe da Divisão de Processamento	Tenente-Coronel LUIZ GOMES JARDIM
	Tenente-Coronel ALBERTO DAS NEVES NETO
Chefe da Secretaria	Major CARLA BENZECRY
2007	
Chefe da Divisão de Análise e Processamento	Tenente-Coronel LEOPOLDO JOSÉ LAVERS HERNANDEZ
	Tenente-Coronel RENATO DE CASTRO BARRETO FILHO

	Major ALEXANDRE GOMES DA SILVA
Chefe da Divisão de Assessoria Parlamentar	Tenente-Coronel MAURICIO AUGUSTO SILVEIRA DE MEDEIROS
	Tenente-Coronel LEOPOLDO JOSÉ LAVERS HERNANDEZ
Chefe da Divisão Administrativa	Major ANTÔNIO SÉRGIO COUTINHO DA SILVA
Chefe da Secretaria	Major ANTÔNIO SÉRGIO COUTINHO DA SILVA
2008	
Chefe da Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica (CH)	Brigadeiro-do-Ar JOSÉ MAGNO RESENDE DE ARAÚJO
Chefe da Secretaria	Major PATRICIA BARBARA CUNHA VIGO COLAÇO
	Major REGINA LUCIA CASTANHEIRA DE OLIVEIRA
	Segundo-Tenente AMÁLIA AFFONSO BRAYNER
Chefe da Divisão Administrativa	Major PATRICIA BARBARA CUNHA VIGO COLAÇO
	Major REGINA LUCIA CASTANHEIRA DE OLIVEIRA
	Segundo-Tenente AMÁLIA AFFONSO BRAYNER
2009	
Chefe da Divisão de Assessoria Parlamentar	Tenente-Coronel ALBERTO DAS NEVES NETO
2010	
Chefe da Divisão de Análise e Processamento	Coronel ALBERTO DAS NEVES NETO

	Coronel LUIS ROBERTO DO CARMO LOURENÇO
	Major MARCELO MORENO
Chefe da Divisão de Assessoria Parlamentar	Coronel RUI CHAGAS MESQUITA
2011	
Chefe da Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica (CH)	Brigadeiro-do-Ar LUIS ROBERTO DO CARMO LOURENÇO
Chefe da Divisão de Análise e Processamento	Coronel ALBERTO DAS NEVES NETO
	Coronel LUIS ROBERTO DO CARMO LOURENÇO
	Major GERSON ALVES DE SOUZA LOUZEIRO
Chefe da Divisão Administrativa	Major GERSON ALVES DE SOUZA LOUZEIRO
Chefe da Secretaria	Major GERSON ALVES DE SOUZA LOUZEIRO
	Segundo-Tenente AMÁLIA AFFONSO BRAYNER
2012	
Chefe da Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica (CH)	Brigadeiro-do-Ar RUI CHAGAS MESQUITA
Chefe Interino da Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica (CH)	Coronel RUI CHAGAS MESQUITA
Chefe da Divisão de Relacionamento com o Executivo (DRE)	Major GERSON ALVES DE SOUZA LOUZEIRO
	Coronel FERNANDO MONTEIRO DE OLIVEIRA JUNIOR
Chefe da Divisão de Relacionamento com o Judiciário (DRJ)	Major GERSON ALVES DE SOUZA LOUZEIRO
	Coronel FERNANDO MONTEIRO DE OLIVEIRA JUNIOR
	Coronel LEOPOLDO JOSÉ LAVERS HERNANDEZ

Chefe da Divisão de Relacionamento com o Legislativo (DRL)	Coronel MAURICIO AUGUSTO SILVEIRA DE MEDEIROS
	Coronel RUI CHAGAS MESQUITA
	Tenente-Coronel MARCELO MENDONÇA
	Tenente-Coronel JOSÉ FREDERICO JÚNIOR
Chefe da Seção de Acompanhamento de Assuntos Orçamentários	Tenente-Coronel ARTHUR VARGAS NETO
Chefe da Seção de Acompanhamento de Assuntos Legislativos	Primeiro-Tenente PAULO ROBERTO GALINDO LIMA
Chefe da Seção de Análise e Processamento do Executivo	Major GERSON ALVES DE SOUZA LOUZEIRO
Chefe da Seção de Análise e Processamento do Legislativo	Major LUIS FERNANDO CAMARA FERRO
Agente de Controle Interno	Major LUIS FERNANDO CAMARA FERRO
Secretaria da Chefia	Primeiro-Tenente DARLAN DORNELAS DE CARVALHO
2013	
Chefe da Divisão de Relacionamento com o Executivo (DRE)	Coronel LEOPOLDO JOSÉ LAVERS HERNANDEZ
Chefe da Divisão de Relacionamento com o Legislativo (DRL)	Tenente-Coronel MARCELO MENDONÇA
Chefe da Seção de Análise e Processamento do Executivo	Major GERSON ALVES DE SOUZA LOUZEIRO
Chefe da Seção de Análise e Processamento do Judiciário	Major GERSON ALVES DE SOUZA LOUZEIRO
2014	
Chefe da Divisão Administrativa	Capitão DARLAN DORNELAS DE CARVALHO
Chefe da Seção de Análise e Processamento da Divisão de Relacionamento com o Legislativo	Capitão LUANA MARIA FERREIRA SILVA

Agente de Controle Interno	Capitão LUANA MARIA FERREIRA SILVA
2015	
Chefe da Divisão de Relacionamento com o Legislativo (DRL)	Coronel DECIO AUGUSTO MARUCI
Chefe da Seção de Análise e Processamento da Divisão de Relacionamento com o Legislativo	Tenente-Coronel RONALDO SILVA E SILVA
	Major RODRIGO FERNANDES NASCIMENTO
Chefe da Seção de Análise e Processamento do Judiciário	Tenente-Coronel RONALDO SILVA E SILVA
Chefe da Seção de Análise e Processamento do Executivo	Tenente-Coronel RONALDO SILVA E SILVA
Agente de Controle Interno	Major RODRIGO FERNANDES NASCIMENTO
	Capitão DARLAN DORNELAS DE CARVALHO
	Capitão LUANA MARIA FERREIRA SILVA
Chefe da Secretaria	Segundo-Tenente SIMÃO NASCIMENTO LEAL
Chefe da Divisão Administrativa	Segundo-Tenente SIMÃO NASCIMENTO LEAL
2016	
Chefe da Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica (CH)	Brigadeiro-do-Ar MAURICIO AUGUSTO SILVEIRA DE MEDEIROS
Chefe da Seção de Acompanhamento de Assuntos Orçamentários	Coronel CARLOS ALBERTO FLORA BAPTISTUCCI
Agente de Controle Interno	Capitão DARLAN DORNELAS DE CARVALHO
	Capitão LUANA MARIA FERREIRA SILVA
Chefe da Divisão Administrativa	Segundo-Tenente SIMÃO NASCIMENTO LEAL
	Tenente-Coronel ALEXANDRE PEREIRA REYNALDO

2017	
Chefe da Divisão de Relacionamento com o Legislativo (DRL)	Coronel FRANCISCO JOSÉ AZEVEDO DE MORAIS
Chefe da Seção de Análise e Processamento da Divisão de Relacionamento com o Legislativo	Tenente-Coronel RONALDO SILVA E SILVA
Chefe da Seção de Análise e Processamento da Divisão de Relacionamento com o Executivo	Tenente-Coronel ALEXANDRE DA COSTA CUNHA
Chefe da Divisão Administrativa	Tenente-Coronel RONALDO SILVA E SILVA
Agente de Controle Interno	Tenente-Coronel RONALDO SILVA E SILVA
2018	
Chefe da Seção de Análise e Processamento da Divisão de Relacionamento com o Legislativo	Major DARLAN DORNELAS DE CARVALHO
Chefe da Seção de Acompanhamento de Assuntos Legislativos da Divisão de Relacionamento com o Legislativo	Major DARLAN DORNELAS DE CARVALHO
Chefe da Seção de Análise e Processamento da Divisão de Relacionamento com o Judiciário	Segundo-Tenente VITOR PEREIRA CAPELI
	Coronel LUIZ CLAUDIO FONSECA DE MOURA
Agente de Controle Interno	Major LUANA MARIA FERREIRA SILVA
Chefe da Seção Auxiliar da Secretaria	Segundo-Tenente SIMÃO NASCIMENTO LEAL
Chefe da Divisão Administrativa	Coronel LUIZ CARLOS CASAGRANDE JUNIOR
	Coronel LUIZ CLAUDIO FONSECA DE MOURA
Chefe da Secretaria da Chefia	Major EVERTON LENO SANTOS TEIXEIRA
2019	

Chefe da Divisão de Relacionamento com o Executivo (DRE)	Coronel GERSON ALVES DE SOUZA LOUZEIRO
	Major EVERTON LENO SANTOS TEIXEIRA
Chefe da Divisão de Relacionamento com o Legislativo (DRL)	Coronel MARCELO FILGUEIRAS DE SENA
Chefe da Divisão de Relacionamento com o Judiciário (DRJ)	Coronel LUIZ CLAUDIO FONSECA DE MOURA
Agente de Controle Interno	Tenente-Coronel RONALDO SILVA E SILVA
	Coronel JOÃO JAIME ARAÚJO MARTINS
	Capitão BRENA CONOR OLIVEIRA DE PAULA
Chefe da Seção de Acompanhamento de Assuntos Orçamentários	Coronel LUIZ CARLOS CASAGRANDE JUNIOR
Chefe da Seção de Análise e Processamento da Divisão de Relacionamento com o Executivo	Major EVERTON LENO SANTOS TEIXEIRA

2020

Chefe da Divisão de Relacionamento com o Executivo (DRE)	Major VALDIR MACHADO DA COSTA JUNIOR
Chefe da Seção de Análise e Processamento da Divisão de Relacionamento com o Executivo	Major VALDIR MACHADO DA COSTA JUNIOR
Chefe da Seção de Acompanhamento de Assuntos Legislativos da Divisão de Relacionamento com o Legislativo	Major DARLAN DORNELAS DE CARVALHO
Chefe da Seção de Análise e Processamento da Divisão de Relacionamento com o Legislativo	Tenente-Coronel CELSO EURICO FLECK
Chefe da Seção de Apoio Administrativo da Divisão Administrativa	Primeiro-Tenente SIMÃO NASCIMENTO LEAL
Chefe da Seção de Materiais e Serviços da Divisão Administrativa	Primeiro-Tenente SIMÃO NASCIMENTO LEAL

Fonte: Lei de Acesso à Informação- CGU.

Observações:

1. Nos anos de 2003 a 2005 o número de cargos reduzidos ocorre devido a Organização Militar estar em fase de criação;
2. Para os cargos referenciados e não visualizados em ano(s) subsequente(s), entende-se que o cargo se mantinha ocupado pelo último militar mencionado no cargo; e
3. Os cargos referenciados em determinado ano e não em anos anteriores ocorrem por ocasião da criação do mesmo em data subsequente.

Anexo 19 - Assessores Parlamentares do Exército entre 2000 e 2020

ABEL EWEN DE ARAÚJO FILHO
ACÉLIO FERREIRA DA SILVA JÚNIOR
AILTON JOSÉ VAZ
AJAX PORTO PINHEIRO
ALBERTINO VICENTE RAMOS
ALEX NOGUEIRA DE PAULA
ALEXANDER EDUARDO VICENTE FERREIRA
ALEXANDRE HENRIQUE SOUZA DA HORA
ALEXANDRE GUEIROS TEIXEIRA
ALEXANDRE LOPES NOGUEIRA
ALEXANDRE MEGA ALVES
ALEXANDRE RIBEIRO DE MENDONÇA
ALOÍSIO JOSÉ MERCÊS HENRIQUES DE ARAÚJO
ANDERSON SILVA FERREIRA
ANDRÉ AUGUSTO DE MENEZES FERREIRA
ANDRÉ LUIS PIRES BARBOSA
ANDRESON SILVA FERREIRA
ANTONIO CARLOS DIAS DA SILVA
ANTÔNIO FONSECA DE ABREU ROCHA
ANTONIO LUIZ DA COSTA BURGOS
ANTÔNIO PASSOS MACHADO
ANTONIO ROQUE PEDREIRA JUNIOR
ARTHUR MACIEL MOTTA
ARTUR COSTA MOURA
ARTUR JOSÉ SOLON NETO
ARY PELEGRINO FILHO
AUGUSTO POMPEU DE SOUZA PEREZ

BENEDITO GOMES DA SILVA JÚNIOR
CARLOS E BORNHAUSEN CARDOSO
CARLOS HENRIQUE TECHE
CARLOS MAURÍCIO BARROSO SARMENTO
CARLOS ROBERTO DE SOUSA PEIXOTO
CARLOS VINICIUS TEIXEIRA DE VASCONCELOS
CÉSAR AUGUSTO NETO
CLAUDIO RENATO DA SILVA SILVEIRA
CLAYTON RICARDO PONTES
CYRO LEONARDO DE ALBUQUERQUE
DANIELLE SANCHOTENE BRESSAN
DARCY ALVES FERREIRA
DAVID ALEXANDRE BESSA GONÇALVES DE SOUZA
DELIOMAR PEREIRA CORREA
DENIS AUGUSTO SILVA MACIEL
DOMINGOS CARLOS DE CAMPOS CURADO
DOMINGOS IZAIAS MACHADO NETO
DONZETE PARECIDO REPUKNA
EDSON DE OLIVEIRA GOULARTE
EDSON MONTEIRO GUIMARÃES
EDUARDO ANTONIO FERNANDES
EDUARDO DE MOURA GOMES
EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS
EDUARDO DINIZ
EDUARDO JOSÉ TOSTES
EDUARDO RIBEIRO FARIAS
EMÍLIO CARLOS TORRES DOS SANTOS
ENIO MOREIRA AZZI
EOLISSES FERREIRA LEOPOLDINO

EVALDO JOSÉ PEREIRA DE LIMA
FABIANO AUGUSTO DA SILVA
FÁTIMA ROSALI DA COSTA VIANA
FELIPE GOMES NUNES
FERNANDO AUGUSTO DE CASTRO MENDES CORRÊA
FERNANDO AZEVEDO E SILVA
FERNANDO BARTHOLOMEU FERNANDES
FERNANDO CUNHA DE ALMEIDA
FERNANDO DIAS DA SILVA
FERNANDO MIRANDA DO CARMO
FERNANDO SERGIO DE MOURA ALVES
FLÁVIO MAYON FERREIRA NEIVA
FLÁVIO MOREIRA MATHIAS
FRANCELIO DA MOTA SOUSA
FRANCISCO CANINDÉ DA SILVA
FRANCISCO CARLOS KIRCHMEYER VIEIRA
FRANCISCO HUMBERTO MONTENEGRO JUNIOR
FRANKLIMBERG RIBEIRO DE FREITAS
GERALDO CALIXTO DE ARAÚJO
GILSON MACIEL DE ALMEIDA
GIOVANNI HOMERO LOPES
GLAUCO CORBARI CORRÊA
GUILHERME SANTANA EBRE
GUSTAVO DE SOUZA ABREU
GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES
HEBERCLEY VASCONCELOS DOS SANTOS
HUDSON MARQUES JÚNIOR
ILIOSMAR MOREIRA DOS SANTOS

INACIANO DE SOUZA
ITAMAR PEREIRA CINTRA
IURI COTTO AYECH
IVON BARRETO LEÃO
JADSON LUZ ARAUJO
JAYRO ROCHA JUNIOR
JEFFERSON LUIS DA SILVA PEREIRA
JOÃO CHALELLA JÚNIOR
JOAO PAULO LOPES LISBOA
JOSÉ BENDITO DE BARROS MOREIRA
JOSÉ CARLOS COMEL JÚNIOR
JOSÉ CARLOS DA SILVA
JOSÉ CARLOS LEAL DA SILVA JÚNIOR
JOSÉ CARLOS VILLELA DA COSTA
JOSÉ EDUARDO PEREIRA
JOSÉ GERALDO PAULINO
JOSÉ IBRAHIM PEREIRA ARAUJO
JOSÉ MARIA BARBOZA DE SÁ
JOSÉ MARIA FERNANDES DE AMORIM
JOSÉ PEREIRA DA SILVA FILHO
JOUBERT DE ANDRADE MARQUES
JÚLIO CESAR SILVA DE CARVALHO
JÚLIO LOUZADA
KETLEY DE ALMEIDA AMORIM
LAELIO SOARES DE ANDRADE
LEANDRO OLIVEIRA DO AMARAL
LEONARDO VIEIRA DA SILVA
LINDOMAR GONZAGA DE LIMA
LUCIANO SANTOS DA SILVA

LUÍS CARLOS CALEGARO
LUIS HOMERO LEANDRO LAUREANO
LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
LUIZ EDUARDO SANTOS CERÁVOLO
LUIZ HENRIQUE SALONSKI DA SILVA
MARÇAL ALVES ANTONIO
MARCELO BATISTA HOFFMANN
MARACELO COSTA CÂMARA
MARCELO GONÇALVES VILLELA
MARCELO GOÑES SABBÁ DE ALENCAR
MARCELO INÁCIO FAVARETTI
MARCELO LOPES DE AZEVEDO
MARCELO MASSETTI PEREIRA
MÁRCIA DOS SANTOS ALBUQUERQUE
MARCIO DE SOUZA NUNES RIBEIRO
MÁRCIO DUKAY AMARAL
MARCIO GUEDES TAVEIRA
MARCIUS CARDOSO NETTO
MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA ROSA
MARCOS JOSÉ PUPIN
MARCOS PATRÍCIO DOS SANTOS
MARCOS ROBERTO BOAVENTURA
MARCUS OSTWALD CORBAL
MARCUS PORTO DE OLIVEIRA
MARIA DAS GRAÇAS ANDRADE DE JESUS
MARLON SANDRO ALVARENGA
MAURÍCIO DA COSTA VARGAS
MAURÍCIO DE AGUIAR VILLAR
MIGUEL ANTÔNIO CORDEIRO

NATHAN CAETANO DE SANTANA
NESTOR NORBERTO DE GASPERI
NILLIS NELSON BAIRROS NUNES
NILSON CARNEIRO LAURINDO
NILTON RODRIGUES DOS SANTOS
OTÁVIO FONTOURA SOUTO MAIOR
PACÍFICO CARDOSO DE MACEDO FILHO
PAULO ADRIANO MATOZO
PAULO CÉSAR ANDRADE
PAULO JOSÉ SENA PROCÓPIO
PAULO RICARDO NAUMANN
PAULO TADEU SILVA PENA
PEDRO AIRES PEREIRA JUNIOR
PEDRO AUGUSTO MACIEL DA SILVA
REINALDO SALGADO BEATO
REINALDO SÓTÃO CALDERARO
RENATO CALDEIRA IGREJA
RENATO COARY DE IRACEMA GOMES
RENATO FARIAS BAZI
RENATO IVO FERNANDES DE CASTRO
REYNALDO CAYRES MINARDI JÚNIOR
RICARDO DE MATTOS CUNHA
RICARDO JOSÉ MADUREIRA TEIXEIRA
RICARDO MOUSSALLEM
ROBERTO GONDIM EICKHOFF
ROBERTO JULLIAN DA SILVA GRAÇA
ROBERTO TAILOR SOUZA DA SILVA
RODRIGO PIMENTEL COTA
ROGÉRIO CETRIM DE SIQUEIRA

ROGERIO SANY FREIRE
ROLEMBERG FERREIRA DA CUNHA
RUBEM PEIXOTO ALEXANDRE
RUI YUTAKA MATSUDA
SÉRGIO DA COSTA NEGRAES
SERGIO MARCOS DA SILVA
SORMANE DO NASCIMENTO GUIMARÃES
TÂNIA MARIA DOS SANTOS
THIAGO BARROS ABREU
TOMAZ NETO TELES CARNEIRO
UBIRATAN ATHAYDE MARCONDES
VALDECIR DE CARLI
VALDEMIR APOLÔNIO DE OLIVEIRA
VALMOR FALKENBERG BOELHOUWER JÚNIOR
VANDECIR DE CARLI
VANDERLEI VILI POERNER
VANDIR ODÁCIO EFEL
VINICIUS FERREIRA MARTINELLI
WALTER LUIZ DE ANDRADE MILLER
WARLEY MAROTA BARBOSA
WASHINGTON ROCHA TRIANI
WEBER FREITAS NEPOMUCENO
WESLEY GOMES ALVES
WILLIAM WILSON ALEXANDRE RUEDA
WILSON ELIAS

Fonte: Lei de Acesso à Informação - CGU

Anexo 20 - Assessores Parlamentares do Ministério da Defesa entre 2003 e 2019

Ano 2003

FUNÇÃO	DAS	Grupo	Nível	GR	F.A.	POSTO	NOME
Chefe da Assessoria	101.4						VAGO
Assessor Técnico	102.3						Francisco de Assis Abrão
Assessor Técnico	102.3						Ney Oliveira Müller
Assessor Técnico	102.3						Nilson Murilo Maicá
Assistente	102.2						Rita de Cássia Ravália
Assistente	102.2						Daniel Martins D'Albuquerque
Assistente Técnico	102.1						Marcelo Pontes Vianna
Assistente Técnico	102.1						Aline de Souza Mendes
Assistente Técnico	102.1						Sérgio Luiz Pereira de Carvalho
Assistente Técnico Militar		0005 (E)			EB	2º Ten	Luiz Carlos Moreira Martins
Nível V			5		EB	1º Sgt	Fábio Alves Ferreira Neto
Nível V			5		FAB	1S SA D	Teresa Cristina Braga dos Santos Vieira
Nível I			1		EB		VAGO
Nível I			1		EB	Sd	Elson Martins da Silva
Auxiliar				I			Iramar Eugênio da Silva
SUBTOTAL	9	1	4	1			

Ano 2004

FUNÇÃO	DAS	Grupo	Nível	GR	F.A.	POSTO	NOME
Chefe da Assessoria	101.4						VAGO
Assessor Técnico	102.3						Francisco de Assis Abrão
Assessor Técnico	102.3						Ney Oliveira Müller
Assessor Técnico	102.3						Nilson Murilo Maicá
Assistente	102.2						Rita de Cássia Ravália
Assistente	102.2						Daniel Martins D'Albuquerque
Assistente Técnico	102.1						Marcelo Pontes Vianna
Assistente Técnico	102.1						Aline de Souza Mendes
Assistente Técnico	102.1						Sérgio Luiz Pereira de Carvalho
Assistente Técnico Militar		0005 (E)			EB	2º Ten	Altair de Souza Machado
Nível V			5		EB	1º Sgt	Fábio Alves Ferreira Neto
Nível V			5		FAB	1S SAD	Teresa Cristina Braga dos Santos Vieira
Nível I			1		EB	Sd	Elson Martins da Silva
Nível I			1		EB	Sd	Vanildo Lopes Pereira
Auxiliar				I			Iramar Eugênio da Silva
SUBTOTAL	9	1	4	1			

Ano 2005

FUNÇÃO	DAS	Grupo	Nível	GR	F.A.	POSTO	NOME
Chefe da Assessoria	101.4						Mário Giussepp Santezzi Bertotelli Andreuzza
Assessor Técnico	102.3						VAGO
Assessor Técnico	102.3						Ney Oliveira Müller
Assessor Técnico	102.3						Nilson Murilo Maicá
Assistente	102.2						VAGO
Assistente	102.2						VAGO
Assistente Técnico	102.1						Arthur Valdenir Dias da Silva Oliveira
Assistente Técnico	102.1						José de Souza Gomes
Assistente Técnico	102.1						VAGO
Assistente Técnico Militar		0005 (E)			EB	2º Ten	Altair de Souza Machado
Supervisor			V		EB	1º Sgt	Cláudio Renato da Silva Silveira
Supervisor			V		FAB	1S SAD	Teresa Cristina Braga dos Santos Vieira
Especialista			II		EB	CB	Vanderlei Silva de Lima
Especialista			II		EB	CB	Vanildo Lopes Pereira
Auxiliar				I			VAGO
SUBTOTAL	9	1	4	1			

Ano 2006

FUNÇÃO	DAS	Grupo	Nível	GR	F.A.	POST O	NOME
Chefe da Assessoria	101.4						Edmundo Theobaldo Müller Neto
Assessor Técnico	102.3						José Brasilino Mariz
Assessor Técnico	102.3						Ney Oliveira Müller
Assessor Técnico	102.3						Nilson Murilo Maicá
Assistente	102.2						Valquiria Borges das Neves Ferreira
Assistente	102.2						Lucas Nery
Assistente Técnico	102.1						Arthur Valdenir Dias da Silva Oliveira
Assistente Técnico	102.1						Maria Francinete de Miranda
Assistente Técnico	102.1						Leonardo Socha Reisman
Assistente Técnico Militar		0005 (E)			EB	2º Ten QAO	José Horácio Braz Assis
Supervisor			V		EB	1º Sgt	Cláudio Renato da Silva Silveira
Supervisor			V		FAB	1S SAD	Teresa Cristina Braga dos Santos Vieira
Especialista			II		EB	CB	Vanderlei Silva de Lima
Especialista			II		EB		VAGO
Auxiliar				I			Aluizio Sousa Dias
SUBTOTAL	9	1	4	1			

Ano 2007

FUNÇÃO	DAS	Grupo	Nível	GR	F.A.	POSTO	NOME
Chefe da Assessoria	101.4						Edmundo Theobaldo Müller Neto
Assessor Técnico	102.3						José Brasilino Mariz
Assessor Técnico	102.3						Ney Oliveira Müller
Assessor Técnico	102.3						Nilson Murilo Maicá
Assistente	102.2						Sônia Regina Mendes Gimenez Melo
Assistente	102.2						Ana Cristina Vidal Lima
Assistente Técnico	102.1						Arthur Valdenir Dias da Silva Oliveira
Assistente Técnico	102.1						Maria Francinete de Miranda
Assistente Técnico	102.1						Aluizio Sousa Dias
Assistente Técnico Militar		0005 (E)			EB	2º Ten QAO	José Horácio Braz Assis
Supervisor			V		EB	ST Art	Cláudio Renato da Silva Silveira
Supervisor			V		FAB	1S SAD	Teresa Cristina Braga dos Santos Vieira
Especialista			II		EB	CB	Vanderlei Silva de Lima
Especialista			II		EB	CB	Rogério Diniz Silva
Auxiliar				I			VAGO
SUBTOTAL	9	1	4	1			

Ano 2008

FUNÇÃO	DAS	Grupo	Nível	G R	F · A ·	POSTO	NOME
Chefe da Assessoria	101.4						Edmundo Theobaldo Müller Neto
Assessor Técnico	102.3						VAGO
Assessor Técnico	102.3						Ney Oliveira Müller
Assessor Técnico	102.3						Nilson Murilo Maicá
Assistente	102.2						Sônia Regina Mendes Gimenez Melo
Assistente	102.2						José Brasilino Mariz
Assistente Técnico	102.1						Arthur Valdenir Dias da Silva Oliveira
Assistente Técnico	102.1						Mylene Gomes Nogueira
Assistente Técnico	102.1						Aluizio Sousa Dias
Assistente Técnico Militar		0005 (E)			E B	1º Ten QAO	José Horácio Braz Assis
Supervisor			V		E B	ST Art	Cláudio Renato da Silva Silveira
Supervisor			V		E B	ST Mnt Com	Luis Antonio Braga dos Santos Vieira
Especialista			II		E B	CB	Vanderlei Silva de Lima
Especialista			II		E B	CB	Ivanildo da Silva Albuquerque
Auxiliar				I			VAGO
SUBTOTAL	9	1	4	1			

Ano 2009

FUNÇÃO	DAS	Grupo	Nível	GR	F.A.	POSTO	NOME
Chefe da Assessoria	101.4						Edmundo Theobaldo Müller Neto
Assessor Técnico	102.3						Antonio Roque Pedreira Junior
Assessor Técnico	102.3						Ney Oliveira Müller
Assessor Técnico	102.3						Nilson Murilo Maicá
Assistente	102.2						Sônia Regina Mendes
Assistente	102.2						José Brasilino Mariz
Assistente Técnico	102.1						Arthur Valdenir Dias da Silva Oliveira
Assistente Técnico	102.1						Carlos Frederico Lessa Primo
Assistente Técnico	102.1						VAGO
Assistente Técnico Militar		0005 (E)			EB	1º Ten QAO	Renato Antonio Nascimento
Supervisor			V		EB	ST Inf	Ailton Luiz dos Santos Escobar
Supervisor			V		EB	ST Mnt Com	Luis Antonio Braga dos Santos Vieira
Especialista			II		EB	SD	Antonio Marcos alves da Mota
Especialista			II		EB	CB	Ivanildo da Silva Albuquerque
Auxiliar				I			VAGO
SUBTOTAL	9	1	4	1			

Ano 2010

FUNÇÃO	DAS	Grupo	Nível	GR	F.A.	POSTO	NOME
Chefe da Assessoria	101.4						Edmundo Theobaldo Müller Neto
Assessor Técnico	102.3						Antonio Roque Pedreira Junior
Assessor Técnico	102.3						Ney Oliveira Müller
Assessor Técnico	102.3						Nilson Murilo Maicá
Assistente	102.2						Sônia Regina Mendes
Assistente	102.2						José Brasilino Mariz
Assistente Técnico	102.1						Arthur Valdenir Dias da Silva Oliveira
Assistente Técnico	102.1						Carlos Frederico Lessa Primo
Assistente Técnico	102.1						Kelly Cristina de Paula Pinto
Assistente Técnico Militar		0005 (E)			EB	1º Ten QAO	Renato Antonio Nascimento
Supervisor			V		EB	ST Inf	Ailton Luiz dos Santos Escobar
Supervisor			V		EB	ST Mnt Com	Luis Antonio Braga dos Santos Vieira
Especialista			II		EB	SD	Antonio Marcos alves da Mota
Especialista			II		EB	CB	Ivanildo da Silva Albuquerque
Auxiliar				I			VAGO
SUBTOTAL	9	1	4	1			

Ano 2011

FUNÇÃO	DA S	Grupo	Nível	GR	F.A.	POST O	NOME
Chefe de Assessoria	101.4						Edmundo Theobaldo Müller Neto
Assessor Técnico	102.3						Luis Felipe da Silva Barra
Assessor Técnico	102.3						Ney Oliveira Müller
Assessor Técnico	102.3						Nilson Murilo Maicá
Assistente	102.2						Arthur Valdenir Dias da Silva Oliveira
Assistente	102.2						José Brasilino Mariz
Assistente Técnico	102.1						Jorginete da Silva Jordão Emerenciano Pontes
Assistente Técnico	102.1						Carlos Frederico Lessa Primo
Assistente Técnico	102.1						David Vieira de Barros
Assistente Técnico Militar		0005 (E)			EB	1º Ten QAO	Renato Antonio Nascimento
Supervisor			V		EB	ST Inf	Ailton Luiz dos Santos Escobar
Supervisor			V		EB	2º Ten QAO	Luis Antonio Braga dos Santos Vieira
Especialista			II		EB	SD	Antonio Marcos Alves da Mota
Especialista			II		EB	3º Sgt QE	Ivanildo da Silva Albuquerque
Auxiliar				I			VAGO
SUBTOTAL	9	1	4	1			

Ano 2012

FUNÇÃO	DAS	Grupo	Nível	GR	F.A.	POSTO	NOME
Chefe de Assessoria	101.4						Edmundo Theobaldo Müller Neto
Assessor Técnico	102.3						Luis Felipe da Silva Barra
Assessor Técnico	102.3						Ney Oliveira Müller
Assessor Técnico	102.3						Nilson Murilo Maicá
Assistente	102.2						Arthur Valdenir Dias da Silva Oliveira
Assistente	102.2						José Brasilino Mariz
Assistente Técnico	102.1						Karla Lorena Monteiro e Silva
Assistente Técnico	102.1						Carlos Frederico Lessa Primo
Assistente Técnico	102.1						David Vieira de Barros
Assistente Técnico Militar		0005 (E)			EB	Cap QAO	Renato Antonio Nascimento
Supervisor			V		EB	ST Inf	Ailton Luiz dos Santos Escobar
Supervisor			V		EB	2º Ten QAO	Luis Antonio Braga dos Santos Vieira
Especialista			II		EB	SD	Antonio Marcos Alves da Mota
Especialista			II		EB	3º Sgt QE	Ivanildo da Silva Albuquerque
Auxiliar				I			VAGO
SUBTOTAL	9	1	4	1			

Ano 2013

FUNÇÃO	DA S	Grupo	Nível	GR	F.A.	POST O	NOME
Chefe de Assessoria	101.4						Ney Oliveira Müller
Assessor	102.4						Rafael de Jesus Oliveira Braga
Assessor Técnico	102.3						Sônia Regina Mendes
Assessor Técnico	102.3						José Brasilino Mariz
Assessor Técnico	102.3						Nilson Murilo Maicá
Assistente	102.2						Arthur Valdenir Dias da Silva Oliveira
Assistente	102.2						Carlos Frederico Lessa Primo
Assistente Técnico	102.1						VAGO
Assistente Técnico	102.1						Antonio Marcos Alves da Mota
Assistente Técnico	102.1						David Vieira de Barros
Assistente Técnico	102.1						Edvan Alves da Silva Júnior
Assistente Técnico Militar		0005 (E)			EB	2º Ten QAO	Marcos Aparecido de Figueiredo Nascimento
Assistente Técnico Militar		0005 (E)			EB	2º Ten QAO	José Welhington Gomes de Sá
Supervisor			V		EB	1º Sgt Inf	Helio Sandro Meckler
Supervisor			V		EB	2º Sgt Cav	Luiz Carlos Lopes
Especialista			II		EB	CB	Alisson dos Santos Santana
Especialista			II		EB	CB	Diego Lima da Cunha
SUBTOTAL	11	2	4	0			

Ano 2014

CARGO/FUNÇÃO	DA S	Grupo	Nível	GR	F.A.	POSTO	NOME
Chefe de Assessoria	101.4						Ney Oliveira Müller
Assessor	102.4						Rafael de Jesus Oliveira Braga
Assessor Técnico	102.3						Sônia Regina Mendes
Assessor Técnico	102.3						José Brasilino Mariz
Assessor Técnico	102.3				EB	2º Sgt Cav	Luiz Carlos Lopes
Assistente	102.2						Arthur Valdenir Dias da Silva Oliveira
Assistente	102.2						Carlos Frederico Lessa Primo
Assistente Técnico	102.1						Tiago Soares da Silva
Assistente Técnico	102.1						Antonio Marcos Alves da Mota
Assistente Técnico	102.1						VAGO
Assistente Técnico	102.1						Edvan Alves da Silva Júnior
Assistente Técnico Militar		0005 (E)			EB	1º Ten QAO	Marcos Aparecido de Figueiredo Nascimento
Assistente Técnico Militar		0005 (E)			EB	1º Ten QAO	José Welhington Gomes de Sá
Supervisor			V		EB	1º Sgt Inf	Helio Sandro Meckler
Supervisor			V		EB		VAGO
Especialista			II		EB	CB	Alisson dos Santos Santana
Especialista			II		EB	CB	Diego Lima da Cunha

Ano 2015

CARGO/FUNÇÃO	DA S	Grupo	Nível	GR	F.A.	POSTO	NOME
Chefe de Assessoria	101.4						Andréa Barbosa Andrade de Faria
Assessor	102.4						Marcelo Mendonça
Assessor Técnico	102.3						Sônia Regina Mendes
Assessor Técnico	102.3						José Brasilino Mariz
Assessor Técnico	102.3				EB	2º Sgt Cav	Luiz Carlos Lopes
Assistente	102.2						Arthur Valdenir Dias da Silva Oliveira
Assistente	102.2						Carlos Frederico Lessa Primo
Assistente Técnico	102.1						Tiago Soares da Silva
Assistente Técnico	102.1						Antonio Marcos Alves da Mota
Assistente Técnico	102.1						Cristina Carvalho Souza
Assistente Técnico	102.1						Edvan Alves da Silva Júnior
Assistente Técnico Militar		0005 (E)			EB	1º Ten QAO	Marcos Aparecido de Figueiredo Nascimento
Assistente Técnico Militar		0005 (E)			EB	1º Ten QAO	José Welhington Gomes de Sá
Supervisor			V		EB	1º Sgt Inf	Helio Sandro Meckler
Supervisor			V		EB	2º Sgt Inf	Kleiton Beilner
Especialista			II		EB	Cb	Alisson dos Santos Santana
Especialista			II		EB	Cb	Emerson Daniel Porto Martins
SUBTOTAL	11	2	4	0			

Ano 2016

CARGO/FUNÇÃO	DAS	Grupo	Nível	GR	F.A.	POSTO	NOME
Chefe de Assessoria	101.4				EB	Cel Art	Weber Freitas Nepomuceno
Assessor	102.4						VAGO
Assessor Técnico	102.3						Sônia Regina Mendes
Assessor Técnico	102.3						José Brasilino Mariz
Assessor Técnico	102.3						Paulo Roberto Galindo Lima
Assistente	102.2						Arthur Valdenir Dias da Silva Oliveira
Assistente	102.2						Carlos Frederico Lessa Primo
Assistente Técnico	102.1						Tiago Soares da Silva
Assistente Técnico	102.1						Antonio Marcos Alves da Mota
Assistente Técnico	102.1						VAGO
Assistente Técnico	102.1						Edvan Alves da Silva Júnior
Assistente Técnico Militar		0005 (E)			EB	Cap QAO	Geraldo Calixto de Araújo
Assistente Técnico Militar		0005 (E)			EB	1º Ten QAO	José Welhington Gomes de Sá
Supervisor			V		EB	1º Sgt Inf	Helio Sandro Meckler
Supervisor			V		MB	SO-ES	Flauzemir Pereira Lopes
Especialista			II		EB	Sd	Naylton de Oliveira Silva
Especialista			II		EB	Cb	Emerson Daniel Porto Martins
SUBTOTAL	11	2	4	0			

Ano 2017

CARGO/FUNÇÃO	DAS	FCPE	Grupo	Nível	GR	F.A.	POSTO	NOME
Chefe de Assessoria	101.4							Weber Freitas Nepomuceno
Assessor	102.4							Rodrigo Albuguerque Dantas
Coordenador			0002 (B)			MB	CMG	André de Araújo Costa
Assessor Técnico	102.3							Sônia Regina Mendes
Assessor Técnico	102.3							Paulo Roberto Galindo Lima
Assistente	102.2							Carlos Frederico Lessa Primo
Assistente Técnico	102.1							Thiago Soares da Silva
Assistente Técnico Militar			0005 (E)			EB	Cap QAO	Geraldo Calixto de Araújo
Assistente Técnico Militar			0005 (E)			EB	1º Ten QAO	José Welhington Gomes de Sá
Supervisor				V		EB	1º Sgt Inf	Helio Sandro Meckler
Supervisor				V		EB	S Ten Mnt Com	Marcio Alan Rodrigues de Azevedo
Especialista				II		EB	Sd	Naylton de Oliveira Silva
Especialista				II		EB	Cb	Emerson Daniel Porto Martins
Especialista/Secretário					II			VAGO
SUBTOTAL	6	0	3	4	1			

Ano 2018

CARGO/FUNÇÃO	DAS	FCPE	Grupo	Nível	GR	F.A.	POSTO	NOME
Chefe de Assessoria	101.4							Weber Freitas Nepomuceno
Assessor	102.4					EB	Cel Cav	Roberto Gondim Eickhoff
Coordenador			0002 (B)					VAGO
Assessor Técnico	102.3							Sônia Regina Mendes
Assessor Técnico	102.3							Paulo Roberto Galindo Lima
Assistente	102.2							Carlos Frederico Lessa Primo
Assistente Técnico	102.1							Thiago Soares da Silva
Assistente Técnico Militar			0005 (E)			EB	2º Ten QAO	Helio Sandro Meckler
Assistente Técnico Militar			0005 (E)			EB	Cap QAO	José Welhington Gomes de Sá
Supervisor				V		EB	2º Sgt QE	Edson Monteiro Guimarães
Supervisor				V		EB	S Ten Mnt Com	Marcio Alan Rodrigues de Azevedo
Especialista				II		EB	Sd	Naylton de Oliveira Silva
Especialista				II		EB	Cb	Emerson Daniel Porto Martins
Especialista/Secretário					II			VAGO
SUBTOTAL	6	0	3	4	1			

Ano 2019

CARGO/FUNÇÃO	DA S	FCP E	Gru po	Nív el	GR	F.A.	PO STO	NOME
Chefe de Assessoria	101.4							Carlos Maurício Barroso Sarmento
Assessor	102.4							Weber Freitas Nepomuceno
Coordenador			0002 (B)			MB	CM G	Sérgio Lomba Pereira
Coordenador			0002 (B)					VAGO
Coordenador			0002 (B)			FAB	Cel Inf	Francisco Moacir de Oliveira Castro
Assessor Técnico	102.3							Sônia Regina Mendes
Assessor Técnico	102.3							Carlos Frederico Lessa Primo
Assistente	102.2							Thiago Soares da Silva
Assistente Técnico	102.1							Raquel Wendt Pires
Assistente Técnico Militar			0005 (E)			EB	1º Ten QA O	Gerson de Bastos Soares
Assistente Técnico Militar			0005 (E)			EB	Cap QA O	José Welington Gomes de Sá
Supervisor				V		EB	S Ten MB	Reinaldo Ribas Pimentel
Supervisor				V		EB	S Ten Cav	Lelis Adriano Hack Machado
Especialista				II		EB	Sd	Dennis Roger da Silva Martins
Especialista				II				VAGO

Especialista/S ecretário					II			VAGO
SUBTOTAL	6	0	5	4	1			

Fonte para todos os anos: Lei de Acesso à Informação- CGU.

Ano Exercício	Tipo Autor Emenda (desc.)	Autor (nome)	Unidade Orçamentária (desc.)	Ação (desc.)	Resultado Primário - Lei (desc.)	Emenda Aprovada (Dot Atual)
2014	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2014	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	20S9 - Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2014	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2014	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2014	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2014	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	20XK - Logística Militar Terrestre	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2014	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	20XL - Saúde em Operações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2014	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	2900 - Seleção para o Serviço Militar e Apresentação da Reserva em Disponibilidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2014	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2014	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2014	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	20XP - Aquisição e Modernização de Meios da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2014	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	20XR - Capacitação Profissional da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2014	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	2866 - Ações de Caráter Sigiloso	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2014	--	(-1): Não Aplicável	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2014	--	(-1): Não Aplicável	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Missão Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2014	--	(-1): Não Aplicável	52931 - Fundo Naval	20XX - Auxílios e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2014	01 - Deputado Federal	1051 - Luciano Castro	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.743.000,00
2014	01 - Deputado Federal	1130 - Davi Alcolumbre	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.843.000,00
2014	01 - Deputado Federal	1135 - Janete Capiberibe	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.843.000,00
2014	01 - Deputado Federal	1147 - Carlos Souza	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.343.000,00

				Municípios da Região do Calha Norte		
2014	01 - Deputado Federal	1158 - Anselmo de Jesus	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.800.000,00
2014	01 - Deputado Federal	1181 - Henrique Afonso	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.026.000,00
2014	01 - Deputado Federal	1197 - Perpétua Almeida	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.500.000,00
2014	01 - Deputado Federal	1218 - Gonzaga Patriota	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	260.000,00
2014	01 - Deputado Federal	1384 - Zezéu Ribeiro	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2014	01 - Deputado Federal	1445 - Geraldo Resende	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2014	01 - Deputado Federal	1619 - Átila Lins	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.800.000,00
2014	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2014	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	93.000,00
2014	01 - Deputado Federal	1907 - Fátima Pelaes	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.543.000,00
2014	01 - Deputado Federal	1984 - Onyx Lorenzoni	52121 - Comando do Exército	20XK - Logística Militar Terrestre	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	160.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2165 - Rebecca Garcia	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.000.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2165 - Rebecca Garcia	52121 - Comando do Exército	2900 - Seleção para o Serviço Militar e Apresentação da Reserva em Disponibilidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2213 - Amir Lando	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.193.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2363 - Izalci	52121 - Comando do Exército	20XK - Logística Militar Terrestre	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2363 - Izalci	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2368 - Fábio Ramalho	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Missão Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2370 - Edio Lopes	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.000.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2371 - Marcio Junqueira	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.163.000,00

2014	01 - Deputado Federal	2373 - Urzeni Rocha	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.343.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2401 - Gladson Cameli	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.671.500,00
2014	01 - Deputado Federal	2410 - Dalva Figueiredo	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.000.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2411 - Sebastião Bala Rocha	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2411 - Sebastião Bala Rocha	52131 - Comando da Marinha	20XP - Aquisição e Modernização de Meios da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2417 - Francisco Praciano	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2418 - Sabino Castelo Branco	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.343.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2422 - Moreira Mendes	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.393.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2424 - Flaviano Melo	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.143.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2435 - Waldir Maranhão	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2448 - Felipe Maia	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Missão Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2457 - Raul Henry	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2457 - Raul Henry	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2478 - Jô Moraes	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2478 - Jô Moraes	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2481 - Leonardo Quintão	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2501 - Edson Santos	52131 - Comando da Marinha	2866 - Ações de Caráter Sigiloso	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2510 - Otavio Leite	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2520 - Carlos Zarattini	52131 - Comando da Marinha	20XP - Aquisição e Modernização de Meios da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00

2014	01 - Deputado Federal	2527 - Guilherme Campos	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2562 - Manuela D'Ávila	52931 - Fundo Naval	20XX - Auxílios e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2567 - Vieira da Cunha	52121 - Comando do Exército	20XL - Saúde em Operações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	143.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2592 - Dr. Paulo César	52131 - Comando da Marinha	20XP - Aquisição e Modernização de Meios da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	386.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2608 - Laercio Oliveira	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2669 - Chico das Verduras	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.200.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2670 - Jhonatan de Jesus	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.900.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2671 - Paulo Cesar Quartiero	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.693.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2671 - Paulo Cesar Quartiero	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2672 - Raul Lima	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.043.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2674 - Luiz Carlos	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.593.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2674 - Luiz Carlos	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2676 - Vinicius Gurgel	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.833.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2683 - Henrique Oliveira	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.343.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2684 - Carlos Magno	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.593.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2685 - Padre Ton	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.000.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2686 - Antônia Lúcia	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.343.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2687 - Sibá Machado	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.693.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2688 - Taumaturgo Lima	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.653.000,00

2014	01 - Deputado Federal	2693 - Professora Dorinha Seabra Rezende	52121 - Comando do Exército	20XK - Logística Militar Terrestre	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2713 - Nilda Gondim	52111 - Comando da Aeronáutica	20S9 - Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2713 - Nilda Gondim	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2718 - Augusto Coutinho	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	360.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2721 - Jorge Corte Real	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	193.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2724 - Pastor Eurico	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	263.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2724 - Pastor Eurico	52131 - Comando da Marinha	20XP - Aquisição e Modernização de Meios da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2732 - Andre Moura	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2738 - Antonio Imbassahy	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2758 - Eduardo Azeredo	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2774 - Paulo Foletto	52931 - Fundo Naval	20XX - Auxílios e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	170.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2786 - Marcelo Matos	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	286.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2796 - Alexandre Leite	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2806 - Luiz Fernando Machado	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2811 - Otoniel Lima	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	700.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2827 - Jaqueline Roriz	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2828 - Luiz Pitiman	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2828 - Luiz Pitiman	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2829 - Policarpo	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2846 - Rosane Ferreira	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2846 - Rosane Ferreira	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2847 - Sandro Alex	52131 - Comando da Marinha	2866 - Ações de Caráter Sigiloso	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00

2014	01 - Deputado Federal	2860 - Assis Melo	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2923 - Fernando Jordão	52131 - Comando da Marinha	20XR - Capacitação Profissional da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2944 - Vanderlei Siraque	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2947 - Marcos Rogério	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.343.000,00
2014	01 - Deputado Federal	2986 - Akira Otsubo	52121 - Comando do Exército	20XL - Saúde em Operações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2014	01 - Deputado Federal	3146 - Betinho Rosado	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2014	01 - Deputado Federal	3204 - Fernando Ferro	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2014	01 - Deputado Federal	3204 - Fernando Ferro	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2014	01 - Deputado Federal	3260 - José Priante	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2014	01 - Deputado Federal	3279 - Dr. Luiz Fernando	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2014	01 - Deputado Federal	3403 - Eliseu Padilha	52121 - Comando do Exército	20XK - Logística Militar Terrestre	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2014	01 - Deputado Federal	3404 - Emanuel Fernandes	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2014	01 - Deputado Federal	3430 - Marinha Raupp	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2014	01 - Deputado Federal	3433 - Raimundo Gomes de Matos	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2014	01 - Deputado Federal	3438 - Colbert Martins	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2014	01 - Deputado Federal	3485 - Evandro Milhomen	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.343.000,00
2014	01 - Deputado Federal	3496 - Silas Câmara	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.343.000,00
2014	01 - Deputado Federal	3499 - Nilton Capixaba	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.443.000,00
2014	01 - Deputado Federal	3503 - Marcio Bittar	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.000.000,00
2014	01 - Deputado Federal	3530 - Damião Feliciano	52121 - Comando do Exército	20XL - Saúde em Operações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00

2014	01 - Deputado Federal	3682 - Júlio Delgado	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2014	01 - Deputado Federal	9041 - João Dado	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2014	01 - Deputado Federal	9048 - Osmar Terra	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2014	02 - Senador	2042 - Delcídio do Amaral	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2014	02 - Senador	2047 - João Capiberibe	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.300.000,00
2014	02 - Senador	2047 - João Capiberibe	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2014	02 - Senador	2048 - Valdir Raupp	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.000.000,00
2014	02 - Senador	2069 - Cristovam Buarque	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	600.000,00
2014	02 - Senador	2123 - José Agripino	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	130.000,00
2014	02 - Senador	2182 - José Sarney	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.939.911,00
2014	02 - Senador	2281 - Roberto Requião	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2014	02 - Senador	2282 - Romero Jucá	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.343.000,00
2014	02 - Senador	2319 - Mozarildo Cavalcanti	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.850.000,00
2014	02 - Senador	2357 - Inácio Arruda	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2014	02 - Senador	2357 - Inácio Arruda	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2014	02 - Senador	2598 - Lobão Filho	52121 - Comando do Exército	20XK - Logística Militar Terrestre	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2014	02 - Senador	2598 - Lobão Filho	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2014	02 - Senador	2633 - Acir Gurgacz	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.093.000,00
2014	02 - Senador	2637 - Alfredo Nascimento	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.343.000,00
2014	02 - Senador	2879 - Lídice da Mata	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00

2014	02 - Senador	2888 - Clésio Andrade	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2014	02 - Senador	2892 - Pedro Taques	52131 - Comando da Marinha	20XP - Aquisição e Modernização de Meios da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	181.100,00
2014	02 - Senador	2895 - José Pimentel	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2014	02 - Senador	2900 - Ciro Nogueira	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	280.000,00
2014	02 - Senador	2907 - Benedito de Lira	52931 - Fundo Naval	20XX - Auxílios e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	343.000,00
2014	02 - Senador	2908 - Eduardo Amorim	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2014	02 - Senador	2908 - Eduardo Amorim	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2014	02 - Senador	2909 - Eduardo Braga	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.343.000,00
2014	02 - Senador	2910 - Vanessa Grazziotin	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2014	02 - Senador	2912 - Anibal Diniz	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.073.000,00
2014	02 - Senador	2913 - Jorge Viana	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	800.000,00
2014	02 - Senador	2914 - Sérgio Petecão	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.243.000,00
2014	02 - Senador	2916 - Rodrigo Rollemberg	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2014	02 - Senador	2917 - Ivo Cassol	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.093.000,00
2014	02 - Senador	2919 - Randolfe Rodrigues	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.400.000,00
2014	02 - Senador	2919 - Randolfe Rodrigues	52931 - Fundo Naval	20XX - Auxílios e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2014	02 - Senador	2920 - Angela Portela	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.523.000,00
2014	02 - Senador	2920 - Angela Portela	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	520.000,00
2014	02 - Senador	2938 - Zeze Perrella	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	350.000,00
2014	02 - Senador	2981 - Ruben Figueiró	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00

2015	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2015	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2015	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20X6 - Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2015	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2015	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2015	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	20S9 - Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2015	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2015	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	156M - Modernização Operacional do Exército Brasileiro	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2015	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2015	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2015	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2015	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	20XK - Logística Militar Terrestre	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2015	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	4450 - Aprestamento do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2015	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2015	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2015	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2015	--	(-1): Não Aplicável	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2015	--	(-1): Não Aplicável	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Missão Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2015	--	(-1): Não Aplicável	52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas	20XT - Serviços Médico-Hospitalares do Hospital das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2015	--	(-1): Não Aplicável	52903 - Fundo do Serviço Militar	2872 - Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0

2015	--	(-1): Não Aplicável	52931 - Fundo Naval	20XX - Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2015	01 - Deputado Federal	1051 - Luciano Castro	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.512.300,00
2015	01 - Deputado Federal	1130 - Davi Alcolumbre	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.800.000,00
2015	01 - Deputado Federal	1135 - Janete Capiberibe	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.462.300,00
2015	01 - Deputado Federal	1135 - Janete Capiberibe	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	800.000,00
2015	01 - Deputado Federal	1141 - Wladimir Costa	52121 - Comando do Exército	20XK - Logística Militar Terrestre	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	440.000,00
2015	01 - Deputado Federal	1142 - Zé Geraldo	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	320.000,00
2015	01 - Deputado Federal	1158 - Anselmo de Jesus	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.662.300,00
2015	01 - Deputado Federal	1168 - Paes Landim	52121 - Comando do Exército	20XK - Logística Militar Terrestre	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2015	01 - Deputado Federal	1181 - Henrique Afonso	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.450.000,00
2015	01 - Deputado Federal	1181 - Henrique Afonso	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20X6 - Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2015	01 - Deputado Federal	1197 - Perpétua Almeida	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.162.300,00
2015	01 - Deputado Federal	1218 - Gonzaga Patriota	52111 - Comando da Aeronáutica	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2015	01 - Deputado Federal	1304 - Maurício Quintella Lessa	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Missão Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2015	01 - Deputado Federal	1308 - Arolde de Oliveira	52121 - Comando do Exército	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	788.000,00
2015	01 - Deputado Federal	1328 - Mendonça Prado	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2015	01 - Deputado Federal	1334 - Miro Teixeira	52111 - Comando da Aeronáutica	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	350.000,00
2015	01 - Deputado Federal	1334 - Miro Teixeira	52121 - Comando do Exército	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	350.000,00
2015	01 - Deputado Federal	1619 - Átila Lins	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.162.300,00

2015	01 - Deputado Federal	1622 - Pauderney Avelino	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.862.300,00
2015	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52111 - Comando da Aeronáutica	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.700.000,00
2015	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52121 - Comando do Exército	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.812.300,00
2015	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2015	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	550.000,00
2015	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52131 - Comando da Marinha	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.500.000,00
2015	01 - Deputado Federal	1867 - Luiz Carlos Hauly	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2015	01 - Deputado Federal	1876 - Rubens Bueno	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	430.000,00
2015	01 - Deputado Federal	1907 - Fátima Pelaes	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.800.000,00
2015	01 - Deputado Federal	1956 - Leandro Vilela	52121 - Comando do Exército	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2165 - Rebecca Garcia	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.000.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2213 - Amir Lando	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	8.000.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2363 - Izalci	52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas	20XT - Serviços Médico-Hospitalares do Hospital das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.100.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2367 - Manoel Junior	52121 - Comando do Exército	20XK - Logística Militar Terrestre	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2373 - Urzeni Rocha	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	8.112.300,00
2015	01 - Deputado Federal	2392 - Fernando Coelho Filho	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Missão Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.300,00
2015	01 - Deputado Federal	2401 - Gladson Cameli	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.581.150,00
2015	01 - Deputado Federal	2410 - Dalva Figueiredo	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	8.000.000,00

2015	01 - Deputado Federal	2411 - Sebastião Bala Rocha	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.450.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2417 - Francisco Praciano	52121 - Comando do Exército	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2417 - Francisco Praciano	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	262.300,00
2015	01 - Deputado Federal	2418 - Sabino Castelo Branco	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	8.162.300,00
2015	01 - Deputado Federal	2422 - Moreira Mendes	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	8.162.300,00
2015	01 - Deputado Federal	2424 - Flaviano Melo	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.712.300,00
2015	01 - Deputado Federal	2429 - Lázaro Botelho	52111 - Comando da Aeronáutica	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2435 - Waldir Maranhão	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2442 - José Guimarães	52131 - Comando da Marinha	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2448 - Felipe Maia	52111 - Comando da Aeronáutica	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2448 - Felipe Maia	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2448 - Felipe Maia	52131 - Comando da Marinha	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2457 - Raul Henry	52111 - Comando da Aeronáutica	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2457 - Raul Henry	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2457 - Raul Henry	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Missão Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2478 - Jô Moraes	52111 - Comando da Aeronáutica	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2478 - Jô Moraes	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2478 - Jô Moraes	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Missão Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00

2015	01 - Deputado Federal	2520 - Carlos Zarattini	52121 - Comando do Exército	4450 - Aprestamento do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	120.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2525 - Edson Aparecido	52121 - Comando do Exército	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2525 - Edson Aparecido	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Missão Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2527 - Guilherme Campos	52121 - Comando do Exército	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2527 - Guilherme Campos	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Missão Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	180.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2562 - Manuela Dávila	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2608 - Laercio Oliveira	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2668 - Berinho Bantim	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	8.112.300,00
2015	01 - Deputado Federal	2669 - Chico das Verduras	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	8.162.300,00
2015	01 - Deputado Federal	2670 - Jhonatan de Jesus	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.444.600,00
2015	01 - Deputado Federal	2671 - Paulo Cesar Quartiero	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.300.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2671 - Paulo Cesar Quartiero	5111 - Comando da Aeronáutica	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2671 - Paulo Cesar Quartiero	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.662.300,00
2015	01 - Deputado Federal	2672 - Raul Lima	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.912.300,00
2015	01 - Deputado Federal	2672 - Raul Lima	52111 - Comando da Aeronáutica	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2674 - Luiz Carlos	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.712.300,00
2015	01 - Deputado Federal	2676 - Vinicius Gurgel	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.162.300,00
2015	01 - Deputado Federal	2684 - Carlos Magno	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	8.162.300,00

2015	01 - Deputado Federal	2685 - Padre Ton	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.000.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2686 - Antônia Lúcia	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.150.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2687 - Sibá Machado	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.550.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2688 - Taumaturgo Lima	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.550.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2699 - Artur Bruno	52121 - Comando do Exército	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2717 - Anderson Ferreira	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Missão Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2718 - Augusto Coutinho	52111 - Comando da Aeronáutica	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2718 - Augusto Coutinho	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2718 - Augusto Coutinho	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Missão Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2721 - Jorge Côrte Real	52111 - Comando da Aeronáutica	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	112.300,00
2015	01 - Deputado Federal	2721 - Jorge Côrte Real	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2724 - Pastor Eurico	52111 - Comando da Aeronáutica	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2724 - Pastor Eurico	52121 - Comando do Exército	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2724 - Pastor Eurico	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2738 - Antonio Imbassahy	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2739 - Arthur Oliveira Maia	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2785 - Liliam Sá	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2792 - Vitor Paulo	52111 - Comando da Aeronáutica	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2792 - Vitor Paulo	52121 - Comando do Exército	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis,	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00

				Empregados, Militares e seus Dependentes		
2015	01 - Deputado Federal	2792 - Vitor Paulo	52131 - Comando da Marinha	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2808 - Marcelo Aguiar	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2015	01 - Deputado Federal	2811 - Otoniel Lima	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	350.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2811 - Otoniel Lima	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2827 - Jaqueline Roriz	52131 - Comando da Marinha	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2828 - Luiz Pitiman	52111 - Comando da Aeronáutica	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2828 - Luiz Pitiman	52121 - Comando do Exército	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	600.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2828 - Luiz Pitiman	52131 - Comando da Marinha	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	900.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2831 - Ronaldo Fonseca	52131 - Comando da Marinha	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2844 - Leopoldo Meyer	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2850 - Esperidião Amin	52121 - Comando do Exército	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2854 - Onofre Santo Agostini	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	120.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2854 - Onofre Santo Agostini	52131 - Comando da Marinha	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	115.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2854 - Onofre Santo Agostini	52903 - Fundo do Serviço Militar	2872 - Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	350.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2864 - Jerônimo Goergen	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2944 - Vanderlei Siraque	52111 - Comando da Aeronáutica	20S9 - Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.112.300,00
2015	01 - Deputado Federal	2944 - Vanderlei Siraque	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.500.000,00
2015	01 - Deputado Federal	2947 - Marcos Rogério	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.862.300,00
2015	01 - Deputado Federal	2986 - Akira Otsubo	52121 - Comando do Exército	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis,	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00

				Empregados, Militares e seus Dependentes		
2015	01 - Deputado Federal	3146 - Betinho Rosado	52111 - Comando da Aeronáutica	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2015	01 - Deputado Federal	3146 - Betinho Rosado	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2015	01 - Deputado Federal	3146 - Betinho Rosado	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2015	01 - Deputado Federal	3166 - Claudio Cajado	52111 - Comando da Aeronáutica	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2015	01 - Deputado Federal	3166 - Claudio Cajado	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2015	01 - Deputado Federal	3166 - Claudio Cajado	52131 - Comando da Marinha	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2015	01 - Deputado Federal	3279 - Dr. Luiz Fernando	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	8.162.300,00
2015	01 - Deputado Federal	3403 - Eliseu Padilha	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2015	01 - Deputado Federal	3403 - Eliseu Padilha	52121 - Comando do Exército	20XK - Logística Militar Terrestre	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2015	01 - Deputado Federal	3404 - Emanuel Fernandes	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2015	01 - Deputado Federal	3430 - Marinha Raupp	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.061.000,00
2015	01 - Deputado Federal	3433 - Raimundo Gomes de Matos	52121 - Comando do Exército	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	450.000,00
2015	01 - Deputado Federal	3485 - Evandro Milhomen	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.300.000,00
2015	01 - Deputado Federal	3496 - Silas Câmara	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	8.162.300,00
2015	01 - Deputado Federal	3499 - Nilton Capixaba	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.662.300,00
2015	01 - Deputado Federal	3503 - Marcio Bittar	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.862.300,00
2015	01 - Deputado Federal	3573 - Luiz Sérgio	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2015	01 - Deputado Federal	3595 - Lincoln Portela	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2015	01 - Deputado Federal	3682 - Júlio Delgado	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	170.000,00

2015	01 - Deputado Federal	9048 - Osmar Terra	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2015	02 - Senador	2047 - João Capiberibe	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.800.000,00
2015	02 - Senador	2048 - Valdir Raupp	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.662.300,00
2015	02 - Senador	2069 - Cristovam Buarque	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	800.000,00
2015	02 - Senador	2069 - Cristovam Buarque	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2015	02 - Senador	2091 - Flexa Ribeiro	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2015	02 - Senador	2123 - José Agripino	52111 - Comando da Aeronáutica	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2015	02 - Senador	2123 - José Agripino	52121 - Comando do Exército	156M - Modernização Operacional do Exército Brasileiro	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2015	02 - Senador	2123 - José Agripino	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2015	02 - Senador	2182 - José Sarney	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.372.300,00
2015	02 - Senador	2182 - José Sarney	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	140.000,00
2015	02 - Senador	2211 - Eduardo Suplicy	52121 - Comando do Exército	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2015	02 - Senador	2211 - Eduardo Suplicy	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Missão Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2015	02 - Senador	2282 - Romero Jucá	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	8.162.300,00
2015	02 - Senador	2319 - Mozarildo Cavalcanti	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.162.300,00
2015	02 - Senador	2340 - Blairo Maggi	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2015	02 - Senador	2357 - Inácio Arruda	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	462.300,00
2015	02 - Senador	2357 - Inácio Arruda	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2015	02 - Senador	2357 - Inácio Arruda	52131 - Comando da Marinha	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00

2015	02 - Senador	2375 - Francisco Dornelles	52121 - Comando do Exército	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2015	02 - Senador	2377 - Cícero Lucena	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2015	02 - Senador	2633 - Acir Gurgacz	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.162.300,00
2015	02 - Senador	2637 - Alfredo Nascimento	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.162.300,00
2015	02 - Senador	2887 - Marta Suplicy	52111 - Comando da Aeronáutica	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2015	02 - Senador	2892 - Pedro Taques	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2015	02 - Senador	2896 - Vital do Rêgo	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	180.000,00
2015	02 - Senador	2896 - Vital do Rêgo	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2015	02 - Senador	2907 - Benedito de Lira	52131 - Comando da Marinha	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2015	02 - Senador	2908 - Eduardo Amorim	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2015	02 - Senador	2908 - Eduardo Amorim	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2015	02 - Senador	2909 - Eduardo Braga	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	8.162.300,00
2015	02 - Senador	2910 - Vanessa Grazziotin	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.562.300,00
2015	02 - Senador	2912 - Anibal Diniz	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.200.000,00
2015	02 - Senador	2913 - Jorge Viana	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.500.000,00
2015	02 - Senador	2914 - Sérgio Petecão	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.800.000,00
2015	02 - Senador	2917 - Ivo Cassol	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	8.162.300,00
2015	02 - Senador	2918 - Vicentinho Alves	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2015	02 - Senador	2919 - Randolfe Rodrigues	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.350.000,00

2015	02 - Senador	2919 - Randolfe Rodrigues	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2015	02 - Senador	2920 - Angela Portela	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.762.300,00
2015	02 - Senador	2981 - Ruben Figueiró	52121 - Comando do Exército	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	600.000,00
2015	02 - Senador	2981 - Ruben Figueiró	52931 - Fundo Naval	20XX - Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	600.000,00
2015	02 - Senador	2999 - Antonio Aureliano	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2016	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2016	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2016	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2016	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20X6 - Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2016	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	8425 - Apoio ao Projeto Rondon	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2016	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2016	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2016	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	20S9 - Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2016	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2016	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2016	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	156M - Modernização Operacional do Exército Brasileiro	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2016	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	156N - Obtenção de Meios do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2016	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2016	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2016	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	20XE - Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2016	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	20XK - Logística Militar Terrestre	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0

2016	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2016	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2016	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2016	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	20XR - Capacitação Profissional da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2016	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2016	--	(-1): Não Aplicável	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2016	--	(-1): Não Aplicável	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2016	--	(-1): Não Aplicável	52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	4528 - Produção de Material de Emprego Militar	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2016	--	(-1): Não Aplicável	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2016	--	(-1): Não Aplicável	52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	2510 - Prestação de Ensino Profissional Marítimo	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2016	01 - Deputado Federal	1124 - Maria Helena	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2016	01 - Deputado Federal	1135 - Janete Capiberibe	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.800.000,00
2016	01 - Deputado Federal	1141 - Wladimir Costa	52121 - Comando do Exército	20XK - Logística Militar Terrestre	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2016	01 - Deputado Federal	1142 - Zé Geraldo	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	330.000,00
2016	01 - Deputado Federal	1218 - Gonzaga Patriota	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	260.000,00
2016	01 - Deputado Federal	1304 - Maurício Quintella Lessa	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2016	01 - Deputado Federal	1334 - Miro Teixeira	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2016	01 - Deputado Federal	1334 - Miro Teixeira	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2016	01 - Deputado Federal	1619 - Átila Lins	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.771.218,00
2016	01 - Deputado Federal	1622 - Pauderney Avelino	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.900.000,00

2016	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.700.000,00
2016	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52121 - Comando do Exército	156M - Modernização Operacional do Exército Brasileiro	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2016	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.700.000,00
2016	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.650.000,00
2016	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2016	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	921.218,00
2016	01 - Deputado Federal	1818 - Nelson Markezelli	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2016	01 - Deputado Federal	1818 - Nelson Markezelli	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2016	01 - Deputado Federal	1867 - Luiz Carlos Hauly	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2016	01 - Deputado Federal	1955 - João Campos	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	600.000,00
2016	01 - Deputado Federal	1970 - Takayama	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2016	01 - Deputado Federal	1984 - Onyx Lorenzoni	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	260.609,00
2016	01 - Deputado Federal	2363 - Izalci	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2016	01 - Deputado Federal	2363 - Izalci	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	450.000,00
2016	01 - Deputado Federal	2363 - Izalci	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2016	01 - Deputado Federal	2363 - Izalci	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	600.000,00
2016	01 - Deputado Federal	2367 - Manoel Junior	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2016	01 - Deputado Federal	2370 - Edio Lopes	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	371.218,00
2016	01 - Deputado Federal	2385 - Lúcio Vale	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	271.217,00
2016	01 - Deputado Federal	2420 - Lindomar Garçon	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.971.218,00
2016	01 - Deputado Federal	2424 - Flaviano Melo	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.000.000,00
2016	01 - Deputado Federal	2448 - Felipe Maia	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00

2016	01 - Deputado Federal	2448 - Felipe Maia	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2016	01 - Deputado Federal	2448 - Felipe Maia	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2016	01 - Deputado Federal	2478 - Jô Moraes	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2016	01 - Deputado Federal	2478 - Jô Moraes	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	240.000,00
2016	01 - Deputado Federal	2478 - Jô Moraes	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	240.000,00
2016	01 - Deputado Federal	2601 - Márcio Marinho	52111 - Comando da Aeronáutica	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	164.000,00
2016	01 - Deputado Federal	2608 - Laercio Oliveira	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2016	01 - Deputado Federal	2670 - Jhonatan de Jesus	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2016	01 - Deputado Federal	2675 - Professora Marcivania	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.370.000,00
2016	01 - Deputado Federal	2676 - Vinicius Gurgel	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.692.436,00
2016	01 - Deputado Federal	2687 - Sibá Machado	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.221.000,00
2016	01 - Deputado Federal	2687 - Sibá Machado	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2016	01 - Deputado Federal	2690 - César Halum	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2016	01 - Deputado Federal	2721 - Jorge Côrte Real	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2016	01 - Deputado Federal	2721 - Jorge Côrte Real	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2016	01 - Deputado Federal	2724 - Pastor Eurico	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	342.436,00
2016	01 - Deputado Federal	2724 - Pastor Eurico	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2016	01 - Deputado Federal	2732 - Andre Moura	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2016	01 - Deputado Federal	2738 - Antonio Imbassahy	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2016	01 - Deputado Federal	2850 - Esperidião Amin	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2016	01 - Deputado Federal	2850 - Esperidião Amin	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00

2016	01 - Deputado Federal	2925 - Carmen Zanotto	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2016	01 - Deputado Federal	2936 - Nilson Leitão	52121 - Comando do Exército	156M - Modernização Operacional do Exército Brasileiro	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2016	01 - Deputado Federal	2947 - Marcos Rogério	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.671.218,00
2016	01 - Deputado Federal	2975 - Margarida Salomão	52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	4528 - Produção de Material de Emprego Militar	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3030 - Abel Mesquita Jr.	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.471.218,00
2016	01 - Deputado Federal	3033 - Adelmo Carneiro Leão	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3036 - Alan Rick	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	550.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3041 - Aliel Machado	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3045 - André Abdon	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.471.218,00
2016	01 - Deputado Federal	3048 - Angelim	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.800.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3050 - Arthur Virgílio Bisneto	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.671.218,00
2016	01 - Deputado Federal	3058 - Cabo Daciolo	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3058 - Cabo Daciolo	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	171.218,00
2016	01 - Deputado Federal	3060 - Cabuçu Borges	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.000.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3060 - Cabuçu Borges	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3066 - Carlos Andrade	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.000.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3072 - César Messias	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.645.165,00
2016	01 - Deputado Federal	3075 - Clarissa Garotinho	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3076 - Conceição Sampaio	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.671.218,00

2016	01 - Deputado Federal	3078 - Cristiane Brasil	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3080 - Daniel Coelho	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3083 - Delegado Edson Moreira	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3083 - Delegado Edson Moreira	52121 - Comando do Exército	20XK - Logística Militar Terrestre	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3088 - Eduardo Bolsonaro	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.200.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3088 - Eduardo Bolsonaro	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.400.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3088 - Eduardo Bolsonaro	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	600.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3088 - Eduardo Bolsonaro	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3089 - Eduardo Cury	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3096 - Expedito Netto	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.800.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3097 - Ezequiel Fonseca	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3160 - Celso Russomanno	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3160 - Celso Russomanno	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3160 - Celso Russomanno	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3235 - Geovania De Sá	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3257 - Giuseppe Vecchi	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3332 - Ricardo Barros	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	260.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3396 - Hiran Gonçalves	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.366.436,00
2016	01 - Deputado Federal	3430 - Marinha Raupp	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.180.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3433 - Raimundo Gomes de Matos	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3433 - Raimundo Gomes de Matos	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00

2016	01 - Deputado Federal	3433 - Raimundo Gomes de Matos	52131 - Comando da Marinha	20XR - Capacitação Profissional da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3433 - Raimundo Gomes de Matos	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3496 - Silas Câmara	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.800.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3499 - Nilton Capixaba	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.171.218,00
2016	01 - Deputado Federal	3511 - Pedro Fernandes	52111 - Comando da Aeronáutica	2059 - Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3640 - Jéssica Sales	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.571.218,00
2016	01 - Deputado Federal	3682 - Júlio Delgado	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	550.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3690 - João Paulo Papa	52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	2510 - Prestação de Ensino Profissional Marítimo	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3693 - Jony Marcos	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3699 - Juscelino Filho	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3700 - Kaio Maniçoba	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3700 - Kaio Maniçoba	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3703 - Leo De Brito	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.978.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3706 - Lucio Mosquini	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.371.218,00
2016	01 - Deputado Federal	3708 - Luiz Cláudio	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.171.218,00
2016	01 - Deputado Federal	3716 - Marcelo Squassoni	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3716 - Marcelo Squassoni	52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	2510 - Prestação de Ensino Profissional Marítimo	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3722 - Marcos Reategui	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.271.218,00
2016	01 - Deputado Federal	3723 - Marcos Rotta	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.171.218,00

				Municípios da Região do Calha Norte		
2016	01 - Deputado Federal	3725 - Mariana Carvalho	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.921.218,00
2016	01 - Deputado Federal	3725 - Mariana Carvalho	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3725 - Mariana Carvalho	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3742 - Rafael Motta	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3745 - Remídio Monai	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.600.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3748 - Roberto Góes	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.150.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3754 - Ronaldo Martins	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3763 - Shéridan	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.000.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3763 - Shéridan	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20X6 - Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3770 - Tia Eron	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2016	01 - Deputado Federal	3780 - Rocha	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.171.218,00
2016	01 - Deputado Federal	3807 - Alfredo Nascimento	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.411.218,00
2016	01 - Deputado Federal	3815 - Marquinho Mendes	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	371.218,00
2016	01 - Deputado Federal	9048 - Osmar Terra	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2016	02 - Senador	2047 - João Capiberibe	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.771.000,00
2016	02 - Senador	2048 - Valdir Raupp	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.000.000,00
2016	02 - Senador	2052 - Alvaro Dias	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2016	02 - Senador	2052 - Alvaro Dias	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2016	02 - Senador	2069 - Cristovam Buarque	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	8425 - Apoio ao Projeto Rondon	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	900.000,00

2016	02 - Senador	2069 - Cristovam Buarque	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	700.000,00
2016	02 - Senador	2069 - Cristovam Buarque	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	600.000,00
2016	02 - Senador	2091 - Flexa Ribeiro	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2016	02 - Senador	2091 - Flexa Ribeiro	52121 - Comando do Exército	156M - Modernização Operacional do Exército Brasileiro	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	450.000,00
2016	02 - Senador	2091 - Flexa Ribeiro	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	310.000,00
2016	02 - Senador	2254 - Edison Lobão	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2016	02 - Senador	2254 - Edison Lobão	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2016	02 - Senador	2254 - Edison Lobão	52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	2510 - Prestação de Ensino Profissional Marítimo	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2016	02 - Senador	2263 - Jader Barbalho	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2016	02 - Senador	2282 - Romero Jucá	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.521.218,00
2016	02 - Senador	2282 - Romero Jucá	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2016	02 - Senador	2633 - Acir Gurgacz	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.671.218,00
2016	02 - Senador	2908 - Eduardo Amorim	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2016	02 - Senador	2910 - Vanessa Grazziotin	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.470.436,00
2016	02 - Senador	2910 - Vanessa Grazziotin	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2016	02 - Senador	2910 - Vanessa Grazziotin	52121 - Comando do Exército	20XE - Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2016	02 - Senador	2911 - Gleisi Hoffmann	52121 - Comando do Exército	156N - Obtenção de Meios do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2016	02 - Senador	2913 - Jorge Viana	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.000.000,00
2016	02 - Senador	2914 - Sérgio Petecão	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.371.218,00
2016	02 - Senador	2917 - Ivo Cassol	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.671.218,00

2016	02 - Senador	2919 - Randolfe Rodrigues	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.141.202,00
2016	02 - Senador	2920 - Angela Portela	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.671.218,00
2016	02 - Senador	3787 - Davi Alcolumbre	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.071.218,00
2016	02 - Senador	3788 - Elmano Férrer	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2016	02 - Senador	3788 - Elmano Férrer	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2016	02 - Senador	3790 - Gladson Cameli	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.803.713,00
2016	02 - Senador	3794 - Omar Aziz	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.500.000,00
2016	02 - Senador	3796 - Paulo Rocha	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2016	02 - Senador	3796 - Paulo Rocha	52121 - Comando do Exército	156M - Modernização Operacional do Exército Brasileiro	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	450.000,00
2016	02 - Senador	3802 - Sandra Braga	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.475.000,00
2016	02 - Senador	3804 - Telmário Mota	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.300.000,00
2016	02 - Senador	3810 - Antonio Anastasia	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2016	02 - Senador	3810 - Antonio Anastasia	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2016	02 - Senador	3810 - Antonio Anastasia	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2017	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20X6 - Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	8425 - Apoio ao Projeto Rondon	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	20S9 - Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0

2017	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	20XE - Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	20XK - Logística Militar Terrestre	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	2911 - Modernização das Organizações Militares de Engenharia do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	2A82 - Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	1560 - Obtenção de Meios da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	20XR - Capacitação Profissional da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	--	(-1): Não Aplicável	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	--	(-1): Não Aplicável	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	--	(-1): Não Aplicável	52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas	20XT - Prestação de Serviços Médico-Hospitalares do Hospital das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	--	(-1): Não Aplicável	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	01 - Deputado Federal	1074 - André de Paula	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2017	01 - Deputado Federal	1074 - André de Paula	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2017	01 - Deputado Federal	1124 - Maria Helena	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00

2017	01 - Deputado Federal	1135 - Janete Capiberibe	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.759.769,00
2017	01 - Deputado Federal	1268 - Benjamin Maranhão	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2017	01 - Deputado Federal	1408 - Patrus Ananias	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2017	01 - Deputado Federal	1568 - Gilberto Nascimento	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2017	01 - Deputado Federal	1619 - Átila Lins	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.150.000,00
2017	01 - Deputado Federal	1622 - Pauderney Avelino	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.309.769,00
2017	01 - Deputado Federal	1622 - Pauderney Avelino	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2017	01 - Deputado Federal	1646 - José Reinaldo	52111 - Comando da Aeronáutica	20S9 - Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2017	01 - Deputado Federal	1646 - José Reinaldo	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2017	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.000.000,00
2017	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52121 - Comando do Exército	20XK - Logística Militar Terrestre	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	350.000,00
2017	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52121 - Comando do Exército	2A82 - Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2017	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.484.769,00
2017	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	775.000,00
2017	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	290.000,00
2017	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.285.000,00
2017	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas	20XT - Prestação de Serviços Médico-Hospitalares do Hospital das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	275.000,00
2017	01 - Deputado Federal	1775 - Jandira Feghali	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2017	01 - Deputado Federal	1818 - Nelson Markezelli	52111 - Comando da Aeronáutica	20S9 - Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00

2017	01 - Deputado Federal	1818 - Nelson Marquezelli	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2017	01 - Deputado Federal	1867 - Luiz Carlos Hauly	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2017	01 - Deputado Federal	1955 - João Campos	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2017	01 - Deputado Federal	1984 - Onyx Lorenzoni	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2070 - Gorete Pereira	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2363 - Izalci	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2363 - Izalci	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	8425 - Apoio ao Projeto Rondon	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2363 - Izalci	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2366 - Vanderlei Macris	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2370 - Edio Lopes	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2420 - Lindomar Garçon	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.500.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2420 - Lindomar Garçon	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2424 - Flaviano Melo	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.250.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2447 - Rogério Marinho	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	8425 - Apoio ao Projeto Rondon	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2448 - Felipe Maia	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2449 - Efraim Filho	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2478 - Jô Moraes	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2478 - Jô Moraes	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2478 - Jô Moraes	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2517 - Vinicius Carvalho	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2608 - Laercio Oliveira	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00

2017	01 - Deputado Federal	2662 - Rogério Rosso	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	450.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2662 - Rogério Rosso	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	450.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2662 - Rogério Rosso	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	450.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2675 - Professora Marcivania	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.450.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2676 - Vinicius Gurgel	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.409.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2690 - César Halum	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2693 - Professora Dorinha Seabra Rezende	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2721 - Jorge Côrte Real	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2724 - Pastor Eurico	52111 - Comando da Aeronáutica	20S9 - Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2724 - Pastor Eurico	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2724 - Pastor Eurico	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2738 - Antonio Imbassahy	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2741 - Erivelton Santana	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2746 - Lucio Vieira Lima	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	350.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2838 - Mandetta	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2843 - João Arruda	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	359.768,00
2017	01 - Deputado Federal	2850 - Esperidião Amin	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2850 - Esperidião Amin	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2850 - Esperidião Amin	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2923 - Fernando Jordão	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2935 - Magda Mofatto	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2017	01 - Deputado Federal	2947 - Marcos Rogério	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.159.750,00

2017	01 - Deputado Federal	2975 - Margarida Salomão	52111 - Comando da Aeronáutica	20S9 - Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3030 - Abel Mesquita Jr.	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.459.769,00
2017	01 - Deputado Federal	3034 - Adelson Barreto	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3036 - Alan Rick	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.300.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3040 - Alexandre Valle	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3045 - André Abdon	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.800.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3048 - Angelim	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.259.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3050 - Arthur Virgílio Bisneto	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.903.769,00
2017	01 - Deputado Federal	3054 - Beto Rosado	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3058 - Cabo Daciolo	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3060 - Cabuçu Borges	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.000.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3072 - César Messias	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.309.768,00
2017	01 - Deputado Federal	3075 - Clarissa Garotinho	52131 - Comando da Marinha	1560 - Obtenção de Meios da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3076 - Conceição Sampaio	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.459.769,00
2017	01 - Deputado Federal	3083 - Delegado Edson Moreira	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3083 - Delegado Edson Moreira	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3087 - Edmilson Rodrigues	52121 - Comando do Exército	2911 - Modernização das Organizações Militares de Engenharia do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3088 - Eduardo Bolsonaro	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3088 - Eduardo Bolsonaro	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3088 - Eduardo Bolsonaro	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	600.000,00

2017	01 - Deputado Federal	3088 - Eduardo Bolsonaro	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.759.769,00
2017	01 - Deputado Federal	3088 - Eduardo Bolsonaro	52131 - Comando da Marinha	20XR - Capacitação Profissional da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3088 - Eduardo Bolsonaro	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	700.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3089 - Eduardo Cury	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	550.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3096 - Expedito Netto	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.659.769,00
2017	01 - Deputado Federal	3122 - Aníbal Gomes	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3160 - Celso Russomanno	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3160 - Celso Russomanno	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3160 - Celso Russomanno	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3260 - José Priante	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3396 - Hiran Gonçalves	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.500.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3398 - Hissa Abrahão	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.833.768,00
2017	01 - Deputado Federal	3430 - Marinha Raupp	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3430 - Marinha Raupp	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20X6 - Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	01 - Deputado Federal	3433 - Raimundo Gomes de Matos	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3433 - Raimundo Gomes de Matos	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	50.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3433 - Raimundo Gomes de Matos	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3433 - Raimundo Gomes de Matos	52131 - Comando da Marinha	20XR - Capacitação Profissional da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3496 - Silas Câmara	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.659.769,00
2017	01 - Deputado Federal	3499 - Nilton Capixaba	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.159.768,00

2017	01 - Deputado Federal	3511 - Pedro Fernandes	52111 - Comando da Aeronáutica	20S9 - Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3530 - Damião Feliciano	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3640 - Jéssica Sales	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.300.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3682 - Júlio Delgado	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3686 - João Fernando Coutinho	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	146.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3690 - João Paulo Papa	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3703 - Leo De Brito	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.509.768,00
2017	01 - Deputado Federal	3706 - Lucio Mosquini	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.659.769,00
2017	01 - Deputado Federal	3708 - Luiz Cláudio	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.759.769,00
2017	01 - Deputado Federal	3716 - Marcelo Squassoni	52111 - Comando da Aeronáutica	20S9 - Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3716 - Marcelo Squassoni	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	01 - Deputado Federal	3716 - Marcelo Squassoni	52131 - Comando da Marinha	20XR - Capacitação Profissional da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	160.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3716 - Marcelo Squassoni	52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas	20XT - Prestação de Serviços Médico-Hospitalares do Hospital das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	460.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3716 - Marcelo Squassoni	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	190.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3722 - Marcos Reategui	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.700.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3723 - Marcos Rotta	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.600.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3725 - Mariana Carvalho	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.459.768,00
2017	01 - Deputado Federal	3725 - Mariana Carvalho	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3725 - Mariana Carvalho	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00

2017	01 - Deputado Federal	3742 - Rafael Motta	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3745 - Remídio Monai	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.500.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3748 - Roberto Góes	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.500.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3749 - Roberto Sales	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	380.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3754 - Ronaldo Martins	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3754 - Ronaldo Martins	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3763 - Shéridan	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.859.769,00
2017	01 - Deputado Federal	3772 - Uldurico Junior	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3780 - Rocha	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.750.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3784 - Zenaide Maia	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3784 - Zenaide Maia	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3784 - Zenaide Maia	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3807 - Alfredo Nascimento	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.659.679,00
2017	01 - Deputado Federal	3841 - Jones Martins	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2017	01 - Deputado Federal	3848 - Moisés Diniz	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	950.000,00
2017	02 - Senador	2028 - José Maranhão	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2017	02 - Senador	2033 - Garibaldi Alves Filho	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2017	02 - Senador	2047 - João Capiberibe	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.109.768,00
2017	02 - Senador	2048 - Valdir Raupp	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.159.769,00
2017	02 - Senador	2069 - Cristovam Buarque	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00

2017	02 - Senador	2069 - Cristovam Buarque	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	8425 - Apoio ao Projeto Rondon	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2017	02 - Senador	2069 - Cristovam Buarque	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2017	02 - Senador	2069 - Cristovam Buarque	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	600.000,00
2017	02 - Senador	2091 - Flexa Ribeiro	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2017	02 - Senador	2091 - Flexa Ribeiro	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2017	02 - Senador	2254 - Edison Lobão	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2017	02 - Senador	2908 - Eduardo Amorim	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2017	02 - Senador	2908 - Eduardo Amorim	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2017	02 - Senador	2909 - Eduardo Braga	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.459.769,00
2017	02 - Senador	2909 - Eduardo Braga	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2017	02 - Senador	2909 - Eduardo Braga	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2017	02 - Senador	2910 - Vanessa Grazziotin	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.000.000,00
2017	02 - Senador	2910 - Vanessa Grazziotin	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2017	02 - Senador	2910 - Vanessa Grazziotin	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2017	02 - Senador	2910 - Vanessa Grazziotin	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2017	02 - Senador	2913 - Jorge Viana	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.200.000,00
2017	02 - Senador	2914 - Sérgio Petecão	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.309.768,00
2017	02 - Senador	2917 - Ivo Cassol	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.659.769,00
2017	02 - Senador	2919 - Randolfe Rodrigues	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.350.000,00
2017	02 - Senador	3787 - Davi Alcolumbre	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.359.768,00

2017	02 - Senador	3788 - Elmano Férrer	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2017	02 - Senador	3793 - Lasier Martins	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2017	02 - Senador	3794 - Omar Aziz	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2017	02 - Senador	3794 - Omar Aziz	52121 - Comando do Exército	20XE - Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.009.769,00
2017	02 - Senador	3796 - Paulo Rocha	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2017	02 - Senador	3796 - Paulo Rocha	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2017	02 - Senador	3796 - Paulo Rocha	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2017	02 - Senador	3804 - Telmário Mota	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2017	02 - Senador	3824 - Dalirio Beber	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2017	02 - Senador	3850 - Deca	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2017	02 - Senador	3851 - Pastor Valadares	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.259.768,00
2017	-	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2017	-	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	7 - Emenda de bancada estadual de execução obrigatória	0
2017	-	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2018	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	8425 - Apoio ao Projeto Rondon	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2018	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2018	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	20S9 - Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2018	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2018	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	20XB - Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2018	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2018	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0

2018	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2018	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	20XE - Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2018	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	20XK - Logística Militar Terrestre	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2018	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	20XM - Prestação de Ensino Assistencial nos Colégios Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2018	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2018	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	8965 - Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2018	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2018	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2018	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	20XN - Aprestamento da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2018	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2018	--	(-1): Não Aplicável	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2018	--	(-1): Não Aplicável	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2018	--	(-1): Não Aplicável	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2018	01 - Deputado Federal	1074 - André de Paula	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2018	01 - Deputado Federal	1124 - Maria Helena	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2018	01 - Deputado Federal	1124 - Maria Helena	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2018	01 - Deputado Federal	1135 - Janete Capiberibe	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.201.135,00
2018	01 - Deputado Federal	1135 - Janete Capiberibe	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	435.000,00
2018	01 - Deputado Federal	1147 - Carlos Souza	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.872.271,00
2018	01 - Deputado Federal	1159 - Sarney Filho	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2018	01 - Deputado Federal	1218 - Gonzaga Patriota	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00

2018	01 - Deputado Federal	1268 - Benjamin Maranhão	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2018	01 - Deputado Federal	1308 - Arolde de Oliveira	52111 - Comando da Aeronáutica	20S9 - Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2018	01 - Deputado Federal	1308 - Arolde de Oliveira	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	170.000,00
2018	01 - Deputado Federal	1308 - Arolde de Oliveira	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	670.000,00
2018	01 - Deputado Federal	1308 - Arolde de Oliveira	52131 - Comando da Marinha	20XN - Aprestamento da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2018	01 - Deputado Federal	1334 - Miro Teixeira	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2018	01 - Deputado Federal	1403 - Leonardo Monteiro	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	122.271,00
2018	01 - Deputado Federal	1408 - Patrus Ananias	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2018	01 - Deputado Federal	1479 - Augusto Carvalho	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2018	01 - Deputado Federal	1568 - Gilberto Nascimento	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2018	01 - Deputado Federal	1619 - Átila Lins	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.600.000,00
2018	01 - Deputado Federal	1646 - José Reinaldo	52111 - Comando da Aeronáutica	20S9 - Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2018	01 - Deputado Federal	1646 - José Reinaldo	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2018	01 - Deputado Federal	1646 - José Reinaldo	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2018	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.800.000,00
2018	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.647.135,00
2018	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52121 - Comando do Exército	8965 - Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.019.000,00
2018	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2018	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.020.000,00
2018	01 - Deputado Federal	1818 - Nelson Marquzelli	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2018	01 - Deputado Federal	1818 - Nelson Marquzelli	52121 - Comando do Exército	20XK - Logística Militar Terrestre	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00

2018	01 - Deputado Federal	1867 - Luiz Carlos Hauly	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	140.000,00
2018	01 - Deputado Federal	1984 - Onyx Lorenzoni	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2083 - André Figueiredo	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2363 - Izalci Lucas	52111 - Comando da Aeronáutica	20S9 - Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2363 - Izalci Lucas	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2363 - Izalci Lucas	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	230.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2388 - Cleber Verde	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	102.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2388 - Cleber Verde	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2397 - Hugo Leal	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2418 - Sabino Castelo Branco	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.000.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2420 - Lindomar Garçon	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.936.135,00
2018	01 - Deputado Federal	2424 - Flaviano Melo	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.180.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2437 - Chico Lopes	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2442 - José Guimarães	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2462 - Valadares Filho	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	240.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2478 - João Moraes	52111 - Comando da Aeronáutica	20S9 - Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2478 - João Moraes	52121 - Comando do Exército	20XK - Logística Militar Terrestre	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2478 - João Moraes	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2510 - Otavio Leite	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2593 - Professor Victorio Galli	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2593 - Professor Victorio Galli	52111 - Comando da Aeronáutica	20S9 - Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00

2018	01 - Deputado Federal	2608 - Laercio Oliveira	52131 - Comando da Marinha	20XN - Aprestamento da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2662 - Rogério Rosso	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2662 - Rogério Rosso	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	231.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2662 - Rogério Rosso	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2675 - Professora Marcivania	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.900.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2676 - Vinicius Gurgel	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.096.135,00
2018	01 - Deputado Federal	2690 - César Halum	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2691 - Irajá Abreu	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2718 - Augusto Coutinho	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	214.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2721 - Jorge Côrte Real	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2721 - Jorge Côrte Real	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	206.460,00
2018	01 - Deputado Federal	2721 - Jorge Côrte Real	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2724 - Pastor Eurico	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2724 - Pastor Eurico	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2724 - Pastor Eurico	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2738 - Antonio Imbassahy	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2739 - Arthur Oliveira Maia	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2741 - Erivelton Santana	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2786 - Marcelo Matos	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	750.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2797 - Bruna Furlan	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	350.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2797 - Bruna Furlan	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	350.000,00

2018	01 - Deputado Federal	2850 - Esperidião Amin	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2018	01 - Deputado Federal	2947 - Marcos Rogério	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.686.135,00
2018	01 - Deputado Federal	2994 - Subtenente Gonzaga	52111 - Comando da Aeronáutica	20S9 - Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3028 - Bebeto	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3028 - Bebeto	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3030 - Abel Mesquita Jr.	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.286.135,00
2018	01 - Deputado Federal	3033 - Adelmo Carneiro Leão	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3033 - Adelmo Carneiro Leão	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3034 - Adelson Barreto	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3036 - Alan Rick	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	160.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3040 - Alexandre Valle	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	350.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3045 - André Abdon	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.092.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3045 - André Abdon	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	230.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3048 - Angelim	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.926.135,00
2018	01 - Deputado Federal	3054 - Beto Rosado	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3058 - Cabo Daciolo	52111 - Comando da Aeronáutica	20S9 - Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3058 - Cabo Daciolo	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	350.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3060 - Cabuçu Borges	52111 - Comando da Aeronáutica	20S9 - Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3060 - Cabuçu Borges	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	136.135,00
2018	01 - Deputado Federal	3066 - Carlos Andrade	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.400.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3067 - Carlos Gomes	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00

2018	01 - Deputado Federal	3072 - César Messias	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.670.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3076 - Conceição Sampaio	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.150.482,00
2018	01 - Deputado Federal	3080 - Daniel Coelho	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3080 - Daniel Coelho	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	133.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3082 - Delegado Éder Mauro	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	270.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3088 - Eduardo Bolsonaro	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	600.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3088 - Eduardo Bolsonaro	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	900.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3088 - Eduardo Bolsonaro	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	600.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3089 - Eduardo Cury	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3089 - Eduardo Cury	52111 - Comando da Aeronáutica	20XB - Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	253.500,00
2018	01 - Deputado Federal	3096 - Expedito Netto	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.200.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3098 - Ezequiel Teixeira	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3122 - Aníbal Gomes	52121 - Comando do Exército	20XK - Logística Militar Terrestre	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3134 - Fausto Pinato	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3160 - Celso Russomanno	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3160 - Celso Russomanno	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3160 - Celso Russomanno	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3176 - Dilceu Sperafico	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3260 - José Priante	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3260 - José Priante	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3396 - Hiran Gonçalves	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	800.000,00

				Municípios da Região do Calha Norte		
2018	01 - Deputado Federal	3430 - Marinha Raupp	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.800.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3433 - Raimundo Gomes de Matos	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3433 - Raimundo Gomes de Matos	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3433 - Raimundo Gomes de Matos	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	50.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3433 - Raimundo Gomes de Matos	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3496 - Silas Câmara	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.876.135,00
2018	01 - Deputado Federal	3499 - Nilton Capixaba	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.036.135,00
2018	01 - Deputado Federal	3511 - Pedro Fernandes	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3530 - Damião Feliciano	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3530 - Damião Feliciano	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3640 - Jéssica Sales	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.886.135,00
2018	01 - Deputado Federal	3682 - Júlio Delgado	52121 - Comando do Exército	20XM - Prestação de Ensino Assistencial nos Colégios Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3682 - Júlio Delgado	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3690 - João Paulo Papa	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3693 - Jony Marcos	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3693 - Jony Marcos	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3703 - Leo De Brito	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.335.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3706 - Lucio Mosquini	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.686.135,00
2018	01 - Deputado Federal	3708 - Luiz Cláudio	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.361.135,00

2018	01 - Deputado Federal	3712 - Major Olimpio	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3722 - Marcos Reategui	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.720.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3722 - Marcos Reategui	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	230.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3725 - Mariana Carvalho	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.036.135,00
2018	01 - Deputado Federal	3726 - Marinaldo Rosendo	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	175.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3743 - Raquel Muniz	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	170.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3745 - Remídio Monai	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.479.966,00
2018	01 - Deputado Federal	3748 - Roberto Góes	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.500.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3749 - Roberto Sales	52111 - Comando da Aeronáutica	20S9 - Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3756 - Rosangela Gomes	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.136,00
2018	01 - Deputado Federal	3756 - Rosangela Gomes	52121 - Comando do Exército	20XE - Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.135,00
2018	01 - Deputado Federal	3763 - Shéridan	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.186.135,00
2018	01 - Deputado Federal	3768 - Tenente Lúcio	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3772 - Uldurico Junior	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3778 - Vitor Valim	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3780 - Rocha	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.516.135,00
2018	01 - Deputado Federal	3784 - Zenaide Maia	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3784 - Zenaide Maia	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3807 - Alfredo Nascimento	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3808 - Jarbas Vasconcelos	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	170.000,00

2018	01 - Deputado Federal	3848 - Moisés Diniz	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2018	01 - Deputado Federal	3858 - Norma Ayub	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2018	02 - Senador	2047 - João Capiberibe	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.900.000,00
2018	02 - Senador	2047 - João Capiberibe	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	435.000,00
2018	02 - Senador	2048 - Valdir Raupp	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.286.135,00
2018	02 - Senador	2052 - Alvaro Dias	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2018	02 - Senador	2069 - Cristovam Buarque	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	8425 - Apoio ao Projeto Rondon	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	800.000,00
2018	02 - Senador	2069 - Cristovam Buarque	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2018	02 - Senador	2091 - Flexa Ribeiro	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2018	02 - Senador	2091 - Flexa Ribeiro	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2018	02 - Senador	2254 - Edison Lobão	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	320.000,00
2018	02 - Senador	2263 - Jader Barbalho	52121 - Comando do Exército	20PY - Adequação de Organizações Militares do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2018	02 - Senador	2282 - Romero Jucá	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.586.135,00
2018	02 - Senador	2331 - Maria do Carmo Alves	52121 - Comando do Exército	20XK - Logística Militar Terrestre	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	185.000,00
2018	02 - Senador	2633 - Acir Gurgacz	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.086.135,00
2018	02 - Senador	2879 - Lídice da Mata	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2018	02 - Senador	2907 - Benedito de Lira	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2018	02 - Senador	2908 - Eduardo Amorim	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2018	02 - Senador	2908 - Eduardo Amorim	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2018	02 - Senador	2909 - Eduardo Braga	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.886.135,00

2018	02 - Senador	2910 - Vanessa Grazziotin	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.825.000,00
2018	02 - Senador	2911 - Gleisi Hoffmann	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	220.000,00
2018	02 - Senador	2913 - Jorge Viana	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.470.000,00
2018	02 - Senador	2914 - Sérgio Petecão	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.086.135,00
2018	02 - Senador	2917 - Ivo Cassol	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.386.135,00
2018	02 - Senador	2919 - Randolfe Rodrigues	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.750.000,00
2018	02 - Senador	3787 - Davi Alcolumbre	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.150.000,00
2018	02 - Senador	3788 - Elmano Férrer	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2018	02 - Senador	3788 - Elmano Férrer	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2018	02 - Senador	3788 - Elmano Férrer	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2018	02 - Senador	3790 - Gladson Cameli	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2018	02 - Senador	3791 - Hélio José	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2018	02 - Senador	3794 - Omar Aziz	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.250.000,00
2018	02 - Senador	3799 - Romário	52131 - Comando da Marinha	20SE - Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	350.000,00
2018	02 - Senador	3801 - Rose de Freitas	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	290.000,00
2018	02 - Senador	3803 - Simone Tebet	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	356.000,00
2018	02 - Senador	3843 - Pedro Chaves dos Santos Filho	52111 - Comando da Aeronáutica	20S9 - Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2018	02 - Senador	3843 - Pedro Chaves dos Santos Filho	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2018	02 - Senador	3843 - Pedro Chaves dos Santos Filho	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2018	08 - Bancada Estadual	7105 - Bancada do Amapá	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	7 - Emenda de bancada estadual de execução obrigatória	50.746.494,00

2019	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2019	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2019	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	8425 - Apoio ao Projeto Rondon	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2019	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2019	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2019	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2019	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2019	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	14T4 - Implantação do Projeto Guarani	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2019	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	156M - Modernização Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2019	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2019	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	20XK - Logística Militar Terrestre	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2019	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2019	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2019	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2019	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2019	--	(-1): Não Aplicável	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	20UV - Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar, Oceanos e Clima	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2019	--	(-1): Não Aplicável	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2019	--	(-1): Não Aplicável	52222 - Fundação Osório	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2019	--	(-1): Não Aplicável	52911 - Fundo Aeronáutico	20XB - Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2019	--	(-1): Não Aplicável	52931 - Fundo Naval	20XN - Aprestamento da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2019	--	(-1): Não Aplicável	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0

2019	01 - Deputado Federal	1124 - Maria Helena	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.500.000,00
2019	01 - Deputado Federal	1124 - Maria Helena	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2019	01 - Deputado Federal	1135 - Janete Capiberibe	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.660.387,00
2019	01 - Deputado Federal	1135 - Janete Capiberibe	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2019	01 - Deputado Federal	1308 - Arolde de Oliveira	52111 - Comando da Aeronáutica	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	550.000,00
2019	01 - Deputado Federal	1308 - Arolde de Oliveira	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	550.000,00
2019	01 - Deputado Federal	1334 - Miro Teixeira	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2019	01 - Deputado Federal	1413 - Carlos Manato	52931 - Fundo Naval	20XN - Aprestamento da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	175.000,00
2019	01 - Deputado Federal	1473 - Deley	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2019	01 - Deputado Federal	1568 - Gilberto Nascimento	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2019	01 - Deputado Federal	1619 - Átila Lins	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.500.000,00
2019	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2019	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.600.000,00
2019	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.200.000,00
2019	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.990.387,00
2019	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52222 - Fundação Osório	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	900.000,00
2019	01 - Deputado Federal	1773 - Jair Bolsonaro	52931 - Fundo Naval	20XN - Aprestamento da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	620.000,00
2019	01 - Deputado Federal	1818 - Nelson Marquezelli	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2019	01 - Deputado Federal	1818 - Nelson Marquezelli	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2018 - Aelton Freitas	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2070 - Gorete Pereira	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00

2019	01 - Deputado Federal	2363 - Izalci Lucas	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2370 - Edio Lopes	52121 - Comando do Exército	156M - Modernização Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.000.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2397 - Hugo Leal	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2397 - Hugo Leal	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2409 - Fábio Faria	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2420 - Lindomar Garçon	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.110.387,00
2019	01 - Deputado Federal	2424 - Flaviano Melo	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.750.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2437 - Chico Lopes	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2437 - Chico Lopes	52931 - Fundo Naval	20XN - Aprestamento da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	135.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2447 - Rogério Marinho	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2462 - Valadares Filho	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2462 - Valadares Filho	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2478 - Jô Moraes	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2478 - Jô Moraes	52121 - Comando do Exército	14T4 - Implantação do Projeto Guarani	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	220.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2478 - Jô Moraes	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2478 - Jô Moraes	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	20UV - Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar, Oceanos e Clima	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2478 - Jô Moraes	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2601 - Márcio Marinho	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2608 - Laercio Oliveira	52931 - Fundo Naval	20XN - Aprestamento da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2670 - Jhonatan de Jesus	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.510.387,00
2019	01 - Deputado Federal	2675 - Professora Marcivania	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.240.387,00

				Municípios da Região do Calha Norte		
2019	01 - Deputado Federal	2676 - Vinicius Gurgel	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.660.387,00
2019	01 - Deputado Federal	2687 - Sibá Machado	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.000.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2718 - Augusto Coutinho	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2718 - Augusto Coutinho	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2721 - Jorge Côrte Real	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2721 - Jorge Côrte Real	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2721 - Jorge Côrte Real	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2724 - Pastor Eurico	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2724 - Pastor Eurico	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2739 - Arthur Oliveira Maia	52931 - Fundo Naval	20XN - Aprestamento da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2741 - Erivelton Santana	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2741 - Erivelton Santana	52931 - Fundo Naval	20XN - Aprestamento da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2762 - Luis Tibé	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2786 - Marcelo Matos	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2786 - Marcelo Matos	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2786 - Marcelo Matos	52931 - Fundo Naval	20XN - Aprestamento da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2792 - Vitor Paulo	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.387,00
2019	01 - Deputado Federal	2797 - Bruna Furlan	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2797 - Bruna Furlan	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2019	01 - Deputado Federal	2818 - Tiririca	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2838 - Mandetta	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00

2019	01 - Deputado Federal	2838 - Mandetta	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	690.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2842 - Delegado Francischini	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	90.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2842 - Delegado Francischini	52121 - Comando do Exército	20XK - Logística Militar Terrestre	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	410.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2850 - Esperidião Amin	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2850 - Esperidião Amin	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2936 - Nilson Leitão	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2947 - Marcos Rogério	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.410.387,00
2019	01 - Deputado Federal	2979 - Fabio Reis	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	110.387,00
2019	01 - Deputado Federal	2979 - Fabio Reis	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2980 - Eron Bezerra	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.520.000,00
2019	01 - Deputado Federal	2980 - Eron Bezerra	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3028 - Bebeto	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	290.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3030 - Abel Mesquita Jr.	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.610.387,00
2019	01 - Deputado Federal	3030 - Abel Mesquita Jr.	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3033 - Adelmo Carneiro Leão	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3034 - Adelson Barreto	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3036 - Alan Rick	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	859.774,00
2019	01 - Deputado Federal	3045 - André Abdon	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.090.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3048 - Angelim	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.370.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3054 - Beto Rosado	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3059 - Cabo Sabino	52931 - Fundo Naval	20XN - Aprestamento da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00

2019	01 - Deputado Federal	3060 - Cabuçu Borges	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3066 - Carlos Andrade	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.000.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3071 - Celso Pansera	52931 - Fundo Naval	20XN - Aprestamento da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3072 - César Messias	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.300.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3076 - Conceição Sampaio	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.250.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3078 - Cristiane Brasil	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.500.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3080 - Daniel Coelho	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3080 - Daniel Coelho	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	110.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3082 - Delegado Éder Mauro	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3082 - Delegado Éder Mauro	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	800.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3083 - Delegado Edson Moreira	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3083 - Delegado Edson Moreira	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3083 - Delegado Edson Moreira	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3083 - Delegado Edson Moreira	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3088 - Eduardo Bolsonaro	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	600.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3088 - Eduardo Bolsonaro	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.400.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3088 - Eduardo Bolsonaro	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	800.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3089 - Eduardo Cury	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3089 - Eduardo Cury	52911 - Fundo Aeronáutico	20XB - Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3096 - Expedito Netto	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.300.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3100 - Fábio Mitidieri	52931 - Fundo Naval	20XN - Aprestamento da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00

2019	01 - Deputado Federal	3122 - Aníbal Gomes	52121 - Comando do Exército	20XK - Logística Militar Terrestre	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3134 - Fausto Pinato	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3160 - Celso Russomanno	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3160 - Celso Russomanno	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3160 - Celso Russomanno	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3173 - Darcísio Perondi	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3260 - José Priante	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3260 - José Priante	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3260 - José Priante	52931 - Fundo Naval	20XN - Aprestamento da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3283 - Goulart	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3298 - Heitor Schuch	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3332 - Ricardo Barros	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3332 - Ricardo Barros	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3396 - Hiran Gonçalves	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.040.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3430 - Marinha Raupp	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.330.387,00
2019	01 - Deputado Federal	3433 - Raimundo Gomes de Matos	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	50.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3433 - Raimundo Gomes de Matos	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3496 - Silas Câmara	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.729.347,00
2019	01 - Deputado Federal	3499 - Nilton Capixaba	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.710.387,00
2019	01 - Deputado Federal	3511 - Pedro Fernandes	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3511 - Pedro Fernandes	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00

2019	01 - Deputado Federal	3530 - Damião Feliciano	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3533 - Marcondes Gadelha	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3640 - Jéssica Sales	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.520.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3662 - Luis Carlos Heinze	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3682 - Júlio Delgado	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3684 - Jhc	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3685 - João Derly	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3692 - Joaquim Passarinho	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3692 - Joaquim Passarinho	52931 - Fundo Naval	20XN - Aprestamento da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3693 - Jony Marcos	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3703 - Leo De Brito	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.550.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3706 - Lucio Mosquini	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.200.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3708 - Luiz Cláudio	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.560.387,00
2019	01 - Deputado Federal	3712 - Major Olimpio	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3712 - Major Olimpio	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3722 - Marcos Reategui	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.180.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3725 - Mariana Carvalho	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.710.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3729 - Miguel Haddad	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3740 - Pedro Vilela	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3742 - Rafael Motta	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00

2019	01 - Deputado Federal	3745 - Remídio Monai	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.609.774,00
2019	01 - Deputado Federal	3748 - Roberto Góes	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.410.387,00
2019	01 - Deputado Federal	3763 - Shéridan	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.420.774,00
2019	01 - Deputado Federal	3766 - Sóstenes Cavalcante	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3775 - Vicentinho Júnior	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	140.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3775 - Vicentinho Júnior	52931 - Fundo Naval	20XX - Prestação de Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	160.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3780 - Rocha	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.960.387,00
2019	01 - Deputado Federal	3784 - Zenaide Maia	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3784 - Zenaide Maia	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3784 - Zenaide Maia	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3807 - Alfredo Nascimento	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.900.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3847 - André Amaral	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3858 - Norma Ayub	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	115.000,00
2019	01 - Deputado Federal	3859 - Vaidon Oliveira	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	120.774,00
2019	02 - Senador	2025 - Tasso Jereissati	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2019	02 - Senador	2047 - João Capiberibe	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.650.387,00
2019	02 - Senador	2047 - João Capiberibe	52931 - Fundo Naval	20XN - Aprestamento da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	350.000,00
2019	02 - Senador	2048 - Valdir Raupp	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.160.387,00
2019	02 - Senador	2052 - Alvaro Dias	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2019	02 - Senador	2052 - Alvaro Dias	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.050.000,00

2019	02 - Senador	2069 - Cristovam Buarque	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	8425 - Apoio ao Projeto Rondon	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	310.387,00
2019	02 - Senador	2069 - Cristovam Buarque	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	600.000,00
2019	02 - Senador	2069 - Cristovam Buarque	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2019	02 - Senador	2091 - Flexa Ribeiro	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2019	02 - Senador	2246 - Antonio Carlos Valadares	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2019	02 - Senador	2246 - Antonio Carlos Valadares	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2019	02 - Senador	2263 - Jader Barbalho	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2019	02 - Senador	2263 - Jader Barbalho	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2019	02 - Senador	2295 - José Serra	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2019	02 - Senador	2331 - Maria do Carmo Alves	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2019	02 - Senador	2331 - Maria do Carmo Alves	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2019	02 - Senador	2579 - Fernando Affonso Collor de Mello	52931 - Fundo Naval	20XN - Aprestamento da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2019	02 - Senador	2633 - Acir Gurgacz	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.710.387,00
2019	02 - Senador	2908 - Eduardo Amorim	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas ao Desenvolvimento do Desporto Militar e ao Esporte Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2019	02 - Senador	2909 - Eduardo Braga	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.710.387,00
2019	02 - Senador	2910 - Vanessa Grazziotin	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.480.000,00
2019	02 - Senador	2913 - Jorge Viana	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.118.000,00
2019	02 - Senador	2914 - Sérgio Petecão	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.060.387,00
2019	02 - Senador	2917 - Ivo Cassol	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.310.000,00
2019	02 - Senador	2920 - Angela Portela	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.710.387,00

2019	02 - Senador	2955 - Eduardo Lopes	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	270.000,00
2019	02 - Senador	3787 - Davi Alcolumbre	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.200.000,00
2019	02 - Senador	3788 - Elmano Férrer	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2019	02 - Senador	3788 - Elmano Férrer	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2019	02 - Senador	3788 - Elmano Férrer	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2019	02 - Senador	3790 - Gladson Cameli	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2019	02 - Senador	3794 - Omar Aziz	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2019	02 - Senador	3794 - Omar Aziz	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	110.387,00
2019	02 - Senador	3799 - Romário	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	350.000,00
2019	02 - Senador	3804 - Telmário Mota	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.000.000,00
2019	02 - Senador	3810 - Antonio Anastasia	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	230.000,00
2019	02 - Senador	3810 - Antonio Anastasia	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2019	02 - Senador	3810 - Antonio Anastasia	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2019	02 - Senador	3843 - Pedro Chaves	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	350.000,00
2019	02 - Senador	3843 - Pedro Chaves	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	350.000,00
2019	02 - Senador	3843 - Pedro Chaves	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2019	02 - Senador	3843 - Pedro Chaves	52931 - Fundo Naval	20XN - Aprestamento da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	7 - Emenda de bancada estadual de execução obrigatória	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0

2020	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20X6 - Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	151S - Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	151S - Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	7 - Emenda de bancada estadual de execução obrigatória	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	7 - Emenda de bancada estadual de execução obrigatória	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	20X9 - Capacitação Profissional da Aeronáutica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	20XB - Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	2866 - Ações de Caráter Sigiloso	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	147F - Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	147F - Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	14T4 - Implantação do Projeto Guarani	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	14T4 - Implantação do Projeto Guarani	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista	0

					permanente do CN, considerada no cálculo do RP	
2020	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	20XM - Prestação de Ensino Assistencial nos Colégios Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	2911 - Modernização das Organizações Militares de Engenharia do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	3138 - Implantação do Sistema de Aviação do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	3138 - Implantação do Sistema de Aviação do Exército	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	8965 - Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	123I - Construção de Submarinos Convencionais	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	14T7 - Tecnologia Nuclear da Marinha	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	156O - Obtenção de Meios da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	156O - Obtenção de Meios da Marinha	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0

2020	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	2866 - Ações de Caráter Sigiloso	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL	211D - Coordenação Técnica da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa SA - AMAZUL	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52931 - Fundo Naval	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52931 - Fundo Naval	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	--	(-1): Não Aplicável	52931 - Fundo Naval	21BZ - Prestação de Auxílios à Navegação	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	01 - Deputado Federal	1074 - André de Paula	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	1197 - Perpétua Almeida	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.400.000,00
2020	01 - Deputado Federal	1197 - Perpétua Almeida	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20X6 - Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	1197 - Perpétua Almeida	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	1313 - João Bosco da Costa	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2020	01 - Deputado Federal	1313 - João Bosco da Costa	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2020	01 - Deputado Federal	1451 - Vander Loubet	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2020	01 - Deputado Federal	1568 - Gilberto Nascimento	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	1568 - Gilberto Nascimento	52931 - Fundo Naval	21BZ - Prestação de Auxílios à Navegação	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	350.000,00
2020	01 - Deputado Federal	1619 - Átila Lins	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.250.000,00
2020	01 - Deputado Federal	1880 - Angela Amin	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	1880 - Angela Amin	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00

2020	01 - Deputado Federal	1880 - Angela Amin	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	01 - Deputado Federal	1880 - Angela Amin	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	1935 - Átila Lira	52121 - Comando do Exército	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	160.000,00
2020	01 - Deputado Federal	1997 - Vicentinho	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2083 - André Figueiredo	52931 - Fundo Naval	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2098 - Afonso Hamm	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	290.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2421 - Mauro Nazif	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.020.227,00
2020	01 - Deputado Federal	2424 - Flaviano Melo	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.693.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2441 - José Airton Félix Cirilo	52121 - Comando do Exército	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2441 - José Airton Félix Cirilo	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	140.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2441 - José Airton Félix Cirilo	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2442 - José Guimarães	52931 - Fundo Naval	21BZ - Prestação de Auxílios à Navegação	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2446 - João Maia	52131 - Comando da Marinha	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	800.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2457 - Raul Henry	52111 - Comando da Aeronáutica	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	01 - Deputado Federal	2457 - Raul Henry	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2457 - Raul Henry	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2457 - Raul Henry	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2468 - Lídice da Mata	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2471 - Sérgio Brito	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2586 - Neri Geller	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	01 - Deputado Federal	2608 - Laercio Oliveira	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00

2020	01 - Deputado Federal	2608 - Laercio Oliveira	52931 - Fundo Naval	21BZ - Prestação de Auxílios à Navegação	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2675 - Professora Marcivania	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.850.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2676 - Vinicius Gurgel	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.521.667,00
2020	01 - Deputado Federal	2701 - Domingos Neto	52121 - Comando do Exército	20XM - Prestação de Ensino Assistencial nos Colégios Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	350.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2715 - Ruy Carneiro	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	410.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2718 - Augusto Coutinho	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2718 - Augusto Coutinho	52121 - Comando do Exército	20XM - Prestação de Ensino Assistencial nos Colégios Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	01 - Deputado Federal	2718 - Augusto Coutinho	52121 - Comando do Exército	8965 - Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2724 - Pastor Eurico	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2724 - Pastor Eurico	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2724 - Pastor Eurico	52931 - Fundo Naval	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2737 - Antonio Brito	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2773 - Lauriete	52931 - Fundo Naval	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	130.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2813 - Paulo Freire Costa	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2818 - Tiririca	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2818 - Tiririca	52931 - Fundo Naval	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	220.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2873 - Maurício Dziedricki	52931 - Fundo Naval	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2935 - Magda Mofatto	52931 - Fundo Naval	21BZ - Prestação de Auxílios à Navegação	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2975 - Margarida Salomão	52111 - Comando da Aeronáutica	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	264.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2979 - Fabio Reis	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	2979 - Fabio Reis	52121 - Comando do Exército	2911 - Modernização das Organizações Militares de Engenharia do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	01 - Deputado Federal	2979 - Fabio Reis	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00

2020	01 - Deputado Federal	3036 - Alan Rick	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3054 - Beto Rosado	52931 - Fundo Naval	21BZ - Prestação de Auxílios à Navegação	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	325.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3082 - Delegado Éder Mauro	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3082 - Delegado Éder Mauro	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	01 - Deputado Federal	3082 - Delegado Éder Mauro	52131 - Comando da Marinha	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	450.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3084 - Diego Garcia	52121 - Comando do Exército	14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3088 - Eduardo Bolsonaro	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3088 - Eduardo Bolsonaro	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	700.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3089 - Eduardo Cury	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3089 - Eduardo Cury	52111 - Comando da Aeronáutica	20XB - Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3096 - Expedito Netto	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	6.667.827,00
2020	01 - Deputado Federal	3100 - Fábio Mitidieri	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3134 - Fausto Pinato	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3160 - Celso Russomanno	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3160 - Celso Russomanno	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3160 - Celso Russomanno	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3173 - Darcísio Perondi	52931 - Fundo Naval	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	264.700,00
2020	01 - Deputado Federal	3188 - Elcione Barbalho	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3188 - Elcione Barbalho	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3188 - Elcione Barbalho	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	01 - Deputado Federal	3260 - José Priante	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.227,00

2020	01 - Deputado Federal	3260 - José Priante	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	01 - Deputado Federal	3260 - José Priante	52121 - Comando do Exército	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3260 - José Priante	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3262 - José Rocha	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3340 - Roberto Pessoa	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	01 - Deputado Federal	3340 - Roberto Pessoa	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3396 - Hiran Gonçalves	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.850.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3530 - Damião Feliciano	52131 - Comando da Marinha	156O - Obtenção de Meios da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3539 - Luciano Bivar	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	233.768,00
2020	01 - Deputado Federal	3539 - Luciano Bivar	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	127.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3640 - Jéssica Sales	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.500.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3646 - Gustavo Fruet	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	120.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3684 - Jhc	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3706 - Lucio Mosquini	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.970.227,00
2020	01 - Deputado Federal	3725 - Mariana Carvalho	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.860.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3725 - Mariana Carvalho	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	240.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3725 - Mariana Carvalho	52111 - Comando da Aeronáutica	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	01 - Deputado Federal	3733 - Moses Rodrigues	52121 - Comando do Exército	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3752 - Ronaldo Carletto	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3752 - Ronaldo Carletto	52931 - Fundo Naval	21BZ - Prestação de Auxílios à Navegação	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3756 - Rosangela Gomes	52931 - Fundo Naval	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	235.000,00

2020	01 - Deputado Federal	3756 - Rosangela Gomes	52931 - Fundo Naval	21BZ - Prestação de Auxílios à Navegação	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3762 - Sergio Vidigal	52931 - Fundo Naval	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	600.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3765 - Soraya Santos	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3839 - Nivaldo Albuquerque	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3859 - Vaidon Oliveira	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3911 - Aline Sleutjes	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	350.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3911 - Aline Sleutjes	52121 - Comando do Exército	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3919 - Bia Kicis	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3919 - Bia Kicis	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	280.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3920 - Bibo Nunes	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3925 - Camilo Capiberibe	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3927 - Capitão Wagner	52111 - Comando da Aeronáutica	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3927 - Capitão Wagner	52121 - Comando do Exército	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3927 - Capitão Wagner	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3928 - Carla Zambelli	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3928 - Carla Zambelli	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	600.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3928 - Carla Zambelli	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3930 - Carlos Jordy	52111 - Comando da Aeronáutica	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3930 - Carlos Jordy	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	01 - Deputado Federal	3930 - Carlos Jordy	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3930 - Carlos Jordy	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3930 - Carlos Jordy	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00

2020	01 - Deputado Federal	3937 - Celso Sabino	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	70.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3937 - Celso Sabino	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	01 - Deputado Federal	3937 - Celso Sabino	52931 - Fundo Naval	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	50.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3941 - Chiquinho Brazão	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3942 - Chris Tonietto	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3942 - Chris Tonietto	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3944 - Coronel Armando	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3944 - Coronel Armando	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3944 - Coronel Armando	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.675.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3944 - Coronel Armando	52121 - Comando do Exército	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	700.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3944 - Coronel Armando	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3944 - Coronel Armando	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	450.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3944 - Coronel Armando	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3945 - Coronel Chrisóstomo	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3945 - Coronel Chrisóstomo	52111 - Comando da Aeronáutica	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3945 - Coronel Chrisóstomo	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3945 - Coronel Chrisóstomo	52121 - Comando do Exército	2911 - Modernização das Organizações Militares de Engenharia do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	01 - Deputado Federal	3946 - Coronel Tadeu	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3948 - Da Vitoria	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3962 - Dr. Leonardo	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	350.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3964 - Dr. Luiz Ovando	52111 - Comando da Aeronáutica	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3964 - Dr. Luiz Ovando	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00

2020	01 - Deputado Federal	3964 - Dr. Luiz Ovando	52121 - Comando do Exército	3138 - Implantação do Sistema de Aviação do Exército	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3964 - Dr. Luiz Ovando	52931 - Fundo Naval	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3966 - Dra. Soraya Manato	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3967 - Dra. Vanda Milani	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3979 - Fábio Henrique	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3981 - Felício Laterça	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	01 - Deputado Federal	3981 - Felício Laterça	52931 - Fundo Naval	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	01 - Deputado Federal	3994 - General Girão	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3994 - General Girão	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3994 - General Girão	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	600.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3994 - General Girão	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3994 - General Girão	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3994 - General Girão	52931 - Fundo Naval	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3995 - General Peternelli	52111 - Comando da Aeronáutica	20X9 - Capacitação Profissional da Aeronáutica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	800.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3995 - General Peternelli	52111 - Comando da Aeronáutica	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3995 - General Peternelli	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.000.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3995 - General Peternelli	52121 - Comando do Exército	8965 - Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	3995 - General Peternelli	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4013 - Gurgel	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	853.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4013 - Gurgel	52931 - Fundo Naval	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	01 - Deputado Federal	4018 - Isnaldo Bulhões Jr.	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4019 - Jesus Sérgio	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.640.000,00

2020	01 - Deputado Federal	4019 - Jesus Sérgio	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20X6 - Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	145.600,00
2020	01 - Deputado Federal	4020 - João Roma	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4025 - Julian Lemos	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	600.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4028 - Júnior Mano	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	01 - Deputado Federal	4028 - Júnior Mano	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	01 - Deputado Federal	4029 - Lafayette de Andrada	52111 - Comando da Aeronáutica	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4032 - Loester Trutis	52931 - Fundo Naval	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	251.733,00
2020	01 - Deputado Federal	4036 - Luiz Philippe de Orleans e Bragança	52111 - Comando da Aeronáutica	151S - Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.500.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4036 - Luiz Philippe de Orleans e Bragança	52121 - Comando do Exército	14T4 - Implantação do Projeto Guarani	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.500.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4036 - Luiz Philippe de Orleans e Bragança	52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL	211D - Coordenação Técnica da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa SA - AMAZUL	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.500.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4037 - Major Vitor Hugo	52111 - Comando da Aeronáutica	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4037 - Major Vitor Hugo	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4037 - Major Vitor Hugo	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4037 - Major Vitor Hugo	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4037 - Major Vitor Hugo	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4038 - Mara Rocha	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.855.227,00
2020	01 - Deputado Federal	4041 - Márcio Labre	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	01 - Deputado Federal	4046 - Mauro Benevides Filho	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4047 - Nelson Barbudo	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.000.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4053 - Paula Belmonte	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	350.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4060 - Luizão Goulart	52121 - Comando do Exército	14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4067 - Sergio Toledo	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00

2020	01 - Deputado Federal	4067 - Sergio Toledo	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4069 - Silvio Costa Filho	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	01 - Deputado Federal	4072 - Tito	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4072 - Tito	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	540.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4072 - Tito	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	225.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4073 - Sanderson	52111 - Comando da Aeronáutica	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4073 - Sanderson	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	893.500,00
2020	01 - Deputado Federal	4102 - Helio Lopes	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.017,00
2020	01 - Deputado Federal	4102 - Helio Lopes	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.546.134,00
2020	01 - Deputado Federal	4102 - Helio Lopes	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	330.017,00
2025	01 - Deputado Federal	4102 - Helio Lopes	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.135.119,00
2020	01 - Deputado Federal	4102 - Helio Lopes	52931 - Fundo Naval	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.952.905,00
2020	01 - Deputado Federal	4110 - Julio Cesar Ribeiro	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4112 - Leda Sadala	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.300.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4125 - Pedro Lucas Fernandes	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4128 - Raimundo Costa	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4128 - Raimundo Costa	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	350.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4145 - Bia Cavassa	52131 - Comando da Marinha	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	385.113,00
2020	01 - Deputado Federal	4146 - Haroldo Cathedral	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4146 - Haroldo Cathedral	52111 - Comando da Aeronáutica	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4149 - Jaqueline Cassol	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	800.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4159 - Manuel Marcos	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.000.000,00

				Municípios da Região do Calha Norte		
2020	01 - Deputado Federal	4159 - Manuel Marcos	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20X6 - Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4164 - Nicoletti	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.330.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4164 - Nicoletti	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	350.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4164 - Nicoletti	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4164 - Nicoletti	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4164 - Nicoletti	52121 - Comando do Exército	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4171 - Rosana Valle	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	245.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4171 - Rosana Valle	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	01 - Deputado Federal	4173 - Silvia Cristina	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.620.227,00
2020	01 - Deputado Federal	4174 - Tereza Nelma	52121 - Comando do Exército	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4187 - Vavá Martins	52121 - Comando do Exército	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	270.000,00
2020	01 - Deputado Federal	4187 - Vavá Martins	52931 - Fundo Naval	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2020	01 - Deputado Federal	9065 - Heitor Freire	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	01 - Deputado Federal	9065 - Heitor Freire	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	01 - Deputado Federal	9065 - Heitor Freire	52931 - Fundo Naval	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	01 - Deputado Federal	9235 - Marcelo Brum	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	02 - Senador	2052 - Alvaro Dias	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2020	02 - Senador	2052 - Alvaro Dias	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2020	02 - Senador	2052 - Alvaro Dias	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	160.000,00
2020	02 - Senador	2210 - Esperidião Amin	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	122.227,00
2020	02 - Senador	2210 - Esperidião Amin	52121 - Comando do Exército	147F - Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00

2020	02 - Senador	2210 - Esperidião Amin	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	02 - Senador	2210 - Esperidião Amin	52121 - Comando do Exército	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2020	02 - Senador	2210 - Esperidião Amin	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	128.000,00
2020	02 - Senador	2210 - Esperidião Amin	52931 - Fundo Naval	21BZ - Prestação de Auxílios à Navegação	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	02 - Senador	2263 - Jader Barbalho	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	02 - Senador	2263 - Jader Barbalho	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2020	02 - Senador	2263 - Jader Barbalho	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2020	02 - Senador	2263 - Jader Barbalho	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2020	02 - Senador	2331 - Maria do Carmo Alves	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2020	02 - Senador	2331 - Maria do Carmo Alves	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	02 - Senador	2573 - Jarbas Vasconcelos	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	02 - Senador	2579 - Fernando Affonso Collor de Mello	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	60.000,00
2020	02 - Senador	2633 - Acir Gurgacz	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.399.227,00
2020	02 - Senador	2914 - Sérgio Petecão	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.400.000,00
2020	02 - Senador	3788 - Elmano Férrer	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2020	02 - Senador	3788 - Elmano Férrer	52121 - Comando do Exército	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	160.000,00
2020	02 - Senador	3788 - Elmano Férrer	52931 - Fundo Naval	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	160.000,00
2020	02 - Senador	3793 - Lasier Martins	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2020	02 - Senador	3794 - Omar Aziz	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	175.000,00
2020	02 - Senador	3796 - Paulo Rocha	52111 - Comando da Aeronáutica	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2020	02 - Senador	3796 - Paulo Rocha	52931 - Fundo Naval	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2020	02 - Senador	3801 - Rose de Freitas	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	350.000,00

2020	02 - Senador	3810 - Antonio Anastasia	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	180.000,00
2020	02 - Senador	3892 - Mailza Gomes	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.880.000,00
2020	02 - Senador	4078 - Marcio Bittar	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.800.000,00
2020	02 - Senador	4079 - Lucas Barreto	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.740.000,00
2020	02 - Senador	4084 - Weverton	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2020	02 - Senador	4089 - Oriovisto Guimarães	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	240.000,00
2020	02 - Senador	4090 - Arolde de Oliveira	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.500.000,00
2020	02 - Senador	4090 - Arolde de Oliveira	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	800.000,00
2020	02 - Senador	4091 - Zenaide Maia	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	02 - Senador	4091 - Zenaide Maia	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	02 - Senador	4091 - Zenaide Maia	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	02 - Senador	4091 - Zenaide Maia	52931 - Fundo Naval	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	02 - Senador	4092 - Confúcio Moura	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.048.227,00
2020	02 - Senador	4095 - Rogério Carvalho	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2020	02 - Senador	4136 - Izalci Lucas	52111 - Comando da Aeronáutica	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2020	02 - Senador	4136 - Izalci Lucas	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	02 - Senador	4137 - Plínio Valério	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	600.000,00
2020	02 - Senador	4143 - Chico Rodrigues	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.570.227,00
2020	02 - Senador	4184 - Luis Carlos Heinze	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	02 - Senador	4184 - Luis Carlos Heinze	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00

2020	02 - Senador	4186 - Eduardo Gomes	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2020	02 - Senador	9204 - Marcos do Val	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2020	02 - Senador	9219 - Flávio Bolsonaro	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.700.000,00
2020	02 - Senador	9219 - Flávio Bolsonaro	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	900.000,00
2020	02 - Senador	9219 - Flávio Bolsonaro	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	600.000,00
2020	02 - Senador	9219 - Flávio Bolsonaro	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	900.000,00
2020	02 - Senador	9224 - Marcos Rogério	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.685.220,00
2020	05 - Comissão Câmara dos Deputados	5001 - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime O	52121 - Comando do Exército	14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	25.973.363,00
2020	05 - Comissão Câmara dos Deputados	5018 - Comissão de Minas e Energia - CME	52131 - Comando da Marinha	14T7 - Tecnologia Nuclear da Marinha	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	05 - Comissão Câmara dos Deputados	5020 - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacion	52111 - Comando da Aeronáutica	14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	05 - Comissão Câmara dos Deputados	5020 - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacion	52121 - Comando do Exército	14T4 - Implantação do Projeto Guarani	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	05 - Comissão Câmara dos Deputados	5020 - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacion	52131 - Comando da Marinha	123I - Construção de Submarinos Convencionais	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	06 - Comissão Senado Federal	6002 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	52111 - Comando da Aeronáutica	14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	06 - Comissão Senado Federal	6002 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	52121 - Comando do Exército	3138 - Implantação do Sistema de Aviação do Exército	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	06 - Comissão Senado Federal	6002 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	52131 - Comando da Marinha	156O - Obtenção de Meios da Marinha	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	06 - Comissão Senado Federal	6013 - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunic	52111 - Comando da Aeronáutica	151S - Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	100.000,00

2020	06 - Comissão Senado Federal	6013 - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunic	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	07 - Comissão Mista do Congresso	5027 - Comissão Mista de Controle das Atividades de Intel	52111 - Comando da Aeronáutica	2866 - Ações de Caráter Sigiloso	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	07 - Comissão Mista do Congresso	5027 - Comissão Mista de Controle das Atividades de Intel	52121 - Comando do Exército	147F - Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	2.138.780,00
2020	07 - Comissão Mista do Congresso	5027 - Comissão Mista de Controle das Atividades de Intel	52131 - Comando da Marinha	2866 - Ações de Caráter Sigiloso	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2020	08 - Bancada Estadual	7102 - Bancada do Acre	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	7 - Emenda de bancada estadual de execução obrigatória	19.070.804,00
2020	08 - Bancada Estadual	7105 - Bancada do Amapá	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	7 - Emenda de bancada estadual de execução obrigatória	0
2020	08 - Bancada Estadual	7112 - Bancada do Mato Grosso	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	7 - Emenda de bancada estadual de execução obrigatória	3.545.717,00
2020	08 - Bancada Estadual	7120 - Bancada do Rio de Janeiro	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	7 - Emenda de bancada estadual de execução obrigatória	0
2020	08 - Bancada Estadual	7123 - Bancada de Rondonia	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	7 - Emenda de bancada estadual de execução obrigatória	72.870.956,00
2020	08 - Bancada Estadual	7124 - Bancada de Roraima	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	7 - Emenda de bancada estadual de execução obrigatória	40.903.404,00
2020	08 - Bancada Estadual	7125 - Bancada de São Paulo	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	7 - Emenda de bancada estadual de execução obrigatória	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	7 - Emenda de bancada estadual de execução obrigatória	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20X6 - Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20X6 - Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	0

2021	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	21BJ - Desenvolvimento do Desporto Nacional e Militar	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	6557 - Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar - Soldado Cidadão	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	151S - Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	151S - Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	7 - Emenda de bancada estadual de execução obrigatória	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	20XL - Saúde em Operações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	20XM - Prestação de Ensino Assistencial nos Colégios Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	3138 - Implantação do Sistema de Aviação do Exército	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52121 - Comando do Exército	7XM8 - Implantação de aeródromo em Santa Rosa do Purus/AC	7 - Emenda de bancada estadual de execução obrigatória	0

2021	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	14T7 - Tecnologia Nuclear da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	156O - Obtenção de Meios da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	7 - Emenda de bancada estadual de execução obrigatória	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	21A0 - Aprestamento das Forças	8 - Primária discricionária, decorrente de emendas de comissão permanente do SF, da CD e de comissão mista permanente do CN, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	21BY - Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2518 - Apoio à Pesquisa e ao Monitoramento Oceanográfico e Climatológico da Amazônia Azul	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2E97 - Operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2E97 - Operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	7 - Emenda de bancada estadual de execução obrigatória	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52931 - Fundo Naval	15F1 - Disponibilização de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52931 - Fundo Naval	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52931 - Fundo Naval	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52931 - Fundo Naval	21BY - Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	--	(-1): Não Aplicável	52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	2510 - Prestação de Ensino Profissional Marítimo	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	0
2021	01 - Deputado Federal	1074 - André de Paula	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2E97 - Operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00

2021	01 - Deputado Federal	1197 - Perpétua Almeida	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.000.000,00
2021	01 - Deputado Federal	1218 - Gonzaga Patriota	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	115.000,00
2021	01 - Deputado Federal	1246 - Júlio Cesar	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	6557 - Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar - Soldado Cidadão	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	50.000,00
2021	01 - Deputado Federal	1313 - João Bosco da Costa	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2021	01 - Deputado Federal	1313 - João Bosco da Costa	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2021	01 - Deputado Federal	1418 - Neucimar Fraga	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2021	01 - Deputado Federal	1451 - Vander Loubet	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2021	01 - Deputado Federal	1619 - Átila Lins	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	7.639.493,00
2021	01 - Deputado Federal	1880 - Angela Amin	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	21BJ - Desenvolvimento do Desporto Nacional e Militar	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2021	01 - Deputado Federal	1880 - Angela Amin	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2021	01 - Deputado Federal	2083 - André Figueiredo	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	2215 - Bilac Pinto	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	2397 - Hugo Leal	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2E97 - Operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2021	01 - Deputado Federal	2421 - Mauro Nazif	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	8.139.986,00
2021	01 - Deputado Federal	2424 - Flaviano Melo	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	4.500.000,00
2021	01 - Deputado Federal	2442 - José Guimarães	52931 - Fundo Naval	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	80.000,00
2021	01 - Deputado Federal	2442 - José Guimarães	52931 - Fundo Naval	21BY - Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	120.000,00
2021	01 - Deputado Federal	2449 - Efraim Filho	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2021	01 - Deputado Federal	2457 - Raul Henry	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	2457 - Raul Henry	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	2457 - Raul Henry	52931 - Fundo Naval	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00

2021	01 - Deputado Federal	2586 - Neri Geller	52111 - Comando da Aeronáutica	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	2608 - Laercio Oliveira	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2021	01 - Deputado Federal	2608 - Laercio Oliveira	52931 - Fundo Naval	21BY - Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2021	01 - Deputado Federal	2675 - Professora Marcivania	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	750.000,00
2021	01 - Deputado Federal	2676 - Vinicius Gurgel	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.220.000,00
2021	01 - Deputado Federal	2701 - Domingos Neto	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2021	01 - Deputado Federal	2718 - Augusto Coutinho	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2021	01 - Deputado Federal	2718 - Augusto Coutinho	52111 - Comando da Aeronáutica	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	2724 - Pastor Eurico	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2021	01 - Deputado Federal	2724 - Pastor Eurico	52931 - Fundo Naval	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2021	01 - Deputado Federal	2737 - Antonio Brito	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2021	01 - Deputado Federal	2762 - Luis Tibé	52131 - Comando da Marinha	156O - Obtenção de Meios da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2021	01 - Deputado Federal	2818 - Tiririca	52931 - Fundo Naval	15F1 - Disponibilização de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2021	01 - Deputado Federal	2935 - Magda Mofatto	52121 - Comando do Exército	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2021	01 - Deputado Federal	2935 - Magda Mofatto	52931 - Fundo Naval	21BY - Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3042 - Altineu Côrtes	52121 - Comando do Exército	20XM - Prestação de Ensino Assistencial nos Colégios Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	279.986,00
2021	01 - Deputado Federal	3082 - Delegado Éder Mauro	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	600.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3088 - Eduardo Bolsonaro	52111 - Comando da Aeronáutica	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3088 - Eduardo Bolsonaro	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2E97 - Operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3089 - Eduardo Cury	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3089 - Eduardo Cury	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00

2021	01 - Deputado Federal	3100 - Fábio Mitidieri	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3100 - Fábio Mitidieri	52131 - Comando da Marinha	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3134 - Fausto Pinato	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3160 - Celso Russomanno	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3160 - Celso Russomanno	52121 - Comando do Exército	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3160 - Celso Russomanno	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	254.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3160 - Celso Russomanno	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	146.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3262 - José Rocha	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	350.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3262 - José Rocha	52931 - Fundo Naval	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3530 - Damião Feliciano	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3539 - Luciano Bivar	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3539 - Luciano Bivar	52931 - Fundo Naval	21BY - Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3640 - Jéssica Sales	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.880.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3640 - Jéssica Sales	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20X6 - Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	120.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3646 - Gustavo Fruet	52931 - Fundo Naval	21BY - Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	172.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3692 - Joaquim Passarinho	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	800.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3703 - Leo De Brito	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3706 - Lucio Mosquini	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.139.993,00
2021	01 - Deputado Federal	3725 - Mariana Carvalho	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.491.017,00
2021	01 - Deputado Federal	3725 - Mariana Carvalho	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20X6 - Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	148.975,00
2021	01 - Deputado Federal	3733 - Moses Rodrigues	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00

2021	01 - Deputado Federal	3739 - Pedro Cunha Lima	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	120.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3740 - Pedro Vilela	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3772 - Uldurico Junior	52131 - Comando da Marinha	21BY - Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	50.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3839 - Nivaldo Albuquerque	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3858 - Norma Ayub	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3919 - Bia Kicis	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3919 - Bia Kicis	52111 - Comando da Aeronáutica	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3919 - Bia Kicis	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3919 - Bia Kicis	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3920 - Bibó Nunes	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2E97 - Operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	240.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3928 - Carla Zambelli	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	180.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3928 - Carla Zambelli	52931 - Fundo Naval	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	498.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3930 - Carlos Jordy	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.000.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3937 - Celso Sabino	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3942 - Chris Tonietto	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3942 - Chris Tonietto	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	700.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3944 - Coronel Armando	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3944 - Coronel Armando	52111 - Comando da Aeronáutica	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3944 - Coronel Armando	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3944 - Coronel Armando	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	725.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3944 - Coronel Armando	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	450.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3944 - Coronel Armando	52121 - Comando do Exército	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	275.000,00

2021	01 - Deputado Federal	3944 - Coronel Armando	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2518 - Apoio à Pesquisa e ao Monitoramento Oceanográfico e Climatológico da Amazônia Azul	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3944 - Coronel Armando	52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	2510 - Prestação de Ensino Profissional Marítimo	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	997.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3945 - Coronel Chrisóstomo	52111 - Comando da Aeronáutica	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3945 - Coronel Chrisóstomo	52931 - Fundo Naval	21BY - Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3952 - Daniela do Waguinho	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	800.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3962 - Dr. Leonardo	52931 - Fundo Naval	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3964 - Dr. Luiz Ovando	52111 - Comando da Aeronáutica	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3964 - Dr. Luiz Ovando	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3964 - Dr. Luiz Ovando	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	210.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3964 - Dr. Luiz Ovando	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3966 - Dra. Soraya Manato	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3979 - Fábio Henrique	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3995 - General Peternelli	52111 - Comando da Aeronáutica	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3995 - General Peternelli	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3995 - General Peternelli	52121 - Comando do Exército	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3995 - General Peternelli	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	240.000,00
2021	01 - Deputado Federal	3995 - General Peternelli	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4013 - Gurgel	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4032 - Loester Trutis	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	201.733,00
2021	01 - Deputado Federal	4036 - Luiz Philippe de Orleans e Bragança	52111 - Comando da Aeronáutica	151S - Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.630.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4036 - Luiz Philippe de Orleans e Bragança	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.500.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4036 - Luiz Philippe de Orleans e Bragança	52131 - Comando da Marinha	14T7 - Tecnologia Nuclear da Marinha	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.500.000,00

2021	01 - Deputado Federal	4036 - Luiz Philippe de Orleans e Bragança	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.400.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4036 - Luiz Philippe de Orleans e Bragança	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2345 - Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	600.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4036 - Luiz Philippe de Orleans e Bragança	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2E97 - Operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ)	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	600.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4037 - Major Vitor Hugo	52111 - Comando da Aeronáutica	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4037 - Major Vitor Hugo	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4037 - Major Vitor Hugo	52931 - Fundo Naval	21BY - Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	125.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4038 - Mara Rocha	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4041 - Márcio Labre	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4041 - Márcio Labre	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	105.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4041 - Márcio Labre	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.295.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4053 - Paula Belmonte	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4054 - Paulo Ganime	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4054 - Paulo Ganime	52931 - Fundo Naval	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	180.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4055 - Pedro Augusto Bezerra	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4059 - Professor Joziel	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4063 - Rodrigo Agostinho	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2518 - Apoio à Pesquisa e ao Monitoramento Oceanográfico e Climatológico da Amazônia Azul	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4073 - Sanderson	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	910.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4073 - Sanderson	52121 - Comando do Exército	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	39.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4073 - Sanderson	52121 - Comando do Exército	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4073 - Sanderson	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4102 - Helio Lopes	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	502.500,00

2021	01 - Deputado Federal	4102 - Helio Lopes	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.085.003,00
2021	01 - Deputado Federal	4102 - Helio Lopes	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.765.114,00
2021	01 - Deputado Federal	4102 - Helio Lopes	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.050.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4102 - Helio Lopes	52931 - Fundo Naval	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.352.262,00
2021	01 - Deputado Federal	4110 - Julio Cesar Ribeiro	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	220.993,00
2021	01 - Deputado Federal	4115 - Major Fabiana	52931 - Fundo Naval	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	650.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4121 - Nereu Crispim	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4145 - Bia Cavassa	52121 - Comando do Exército	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4164 - Nicoletti	52121 - Comando do Exército	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	480.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4171 - Rosana Valle	52111 - Comando da Aeronáutica	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4171 - Rosana Valle	52931 - Fundo Naval	21BY - Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	180.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4173 - Silvia Cristina	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.389.993,00
2021	01 - Deputado Federal	4173 - Silvia Cristina	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4174 - Tereza Nelma	52121 - Comando do Exército	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	4187 - Vavá Martins	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	260.000,00
2021	01 - Deputado Federal	9060 - Guilherme Derrite	52121 - Comando do Exército	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	301.000,00
2021	01 - Deputado Federal	9065 - Heitor Freire	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	9065 - Heitor Freire	52931 - Fundo Naval	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	01 - Deputado Federal	9118 - Marcelo Ramos	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	350.000,00
2021	02 - Senador	2210 - Esperidião Amin	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	21BJ - Desenvolvimento do Desporto Nacional e Militar	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2021	02 - Senador	2210 - Esperidião Amin	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2021	02 - Senador	2263 - Jader Barbalho	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00

2021	02 - Senador	2263 - Jader Barbalho	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2021	02 - Senador	2263 - Jader Barbalho	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2E97 - Operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2021	02 - Senador	2914 - Sérgio Petecão	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.300.000,00
2021	02 - Senador	3788 - Elmano Férrer	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	180.000,00
2021	02 - Senador	3788 - Elmano Férrer	52931 - Fundo Naval	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2021	02 - Senador	3793 - Lasier Martins	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	247.000,00
2021	02 - Senador	3794 - Omar Aziz	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	5.000.000,00
2021	02 - Senador	3801 - Rose de Freitas	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	439.993,00
2021	02 - Senador	3804 - Telmário Mota	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.000.000,00
2021	02 - Senador	3804 - Telmário Mota	52931 - Fundo Naval	21BY - Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	160.000,00
2021	02 - Senador	3805 - Wellington Fagundes	52131 - Comando da Marinha	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	310.000,00
2021	02 - Senador	3805 - Wellington Fagundes	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2E97 - Operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2021	02 - Senador	3805 - Wellington Fagundes	52931 - Fundo Naval	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2021	02 - Senador	3892 - Mailza Gomes	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2021	02 - Senador	3892 - Mailza Gomes	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2021	02 - Senador	3892 - Mailza Gomes	52931 - Fundo Naval	21BY - Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2021	02 - Senador	4078 - Marcio Bittar	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	3.139.993,00
2021	02 - Senador	4082 - Leila Barros	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2021	02 - Senador	4084 - Weverton	52931 - Fundo Naval	21BY - Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	315.000,00
2021	02 - Senador	4086 - Soraya Thronicke	52131 - Comando da Marinha	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00

2021	02 - Senador	4091 - Zenaide Maia	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2021	02 - Senador	4091 - Zenaide Maia	52121 - Comando do Exército	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2021	02 - Senador	4091 - Zenaide Maia	52931 - Fundo Naval	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2021	02 - Senador	4138 - Eduardo Girão	52121 - Comando do Exército	20IG - Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	100.000,00
2021	02 - Senador	4138 - Eduardo Girão	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	250.000,00
2021	02 - Senador	4140 - Rodrigo Pacheco	52931 - Fundo Naval	21BY - Fiscalização da Navegação Aquaviária	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	644.000,00
2021	02 - Senador	4142 - Styvenson Valentim	52111 - Comando da Aeronáutica	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	2.000.000,00
2021	02 - Senador	4144 - Alessandro Vieira	52121 - Comando do Exército	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2021	02 - Senador	4180 - Fabiano Contarato	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	150.000,00
2021	02 - Senador	4186 - Eduardo Gomes	52931 - Fundo Naval	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	400.000,00
2021	02 - Senador	9204 - Marcos do Val	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2021	02 - Senador	9219 - Flávio Bolsonaro	52111 - Comando da Aeronáutica	2E74 - Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	1.500.000,00
2021	02 - Senador	9219 - Flávio Bolsonaro	52131 - Comando da Marinha	219D - Adequação de Organizações Militares	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2021	02 - Senador	9219 - Flávio Bolsonaro	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2E97 - Operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	200.000,00
2021	02 - Senador	9219 - Flávio Bolsonaro	52931 - Fundo Naval	2000 - Administração da Unidade	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	300.000,00
2021	02 - Senador	9219 - Flávio Bolsonaro	52931 - Fundo Naval	21A0 - Aprestamento das Forças	6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	500.000,00
2021	08 - Bancada Estadual	7102 - Bancada do Acre	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	7 - Emenda de bancada estadual de execução obrigatória	14.560.276,00
2021	08 - Bancada Estadual	7102 - Bancada do Acre	52121 - Comando do Exército	7XM8 - Implantação de aeródromo em Santa Rosa do Purus/AC	7 - Emenda de bancada estadual de execução obrigatória	6.720.127,00
2021	08 - Bancada Estadual	7105 - Bancada do Amapá	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	7 - Emenda de bancada estadual de execução obrigatória	12.320.233,00
2021	08 - Bancada Estadual	7109 - Bancada do Espírito Santo	52131 - Comando da Marinha	2000 - Administração da Unidade	7 - Emenda de bancada estadual de execução obrigatória	1.915.236,00
2021	08 - Bancada Estadual	7120 - Bancada do Rio de Janeiro	52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	2E97 - Operação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	7 - Emenda de bancada estadual de execução obrigatória	6.664.126,00
2021	08 - Bancada Estadual	7123 - Bancada de Rondonia	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos	7 - Emenda de bancada estadual de execução obrigatória	111.558.421,00

				Municípios da Região do Calha Norte		
2021	08 - Bancada Estadual	7124 - Bancada de Roraima	52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	7 - Emenda de bancada estadual de execução obrigatória	24.585.531,00
2021	08 - Bancada Estadual	7125 - Bancada de Sao Paulo	52111 - Comando da Aeronáutica	20X8 - Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	7 - Emenda de bancada estadual de execução obrigatória	1.985.640,00

Fonte: Lei de Acesso à Informação- CGU